

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGHIS

CONQUISTAR O DESERTO: RESISTÊNCIA INDÍGENA E VIOLÊNCIA NA  
FRONTEIRA DO PAMPA E DA PATAGÔNIA (1850-1885)

ANA CAROLLINA GUTIERREZ POMPEU

BRASÍLIA  
2018



Universidade de Brasília  
Instituto de Ciências Humanas  
Programa de Pós-graduação em História

Ana Carrollina Gutierrez Pompeu

Conquistar o deserto: resistência indígena e violência na fronteira do  
Pampa e da Patagônia (1850-1885)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade de Brasília, na linha de pesquisa de Política, Instituições e Relações de Poder, para a obtenção do Título de Doutora em História.

Orientador: Dr. Francisco Fernando Monteoliva Doratioto

Brasília

2018

Ana Carrollina Gutierrez Pompeu

Conquistar o deserto: resistência indígena e violência na fronteira do Pampa e da  
Patagônia (1850-1885)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade de Brasília, na linha de pesquisa de Política, Instituições e Relações de Poder, para a obtenção do Título de Doutora em História.

Banca examinadora:

---

Dr. Francisco Fernando Monteoliva Doratioto - Presidente

---

Dr. Luiz Paulo Ferreira Nogueurol

---

Dra. Maria Elisa Noronha de Sá

---

Dra. Valéria Nely César de Carvalho

---

Dr. Carlos Eduardo Vidigal - Suplente

## **Agradecimentos**

Seria impossível não agradecer aos meus amigos e familiares que me ajudaram nessa trajetória. Primeiramente, aos meus pais Rubens e Ieda, meus irmãos Pedro, Letícia, Artur, Lucas e Dani e as minhas avós Claís e Nina, por todo apoio e incentivo. Também ao meu marido Ricardo, que me acompanhou de forma mais próxima durante os últimos anos.

Meus amigos da Universidade de Brasília, que estiveram sempre por perto durante esse longo e por vezes solitário caminho, em especial: Inara Bezerra, Sandra Dias Zappia e Paulo Zappia; aos amigos da revista discente *Em Tempo de Histórias*: Rafael Nascimento, Walkíria Oliveira e Victória Junqueira. Meus amigos da Universidade do Texas em Austin, que muito contribuíram tanto no acadêmico quanto no pessoal: Christina Villarreal, Nicolás Quintero, Jimena Pérez, Juan Carlos Orleana e Samantha Rubino, e o professor Luiz Estevam de Oliveira, que se tornou um grande amigo desde então. À amiga Alessandra Seixlack pelas parcerias realizadas em eventos e artigos, além da parceria na vida pessoal.

Aos meus professores de Universidade de Brasília, em especial o meu orientador Francisco Doratioto, por toda confiança desde a graduação e do mestrado. Aos professores que aceitaram compor essa banca e avaliar meu trabalho. Aos professores da Universidade do Texas, principalmente Seth Garfield que me ajudou muito durante toda a estadia, e principalmente por me mostrar novas maneiras de pensar; e a professora de história indígena norte-americana Erika Bsumek pelas indicações de livros e de arquivos, além das conversas e auxílios com minhas fontes. Ao professor da UFRJ Fernando Castro pela leitura e ótimas sugestões a um de meus capítulos. À minha professora de história do colégio São Carlos, Fátima Wetter, que me ensinou o amor por essa disciplina e que sempre me dizia um dia eu chegaria ao doutorado, o que parecia algo muito distante na época.

Também gostaria de agradecer aos grandes autores dos livros que li durante a elaboração dessa tese e que me serviram como fonte de inspiração, além dos funcionários das bibliotecas e dos arquivos que visitei durante os últimos anos.

## Resumo

A conquista dos “desertos” ou das terras indígenas na Argentina será retratada nesta tese, cujo objetivo é compreender as lógicas dos índios e *criollos* dentro desse processo de transculturação. Diversos cacicados habitavam o Pampa e a Patagônia de forma autônoma ao governo *criollo*, mas em relação com este por meio de um “espaço de fronteira”, local onde ocorriam interações pacíficas e conflitivas entre as duas sociedades. A intenção de ocupar as áreas indígenas, primeiramente pelos espanhóis e concluída pelos argentinos, esteve presente desde os primeiros contatos com as sociedades previamente estabelecidas. No entanto, a capacidade de adaptação e resistência dos índios do Pampa postergou por séculos a definitiva ocupação de suas terras pelos *criollos*, que só ocorreu após um longo processo de enfraquecimento dos cacicados. Esse processo teve seu ápice após consolidado o Estado argentino, que passou a ter condições de se impor perante as sociedades pampeanas, utilizando discursos que ressaltavam a “inferioridade” dos índios e serviram para legitimar a expansão da “civilização”, tendo em vista o “progresso” desse Estado. A exclusão e a marginalização das populações indígenas foi reflexo dessas políticas que ocorreram de forma sistemática entre as décadas de 1850 a 1885, terminando com a definitiva formação do território argentino no final do século.

Palavras-chave: Conquista do deserto; Pampa; Patagônia; sociedades indígenas.

## Abstract

The desert's or Indigenous people's lands conquest will be placed in this thesis, which the purpose is to understand the Indigenous people and the *criollos* logical within this transculturation process. Many *cacicados* had autonomous living in the Pampa and Patagonia in despite of *criollos*' government, but in relation with each other in the “frontier space” where pacific and conflictive interactions happened. The intention to occupy the Indigenous people's lands existed since the first contacts with the Spanish colonization, and was concluded by the Argentineans. However, the Indigenous people ability of adaptation and resistance deferred for centuries the occupation of their land, and that only occurred after a long process of caciques weakening. This process had peak after the consolidation of the Argentinean State that gain material conditions to impose itself against *Pampean* society, using speeches that emphasized their “inferiority” to legitimize

the expansion of “civilization” in view of the State “progress”. The exclusion and marginalization of Indigenous people populations was a reflection of these policies that occurred systematically between the 1850 and 1885s, and ending with the definitive formation of the Argentine territory at the end of the century.

Keywords: Desert conquest; Pampa; Patagonia; Indigenous people.

## **Siglas**

|      |                                  |
|------|----------------------------------|
| AGN  | Archivo Nacional de la Nación    |
| FJAR | Fundo Julio Argentino Roca       |
| JAB  | Fundo Álvaro Barros              |
| NAM  | National Archive II, Maryland    |
| AHI  | Arquivo Histórico do Itamaraty   |
| ANH  | Academia Nacional de la Historia |



## Sumário

|  |     |
|--|-----|
| Introdução   | 10  |
| 1. Concepções e entendimentos sobre fronteiras.                                    | 14  |
| 1.1 Índios e <i>criollos</i> em contato.   | 14  |
| 1.2 Fronteira, espaço e território.  | 22  |
| 1.3 Fronteira interna: zona de contato entre o “deserto” e a “civilização”.        | 25  |
| 1.4 Territorialização do espaço pampeano e patagônico dentro do Estado Nacional.   | 33  |
| 2. Cacicados pampeanos e patagônicos em uma perspectiva racialista.                | 39  |
| 2.1 Entendimentos sobre raça e projetos de nação.                                  | 39  |
| 2.2 Ciência, racialismo e discursos sobre exclusão dos índios.                     | 50  |
| 2.3 Sociedades indígenas do Pampa e do norte da Patagônia.                         | 56  |
| 2.4 Diplomacias interétnicas.  | 63  |
| 3. Reações indígenas às políticas <i>criollas</i> na formação do Estado argentino. | 71  |
| 3.1 Um discurso sobre violência.   | 71  |
| 3.2 A era Rosas e o “Negócio Pacífico de Índios”.                                  | 75  |
| 3.3 Uma nação para o deserto argentino.  | 86  |
| 3.4 “ <i>Guerra aberta o paz armada</i> ”: o <i>malón criollo</i> .                | 103 |
| 3.5 A Conquista do Deserto.  | 122 |
| 4. A solução da “questão de índios”: os novos cidadãos.                            | 137 |
| 4.1 Geração de 80: Campanha do Deserto e a eleição de Roca.                        | 137 |
| 4.2 Uma perspectiva transnacional para as ações no “deserto”.                      | 141 |
| 4.3 O destino dos índios.  | 160 |
| 4.4 A conquista militar da Patagônia   | 177 |
| 4.5 Índios e comunidades na Patagônia e no Pampa no século XX.                     | 197 |
| Conclusão  | 202 |
| Referências Bibliográficas   | 208 |

## Introdução

O objetivo desta tese é identificar e analisar os fatores condicionantes e as opções feitas por homens públicos, que levaram à realização da “Campanha do Deserto” na Argentina. Essa campanha foi o resultado de inúmeras políticas de assimilação e extermínio das sociedades indígenas que ocupavam um espaço geográfico pretendido pelos *criollos*. Para tanto, deve-se compreender o protagonismo dos caciques da região do Pampa e do norte da Patagônia, durante o século XIX, e suas formas de resistência e adaptação à sociedade argentina em construção. Por que o governo argentino mudou a forma de se relacionar com os índios, principalmente a partir da década de 1860? Por que o reconhecimento da soberania indígena sobre os espaços em que habitavam modificou-se a partir da segunda metade do século XIX? Para responder a essas questões serão analisadas as interações existentes entre ambas as sociedades de forma diacrônica para então perceber as razões que ocasionaram as mudanças da década de 1860, até que a violência fosse assumida como a única opção.

A resistência indígena ao projeto colonizador espanhol manteve a existência autônoma dessas sociedades até as últimas décadas do século XIX, apesar da clara intenção do colonizador em submetê-las. O entendimento do “deserto” será discutido ao longo desta tese para compreender os discursos utilizados para corroborar com os processos de expansão territorial. Essas áreas indígenas eram descritas por viajantes europeus desde o século XVI como terras com “horizontes sem fim”, em alusão à característica de planície dessas paisagens. Desde o cerrado, temos nosso próprio “deserto” e o olhar por seu horizonte, o que revela essa mesma impressão de um “vazio”. “Vazio” esse que, no deserto do Pampa, foi interpretado como um espaço para transformar. Esse deserto era visto como uma “página em branco”, passível de ser modificado pela ação da “civilização” e, dessa forma, era um espaço de futuro. O protagonismo indígena está na resistência à imposição de um modelo, que via a si mesmo como a única forma de existência possível. Os caciques do “deserto” se adaptaram aos novos habitantes da atual Argentina, transformando-se em sociedades capazes de utilizar o idioma e o vocabulário *criollo*, inclusive com a adoção de nomes e sobrenomes espanhóis.

O que era “civilização e barbárie”, que marcava a convivência de duas lógicas distintas, mas que juntas compunham o universo que chamamos de “fronteira”, passou a repelir-se, dentro de um movimento da civilização contra a barbárie. A busca pela

modernização significava desvencilhar-se de um passado indígena e conectar-se ao futuro de um tempo acelerado pela tecnologia para estabelecer a civilização sem a barbárie. Esses discursos excludentes foram apropriados para dotar de significado ações expansionistas, cuja finalidade era fazer prevalecer um modelo social que só admitia a existência de uma única cultura. No início da década de 1870, o Estado Nacional argentino, com suas instituições já consolidadas, ainda não possuía um território delimitado. A presença de *cacicados* autônomos e paralelos à autoridade do Estado não parecia mais uma opção admissível e, a partir de 1876, foram iniciadas operações militares nos “desertos”, com o claro objetivo de destituir a morada secular de suas populações.

A Campanha do Deserto de 1879 foi, portanto, emblemática desse emaranhado de fatores e ações visando transformar os espaços de soberania indígena em território nacional. A aclamada chegada de Julio Roca no rio Negro, no norte da Patagônia, marcou o “fim” do processo de consolidação da instituição nacional argentina, momento em que os objetivos de uma geração ocupada em pensar os termos de uma nova nação se aproximaram da hegemonia da “civilização”. No entanto, esse enredo não terminou com a conquista do “deserto”. Os destinos impostos às populações de índios remanescentes e a necessidade de avançar sobre toda a área desconhecida da Patagônia, refúgio dos últimos grandes *cacicados*, também serão abordados, de forma a entender as consequências de um pensamento que fez da exclusão a sua maneira de construir uma pretensa identidade homogênea.

Entender os motivos de um etnocídio não significa concordar com eles. Mas sim, compreender os caminhos passados que construíram o presente. Essas reflexões também ajudam a entender como os *cacicados* perderam a soberania de suas terras e a capacidade de conquista de seus interesses. A opção das elites argentinas foi a de construir a utopia de uma sociedade branca, em que o ambiente multicultural das fronteiras fosse apagado com a chegada de Roca ao rio Negro. No entanto, a resistência indígena nunca desapareceu, permanecendo oculta quando os índios ganharam uma identidade argentina.

Para responder às questões propostas foram montados quatro capítulos organizados tematicamente, sendo que os dois primeiros se ocupam de conceitos importantes e perspectivas utilizadas, e os dois últimos tratam dos eventos escolhidos (as operações militares no Pampa e na Patagônia), bem como de suas reações e repercussões pelos índios. Para entender a questão central: por que as sociedades de índios foram retiradas com violência do componente étnico da nação argentina, serão analisados alguns

pontos considerados essenciais. Primeiramente, foi necessário refletir sobre o que era a “fronteira” e quais eram os tipos de relação que ocorriam nesse espaço. Depois, como eram entendidas as questões raciais, que atribuíram ao índio determinadas características indissociáveis e, por fim, como esses discursos se relacionaram com motivações políticas e geopolíticas associadas à ocupação de um espaço e à formação de um território.

No primeiro capítulo, será discutida a ambiguidade presente na existência de uma “fronteira interna” no território argentino. Como o Pampa e a Patagônia eram considerados espaços “argentinos”, se a soberania desse espaço pertencia à outra sociedade autônoma? O entendimento do período pós-independência, considerava que os territórios dos novos países seriam aqueles que formavam as colônias espanholas. No entanto, muitos desses espaços eram ocupados e defendidos por caciques, que resistiam aos processos de transculturação impostos pelos colonizadores. A questão da existência de um espaço “argentino” de soberania indígena esbarrava com a relação de contato entre índios e *criollos*, nos limites das áreas onde foi possível estabelecer povoados baseados nas sociedades europeias. Esses espaços serão denominados “espaços de fronteira”, já que não existia uma “fronteira” claramente definida entre a sociedade previamente estabelecida e aquela que procurava se impor. Ao contrário, existia um espaço de limites fluido e multicultural, onde essas duas lógicas distintas – a dos índios e a dos *criollos* – negociavam formas de convivência.

No segundo capítulo, serão analisados como os discursos de ordem racialistas influenciaram na construção da imagem dos índios como “inferiores” socialmente em relação aos *criollos*. Por racismo entende-se a construção de diferenças entre grupos humanos com base em características fenotípicas. Sob esse discurso, a raça indígena foi colocada como inferior à raça branca, legitimando propostas que visavam destituir os índios de suas terras, em razão de uma raça que acreditava ser superior. Na Argentina, a nação pensada e planejada absorvia essas ideias oriundas da “ciência”, por ser essa um sinônimo de modernidade e civilização. Para os intelectuais e homens políticos do século XIX esperava-se do futuro uma nação homogênea em termos raciais e culturalmente civilizada, o que implicaria ações no presente que pudessem conduzir a essas expectativas.

Ao analisar as políticas *criollas* perante os índios, percebe-se uma mudança de posicionamentos a partir do processo que resultou na organização institucional do Estado. As formas de convívio nos “espaços de fronteira” e o reconhecimento da soberania indígena serão tratados no terceiro capítulo, analisando o ponto de inflexão em que essas

políticas foram substituídas por ações de violência, deixando pouco espaço para negociações. A necessidade de transformar o espaço indígena em território nacional pelo Estado ia de encontro com a existência soberana dessas sociedades. Assistiu-se, então, a adoção de políticas ofensivas, ao mesmo tempo em que se reduziam os acordos que se tornaram vitais para a economia dos *cacicados*.

No último capítulo, serão expostas as repercussões das campanhas do Pampa para os índios e as últimas operações na Patagônia. Uma vez concluída a primeira etapa de territorialização das áreas indígenas com a “conquista” do Pampa e a delimitação da nova “fronteira interna” no rio Negro, surgiu a questão do destino das populações indígenas submetidas. É provável que a observação de acontecimentos similares em outros países tenha influenciado nessas ações. Discursos que tendiam à promoção de políticas de assimilação pouco foram colocados em prática. O que se assistiu foi o descaso e a “não ação” por parte dos governantes argentinos, como uma forma de “política” aos índios que haviam perdido suas moradas. Os índios tornaram-se *paisanos* invisíveis, após serem incluídos como cidadãos argentinos. A conquista das áreas indígenas se completou com as operações militares na Patagônia, acompanhadas das tentativas de definição dos limites internacionais com o Chile, o que completaria a definitiva presença soberana da Argentina nesses espaços.

## 1. Concepções e entendimentos sobre fronteiras.

Este capítulo pretende discutir a ideia de uma “fronteira” considerada “interna” em relação ao território da Argentina, mas que delimitava as áreas ocupadas pelos *criollos* dos espaços habitados pelos índios do Pampa e da Patagônia. O contato entre essas duas sociedades ocorria em um “espaço de fronteira”, onde o “limite” formal era um espaço de interação e contato entre a cultura de origem europeia e os *cacicados*<sup>1</sup> indígenas. A necessidade de criar fronteiras e formalizar o território argentino foi resultado da consolidação do Estado Nacional que, ao pretender excluir o indígena desse processo, produziu o discurso de submissão, resultando na incorporação dos territórios do Pampa e da Patagônia pelo Estado Nacional Argentino, em 1879. Os conceitos e as categorias relativas à “fronteira” serão analisados, assim como será feita uma breve contextualização acerca dos contatos interétnicos ocorridos entre a sociedade que se formava em decorrência da colonização espanhola e as sociedades indígenas autônomas e soberanas do Pampa, também afetadas pela colonização espanhola.

### 1.1 Índios e *criollos* em contato

Contar a história do Pampa e da Patagônia do século XIX é tratar a história da relação entre duas sociedades: a indígena e a *criolla*. Designamos genericamente por sociedade indígena um conjunto de etnias distintas e comandadas por caciques que, com o passar do tempo, foram se reduzindo em quantidade de índios e número de cacicados distintos, uma vez que antigas rivalidades foram suprimidas para garantir a sobrevivência. A sociedade *criolla* foi resultante da colonização hispânica nas Américas que, no século XIX, buscava a criação dos elementos que permitissem consolidar uma nova identidade, nesse caso, a Argentina. A interação entre esses dois grupos heterogêneos permeou os processos de construção do Estado Nacional argentino, a expansão para as zonas austrais do continente e a destruição dos grupos étnicos existentes, seja pela assimilação à sociedade que se tornou hegemônica, seja pelo extermínio físico e destruição dos componentes sociais dos cacicados.

A história desse contato começou com a chegada dos espanhóis no século XVI – a dificuldade de manutenção da empreitada colonial se somava à marginalidade do Rio

---

<sup>1</sup> Forma de organização política dos grupos étnicos chefiada por um ou mais caciques.

da Prata em relação aos importantes domínios espanhóis na América do Sul, como as regiões mineradoras dos atuais Peru e Bolívia. A região do Rio da Prata foi a última a se incorporar ao sistema colonial espanhol, pois a hostilidade dos autóctones fez-se presente desde os primeiros contatos.<sup>2</sup> Após a criação do Vice Reinando do Rio da Prata, em 1776, a dinastia dos Bourbon procurou exercer a ocupação efetiva de seu território. Em relação aos índios, buscou-se estabelecer tratados para impedir que esses fossem firmados com nações rivais.<sup>3</sup> Assim, tornaram-se crescentes as interações com as sociedades originárias, iniciando a dinâmica de sincretismos e conflitos que continuariam até o final do século XIX. Os primeiros contatos foram marcados pela hostilidade, confrontando o ímpeto colonial com a resistência dos nativos. Ainda nos séculos XVI e XVII, foram criados alguns centros de povoamentos e posteriormente fortificações, com os objetivos de incorporar o território e adentrar nas áreas indígenas.<sup>4</sup>

Como resultado da interação, os indígenas adotaram bens de consumo e o uso de animais vindos da Europa, o que permitiu um aumento de mobilidade e da capacidade bélica. A adaptação indígena ao cavalo transformou-os em sociedades equestres, modificando a forma com que se relacionavam com o território e permitindo o domínio de áreas mais amplas.<sup>5</sup> O gado foi introduzido como mais uma fonte de alimento, além de tornar-se um produto comercializável. O crescimento da população aumentou a demanda pelo gado selvagem<sup>6</sup> do Pampa, que diminuiu consideravelmente no século XVIII e acarretou uma competição entre indígenas e *criollos*.<sup>7</sup>

Paulatinamente, a sociedade *criolla* passou a utilizar cercas para conter o gado selvagem e impedir o acesso indígena. No entanto, os “roubos” às fazendas de criação de animais pelos índios tornaram-se cada vez mais frequentes, sendo reprimidos com campanhas punitivas pelos colonizadores.<sup>8</sup> A partir do século XVIII, houve um aumento do interesse dos colonizadores nas carnes produzidas nos Pampas, também aumentando

---

<sup>2</sup> FRADKIN, Raúl e GARAVAGLIA, Juan Carlos. *La Argentina Colonial: El Río de la Plata entre los siglos XVI y XIX*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009, p. 7.

<sup>3</sup> Id, p. 112.

<sup>4</sup> LATINI, H. Sergio. Repensando la construcción de la cuenca del Plata como espacio de frontera. In: NACUZZI, Lidia e LUCAIOLI, Carina P. *Fronteras: Espacios de Interacción en las tierras bajas del sur de América*. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología, 2010, p. 88.

<sup>5</sup> Id, p. 93; SARASOLA, Carlos Martínez. *Breve Historia de los pueblos originarios en la Argentina*. Buenos Aires: Del Nuevo Extremo, 2013, p. 9.

<sup>6</sup> Gado selvagem solto no Pampa no século XVII para que se reproduzissem livremente.

<sup>7</sup> BARBA, Fernando Enrique. Crecimiento ganadero y ocupación de tierras públicas, causas de conflictividad en la frontera bonaerense. *Revista ANDES*, Universidad Nacional de Salta, Argentina, n.º 18, 2007, p. 4. Disponível em: [www.scielo.org.ar/pdf/andes/n18/n18a08.pdf](http://www.scielo.org.ar/pdf/andes/n18/n18a08.pdf) Acesso em: 10/02/2015.

<sup>8</sup> LATINI, p. 92.

as preocupações sobre segurança e as iniciativas oficiais em ampliar as áreas de pastoreio. A fim de neutralizar a ação indígena, foi desenvolvida uma política de tratados com os nativos, aumentando as trocas culturais e os momentos pacíficos.

Apesar da predominância do conflito, diversas formas de inter-relação ocorriam entre essas sociedades, que buscavam novas estratégias de sobrevivência, adaptação e submissão. Entre a hostilidade e o intercâmbio, a relação com o espaço foi ressignificada e ambas as sociedades se adaptavam umas às outras ao desenvolver outras formas de relacionamento. O contato formas de organização sociais tão díspares modificou suas características sociais, políticas e econômicas, o que colocou os grupos étnicos em um processo de etnogênese.<sup>9</sup> Por etnogênese entende-se a transformação diacrônica do grupo étnico devido a formas de contato estabelecidas com outro grupo, resultando na construção de uma nova identidade, a exemplo das mudanças nas estruturas econômicas ocasionadas pela introdução do gado e do cavalo após o contato com os espanhóis.<sup>10</sup> As transformações de sociedades culturalmente diferentes por meio da interação, produzindo modificações sociais, políticas e até econômicas pode ser exemplificada na introdução do gado e do cavalo pela sociedade espanhola nas sociedades indígenas, o que modificou estruturalmente essa sociedade, a partir da adoção de elementos exógenos.<sup>11</sup>

As pretensões de ampliação dos domínios coloniais somadas às tentativas de aumentar a segurança dos povoamentos e das estâncias de criação de animais levaram o governo colonial a construir fortificações e estabelecer milícias armadas, a partir do século XVIII. Esses primeiros espaços de interação são denominados por Lídia Nacuzzi de “enclaves fronteiriços”, onde a distância com os centros de povoação *criolla* impediram uma maior interação, e as condições precárias os tornavam pouco protegidos. Assim foi o início de espaços heterogêneos de convivência interétnica, que não chegavam a constituir-se linhas de defesa e que na prática eram pontos de interação.<sup>12</sup>

A construção de fortes e o início do estabelecimento de uma fronteira não representaram a separação entre dois mundos distintos. As zonas fronteiriças eram espaços onde se mesclavam a sociedade colonial com os nativos e onde os primeiros contatos foram se desenvolvendo, ao longo do tempo, em interações complexas em que

---

<sup>9</sup> Id, p. 94.

<sup>10</sup> BOCCARA, Guillaume. *Antropología Diacrónica*. Dinámicas culturales y procesos históricos y poder político. Temuco: Universidad de la Frontera. Apud LATINI, p. 70.

<sup>11</sup> BECHIS, A. Martha. *Piezas de Etnohistoria y de antropología histórica*. Buenos Aires: Sociedad de antropología argentina, 2010, p. 56 e 67.

<sup>12</sup> NACUZZI, Lidia. Introducción. In: NACUZZI e LUCAIOLI, p. 11.



se estabeleciam vínculos políticos e diplomáticos, alterando as relações de poder pré-existentes.<sup>13</sup> Nos “espaços de fronteira”, novos elementos introduzidos pelos espanhóis se incorporaram às mudanças em curso nos grupos nativos, alterando suas relações interétnicas. Por exemplo, o longo processo de “araucanização” dos Pampas – formado pela migração de grupos mapuches oriundos do Chile e que se fundiram aos grupos pampeanos e norte-patagônicos – inseriram o gado dos Pampas em uma rede de comércio trans-cordilheirana.<sup>14</sup>

Ambas as sociedades foram modificadas pelo contato e pelas estratégias de relacionamento que surgiam ao longo das décadas. “*La historia de las relaciones fronterizas se entiende mejor si se la considera como un cambiante entrelazamiento de modos de interacción entre los cuales el enfrentamiento era sólo una de sus modalidades.*”<sup>15</sup> Como princípio metodológico, as “zonas de fronteira” devem ser entendidas como espaços de interação e não como limite entre sociedades em conflito, conforme colocado anteriormente pela historiografia. Os exemplos abaixo são resultado do centenário de comemoração da Campanha do Deserto em 1979, e os dois trechos escolhidos demonstram uma historiografia que repetia os discursos de 1879, com uma visão unilateral e com pouca problematização. A perspectiva do contato foi ignorada para dar voz aos “conquistadores” ao retomar seus pontos de vista:

La ocupación del río Negro prevista desde la época colonial y concretada definitivamente con la puesta en práctica de la ley número 947 del 5 de octubre de 1878, fue una empresa de gran importancia y trascendencia para nuestro país. (...) Por un lado [a lei] acabó con el peligro constante del indio, sometido mediante una inteligente acción militar, a la que vino a sumarse la seguridad que representaba ahora la defensa natural ofrecida por el río Negro. **Ganó para la civilización** millares de leguas de tierras aptas para los trabajos agrícola-ganaderos.<sup>16</sup>

E ainda:

Aún así, la batalla de San Carlos es **el comienzo de una etapa feliz para nuestras armas, la derrota y posterior muerte de Calfulcurá desbarató la intentona indígena**, aunque el ejército siguió

---

<sup>13</sup> FRADKIN e GARAVAGLIA, p. 112.

<sup>14</sup> Id, p. 128.

<sup>15</sup> Id, p. 111.

<sup>16</sup> CARROZA, Elba e LASCANO, Beatriz. La ley del 5 de octubre de 1878 y su repercusión en la prensa porteña. In: *Congreso nacional sobre la conquista del desierto*. Celebrado en la ciudad de General Roca del 6 al 10 de noviembre de 1979. Tomo I. Buenos Aires: Academia nacional de la historia, 1980, p. 275 e 276, grifo nosso.

combatiendo con bravura, esto fue el punto inicial del avance realizado por los dos ministros de Guerra del presidente Nicolás Avellaneda.<sup>17</sup>

Para tornar possível a empreitada colonial e minimizar a resistência indígena foram realizados tratados e acordos com os caciques, sendo que, na década de 1740, o rio Salado no Pampa bonaerense era reconhecido como um limite entre a jurisdição indígena e a espanhola.<sup>18</sup> Após pensado o limite, foram estabelecidas relações interétnicas múltiplas que ocorreram nessa fronteira porosa, em que os limites, apesar de existentes nos tratados firmados entre caciques e *criollos*, não impediram os deslocamentos, as migrações e os sincretismos. Uma fronteira fluida que gerou um mundo baseado em um fluxo de intercâmbios culturais.

Contando com o conhecimento do território e a grande capacidade de resistência, os grupos nativos lograram a manutenção de sua soberania territorial, muito embora, agregaram elementos *criollos* em suas práticas.<sup>19</sup> Os espaços entre os fortes, as pequenas povoações, as estâncias de criação de gado e as áreas indígenas podem ser entendidos como espaços de transição, que colocaram em circulação elementos de uma dinâmica de dominação com uma cultura de resistência.<sup>20</sup> Nesse sentido, esvaziam-se as dicotomias presentes nos discursos *criollos* que descreviam dois mundos em completa oposição e em constante disputa. Ao considerar as mútuas influências e ao buscar observar o ponto de vista indígena, a relação unidirecional entre o dominador e o dominado torna-se uma explicação simplificada sobre a heterogeneidade formada nos espaços de fronteira.<sup>21</sup>

Parte de uma descrição historiográfica tradicional, o norte-americano Frederick Jackson Turner abordou a fronteira como um limite entre dois mundos distintos, onde o mundo civilizado deveria absorver o autóctone.<sup>22</sup> Nessa visão, a fronteira dos Estados Unidos com seus índios era considerada uma linha de avanço da civilização, um espaço rico em possibilidades e receptivo ao progresso.<sup>23</sup> Na Argentina do século XIX,

---

<sup>17</sup> PAVÍN, Marta Amália e FASANO, María Marta. Aporte para el estudio de la frontera sur 1868-72. In: *Congreso nacional sobre la conquista...*, p.344, grifo nosso.

<sup>18</sup> FRADKIN e GARAVAGLIA, p. 123.

<sup>19</sup> Id, p. 113.

<sup>20</sup> GRUZINSKI, Serge. *La Colonización del Imaginario*. Sociedades indígenas y occidentalización en el México español. Siglos XVI-XVIII. Mexico: FCE, 2007, p.71; FRADKIN e GARAVAGLIA, p. 112.

<sup>21</sup> ENRIQUE, Laura Aylén. Fronteras de negociación en el norte de la Patagonia a fines del siglo XVIII. In: NACUZZI e LUCAIOLI, p. 178.

<sup>22</sup> HENNESSY, Alistair. *The Frontier in Latin American History*. Albuquerque: The University of New Mexico Press, 1978, p. 13; JUNQUEIRA, Marry Anne. *Estados Unidos: A consolidação da Nação*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 58-63; WEBER, David J. e RAUSH, Jane M. *Where cultures meet*. Frontiers in Latin American history. Wilmington: Jaguar Books, 1994, p. 3.

<sup>23</sup> NACUZZI, In: NACUZZI e LUCAIOLI, p.8 e OPERE, Fernando *Historia de la Frontera*. El Cautiverio en la América Hispánica. Buenos Aires: Corregidor, 2012, p. 13.

Sarmiento buscou compreender a fronteira ao opor a emergente sociedade *criolla* aos habitantes originais do Pampa e da Patagônia. Com a ideia de uma “civilização contra a barbárie”,<sup>24</sup> Sarmiento pensava na fronteira como um limite antagônico entre a sociedade oriunda da colonização europeia e a americana. Essa ideia é semelhante ao entendimento de fronteira de Turner, vista como uma linha que “avançava” da sociedade branca em direção à indígena.<sup>25</sup>

Se um vislumbre de literatura nacional pode brilhar momentaneamente sobre as sociedades americanas, é aquele que resultará da descrição das grandiosas cenas naturais e, sobretudo, **da luta entre civilização europeia e barbárie indígena**, entre a inteligência e a matéria: luta imponente na América, que dá lugar a cenas tão peculiares, tão características, tão fora do circuito europeu, porque, fora do país de onde foram tomados, os recursos dramáticos se tornaram desconhecidos, os costumes surpreendentes, e os caracteres, originais.<sup>26</sup>

A fronteira de Sarmiento funcionava como uma separação entre sociedades opostas, mas que continha como expectativa de futuro a ampliação da civilização europeia sobre a barbárie. O combate ao exotismo Americano, presente na oposição entre a “civilização europeia e a barbárie indígena”, era o elemento necessário para fazer progredir a sociedade americana, em que a ampliação dessa fronteira fazia-se indispensável.

“Uma fronteira porosa e permeável, um âmbito pleno de interações, intercâmbios e processos de aculturação”.<sup>27</sup> Diferentemente da dualidade colocada por Sarmiento, nosso objeto de estudo era um “espaço de transição”, que continha duas visões distintas sobre os limites e que não poderia ser resumido por uma explicação unidirecional. Era um espaço transnacional,<sup>28</sup> o que se entende por um local onde são colocados em circulação ideias e personagens heterogêneos. A utilização de uma perspectiva transnacional para analisar a relação entre índios e *criollos* no “espaço de fronteira” propõe a consideração da soberania indígena e sua capacidade de participação nos

---

<sup>24</sup> PRADO, Maria Lygia C. *América Latina no século XIX*. Tramas, telas e textos. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2014, p. 152 - 176.

<sup>25</sup> LOPES, Maria Aparecida de S. Frederick Jackson Turner e o lugar da fronteira na América. In: GUTIÉRREZ, Horácio, NAXARA, Márcia R. C. e LOPES, Maria Aparecida de S. *Fronteiras: paisagens, personagens e identidades*. São Paulo: Olhos d'água, 2003, p. 16.

<sup>26</sup> SARMIENTO, Domingo F. *Facundo*. Ou civilização e barbárie. São Paulo: Cosac Naify, 2010, p. 97 e 98, grifo nosso.

<sup>27</sup> QUIJADA, Monica. Repensando la frontera sur argentina: concepto, contenido, continuidades y discontinuidades de una realidad espacial y étnica (siglos XVIII y XIX). *Revista de Indias*, 2002, vol. LXII, n. ° 224, p. 109, tradução própria.

<sup>28</sup> NACUZZI, In: NACUZZI e LUCAIOLI, p. 9.

processos políticos, que resultaram na formação do Estado argentino. Considerar as interações existentes no “espaço de fronteira” dentro da perspectiva transnacional visa abranger as interações entre as nações e seus integrantes como uma “via de mão dupla”, ao considerar os movimentos e os fluxos não restritos às fronteiras nacionais como ideias, pessoas, mercadorias ou tecnologias. Procura-se observar os fluxos existentes para além das barreiras, buscando relações independentes de sua presença. A adoção do critério transnacional relaciona-se à observação do que está “contra, entre e através” das fronteiras e não apenas em uma história “com ou sem” as delimitações nacionais ou étnicas.<sup>29</sup> O auxílio da perspectiva transnacional está em considerar a fluidez das fronteiras impostas, principalmente após a construção dos Estados Nacionais, admitindo as conexões e as circulações através desses limites artificiais.<sup>30</sup> Apesar dessa perspectiva estar mais relacionada às interações entre Estados, a reflexão sobre a porosidade das fronteiras e dos processos de contato envolvidos é legitimada pela constatação da presença soberana dos índios, de um espaço considerado “interno” ao território argentino.

De acordo com Monica Quijada, os indígenas não compreendiam as fronteiras como um limite intransponível, mas como “um amplo território sujeito a múltiplas transferências”.<sup>31</sup> Longe de agentes passivos, os índios participaram dos processos de construção da fronteira e das áreas ocupadas ou não pelos *criollos*, por meio dos tratados e de outros mecanismos de poder, como os *malones*. Os *malones* eram invasões indígenas às estâncias, povoados ou fortes *criollos*, com objetivos diversos como a obtenção de prisioneiros e de animais, principalmente o gado, além de pressionar o governo argentino à realização de novos acordos ou como represália, caso houvesse descumprimento de algum dispositivo dos tratados em vigor.<sup>32</sup> Os *malones* também eram realizados após ataques *criollos* como formas de restituição. Era uma constante na sociedade de fronteira argentina, ajudando a caracterizar negativamente o índio, apesar de estarem alternados com períodos de paz.<sup>33</sup>

Como “espaços de negociação interétnica”<sup>34</sup>, a fronteira representava um espaço de conflitos onde eram colocadas em diálogo diferentes formas de representação do

---

<sup>29</sup> SAUNIER, Pierre-Yves. *Transnational History*. New York: Palgrave-Macmillan, 2013, p. 11; Cf. OLIVEIRA, João Pacheco (comp.). *Hacia una antropología del indigenismo*. Estudios críticos sobre los procesos de dominación y las perspectivas políticas actuales de los indígenas en Brasil. Rio de Janeiro/Lima: Centro Amazónico de Antropología y Aplicación Práctica, 2006.

<sup>30</sup> SAUNIER, p. 81.

<sup>31</sup> QUIJADA, p. 108, tradução própria.

<sup>32</sup> FRADKIN e GARAVAGLIA, p. 129.

<sup>33</sup> OPERE, p. 135.

<sup>34</sup> ENRIQUE, p. 198.

território e também diferentes formas de poder. A percepção de cada grupo sobre o território em disputa dependia do conhecimento sobre a região e dos interesses nela envolvidos.<sup>35</sup> A motivação em ampliar o espaço de criação de animais para consumo e exportação se colocava em oposição à presença indígena na região e suas estratégias de resistência, que fizeram aliados a partir de antigos rivais e faziam das invasões às terras *criollas* instrumentos de negociação. Tratavam-se de “espaços mestiços”<sup>36</sup>, onde a sociedade colonial exercia influência sobre a indígena, mesmo a última sendo fora da soberania da primeira, resultando em um cotidiano distinto para ambas as sociedades.<sup>37</sup> A ressignificação de práticas e a incorporação de novos hábitos pelos indígenas configurou a invenção de novas tradições, como parte dos ajustes aos esquemas instaurados pela dominação colonial.<sup>38</sup>

Entre resistências e adaptações, a cultura indígena esmaeceu em um processo iniciado no século XVI e consolidado nas últimas décadas do século XIX. Em vez de chamar de aculturação indígena, Serge Gruzinski utiliza o conceito de ocidentalização para definir as adaptações das percepções de mundo dos nativos ao código de representação europeu,<sup>39</sup> mesmo que essas sejam parte de suas próprias estratégias de sobrevivência. Já o termo transculturação, conforme descrito por Mary Louise Pratt, refere-se ao processo de recepção e apropriação da cultura do colonizador pela autóctone, o que descreve um fenômeno característico desse contato entre culturas diferentes e busca perceber essas relações mestiças e assimétricas.<sup>40</sup> Na Argentina do século XVIII, por exemplo, a maioria dos importantes caciques eram mestiços e bilíngues, e haviam adotado nomes espanhóis juntamente com suas designações originais.<sup>41</sup> Essas situações eram em parte decorrentes da convivência com *gauchos*, fugitivos ou capturados, que viviam entre os índios e permitiam tais sincretismos.

---

<sup>35</sup> Id, p. 186.

<sup>36</sup> Gruzinski, citado em NACUZZI, p. 14.

<sup>37</sup> FRADKIN e GARAVAGLIA, p. 112.

<sup>38</sup> GRUZINSKI, p. 147.

<sup>39</sup> Id, p. 279.

<sup>40</sup> PRATT, Mary Louise. *Imperial Eyes: Travel, Writing and Transculturation*. 2ª ed. New York: Routledge, 2008, p. 7.

<sup>41</sup> FRADKIN e GARAVAGLIA, p.127.

## 1.2 Fronteira, espaço e território

Podemos entender a formação da fronteira sul argentina como um processo desenvolvido em muitas etapas. Primeiro, a necessidade de um limite é pensada e, a partir do século XVIII, foram estabelecidos os “enclaves de fronteira”, tais como fortes isolados ou missões religiosas. Esses enclaves foram os primeiros focos de contato entre as populações indígenas e as *criollas*, o que ocasionou negociações sobre as áreas ocupadas como a realização de tratados, que buscavam estabelecer limites de ocupação, e os *malones* indígenas, que pressionavam os *criollos* a realizarem novas negociações.

A definição dessa fronteira foi um processo de avanços e retrocessos, estritamente ligado aos tratados realizados e aos posicionamentos bélicos de ambas as sociedades. As ações na fronteira também variavam de acordo com os acontecimentos políticos internos e externos na Argentina. As guerras pela independência, os levantes internos contra grupos de *montoneros*<sup>42</sup> e conflitos externos como a Guerra do Paraguai (1865 - 1870) impediram que o governo exercesse ações mais incisivas na área de fronteira com o Pampa. Na segunda metade do século XIX, assistiu-se à militarização da região com a criação de uma linha de fortes que colocava em ação as políticas expansionistas argentinas sobre sua fronteira com os índios. E, por fim, os conflitos armados que terminaram em um ganho territorial argentino e resultaram na ampliação de sua jurisdição para além das áreas indígenas.

Para compreender melhor a formação e o funcionamento da fronteira, faremos o uso de algumas categorias explicativas para auxiliar na apreensão desses fenômenos históricos. A construção de uma divisão entre as duas sociedades, conforme iniciada no século XVIII, consistia no primeiro passo para a formação de um “espaço de fronteira” que, de acordo com Lidia Nacuzzi, representava uma “*zona permeable, porosa, en constante acomodamiento territorial y poblacional, en donde eran habituales la comunicación y el intercambio pacífico o conflictivo entre ambos grupos y los procesos de mestizaje cultural, social, político y económico.*”<sup>43</sup> “Espaço de fronteira” é uma categoria que amplia a ideia de fronteira para considerar a região de fortes, povoados *criollos*, fazendas e *tolderías* indígenas. Considera-se essa fronteira como permeável, o que a caracterizava como espaço de interação e também de conflito. “*Se establecieron*

---

<sup>42</sup> Grupos armados e comandados por caudilhos locais que durante o século XIX, fizeram oposição ao poder central.

<sup>43</sup> NACUZZI, p. 8 e 9.

*peculiares espacios de interacción entre grupos nativos e hispanocriollos y ocurrieron procesos originales de relaciones interétnicas pacíficas o conflictivas que pautaron la fluctuación de sus **espacios de frontera**.*”<sup>44</sup>

Essa categoria foi inspirada na ideia de “zona de contato”, da canadense Mary Louise Pratt, que a definia como um espaço transnacional de interações onde as fronteiras (ou rios e oceanos) não impediam o fluxo e o contato entre sociedades distintas. Sua perenidade permitia a circulação de ideias que se espalhavam por viajantes e textos escritos, independentemente das distâncias e das barreiras artificiais ou naturais.

(...) **Contact zones**, that is, social spaces where disparate cultures meet, clash, and grapple with each other, often highly asymmetrical relations of domination and subordination – such as colonialism and slavery, or their aftermaths as they are lived out across the globe today.<sup>45</sup>

*Criollos* e índios se colocavam em contato nesses espaços de interação, cuja pretensão inicial era a de construir diferenças e consolidar a colonização, mas que também permitiram o contato entre esses grupos, produzindo novos elementos culturais, diferentes de suas culturas de origem.<sup>46</sup> Os entendimentos sobre a fronteira eram redefinidos por ambos os grupos em relação às estratégias utilizadas e aos seus resultados.

Os espaços de fronteira representavam territórios em disputa, colocando em contradição a ampliação territorial *criolla versus* a compreensão indígena de que sua área de moradia estava sendo usurpada e, nesse contexto, o pagamento de rações pelos espanhóis e a realização de saques funcionavam como formas de compensação. Como resultado dessas interações, observamos uma fronteira que foi constantemente modificada, desde o século XVII, sofrendo paulatinos avanços rumo ao sul e ao oeste dos Pampas e norte da Patagônia, enquanto foi mantida a jurisdição indígena até o final do século XIX. Com orientação dessas duas categorias, entende-se por “espaço” o resultado de uma construção social e de processos históricos, econômicos (como a expansão agropecuária), políticos (formação dos Estados Nacionais durante a segunda metade do século XIX, bem como das diversas alianças entre caciques) e sociais (como mestiçagens, guerras e sincretismos).<sup>47</sup> O espaço, portanto, é entendido como fruto desses fatores e

---

<sup>44</sup> Id, p. 10, grifo nosso.

<sup>45</sup> PRATT, p. 7, grifo nosso.

<sup>46</sup> NACUZZI, p. 9.

<sup>47</sup> MANDRINI, Raúl J. e ORTELLI, Sara. Una Frontera Permeable. In: GUTIÉRREZ, Horácio, NAXARA, Márcia R. C. e LOPES, Maria Aparecida de S. *Fronteiras: paisagens, personagens e identidades*. São Paulo: Olhos d'água, 2003, p. 75.

não apenas como uma “natureza a explorar”.<sup>48</sup> Por “paisagem” entende-se um conceito dinâmico relacionado a processos sociais e culturais. Não pode ser simplificado a um elemento estático, pois sofre modificações e ressignificações a partir das relações nela estabelecidas. Essa rede de relações se define por “paisagem cultural”, sendo o resultado da “*interacción [que] incluía el ambiente construido a través de elementos fijos y no fijos. Estos componentes expresaban la organización espacial y, por lo tanto, el esquema cognitivo y el sistema de significados de los actores sociales.*”<sup>49</sup>

O termo “território” já implica ação sobre uma região – que não tem sentido por si mesma, mas sim, após o desenvolvimento de relações sociais que lhe agregam significado.<sup>50</sup> Esses três termos, território, espaço e paisagem, se relacionam ao expressarem as transformações humanas sobre os ambientes naturais. Os espaços políticos, por exemplo, envolvem uma rede de poder e interesses, que se expressam em uma paisagem. Dessa forma, nos espaços de fronteira ocorrem interações sociais que atribuem sentidos políticos e econômicos, como resultado das disputas entre *criollos* e indígenas. A eles são incorporados elementos políticos como a nacionalidade, a partir do século XIX, e econômicos como as necessidades de ampliação e segurança das regiões agropecuárias. Nacuzzi sintetiza com a afirmação: “*el tema de la territorialidad se enlaza fuertemente con el de los limites étnicos, es una cuestión geográfica que deviene en una cuestión social.*”<sup>51</sup> Ou seja, a territorialidade, seja indígena ou *criolla*, se expressava pela marcação dos espaços de soberania dessas sociedades e teve origem na questão social relacionada aos processos de interação e conflito existentes nas fronteiras.<sup>52</sup>

Alguns autores enfatizam a necessidade de pensar a fronteira como um espaço de conflito, já que os grupos envolvidos possuíam interesses distintos, refletidos nas negociações e nas disputas realizadas.<sup>53</sup> Ou seja, apesar das concepções sobre o território variarem com o tempo e conforme os grupos em relação, elas necessariamente envolvem uma disputa, com inclusão e exclusão. No caso, essas disputas vinculadas à fronteira

---

<sup>48</sup> ENRIQUE, p. 179

<sup>49</sup> BAYÓN, María Cristina e PUIPIO, Alejandra, La construcción del paisaje en el sudoeste bonaerense (1865-1879): una perspectiva arqueológica. In: MANDRINI, R. e PAZ, C. D. (comp.) *Las fronteras hispanocriollas del mundo indígena latinoamericano en los siglos XVIII-XIX*, p. 346. Neuquén: IEHS, 2003. Citado em ENRIQUE, p. 180, 181.

<sup>50</sup> Id, p. 180.

<sup>51</sup> NACUZZI, Lidia. *Identidades Impuestas*. Tehuelches, aucas y pampas en el norte de la Patagonia. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología, 1998, p. 237.

<sup>52</sup> OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA, João Pacheco (org.) *A viagem da volta. Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999, p. 55.

<sup>53</sup> ENRIQUE, p. 181.



seriam a resistência indígena ao expansionismo espanhol e posteriormente argentino, que implicaram em relações de poder expressas sobre um determinado espaço. As relações interétnicas existentes no espaço de fronteira terminam por agregar sentido ao território, uma vez que cada grupo em disputa interferiu nos usos desses espaços ao impor seus próprios interesses e ao reagir aos interesses externos.

À medida que a fronteira *criolla* se militarizou e as áreas de criação de animais no Pampa se expandiram, a resistência indígena se enfraqueceu, juntamente com os territórios dos caciques.<sup>54</sup> Os modos de pensar e construir os limites entre ambas as sociedades foram, dessa forma, influenciados mutuamente. Apesar de possuírem lógicas distintas sobre o pensar e organizar o território, a relação de interação implícita à fronteira não permitiu que cada sociedade definisse sua ocupação territorial e seus usos de maneira isolada.<sup>55</sup> A dinâmica e a complexidade desse espaço de fronteira na Argentina rumaram para o conflito armado, uma vez que não eram mais possíveis negociações e acordos. Um desequilíbrio de poder no final do século XIX, ocasionado pela adoção de melhores soluções militares, quer com estratégias, quer com o uso de novos armamentos pelos *criollos* e somado ao enfraquecimento dos caciques levou à imposição de atitudes cada vez mais agressivas, dentro de uma política etnocêntrica e expansionista.

### **1.3 Fronteira interna: zona de contato entre o “deserto” e a “civilização”**

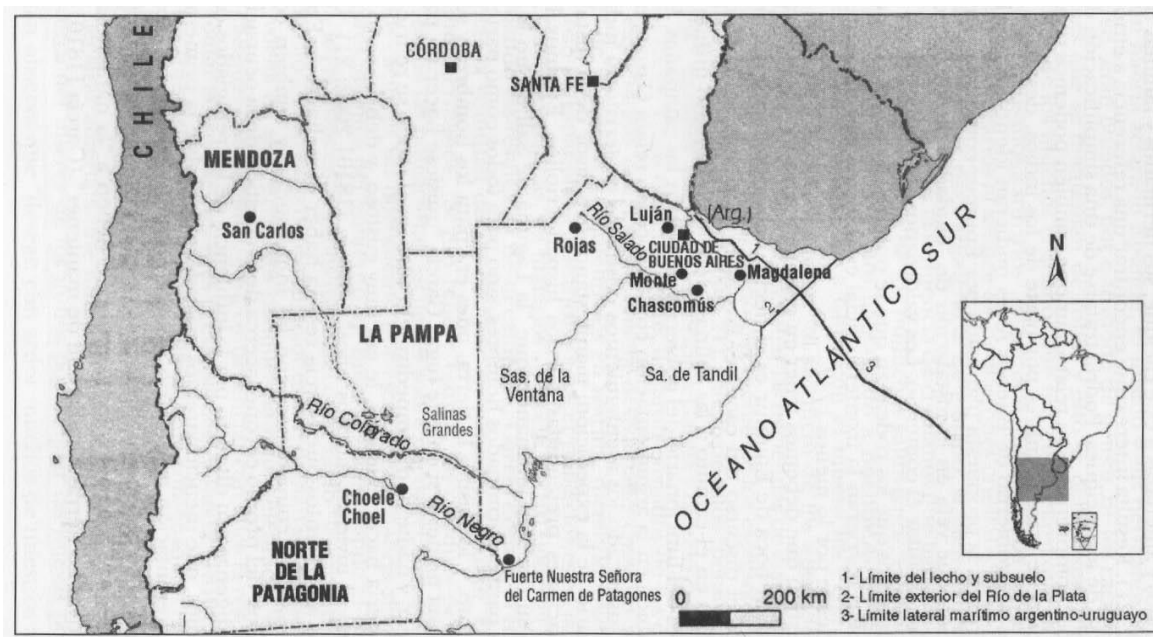
Na Argentina, o limite que separava a sociedade *criolla* das indígenas chamava-se fronteira, ou melhor, “fronteira interna”. Apesar do nome, essa fronteira não era representada por uma “linha” de demarcação – na maior parte das décadas entre os séculos XVII e XIX. Era uma fronteira vagamente definida por escassos fortes ou por referências naturais como os rios pampeanos. Apesar dos tratados que registravam demarcações mais precisas como a situada em rios, não existiu uma fronteira única entre toda a extensão do Pampa e norte da Patagônia até a Campanha ao Deserto, em 1879, que fixou a fronteira interna no rio Negro e seus afluentes, Neuquén e Limay, o que representava uma linha da cordilheira dos Andes até o Atlântico.

---

<sup>54</sup> Id, p. 176.

<sup>55</sup> Id, p. 185.

## Pampa e norte da Patagônia<sup>56</sup>



A definição “fronteira interna” foi difundida principalmente após a independência para fazer distinção com as fronteiras externas, também em processo de consolidação. Fazia-se referência ao vago limite com os grupos étnicos, seja ao sul ou ao norte com o Chaco. A incoerência dessa definição estava em considerar como parte do território argentino áreas reconhecidas como de soberania indígena, o que deixa claro as pretensões expansionistas argentinas sobre os territórios indígenas.

De acordo com a lógica jurídica adotada pelos argentinos, as áreas indígenas eram consideradas heranças coloniais e, portanto, faziam parte de seu território. Entretanto, eram consideradas como *res nullius*, ou “terra de ninguém” por muitos países europeus, pela falta de uma ocupação ocidental efetiva. Era comum que embarcações francesas ou inglesas utilizassem o litoral patagônico como portos, o que aumentou as preocupações argentinas em ocupar a região, antes que fosse invadida por alguma potência colonial.<sup>57</sup>

Pelo intenso fluxo de *criollos* e indígenas e por sua vaga demarcação a “fronteira interna” pode ser explicada pela categoria “espaço de fronteira”. Mais que uma linha que separava duas realidades, esse espaço representava a fluidez dos limites criados para expressar uma pretensão de divisão. Do ponto de vista militar, a fronteira interna

<sup>56</sup> IRRUTIA, Maria Paula. El avance de la frontera. La visión indígena respecto de los blancos en Pampa y Patagonia en el siglo XIX. In: NACUZZI, e LUCAIOLI, p. 209.

<sup>57</sup> BANDIERI, Susana. *Historia de la Patagonia*. 2ª ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2009, p. 60.

representava uma frente de conflito,<sup>58</sup> onde fortes e milícias tentavam fazer frente aos indígenas e impedir invasões. No entanto, as precariedades desses fortes os relegavam à condição de “enclaves de fronteira”,<sup>59</sup> e apenas na década de 1870, uma fronteira defensiva foi construída.

Deserto e civilização são dois conceitos de aparição constante nos documentos do período. Suas definições os repelem mutuamente e eles estão atrelados aos projetos políticos das elites argentinas. Deserto foi o conceito utilizado para designar o Pampa e a Patagônia, áreas pouco conhecidas e não ocupadas pelo homem branco, mas sim, por diversos grupos de indígenas. É um conceito histórico – por agregar muitos significados – não sendo apenas uma palavra com uma designação geográfica. É uma palavra conhecida do vocabulário *criollo* desde o século XVI, mas que, no século XIX, adquiriu novos significados com a “conquista do deserto”.<sup>60</sup>

**Incorporación de los desiertos** al progreso del país: (...) Componíanse eses desiertos de una cantidad de leguas igual a la en poder de la civilización. [após Rosas] **El desierto** quedó intacto, solo infestado por miles de salvajes que robaban, incendiaban, cautivaban, asesinaban á las poblaciones de las **fronteras interiores**, quedando la Republica mitad independiente y la otra mitad en poder **de los bárbaros**.<sup>61</sup>

No geral, o deserto implicava uma condição de exterioridade às cidades, às fronteiras e às nações; um espaço pensando como limite ao mesmo tempo em que se podia servir para possibilidades infinitas no futuro: “*espacio otro del Estado moderno, energía primitiva de la que el Estado se quiso apropiar. El desierto, entonces, no era ni totalmente seco, ni totalmente plano e, incluso, estaba habitado. Sus fronteras eran, además, imprecisas.*”<sup>62</sup> Sua contradição relativa a chamar de “deserto” espaços povoados se explica pela intenção da elite argentina em agregar significados negativos a esse espaço e, assim, legitimar sua dominação. A antítese desse deserto, que representava a barbárie, seria a civilização, conceito que carregava uma expectativa de futuro baseada na teleologia do progresso, impulsionada pelos desenvolvimentos materiais vividos no século XIX.

---

<sup>58</sup> BARBUTO, Lorena. Desarticulación de resistencias. El Avance del estado en la frontera sur de Córdoba, 1860-1870. In: NACUZZI, e LUCAIOLI, p. 152.

<sup>59</sup> IRRUTIA, p. 244.

<sup>60</sup> TORRE, Claudia. Estudios Preliminares. In: *El otro desierto de la Nación argentina*. Antología de la narrativa expedicionaria. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2010, p. 10.

<sup>61</sup> Centro Militar de Expedición al Desierto; Para Câmara dos Deputados. Julio Argentino Roca. Buenos Aires, maio de 1914. Archivo General de la Nación.

<sup>62</sup> TORRE, p. 10.

O conceito de civilização agrega-se à ideia de progresso no século XVIII e consolida-se no século XIX como um movimento ou uma ação, a de civilizar.<sup>63</sup> Dentro desse curso histórico pretensamente inevitável rumo à civilização, os políticos do século XIX viam-se como “catalisadores” desse processo. A crença da inevitabilidade do progresso na história aproximava a Argentina do futuro dos modelos de civilização, como países da Europa e os Estados Unidos, que tinham na ação de políticos e intelectuais os instrumentos para destituir a barbárie e viabilizar o progresso.<sup>64</sup> Assim, o deserto, vazio desse progresso, necessitava ser incluído na civilização por meio da conquista de seus espaços, a “conquista do deserto”. O “elemento americano”, como explicitado por Sarmiento e representado pelas sociedades autóctones que resistiam à presença europeia, deveria desaparecer para ceder seu espaço à civilização em expansão na Argentina. Desqualificar esses espaços ao chamá-los de deserto implicava na necessidade de civilizá-los, primeiramente, conquistando essas terras dos indígenas para, então, povoá-los dentro da utopia da civilização. Nesse sentido, o deserto expressava uma contradição: ao mesmo tempo em que apresentava os problemas da “barbárie”, continha possibilidades de transformação e desenvolvimento.

Esses discursos presentes nos projetos políticos a partir da geração de 37<sup>65</sup> pautaram as ações militares nos Pampas, foram responsáveis por medidas etnocidas e, até mesmo, de extermínio. Essa fala, típica da elite intelectual argentina do século XIX, foi reproduzida por gerações de historiadores que construíram a imagem de uma fronteira como uma divisão entre dois mundos distintos e, tão somente conflitantes, o que impediu a análise da complexa realidade dos “espaços de fronteira”. Os textos desses intelectuais, no entanto, são discursos que devem ser inseridos no contexto argentino de seu tempo, não refletem a realidade concreta e possuíam uma intenção política bem definida.<sup>66</sup>

---

<sup>63</sup> NORONHA DE SÁ, Maria Elisa. *Civilização e barbárie*. A construção da ideia de nação: Brasil e Argentina. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 41 e para a ideia de progresso KOSELLECK, Reinhart. *The practice of conceptual history*. Timing history, spacing concepts. Stanford: Stanford University, 2002, p. 154 - 169 e p. 218 – 235.

<sup>64</sup> NORONHA DE SÁ, p. 48.

<sup>65</sup> Por geração de 37 entendem-se jovens intelectuais se dedicaram a pensar alternativas ao governo federalista de Juan Manuel de Rosas. Ideias iluministas, liberais e republicanas estiveram presentes nesses discursos, onde muitos se tornaram representantes de governo ou escritores na Argentina do século XIX. Entre eles estão Estebán Echeverría, Domingo F. Sarmiento, Juan B. Alberdi, Juan María Gutiérrez, José Hernández, entre outros. Ricupero, Bernardo. As nações do romantismo argentino. In: PAMPLONA, Marco A. e MÄDER, Maria Elisa, org. *Revolução de independências e nacionalismos nas Américas: Região do Prata e Chile*. Vol. I, São Paulo: Paz e Terra, 2007.

<sup>66</sup> NORONHA DE SÁ, p. 14.

Escrito em 1845, por Sarmiento, “Facundo ou civilização e barbárie” produziu uma versão oficial da “zona de contato”, anulando ou denegrindo as interações existentes entre indígenas e *criollos*. Construída sobre uma perspectiva expansionista sobre as terras indígenas, Sarmiento condenou o passado bárbaro e colocou a situação dos desertos como motivo da dificuldade da Argentina em consolidar-se como nação.<sup>67</sup> Por meio desses discursos políticos, produzidos desde as primeiras décadas do século XIX, temos um deserto identificado como problema e colocado dentro dos projetos políticos da nova nação: um deserto convertido em limite dos espaços *criollos*, mas com possibilidades de futuro abertas a apropriação e transformação pelo Estado argentino.<sup>68</sup>

Como parte do “imaginário alberdiano”, o elemento de futuro estaria na transformação dos desertos em cidades com população imigrante.<sup>69</sup> “*El tipo de nuestro hombre sudamericano debe ser el hombre formado para vencer al grande y agobiante enemigo de nuestro progreso: el desierto, el atraso material, la naturaleza bruta y primitiva de nuestro continente.*”<sup>70</sup> Na ideia de deserto construída por esses intelectuais, esses espaços povoados por “outros”,<sup>71</sup> que não serviam para o projeto nacional eleito, deveriam ser substituídos por populações identificadas por essas elites. Essa associação dos Pampas com a imagem de desertos vazios e bárbaros colocava a necessidade de uma ação “civilizadora”, que justificaria o papel dessa elite letrada em promover a chegada do progresso a esses espaços.

A medida que van poblándose sus vastos territorios desiertos, el valor de éstos se decupla, la producción aumenta en proporciones enormes, y esto en virtud de que una sola familia, con el auxilio de máquinas modernas, puede poner en explotación grandes extensiones de tierra, y obtener así un producto mucho mayor que el necesario para su propio consumo.<sup>72</sup>

Apesar da eminente contradição presente em Alberdi sobre povoar espaços já povoados, o conceito de deserto continha um sentido definido para os intelectuais argentinos do século XIX, onde a ausência do Estado impunha a condição de deserto, não

---

<sup>67</sup> PRATT, p. 183, 184.

<sup>68</sup> TORRE, p. 11.

<sup>69</sup> Id, p.12.

<sup>70</sup> ALBERDI, Juan Bautista. *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina* (1852), p. 22, grifo nosso. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/00360552199914939647857/p0000001.htm?marca=Patagonia#72>

<sup>71</sup> NORONHA DE SÁ, p. 128.

<sup>72</sup> ALBERDI, p. 29.

obstante a seus habitantes. O deserto era uma antítese aos espaços povoados, as cidades, a fronteira, e eram esses elementos opostos que davam o seu entendimento.<sup>73</sup> “*Gobernar es poblar en el sentido que poblar es educar, mejorar, civilizar.*”<sup>74</sup> Ou seja, caberia aos governos argentinos, dentro do processo de construção nacional, modificar a população dos desertos pela imigração europeia que, segundo esse raciocínio, ajudaria a transformar a “barbárie” dos desertos em “civilização”.

Se o deserto era oposto à civilização, seus habitantes também o eram. Desqualificar os indígenas como bárbaros fazia parte do projeto da elite intelectual argentina dos oitocentos. Bárbaros e selvagens não condiziam com a Argentina civilizada do futuro e, assim, os índios eram retirados desse projeto nacional e deveriam ser substituídos por imigrantes europeus. Descrito por José Hernández no poema *Martín Fierro*, o índio habitante do deserto era o inimigo das fronteiras:

Es guerra cruel la del indio/ porque viene como fiera/ atropella donde quiera/ y de asolar no se cansa. (...) Odia de muerte al cristiano/ hace guerra sin cuartel/ para matar es sin y el/ es fiero de condición/ no golpea la compasión/ en el pecho del infiel (...) Es tenaz en su **barbarie**/ no esperen verlo cambiar/ el deseo de mejorar/ en su rudeza no cabe/ el bárbaro sólo sabe/ emborracharse y peliar. (...) No sabe aquel indio bruto/ que la tierra no da fruto/ si no riega el sudor (...) Aquel **desierto** se agita/ cuando la invasión regresa/ llevan miles de cabezas/ de vacuno y yaguarizo.<sup>75</sup>

O índio de Hernandez era encarado sob um prisma etnocêntrico e suas práticas eram incoerentes ao ideal da civilização. O índio aqui foi colocado como o inimigo responsável pela insegurança da fronteira e pela condição de deserto dos Pampas, que aqui eram a “*tierra adentro*” ou as áreas de povoamento indígenas, para além da “fronteira interna”. De acordo com Maria Elisa Noronha de Sá, a diversidade étnica e cultural da América Latina, somada a um poder político difuso, criou a necessidade de construir um controle social a partir do ordenamento político em torno de uma nação, cuja base era a criação de um componente étnico compartilhado.<sup>76</sup> Ou seja, a ordem social seria pautada na homogeneização artificial construída para legitimar um determinado grupo político, ao mesmo tempo em que se forneciam elementos para a identificação nacional. Nesse sentido, a construção dos Estados estaria atrelada à criação de um componente étnico, que

---

<sup>73</sup> TORRE, p. 10.

<sup>74</sup> ALBERDI, p. 15.

<sup>75</sup> HERNÁNDEZ, José. *Martín Fierro*. Buenos Aires: Losada, 2007, p. 131 -136.

<sup>76</sup> NORONHA DE SÁ, p. 19

fariam com que os integrantes dessa nação compartilhassem passado e futuro, por meio de um elemento de identidade em comum. Portanto, a construção desse índio por Hernández refletia os debates políticos sobre a representação de uma cultura “nacional”, assim cômodos atores que seriam eleitos para compor uma nova “argentinidade”.<sup>77</sup> O selvagem e bárbaro indígena deveria ser “melhorado” ou “civilizado” para poder compor essa nova simbologia, cuja alternativa se encontrava nos conflitos armados.

Colocados dentro de seu contexto, esses discursos etnocêntricos tinham relação com afirmação de uma identidade nacional, pois ignoravam o passado indígena e buscavam construir e modificar suas experiências. A mestiçagem e as interações próprias do “espaço de fronteira” eram desconstruídas no pensamento das elites intelectuais sobre a fronteira.<sup>78</sup> Nas palavras de Sarmiento: “*nuestros padres nos han dejado una inmensa herencia desierta, y una inmensa tarea que llenar, para desempeñar nuestro papel de Nación y de parte constituyente del mundo.*”<sup>79</sup> Dentro da perspectiva de consolidação da nação, as elites intelectuais reproduziram nesses discursos suas necessidades de autolegitimação.<sup>80</sup> Dentro do projeto hegemônico, pensado pela “geração de 37”, a dicotomia “civilização e barbárie” colocava em contraste o passado indígena, “bárbaro” e colonial, com o futuro das máquinas, da cidade e da “civilização”.

Seja enfatizando o problema do Estado, seja combinando as concepções política e cultural da nação, as ideias de civilização e barbárie estarão sempre presentes na linguagem política, permeando discursos e ações, aparecendo como eixos centrais da representação dos Estados nacionais americanos ao longo do século XIX, firmando-se como elementos constitutivos de uma alteridade geradora de significados que ajuda a formar, negociar, legitimar e dar sentido às muitas maneiras como as nações serão imaginadas e constituídas.<sup>81</sup>

Civilização e barbárie funcionavam como conceitos centrais para coordenar os princípios de organização do Estado moderno. A construção de um projeto hegemônico pelas elites intelectuais argentinas propunha afirmação de uma sociedade homogênea, em que as diferenças culturais existentes seriam negadas e substituídas pelo incentivo à imigração europeia. A legitimação da ordem pelo novo Estado, tendo por base o binômio

---

<sup>77</sup> ALVES-LOPES, Fernando. Los Caminos de la Modernidad: Comparando a Europa y Estados Unidos con América Latina. *América Latina Hoy*. Universidad de Salamanca. 57, 2011, p. 66. Disponível em: <http://revistas.usal.es/index.php/1130-2887/article/download/8123/8147> Acesso em: 10/10/2017.

<sup>78</sup> CLEMENTI, Hebe. National Identity and the Frontier. In: WEBER e RAUSH, p. 147.

<sup>79</sup> SARMIENTO, “Sueños de 1850”. *El Nacional*, julho de 1878. Apud NORONHA DE SÁ, p. 157.

<sup>80</sup> PRATT, p. 175.

<sup>81</sup> NORONHA DE SÁ, p. 21

“civilização e barbárie”, seria pautada, portanto, na configuração de um componente étnico que ajudaria a alcançar a ordem social pretendida pelo Estado. Colocar os índios como inimigos e “invasores” legitimava as ações expansionistas nos Pampas e ainda os desqualificavam como integrantes dessa nação em formação. Além disso, o projeto de futuro identificado no Pampa colocava esse espaço como parte do projeto de construção do Estado nacional argentino.

*“Sabido es que los indios no solo son un poderoso elemento destructor de la campaña, sino que son también la invencible barrera que nos priva de la grande extensión donde debiera derramarse y centuplicar nuestra riqueza.”*<sup>82</sup> Além de causar insegurança no Pampa, o índio impedia o fechamento das fronteiras internacionais argentinas e a ocupação definitiva da Patagônia. A possibilidade de transformar essa paisagem em “civilizada” era o argumento utilizado para gerar uma identificação da nova nação com esse território. “Incivilizado”, “bárbaro” e “selvagem” eram, portanto, conceitos utilizados para relacionar as sociedades indígenas ao perigo, à passividade e à inferioridade, sendo que seus usos davam legitimidade à “civilização” de prosseguir com seus projetos de conquista e submissão.<sup>83</sup> No trecho a seguir, verifica-se um exemplo da construção do índio como um inimigo das populações fronteiriças, em que o combate desse “outro” era necessário para o estabelecimento da segurança nas “zonas de fronteira”.

[O índio] astuto enemigo, éste espiaba las mejores ocasiones; se deslizaba silenciosamente por los espacios desprovistos de tropas, y su presencia en los establecimientos y en las poblaciones era anunciada de improviso por el incendio, la devastación, la matanza y el saqueo.<sup>84</sup>

A soberania sobre o território, o que inclui a definição de suas fronteiras internacionais, e o sentimento de pertencimento e de compartilhamento de uma identidade advindo do nacionalismo são características dos Estados nacionais consolidados no século XIX.<sup>85</sup> O estabelecimento da ordem, emanada de um poder político centralizado e capaz de suprimir rebeliões, era prerrogativa para consolidar o Estado argentino. Além disso, era necessário estabelecer os princípios de identidade que permitiriam uma

---

<sup>82</sup> BARROS, Álvaro. *Abusos y ruinas de la campaña. Apuntes de un viajero argentino*. Buenos Aires, 1871. Buenos Aires, Imprenta y litografía a vapor.

<sup>83</sup> RODRIGUES, Julia. *Civilizing Argentina: science, medicine and the modern state*. University of North Carolina Press: 2006, p. 13.

<sup>84</sup> *El Liberal*, 14 de abril de 1898. AGN, FJAR, leg. 1391.

<sup>85</sup> GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005, p. 205.



identificação com a nação. A antítese “civilização e barbárie”, dessa forma, expressava a tarefa do homem político dos oitocentos: estabelecer a ordem por meio das instituições públicas do aparato judiciário e administrativo do Estado para, assim, acabar com a “barbárie” e promover a “civilização”.

#### **1.4 Territorialização do espaço pampeano e patagônico dentro do Estado Nacional**

Para sua melhor compreensão, as campanhas contra as populações indígenas devem ser inseridas no processo de construção do Estado argentino. Conforme analisado, as experiências de contato têm origem nos primeiros momentos da colonização e se intensificaram na medida em que se buscou ocupar as terras do Pampa para fins econômicos. Pode-se dizer que a pressão do governo *criollo* nas terras indígenas foi resultado da incorporação da economia do Rio da Prata aos circuitos econômicos mundiais. A pretensão do governo em ocupar as áreas férteis do Pampa, mais concentradas ao sul de Buenos Aires, foram aos poucos modificando as relações existentes com os índios e impondo sua presença nas áreas indígenas, as quais considerava como legítimas de ocupação. Pretendia-se utilizar essas áreas para a criação de gado, em resposta às crescentes demandas por esses animais no comércio internacional.<sup>86</sup>

Além do fator econômico, o marco da construção de um Estado-nação trouxe à tona elementos como a soberania desse Estado tanto internamente, quanto externamente. Após as independências, os territórios dos novos países deveriam corresponder àqueles determinados durante a colonização. No entanto, os vice-reinos foram fragmentados em vários países, pois o próprio vice-reino do Rio da Prata e as correspondências coloniais não eram suficientes para precisar os novos limites. Dado isso, os litígios fronteiriços foram comuns durante o século XIX e o início do século XX, norteados pela necessidade de delimitação da jurisdição territorial, como exigia a definição do Estado moderno.

A necessidade de confirmar uma jurisdição nacional esbarrava nas fronteiras internas, onde áreas consideradas integrantes do novo país estavam sob domínio indígena. Ao confrontarmos os processos de definição do Estado argentino com sua expansão territorial às áreas consideradas como suas, muito embora não houvesse ocupação efetiva,

---

<sup>86</sup> DEL RIO, Walter Mario. *Memorias de expropiación (872-1943)*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2005, p. 17.

observamos a extensão da hegemonia do Estado esbarrar com a soberania indígena. Nesse sentido, a construção de um consenso em torno da atuação soberana desse Estado construía “outros internos” em um movimento de homogeneização social a partir da difusão dos elementos de identidade que se tornaram hegemônicos.<sup>87</sup> Os índios passam a ser construídos como “outros internos”, e os recursos de desqualificação analisados, como eram relacionados à barbárie a ser transformada pela civilização, serviam para legitimar esse processo de configuração territorial.

Novos lugares sociais eram, então, definidos por projetos de territorialização, e as sociedades originárias eram reinseridas a partir desses discursos. O Pampa, território de resistência indígena, era redefinido e associado à identificação nacional, colocando o indígena como um “invasor” de suas próprias terras. A territorialização desses espaços está contida na consolidação do Estado-nação, que necessita de um território nacional, com espaços legitimamente ocupados e definidos, além de sujeitos considerados aptos a partilhar desse território. A construção dos elementos de nacionalidade desse Estado, somados à identificação dessa nacionalidade a um território, procurava inserir as áreas indígenas dentro das nacionais, mas colocando os *cacicados* como “outros”, em um processo de criação de homogeneidades e de heterogeneidades, no qual a raça e a etnia são componentes de inclusão e exclusão de atores sociais.<sup>88</sup>

O projeto de nação almejado pelas elites intelectuais produziu um discurso de homogeneização cultural definindo como aspectos de “argentinidade”, ao mesmo tempo em que identificava aqueles que deveriam ser incorporados como imigrantes ou excluídos como os índios. Os gaúchos identificados com a barbárie em Facundo (1845) foram ressignificados em Martín Fierro (1872), como um dos componentes de originalidade da nação argentina. O indígena e o mestiço dos espaços de fronteira que, apesar do conflito, tinham seus territórios negociados com tratados e que estiveram presentes em diversos momentos da vida política argentina foram inseridos na ordem hegemônica como um “outro”, cujas alternativas eram a assimilação ou a destruição; “outro” que representava o entrave ao projeto de civilização, inerente ao projeto nacional.

Para melhor compreender a consolidação da nação argentina e sua relação com a destituição das terras indígenas no final do século XIX, faz-se necessário retroceder ao contexto prévio desse processo a fim de estabelecer o argumento, muito embora essa contextualização também será realizada em capítulo adiante. As primeiras décadas após

---

<sup>87</sup> Id, p. 18.

<sup>88</sup> Id, p. 20

o término das guerras de independências foram marcadas pelo fortalecimento de Buenos Aires, perante as demais províncias argentinas. O princípio de identidade coletiva resultante da ruptura com a metrópole foi fragmentado pelos interesses e lideranças locais, opondo as províncias do “interior” a Buenos Aires. Tanto a localização privilegiada dessa cidade, quanto à expansão pecuária criaram uma classe de proprietários de terra, cada vez mais fortalecidos pelas crescentes exportações de carne seca e pele de animais. O poderio econômico gerado pela agroexportação, somados à retenção dos recursos aduaneiros do porto de Buenos Aires gerou, em consequência, um poder político que não afetava apenas as elites locais, mas também, ameaçava o equilíbrio entre as demais províncias.<sup>89</sup>

Da contradição entre os interesses das elites de Buenos Aires com as elites das províncias, surgiram dois grupos políticos opostos: o federalismo, que optava pela descentralização e o unitarismo, que defendia a unidade política, com seu centro em Buenos Aires. Bernardino Rivadavia assumiu a presidência das Províncias Unidas do Rio da Prata, construindo rivalidades com os defensores do federalismo. Com a finalidade de distribuir as rendas provenientes do porto de Buenos Aires, Rivadavia federalizou essa cidade e a separou do restante da província, resultando na criação das Províncias Unidas do Rio da Prata. Dessa forma, os estancieros perderam uma das principais fontes de rendas, o porto de Buenos Aires, além do local mais populoso da região.<sup>90</sup> A oposição da elite portenha às práticas políticas de Rivadavia levou à sua renúncia em 1827.

Em meio à instabilidade política, o federalista Manuel Dorrego assumiu após Rivadavia, mas foi deposto em menos de um ano. Juan Lavalle, representante dos unitários, assumiu a presidência em seu lugar. Em nome de ideais liberais e em defesa das concepções políticas defendidas por Rivadavia, Lavalle assassinou Dorrego, o que contribuiu para o clima de instabilidade, levando à ascensão de Juan Manuel de Rosas pelos federalistas. O período rosista foi marcado pela defesa dos interesses dos proprietários de terras, garantindo à expansão das áreas disponíveis para as atividades pecuárias e por uma forma de governo autoritária. Iniciativas expansionistas perante os países vizinhos, além das oposições internas levaram à destituição de seu governo após a batalha de Cepeda, em 1851.

---

<sup>89</sup> OSKLAK, Oscar. *La formación Del Estado Argentino*. Orden, progreso y organización nacional. 4ª ed. Buenos Aires: Emecé, 2009, p. 50.

<sup>90</sup> LYNCH, John. As Repúblicas do Prata: da independência à guerra do Paraguai. In BETHEL, Leslie (Org.). *História da América Latina – da Independência até 1870*, volume III. São Paulo: Edusp, 2004, p. 645.

Com a derrota de Rosas, foi criada a Confederação Argentina encabeçada por Urquiza e sem a presença de Buenos Aires, o que limitou os recursos da Confederação. Com a batalha de *Pavón* em 1861, Buenos Aires derrotou a Confederação, e o Estado nacional argentino finalmente encontrou o ambiente político e os recursos econômicos para se consolidar. Nas décadas que se seguiram a vitória de Buenos Aires, os vínculos com as alianças locais foram diminuindo e foram substituindo funções antes exercidas por agentes localizados nas províncias por organismos estatais. O Congresso Nacional, o exército e os partidos políticos são exemplos de instituições que modificaram mecanismos de representação e cooptação, concentrando atribuições que antes pertenciam aos líderes locais a um governo central.<sup>91</sup>

A formação de uma unidade política implicava na “redução a uma unidade”, ou seja, a construção do vínculo entre um espaço territorial com uma unidade política mais ampla e relacionada a um agente abstrato, o Estado.<sup>92</sup> Dessa forma, o controle da coerção se fazia essencial a tais pretensões unificadoras. Durante a presidência de Bartolomé Mitre, foi criado um corpo de exército regular em 1864, dividindo com as guardas nacionais a função de evitar a penetração de índios nas estâncias, além de combater insurreições contra o predomínio político de Buenos Aires.<sup>93</sup> A formação do exército nacional e a profissionalização de seus integrantes colocaram a serviço do Estado um importante instrumento capaz de impor o poder central e afirmar a presença do Estado em todo país.

No momento da consolidação de uma ordem nacional, percebia-se como prioridade formalizar a construção do território, em que a transformação da barbárie em civilização colocaria as terras do sul sob as leis do Estado. Projetos de transculturação das sociedades indígenas tornaram-se comuns nas décadas de 1870 e 1880, colocando a territorialização sob o prisma civilizacional. O “problema” indígena estaria assim associado à formação do território nacional, onde a identificação do índio como selvagem justificaria um projeto nacional territorialista, relacionado a estender a “civilização” às áreas de “barbárie”.<sup>94</sup>

O Estado nacional argentino se consolidou ao longo das décadas de 1860 e 1880. O fortalecimento da instituição militar ocorreu depois de finalizada a rebelião de López

---

<sup>91</sup> OSZLAK, p. 86.

<sup>92</sup> BOTANA, Natalio. *El orden conservador*. La política argentina entre 1880 y 1916. Buenos Aires: Hyspamerica, 1985, p. 26.

<sup>93</sup> OSZLAK, p. 105.

<sup>94</sup> DEL RIO, p. 62,63.

Jordán contra o poder central na década de 1870, legitimando o exército como braço armado do poder político. Durante a presidência de Sarmiento (1868 - 1874), o exército passou a usufruir de melhores armamentos, aumentando sua capacidade militar, além de usufruir de tecnologias como as ferrovias e o telégrafo. Assim, o aparelho estatal configurava-se como uma entidade abstrata acima dos partidos e das disputas entre caudilhos, capaz de desarticular forças políticas regionais e suprimir rebeliões.

Até o começo da década de 1870 o recente Estado argentino não possuía condições de fazer frente aos indígenas do Pampa, tampouco, haviam projetos consolidados nesse sentido. A primeira lei a tratar da fronteira interna data de 1867, que definia que a fronteira interna deveria ser estabelecida no Rio Negro, início da Patagônia argentina. No entanto, em decorrência da Guerra do Paraguai e de insurreições internas, não foi possível despender mais recursos na fronteira sul. Não existia, portanto, uma política para essas áreas, embora já existisse o entendimento de que os espaços além das fronteiras deveriam compor o território nacional.<sup>95</sup> Finalizados os conflitos internos e externos, e garantido o ordenamento social pelo poder central, os projetos para as fronteiras sul começaram a ser desenvolvidos e aplicados sistematicamente.

Dentre as primeiras tentativas de ordenar e aumentar a segurança da fronteira, ainda na década de 1870, o ministro da guerra pelo governo Sarmiento, Martín de Gainza, tentou ordenar os espaços de fronteira, primeiramente, vinculando cada área com um cacique e suas respectivas alianças, para então, reconhecer a ocupação de tais espaços ocupados e negociar o fim dos *malones*. Em dado momento, os caciques pehuenches Purrán e Caepe se encontravam no sul de Mendoza, os *manzaneros* Saygüequé e Ñancucho entre os passos andinos e ao sul do rio Neuquén, próximos a cordilheira dos Andes, Mariano Rosas, nas proximidades de Buenos Aires.<sup>96</sup>

Porém, não obstante a política de tratados, a resistência indígena prosseguiu e o cacique Mariano Rosas rompeu um tratado assinado com o governo devido à falta de pagamento de rações, incitando um *malón* em 1871. No ano seguinte, uma grande invasão indígena, composta principalmente de Ranqueles, foi derrotada no forte San Carlos. Esta, que foi a primeira grande derrota indígena, desequilibrou as relações de poder com os caciques, iniciando o período de hegemonia *criolla* nas relações de fronteira.<sup>97</sup> Tanto a formalização do discurso do inimigo interno, o índio, quanto o aumento da capacidade

---

<sup>95</sup> Id, p. 48.

<sup>96</sup> Id, p. 53.

<sup>97</sup> Id, p. 61.

bélica do governo, o que reduzia a necessidade de negociar, modificou a dinâmica das relações fronteiriças.<sup>98</sup>

A territorialização do espaço indígena foi resultado da ação do Estado de colocar o Pampa como parte do território nacional e incluí-lo no conjunto de leis da nova nação. Para tornar possível esse processo foi necessário construir o indígena como um outro e colocá-lo fora do conjunto de símbolos e identidades do novo Estado. As interações, normais nos “espaços de fronteira”, foram minimizadas pelos discursos políticos na segunda metade do século XIX, que atrelavam a formação de uma nacionalidade a destituição da “barbárie” indígena. O ideal do progresso e da civilização ajudaram a construir esse “outro”, embasado, inclusive, por referenciais científicos. Portanto, a expansão e o fechamento das fronteiras argentinas foram argumentos etnocêntricos para justificar a consolidação de um Estado Nacional, dentro do pensado e planejado por suas elites.

---

<sup>98</sup> A organização dos caciques, suas alianças e o processo detalhado de avanço e retrocesso da fronteira serão analisados em capítulo adiante.

## **2. Cacicados pampeanos e patagônicos em uma perspectiva racialista.**

Raça, territorialidade e identidade são elementos intrínsecos à formação dos Estados nacionais na América Latina.<sup>99</sup> Esses três elementos compunham o quadro da nacionalidade, determinando os elementos que deveriam ou não ser incluídos no projeto de nação. Os elementos pré-existentes foram ressignificados, tendo em vista os elementos externos, traduzidos e adaptados ao ambiente intelectual latino-americano. Além disso, os ideais de modernidade e progresso nortearam o horizonte de expectativas desses novos Estados, que passaram a definir os elementos culturais que atribuiriam o estatuto do moderno. Dessa forma, as sociedades indígenas e suas relações de convivência, intercâmbios e conflitos foram recolocados nesse novo contexto que se formou a partir da década de 1860, em um ambiente no qual a única alternativa que lhes deixavam era o conflito. Este capítulo irá descrever os principais grupos indígenas do Pampa e da Patagônia; identificar seus líderes, principalmente entre 1860 e 1870, e problematizar os componentes raciais e científicos inerentes aos novos projetos nacionais do período.

### **2.1 Entendimentos sobre raça e projetos de nação**

Como visto no capítulo anterior, a primeira década do século XIX na Argentina foi marcada por guerras civis causadas por disputas de poder e soberania entre a província de Buenos Aires e as demais. Com a vitória de Mitre na batalha de Pavón, em 1861, Buenos Aires tornou-se a capital nacional e deu-se início à fase de construção do Estado Nacional centralizado, seja fortalecendo ou criando instituições, seja buscando estabelecer os elementos simbólicos dessa nação, como a definição de seu território e de sua população. A origem da reflexão sobre a nação e seus elementos pode ser vinculada à “geração de 37”, em que os seus principais autores discorreram sobre o que

---

<sup>99</sup> Na América Latina, a formação do Estado e da nação foram quase simultâneos, sendo que o Estado conscientemente elaborou a nação, enquanto na Europa, os elementos que identificavam a população como uma “nacionalidade” que fizeram o Estado. Ao criar a nação, o Estado latino-americano concebia sua identidade nacional e cultural, mesmo que em projeções para o futuro. Para a América Latina, a “civilização” da Europa era o modelo de modernidade, mas, ao mesmo tempo, representava uma tradição negada com o passado colonial. Cf. CHIARAMONTE, José Carlos. Nación y Estado en Iberoamérica. El leguaje político en tiempos de las independencias. Buenos Aires: Sudamericana, 2004, p. 51 e ALVES-LOPES, Fernando. Los Caminos de la Modernidad: Comparando a Europa y Estados Unidos com América Latina. *América Latina Hoy*. Universidad de Salamanca. 57, 2011. Disponível em: <http://revistas.usal.es/index.php/1130-2887/article/download/8123/8147> Acesso em: 10/10/2017, p. 66.

consideravam como “base”<sup>100</sup> para uma nação “civilizada”. Assim, a elite *criolla* argentina construiu sua “comunidade imaginada”,<sup>101</sup> ao refletir sobre as características que deveria ter esse Estado e ao atribuir sentidos identitários e de pertencimento a um território, de modo a conectar a população a uma nação construída intelectualmente.<sup>102</sup> No entanto, esse território não estava definido, posto que as fronteiras não eram delimitadas e sua maior parte estava ocupada por sociedades de índios.

Thomas Holt afirma ainda que, nessas comunidades imaginadas durante o século XIX, a raça e a nação são dois conceitos que devem ser pensados juntamente com suas articulações entre suas noções de identidades – raciais e nacionais. Raça e nação devem ser, dessa forma, pensados como conceitos em movimento, que se articulam de maneiras distintas em cada momento histórico, uma vez que a nação buscou refletir quem a ela pertencia ou não. Ou seja, a nação imaginada na Argentina no final do século XIX, projetava a articulação entre o que seria sua identidade em relação as noções de pertencimentos sociais.<sup>103</sup>

As concepções raciais serão desenvolvidas neste capítulo em relação à construção do Estado e sua identidade, o qual pretendia definir seu estatuto de nação. Entendemos aqui que a raça foi um componente importante para a construção do Estado argentino no século XIX, uma vez que refletir sobre esse conceito resulta em indagações sobre a população vinculada ao Estado e quais foram as características de identidade almejadas por suas elites. Assim, é necessário analisar o pensamento vigente no ambiente intelectual da Argentina nos oitocentos, que tornou possível a difusão de ideias “racialistas” e que excluíram parte da população, produzindo “outros internos”. A criação de diferenças entre as populações por meio de componentes raciais pode ser chamada de “racialização”, em que o diferenciamento foi construído a partir de um discurso hegemônico, produzindo hierarquias.<sup>104</sup> É imperativo, portanto, conhecer o que se entendia pelo conceito de raça e sua relação com o discurso nacional para melhor compreender as situações de exclusões e inclusões inerentes à formação desses novos Estados.

---

<sup>100</sup> Em referência a ALBERDI, Juan Bautista. *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina* (1852). Disponível em: <https://www.elcato.org/sites/default/files/bases-libro-electronico.pdf> Acesso: 28/11/2017.

<sup>101</sup> Perry Anderson citado em: HOLT, Thomas C. e WADE, Peter. *Race and Nation in modern Latin America*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2003, p. XIII.

<sup>102</sup> Id, p. VII.

<sup>103</sup> Id, p. VIII.

<sup>104</sup> APPLEBAUM, Nancy; MACPHERSON, Anne; ROSEMBLATT, Karin. In: HOLT e WADE, p. 2.



O Estado nacional na Argentina, portanto, foi formado nessa articulação entre concepções raciais, busca por modernidade e em como estabelecer identidades e que fossem ao mesmo tempo homogêneas e “civilizadas”.<sup>105</sup> Os entendimentos sobre raça se relacionavam com os processos de formação de identidades, ou seja, em definir aqueles que fariam ou não parte da nacionalidade em questão. E, igualmente, essas definições representam os processos hierárquicos em vigor, uma vez que foram estabelecidas e impostas pelas elites políticas e intelectuais, no momento em que se pensava o estatuto da nova nação.<sup>106</sup> O projeto de nação da elite *criolla* era um projeto modernizador.<sup>107</sup> E, essa modernização, além de tecnológica, era também cultural: correspondia à adoção da cultura civilizada, considerada moderna, e assim as identidades seriam moldadas dentro dessa concepção modernizadora.<sup>108</sup>

O entendimento eurocêntrico das elites argentinas levou à crença de que uma nação moderna, tais como as encontradas na Europa de acordo com os contemporâneos, precisava de uma população branca para tal, definindo seus cidadãos por um discurso racista.<sup>109</sup> Entre os representantes mais fortes desse pensamento, estava Juan B. Alberdi, que defendia a imigração europeia como solução para reprimir um passado colonial bárbaro, substituindo-o por um futuro de progresso na civilização. As sociedades indígenas, juntamente com *gauchos* e mestiços, foram relacionados à barbárie e opostos a consolidação de um Estado moderno.<sup>110</sup> O eurocentrismo presente nesse pensamento atribui às distinções raciais um caráter cultural, no qual o elemento americano ou indígena não estava adequado ao projeto de futuro almejado, por não pertencer à cultura europeia. Assim, formava-se uma lógica que colocava as sociedades indígenas como obstáculos para a construção de uma sociedade moderna e civilizada.<sup>111</sup>

Así Europa ejerce en América una acción civilizadora, al paso que América ejerce en Europa una reacción en sentido opuesto. (...) América ha sido descubierta, conquistada y poblada por las razas

---

<sup>105</sup> Id.

<sup>106</sup> Id, p. 21; DIJK, Teun A. Introdução. In: DIJK, Teun A. (org.) *Racismo e discurso na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 16

<sup>107</sup> SCHIMIDT-WELLE, Friedhelm (ed.). *Ficciones y silencios fundacionales*. Literaturas y culturas poscoloniales en América Latina (siglo XIX). Vervuert: Iberoamerica, 2003, p. 13.

<sup>108</sup> BARBOSA, Márcia Fagundes. Nação, um discurso simbólico da modernidade. *Critica Cultural (Critic)*, Palhoça, SC, v. 6, n. 1, jan./jul. 2011, p. 205.

<sup>109</sup> HOLT e WADE, p. 3.

<sup>110</sup> SLATTA, Richard W. The Gaucho in Argentina's Quest for National Identity. In: WEBER, David J. e RAUSH, Jane M. *Where cultures meet*. Frontiers in Latin American history. Wilmington: Jaguar Books, 1994, p. 154.

<sup>111</sup> BELVEDERE, Carlos, CAGGIANO, Sergio, CASARAVILLA, Diego, COURTIS, Corina, HALPERN, LENTON, Diana, PACECCA, Maria Inês. Argentina: sinopse da situação. In: DIJK, Teun A., p. 26 - 30.

civilizadas de Europa (...). Así, el fin providencial de esa ley de expansión es el mejoramiento indefinido de la especie humana, por el cruzamiento de **las razas**, por la comunicación de las ideas y creencias, y por la nivelación de las poblaciones con las subsistencias. Por desgracia su ejecución encontró en la América del Sud un obstáculo en el sistema de exclusión de sus primeros conquistadores. Monopolizado por ellos durante tres siglos su extenso y rico suelo, quedaron esterilizados los fines de la conquista en cierto modo para la civilización del mundo.<sup>112</sup>

Esse trecho de “As Bases” exemplifica as duas principais questões apresentadas. A primeira trata da relação entre a Europa e sua ação civilizadora, tanto em suas colônias, quanto com a adoção de elementos de sua cultura, ditos civilizadores. A segunda é a questão racial, mostrando relação com as teorias científicas europeias, quando aborda o “melhoramento da espécie humana” e o obstáculo que as raças americanas impuseram ao desenvolvimento da civilização europeia. Segundo Alberdi, o estereótipo de uma nação civilizada estava vinculado à presença de população branca, enquanto a indígena, a *gaúcha* e a negra eram consideradas “inferiores” dentro de uma condição de progresso social. Domingo F. Sarmiento durante a década de 1850, por exemplo, argumentava que o passado colonial – hispânico colonial e indígena – deveria ser suprimido por uma população europeia imigrante, capaz de promover o embranquecimento da população e, sobretudo, disseminar elementos culturais das nações civilizadas.<sup>113</sup> A conquista das terras indígenas e a perseguição de seus habitantes seriam legitimadas por esses discursos que colocavam em antagonismo a “civilização” e a “barbárie”.

Assim, conquistar as áreas ocupadas pelos índios ou os “desertos” representava a integração de um espaço vazio, na ótica da civilização, ao território nacional. O conceito de “deserto” não significava apenas a imagem de uma região inóspita como o sinônimo de “*tierra adentro*”,<sup>114</sup> que são as áreas além da “fronteira interna”, mas também, a ausência de população civilizada, que agregava a esse conceito a ideia de um “vazio”. Dentro do projeto de nação da elite política argentina, o progresso da sociedade era visto como uma meta que, para torná-lo possível, a “civilização” deveria substituir a “barbárie” típica das culturas americanas. Na visão dos contemporâneos, o desenvolvimento histórico deveria sofrer interferência da ação política no sentido de modificar as estruturas

---

<sup>112</sup> ALBERDI, p. 20 e 34, grifo nosso.

<sup>113</sup> HOLT e WADE, p. 6 e TELLES, Edward. *Pigmentocracies: ethnicity, race, and color in Latin America*. UNC Press, 2014, p. 17.

<sup>114</sup> MANDRINI, Raúl J. e ORTELLI, Sara. Una Frontera Permeable. In: GUTIÉRREZ, Horácio, NAXARA, Márcia R. C. e LOPES, Maria Aparecida de S. *Fronteiras: paisagens, personagens e identidades*. São Paulo: Olhos d'água, 2003, p. 85.

sociais que reproduziam o atraso para permitir a construção de um Estado moderno e civilizado.

Em outra citação de Alberdi em “As Bases”, o deserto era o inimigo do progresso e do ideal de nação pretendido por esses intelectuais: *“el tipo de nuestro hombre sudamericano debe ser el hombre formado para vencer al grande y agobiante enemigo de nuestro progreso: el desierto, el atraso material, la naturaleza bruta y primitiva de nuestro continente.”*<sup>115</sup> Representava o “vazio” de aspectos dessa civilização como a ausência de meios técnicos e materiais, seja entre as populações a exemplo de estradas e ferrovias, seja dentro dos ambientes urbanos. O controle de um vasto e pouco povoado território, composto de “desertos” em sua maior parte, era um desafio para esse “homem sul-americano” de Alberdi, que deveria combater esse inimigo multifacetado para civilizar o continente.

O objetivo da ação política era acabar com o “deserto” e, assim, acelerar esse movimento progressivo em direção ao futuro, em que a “civilização” seria o destino final desse curso histórico.

¿Qué nombre daréis, qué nombre merece un país compuesto de doscientas mil leguas de territorio y de una población de ochocientos mil habitantes? **Un desierto.** ¿Qué nombre daréis a la Constitución de ese país? La Constitución de un desierto. Pues bien, ese país es la República Argentina; y cualquiera que sea su Constitución no será otra cosa por muchos años que la Constitución de un desierto. **Pero ¿cuál es la Constitución que mejor conviene al desierto? La que sirve para hacerlo desaparecer;** la que sirve para hacer que el desierto deje de serlo en el menor tiempo posible, **y se convierta en país poblado.**<sup>116</sup>

A Argentina, desse modo, era um deserto em sua essência: com baixa densidade populacional e distante do progresso almejado. Datada da década de 1850, “As Bases”, assim como outros textos do período e escritos pela chamada “geração de 37”, tinham por objetivo se opor a Juan Manuel de Rosas e ao mesmo tempo estabelecer um modelo de Estado diferente daquele existente. Dos desafios desses políticos que deveriam ser uma alternativa a política de Rosas, estava o de acabar com o deserto – que além de um espaço físico, correspondia a uma situação associada à barbárie.

Luego éste debe ser el fin político (...) Las Constituciones de países despoblados no pueden tener otro fin serio y racional, por ahora y por

---

<sup>115</sup> ALBERDI, p. 80.

<sup>116</sup> Id, p. 218, grifo nosso.

muchos años, que dar al solitario y abandonado territorio la población de que necesita, como instrumento fundamental de su desarrollo y progreso.<sup>117</sup>

Pelo trecho acima, continuação da citação anterior, podia-se entender que o conceito de deserto fazia alusão às áreas despovoadas, e a reacomodação ou a migração para elas iria acabar com a situação de “deserto”. No entanto, esse espaço comentado por Alberdi também representava as áreas povoadas por índios. Povoar não era a única chave para acabar com os desertos, mas sim povoar com uma determinada população: aquela que poderia difundir práticas de civilização nas terras americanas.

Novamente, dentro de “As Bases”, e ainda sobre o pensamento racista da década de 1850, relacionado ao momento político de reflexão e montagem de um projeto nacional, colocava-se a cultura europeia como resposta ao dilema da “barbárie” presente no país. “*En América todo lo que no es europeo es bárbaro: no hay más división que ésta: el indígena, es decir, el salvaje; el europeo, es decir, nosotros, los que hemos nacido en América y hablamos español.*”<sup>118</sup> Adotar uma cultura europeia era colocar em prática o projeto modernizador, o que significava negar a cultura indígena existente, colocada como antítese da europeia, para então implantar “modelos de modernidade”.<sup>119</sup> Dessa forma, os projetos de nação para a Argentina da década de 1850 representaram a adoção de um projeto político e cultural de modernização, em que as estruturas institucionais seriam adequadas e consolidadas, da mesma forma que as identidades e as nacionalidades se moldariam a um projeto modernizador que, nesse caso, era o de assumir o modelo da civilização.<sup>120</sup>

As concepções sobre modernidade e civilização e, também, sobre raça, estavam inseridas em um contexto transnacional, no qual os determinantes raciais e suas relações com os princípios de nacionalidade eram articulados.<sup>121</sup> A busca pela civilização deve ser colocada em um contexto global, em que os projetos de nação eram também projetos civilizadores.<sup>122</sup> O fluxo de ideias, que vinham por correspondências, viajantes, livros e jornais adquiriam novos significados dentro do contexto argentino, produzindo novos entendimentos sobre as relações entre raça e identidade. Na Argentina, os discursos sobre

---

<sup>117</sup> Id, p. 219.

<sup>118</sup> Id. p. 84.

<sup>119</sup> SCHIMIDT-WELLE, p. 14.

<sup>120</sup> RODRIGUES, Julia. *Civilizing Argentina: science, medicine and the modern state*. North Carolina: University of North Carolina Press, 2006, p. 164.

<sup>121</sup> HOLT e WADE, p. 12.

<sup>122</sup> TELLES, p. 6.

evolução e degeneração a respeito do progresso e da civilização produziram novos discursos preocupados em definir quais eram as “raças europeias” que poderiam servir para afirmar esse ideal de identidade.

Transformando ideias do cientificismo europeu, obteve-se respaldo para reduzir pela violência e pela imigração a população indígena e a não branca em geral, assumindo para a nação uma identidade branca, não condizente com a miscigenação que existia desde o período colonial.<sup>123</sup> A imigração e a violência foram meios utilizados para “melhorar” as raças existentes no espaço americano, justificados por um discurso eurocêntrico e etnocêntrico sobre a “civilização”.<sup>124</sup> Nesse contexto, a ciência era reconhecida como produtora de conhecimentos relacionados à modernidade e à civilização. Teorias evolucionistas, *darwinistas*,<sup>125</sup> entre outras, foram utilizadas como: “metas-linguagem, fornecendo quadros polivalentes para a análise histórica das populações latino-americanas e de seus destinos.”<sup>126</sup>

A associação desses projetos de nação com a ciência dotou de legitimidade os discursos de exclusão ou de inclusão de habitantes, com base em prerrogativas raciais.<sup>127</sup> O livro *A origem das espécies* de Charles Darwin, datado de 1859, influenciou diversas áreas do conhecimento e foi a base para o movimento de ideias conhecido como Darwinismo. A ideia base de que: “todas as espécies descendem de um ancestral comum e evoluem gradativamente através do processo de seleção natural”,<sup>128</sup> se popularizou nas últimas décadas do século XIX em posições teóricas que ampliaram essa perspectiva biológica para caracterizar as raças dentro de parâmetros evolutivos. Nesse sentido, caracterizar a Argentina como um país civilizado, dependeria do conjunto de “raças” que comporiam sua população. Havia nesse período uma crença de que as muitas sociedades

---

<sup>123</sup> STEPAN, Nancy Leys. *The Hour of Eugenics: race, gender and nation in Latin America*. Ithaca: Cornell University Press, 1991, p. 15.

<sup>124</sup> Id., p. 8.

<sup>125</sup> Uma importante teoria desse período era o Darwinismo Social. Fundamentada por Herbert Spencer em aplicação as teorias do evolucionismo de Darwin, considerava que os seres humanos eram naturalmente desiguais, “ou seja, dotados de diversas aptidões inatas, algumas superiores, outras inferiores. A vida da sociedade humana é uma luta ‘natural’ pela vida, portanto, é normal que os mais aptos a vençam (...), da mesma forma que é normal que os menos aptos fracassem.” BOLSANELLO, M. A. Darwinismo social, eugenia e racismo. Revista *Educar*, Curitiba, n. 12, 1996, Editora UFPR, p. 154.

<sup>126</sup> STEPAN, p. 14, tradução própria.

<sup>127</sup> RUSE, Michael. *The Darwinian Paradigm. Essays on its history, philosophy, and religious implications*. London: Routledge, 1989, p. 9.

<sup>128</sup> MAIO, Marcos C. e SANTOS, Ricardo V. (org.) *Raça, Ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996, p. 126.

de índios compunham uma “raça” inferior, sendo que algumas vertentes entendiam sua extinção como inevitável, o que contribuía para retirá-las dos projetos futuros de nação.<sup>129</sup>

As raças, portanto, são distinções historicamente localizadas e socialmente impostas, constantemente modificadas por sociedades que criam diferenças entre os indivíduos.<sup>130</sup> Na Argentina, esse conceito possuía um grande correspondente cultural e não apenas físico,<sup>131</sup> já que a produção de diferenças serviria para criar uma identificação com a cultura europeia, excluindo ou transformando os elementos que não se adequassem dentro do projeto civilizador. Thomas Holt chama de “racialização” ou “racialismo” o processo de produzir diferenças entre grupos humanos<sup>132</sup>, e Edward Telles de “*pigmentocracy*” a produção de desigualdades pelo componente racial.<sup>133</sup> O conceito de raça também foi definido por Telles como resultado de um sistema de classificação, criado por agentes em sistemas desiguais de poder.<sup>134</sup> Independentemente da categoria utilizada, ambos assumem a raça como um componente fluido e que serviu para gerar desigualdades, dentro de um processo mais abrangente e transnacional de produção de hierarquias, buscando no progresso das raças o elemento para construir nações modernas.<sup>135</sup>

O componente racial serviu para criar autoidentificações, produzindo identidades e diferenças. Também serviu para promover métodos de controle social baseados na exclusão, como a imigração e a violência, sem se tornarem uma contradição à civilização e à modernidade, mas, ao contrário, sendo um complemento a essa.<sup>136</sup> O par conceitual “civilização e barbárie” dirimiu essa possível contradição, ao caracterizar aqueles que pertenciam à civilização ou à barbárie, ou seja, ao modelo cultural europeu ou ao mestiço e autóctone. Assim, a nação tinha como missão produzir uma cidadania eurocêntrica, seguida de uma política de violência racionalizada e responsável por atribuir o conceito de “deserto” a uma área povoada, justificando ações de etnocídio ou extermínio.<sup>137</sup>

Juntamente com os arquétipos nacionais que a definiriam a nação, o conceito de raça possuía amplo uso dentro do período e se relacionava a um projeto modernizador de

---

<sup>129</sup> MAIO e SANTOS, p. 18.

<sup>130</sup> STEPAN, p. 13.

<sup>131</sup> NACUZZI, Lidia. *Identidades Impuestas*. Tehuelches, aucas y pampas en el norte de la Patagonia. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología, 1998, p. 164.

<sup>132</sup> HOLT e WADE, p. 2.

<sup>133</sup> TELLES, p. 4.

<sup>134</sup> Id, p. 30.

<sup>135</sup> Id, p. 18; STEPAN, p. 12.

<sup>136</sup> RODRIGUES, p. 3; DIJK, Teun A. Introdução, p. 23.

<sup>137</sup> Id, p. 165 e 164.

nação. O ideal de modernidade em fins do século XIX estava associado aos valores culturais da Europa e, também, dos Estados Unidos. Nesse sentido, a construção de uma nação moderna, ou seja, uma nação adequada aos valores europeus considerados modernos e civilizados deveria ser construída pela modificação de sua população, substituindo uma sociedade mestiça e indígena por uma europeia, que pudesse agregar os valores almejados.<sup>138</sup> A formação da nação Argentina correspondia a um projeto de modernização cultural, em que, apoiados em teorias científicas e por sua vez racialistas, a raça europeia era colocada como culturalmente superior, e, portanto, a imigração e as violências impostas aos índios deveriam também ser entendidas dentro das medidas modernizadoras dessa nova nação.

As identidades nacionais e a ideia de raça se articulam dentro de uma teleologia do progresso, inserida na construção dos Estados Nacionais. Entendendo progresso como um desenvolvimento progressivo da história, influenciado pela conquista tecnológica da natureza e a conseqüente melhoria das condições de vida.<sup>139</sup> os Estados iriam progredir na medida em que se adequassem à civilização. No processo de construção do estatuto nacional, as raças seriam diferenciadas e escolhidas para compor esse quadro identitário. Um processo teleológico, uma vez que essas diferenças raciais eram então entendidas como parte de uma melhoria ou de um progresso, o que na Argentina se traduziria pela substituição da “barbárie” pela “civilização”. Essas visões raciais, no entanto, não eram fixas e foram construídas e reconstruídas dado o contexto regional e transnacional definindo, igualmente, a forma de relação entre raça e nação.<sup>140</sup>

Na passagem citada abaixo, de “Facundo”, o progresso se materializava na vivência da cultura europeia e nos recursos tecnológicos existentes nos centros urbanos. Em antítese, estava o campo dominado pelo *gaucho* e pelo índio, onde predominavam os elementos americanos, e, portanto, bárbaros. Os antônimos “civilização e barbárie” eram equivalentes a “Europa e América”, em que o progresso só possuía condições de se estabelecer em ambientes dominados pela civilização e pela cultura europeia:

O homem da cidade veste o traje europeu, vive da vida civilizada, tal como a conhecemos em toda parte: lá estão as leis, as ideias de progresso, os meios de instrução, alguma organização municipal, o governo regular, etc. o homem do campo usa outro traje, que chamarei

---

<sup>138</sup> BERGMAM, Fabian. *Todo lo solido se desvanece en el aire*. La experiencia de la modernidade. Mexico: Ediciones Siglo XXI, 2011, p. 30.

<sup>139</sup> TAGUIEFF, Pierre-André. Le progressisme entre illusion et imposture. In: *Le Meilleur des Mondes*, n. 3 Paris: Groucho Marx Dessoel, 2007, p. 125.

<sup>140</sup> HOLT e WADE, p. 2.

de americano, seus hábitos de vida são diversos; suas necessidades peculiares e limitadas; parecem duas sociedades diferentes, dois povos estranhos um ao outro.<sup>141</sup>

Por outro lado, os ambientes ausentes dessa civilização eram vazios ou bárbaros, também chamados de desertos. Em outro trecho de “Facundo”, “o mal que aflige a República argentina é a extensão: o deserto a rodeia por todos os lados e se insinua por suas entranhas, a solidão, o despovoamento sem nenhuma habitação humana são, em geral, os limites inquestionáveis entre umas e outras províncias.”<sup>142</sup>As áreas vazias de civilização eram chamadas de deserto, ainda que essas áreas fossem povoadas por uma população mestiça e campesina ou por diversas sociedades indígenas. Além de uma impressão geográfica de um horizonte sem fim ou “vazio”, dada a característica das planícies do Pampa, esse vazio correspondia à ausência de civilização. Os desertos eram predominantes e as cidades eram como “oásis de civilização”.<sup>143</sup>

Ao caracterizar uma área povoada como um deserto, cria-se uma relação de inferioridade de seus habitantes ao mesmo tempo em que se constrói um parâmetro homogêneo para a nação que exclui o índio “bárbaro” e “selvagem” para produzir um determinado padrão hegemônico de sociedade. Dessa forma, políticas de exclusão e extermínio baseadas em discursos raciais eram justificadas pela escolha dos cidadãos considerados aptos.<sup>144</sup> Os racialismos promoviam uma conexão com os “outros” internos que justificavam a expansão do Estado argentino para as terras indígenas.

A fórmula da povoação para acabar com os desertos de Alberdi incluía necessariamente a imigração desde países industrializados, pois agregariam em termos culturais e técnicos, já que em sua visão, diferente de Sarmiento, a educação não converteria barbárie em civilização: “¿Creéis que un araucano sea incapaz de aprender a leer y escribir castellano? ¿Y pensáis que con eso sólo deje de ser salvaje?”<sup>145</sup> As populações originárias das Américas eram representantes dos desertos, desses espaços carentes do elemento europeu da civilização. Com o fim dos desertos, que se daria pelo povoamento desses espaços com civilização, as populações indígenas ficavam automaticamente fora desse projeto de nação. A necessidade de povoar esses espaços

---

<sup>141</sup> SARMIENTO, p. 83.

<sup>142</sup> Id, p. 68.

<sup>143</sup> Id, p. 83.

<sup>144</sup> GARCIA, Fernando. *Identidades, etnicidades y racismo en América Latina*. Quito: Fasclo, 2008, p. 165.

<sup>145</sup> ALBERDI, p. 223.



previamente povoados, com uma população específica, correspondia ao projeto de futuro almejado para a nação argentina.

Criar condições necessárias para atrair imigrantes que povoassem os desertos, da forma considerada adequada ao incluir o elemento branco e sua cultura, estava entre as principais propostas de Alberdi. Esses imigrantes seriam responsáveis por melhorar o componente cultural da nação, principalmente se essa população viesse de locais onde a indústria já era desenvolvida. Não era apenas promover um reforço à escassa população argentina, mas modificar o componente social e cultural dela, povoando os espaços de deserto com populações aptas ao trabalho industrial, que traria consigo modernidade e progresso, como exemplifica o trecho abaixo:

Poblar es enriquecer cuando se puebla con gente inteligente en la industria y habituada al trabajo que produce y enriquece. Poblar es civilizar cuando se puebla con gente civilizada, es decir, con pobladores de la Europa civilizada. Por eso he dicho en la Constitución que el gobierno debe fomentar la *inmigración europea*. Pero poblar no es civilizar, sino embrutecer, cuando se puebla con *chinos* y con *indios* de Asia y con negros de África. Poblar es apear, corromper, degenerar, envenenar un país, cuando en vez de poblarlo con la flor de la población trabajadora de Europa, se le puebla con la basura de la Europa atrasada o menos culta.<sup>146</sup>

Os Estados Unidos serviam como um modelo de ex-colônia europeia que prosperou na visão desses intelectuais pelos projetos industriais e pela atração de imigrantes europeus, como explícito no trecho abaixo:

La gloria actual de los Estados Unidos es llenar los desiertos del Oeste de pueblos nuevos, formados de su raza; nuestra política debe apartar de la imaginación de nuestras masas el cuadro de nuestros tiempos heroicos, que representa la lucha contra la Europa militar, hoy que necesita el país de trabajadores, de hombres de paz y de buen sentido, en lugar de héroes, y de atraer a Europa y recibir el influjo de su civilización, en vez de repelerla.<sup>147</sup>

Para Alberdi, os Estados Unidos constituíam o modelo de ex-colônia que alcançou a estatuto de civilização ao receber imigrantes que agregariam mão de obra às indústrias. No entanto, o exemplo dos Estados Unidos não se limitava às características de sua imigração: o país passou por experiências semelhantes às da Argentina com relação aos indígenas, tornando-se um exemplo de ação estatal contra as populações originárias.

---

<sup>146</sup> Id, p. 8 e 9.

<sup>147</sup> Id, p. 231.

Como uma nação pensada e planejada por suas elites, a “comunidade imaginada”<sup>148</sup> a partir desses discursos etnocêntricos negava a ancestralidade e cultura autóctone para implantar modelos de modernidade europeus baseados na utopia da civilização e do progresso.<sup>149</sup> “Comunidade imaginada” que selecionou sua identidade ao construir seus “outros internos” pela produção e o combate das diferenças, produzindo padrões de identidade. De acordo com Benedict Anderson, a nação é uma “comunidade política imaginada”, pois alguns indivíduos definem o senso de identidade e de nacionalismo para os demais, produzindo sentidos de pertencimento.<sup>150</sup>

A imaginação de um Estado e de seus membros terminou por moldar estatutos de nacionalidade, definindo aqueles que fariam ou não parte da nação, legitimando ações como o incentivo à imigração europeia e o combate aos índios da fronteira. Nas últimas décadas do século XIX, a Argentina construiu sua identidade branca, negando a presença de índios, negros e mestiços, enfatizando a relação entre os brancos com o progresso, e que, dentro do projeto modernizador de nação, a afirmação da raça europeia e branca era aquela que melhor representaria a nacionalidade argentina.<sup>151</sup> Além disso, ocupar os espaços de deserto e transformá-los em território nacional, promovendo o fechamento das fronteiras internacionais ao direcionar sua ocupação, fazia parte do processo de consolidação do Estado-nação e de definição de seu território, entendido como o espaço onde o Estado expressaria seu poder político.<sup>152</sup>

## 2.2 Ciência, racialismo e discursos sobre a exclusão dos índios

Em meados do século XIX, o Estado argentino avançava em seu processo de consolidação e, nele, passou a adotar políticas para conquistar e organizar seu território nacional.<sup>153</sup> A questão tornava-se quase ambígua na Argentina, já que existia uma fronteira entre os espaços *criollos* e os indígenas, ao mesmo tempo em que os territórios indígenas eram considerados de jurisdição argentina e herdados da colonização

---

<sup>148</sup> ANDERSON, Benedict. *Imagined communities: reflection on the origin and spread of nationalism*. London: Verso, 2010.

<sup>149</sup> SCHIMIDT-WELLE, p. 14; TAGUIEFF, p. 126; HOLT e WADE, p. 21.

<sup>150</sup> ANDERSON, p. 6.

<sup>151</sup> STEPAN, p. 15.

<sup>152</sup> Definido por Sack em: SACK, R. D. *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. In: HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos*. São Paulo: Editora Contexto, 2006, p. 133 – 135.

<sup>153</sup> MORAES, Antonio Carlos Robert. Notas sobre formação territorial e políticas ambientais do Brasil. In: *Revista Território*. Rio de Janeiro, ano IV, número 7, jul/dez, 1999, p. 44. Disponível em: [http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/07\\_4\\_moraes.pdf](http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/07_4_moraes.pdf) Acesso em: 20/04/2016.

espanhola. Ainda que não ocupados pelos *criollos*, eram espaços de reconhecida soberania indígena e que essa ocupação implicaria a conquista de sua população. Como gestor do território, o Estado produziu políticas de intervenção sobre os espaços indígenas, colocando a sua conquista como um instrumento de identidade e justificando a “despovoação na perspectiva dos índios e povoadora na ótica do colonizador.”<sup>154</sup> Dentro da já mencionada função modernizadora do projeto *criollo* de nação, o território era pensado como o objeto da ação estatal, uma vez que a expansão territorial era colocada como uma das etapas de finalização da construção da nação e de seus símbolos. Assim, à conquista do Pampa e, posteriormente, da Patagônia vinculava-se a própria questão da nacionalidade,<sup>155</sup> que correspondia a esse vínculo entre o espaço a ser regido pelo poder central e as questões de pertencimento ou exclusão nesse projeto de nação.

De caráter expansionista e “civilizador”, o Estado pretendia conquistar o “deserto”, apropriando-se do território e transformando-o em um espaço que atendesse sua perspectiva modernizadora. Transformar um “deserto” povoado em território nacional também incluía a execução de um projeto que legitimasse a exclusão ou as formas permitidas de inclusão de seus habitantes. Nesse sentido, as respostas para as questões de identidade foram dadas pela ciência que, dentro da lógica do progresso, definiram as bases para um discurso que integrasse a raça com os ideais de nacionalidade.

Tendo a Europa como parâmetro de “civilização”, as demais raças, que não a branca, foram vistas como inferiores, e uma ação que as levasse à transformação ou à definitiva exclusão das raças não consideradas aptas. Modelos científicos que construíram as bases de modelos racistas, fundamentados por teorias eugenistas e evolucionistas, tiveram seus discursos apropriados para tornar esses processos legítimos.<sup>156</sup> A partir das teorias do evolucionismo das espécies e de suas adaptações seletivas ao meio ambiente, desenvolvidas por Charles Darwin e Jean-Baptiste Lamarck, as raças foram classificadas em parâmetros evolucionistas, definindo aquelas que seriam “melhores” para integrar uma nação civilizada e aquelas que necessitariam de transformação.<sup>157</sup>

As teorias evolucionistas, sobretudo as de Lamarck, que defendiam a possibilidade de melhorar as raças e transmitir essa melhoria geneticamente, foram

---

<sup>154</sup> Id, p. 44.

<sup>155</sup> Id, p. 45. Moraes fala da questão indígena e da conquista do Oeste no Brasil. No entanto, por analogia, podem-se considerar as mesmas questões conceituais e políticas para a conquista do deserto na Argentina.

<sup>156</sup> STEPAN, p. 40, 41.

<sup>157</sup> Id, p. 73. SANTOS, Ricardo V. Da Morfologia às Moléculas, de Raça à População: Trajetórias Conceituais em Antropologia Física no Século XX. In: MAIO, Marcos C. e SANTOS, Ricardo V. (org.) *Raça, Ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996, p. 125-127.

apropriadas e adaptadas ao contexto latino-americano, onde suas elites políticas iriam construir um projeto nacional baseado na possibilidade de escolher os componentes raciais que melhor se adaptariam ao modelo de um Estado considerado civilizado, atrelando a raça à construção de uma identidade.<sup>158</sup> A criação da diferença entre os grupos sociais teve a finalidade de produzir uma homogeneidade que seria assumida pela comunidade imaginária como identidade, corroborada pelas ideias científicas que legitimavam a exclusão ou a inclusão de determinados componentes raciais, interligando as premissas de pertencimento ou não à Nação, com o discurso científico que legitimava a seleção desses indivíduos.<sup>159</sup>

Assim, os laços culturais e históricos que ligavam a sociedade *criolla* e mestiça ao país, e que por sua vez definiriam essa nação, foram reconstruídos na metade final do século XIX, tendo em vista a adaptação da cultura existente àquela, considerada tanto moderna quanto civilizada. Os herdeiros intelectuais da “geração de 37”, consolidados na “geração de 80”, colocaram a raça como um subterfúgio científico e cultural para impor sua política expansionista às terras indígenas e justificar o grande volume de imigrantes europeus, impondo assim a superioridade das elites argentinas como grupo de poder.<sup>160</sup>

Em “Conflitos e harmonia das raças na América”, escrito em 1883 por Sarmiento, logo após o período que passou nos Estados Unidos, os discursos racialistas foram assumidos como explicações para as diferenças existentes entre os grupos humanos: “*ejerce tan poderosa influencia el medio que vivimos, los seres animados, que a la aptitud misma para soportarlo se atribuyen las variaciones de razas, de especies y aun de género.*”<sup>161</sup> As explicações sobre as raças e suas variantes, tinham como propósito explicar as diferenças de graus e etapas de “civilização” presentes nos países. Os “selvagens”, de maneira contrária aos “civilizados” não tinham indivíduos dotados de um alto grau de inteligência, e esse fator os diferenciava:

Bajo el punto de vista intelectual, los salvajes son más o menos estúpidos, mientras que los civilizados se componen de estópidos semejantes a los salvajes, de gentes de espíritu mediocre, de hombres inteligentes y de hombres superiores. Se comprende que las razas

---

<sup>158</sup> STEPAN, p. 105; WEGNER, Robert. *A Conquista do Oeste*. A fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, p. 101.

<sup>159</sup> STEPAN, p. 106.

<sup>160</sup> RODRIGUES, p. 2 e 4.

<sup>161</sup> SARMIENTO, Domingo Faustino. *Conflictos y armonías de las razas en América*. Buenos Aires: Imprenta de D. Tuñez, 1883, p. 19.

Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/downloadPdf/conflicto-y-armonias-de-razas-en-america--0/> Acesso em: 20/07/2017.

superiores sean más diferenciadas que las inferiores, dando por sentado que el mínimo es común en todas las razas, y que el máximo que es muy débil para los salvajes, es, al contrario, muy elevado para los civilizados.<sup>162</sup>

Essas associações entre as raças e determinados graus de inteligência se relacionam à capacidade de produzir civilização por uma sociedade, terminando por distanciar os “selvagens” das sociedades “civilizadas”, que tomava por referência. Sobre os índios da “raça araucana”, Sarmiento os descreveu como um dos grupos com maior capacidade de resistência do continente, que apesar de serem “*las razas más atrasadas en la organización de la sociedad*”<sup>163</sup>, eram os “padres”<sup>164</sup> da nação argentina, cuja aptidão bélica era reconhecida pela dificuldade em que ocorreu sua dominação perante os criollos. “*Los araucanos eran los más indómitos, lo que quiere decir, animales más reacios, menos aptos para la civilización y resistieron ferozmente, por que feroces eran, la conquista y asimilacion europeas.*”<sup>165</sup> A assimilação da “raça araucana” promoveu melhorias a essa, segundo Sarmiento, sendo que grupos de índios assimilados foram incorporados às populações nos novos territórios como “paisanos”, a partir de 1880.<sup>166</sup>

O discurso de inferioridade racial coloca as ações contra os índios no sentido de promover a assimilação desses pela “civilização”, ou seu desaparecimento, considerado inevitável dentro desse ponto de vista. O exemplo das ações contra os índios nos Estados Unidos, para Sarmiento, mostrou a necessidade dessas ações, tendo em vista acelerar esse processo de desaparecimento de “raças inferiores”, para que “raças superiores” pudessem se estabelecer definitivamente. A raça branca era “*la raza del movimiento intelectual sin limites (...) viven de camino hacia el porvenir.*”<sup>167</sup> A imigração e o estabelecimento de colônias europeias eram exemplos de formas dessa “raça de movimento” expandir perante os domínios “selvagens”. De forma análoga, a imigração continuava sendo vista como uma forma de promover a civilização no continente e de reduzir seus elementos originais, ajudando a transformar os elementos sociais existentes.<sup>168</sup> Ainda refletindo sobre o destino dos índios norte-americanos, no trecho abaixo, Sarmiento citava o sistema

---

<sup>162</sup> Id, p. 29.

<sup>163</sup> Id, p. 39.

<sup>164</sup> Id, p. 24.

<sup>165</sup> Id, p. 37.

<sup>166</sup> Id, p. 40.

<sup>167</sup> Id, p. 112.

<sup>168</sup> DEVOTO, Fernando J. Imigração europeia e identidade nacional nas imagens das elites argentinas (1850-1914). In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América. A imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: EdUSP, 1999, p. 35 - 37.

de reservas como uma forma prévia à colocação dos índios em meio às populações “civilizadas”. Porém, afirmava que o consumo de álcool e a adoção de outros hábitos pelos índios se relacionavam aos malefícios da “civilização” para estes, bem como, a pretensa inevitabilidade que se enunciava seu desaparecimento.

A los indios les han dado terrenos que se llaman reservas, cuando no los han arrollado delante de sí a medida que se va agregando el campo de la civilización, y obrando sobre ellos el contacto de esa civilización mismo, que es fatal para los salvajes (...) los indios decaen visiblemente, **destinados por la Providencia a desaparecer en la lucha por la existencia en presencia de las razas superiores.**<sup>169</sup>

Nas últimas décadas dos oitocentos, a ideia de raça não poderia ser dissociada da ideia de progresso e modernidade e, com elas, da ideia de nação. As distinções raciais, dentro do contexto de formação da nação argentina, foram criadas para moldar as características de dado grupo social em um determinado espaço.<sup>170</sup> Assim, entendemos que tais distinções são fluidas e historicamente construídas. São conceitos em movimento, raça e nação, que são constantemente ressignificados e cujos significados correspondem a um contexto específico.<sup>171</sup> Em um momento em que predominava o racismo de base científica e a relação de uma população branca com os ideais de civilização, o conceito de raça serviu para caracterizar o que entraria ou não na nação imaginada pelas elites políticas e intelectuais, construindo “outros internos”, como a população indígena, em oposição àqueles escolhidos para pertencer à identidade em formação.

Na lógica de “evolução” da vida civilizada, ao proporcionar o contato do índio com a civilização respeitando suas “etapas”, se evitariam formas mais longas e custosas de assimilação ou de extermínio do índio, modificando sua forma de participação no corpo social pela motivação da perda de sua cultura e de suas formas tradicionais de organização. Dentro desse discurso teleológico, o governo seria o “acelerador” desse processo de evolução das sociedades nômades para civilizadas, ao induzi-las a adquirirem outras práticas sociais e econômicas, cujo produto seria a sociedade sedentária e industrial.

As percepções raciais, associadas a tal conceito de progresso, interferiram nas relações desse espaço, que era um “deserto” e habitado por distintas e complexas

---

<sup>169</sup> SARMIENTO (1883), p. 128 e 129, grifo nosso.

<sup>170</sup> HOLT e WADE, p. 10.

<sup>171</sup> Id, p. VII.

sociedades indígenas, com a nação e suas tentativas de transformar esse espaço em território nacional.<sup>172</sup> O discurso científico, dessa forma, e suas teorias de classificações raciais, produziam ideias de diferenciação, interpretados e adaptados pelas elites políticas de forma a legitimar ações contra as sociedades que não se enquadravam. O objetivo era corroborar com a nacionalização desses espaços, imbuídos na ideia de que uma nação era formada por uma identidade racial homogênea,<sup>173</sup> onde não se admitia o compartilhamento desse espaço com aqueles que ficariam fora do perfil identitário, criado para enquadrar a Argentina às nações civilizadas.

Assim, o processo de transformação desses espaços de “deserto” contou com discursos de homogeneização racial, que justificavam o despovoamento das áreas indígenas, de modo a integrá-las como os territórios nacionais. Construir uma nação implicava definir seu território que, no caso, significava incluir as áreas indígenas ao Estado definido como Argentina, uma vez que esses espaços eram considerados parte de sua jurisdição, ainda que não ocupados por argentinos. Na relação entre um projeto nacional com um ideal de civilização que misturava elementos de modernização com discursos científicos e raciais, essa nação em construção tinha elementos para defender a territorialização das áreas indígenas sem agregar sua cultura ou sua independência social ao Estado que se formava. Conquistar o território ou conquistar o deserto foi parte fundamental das ações políticas, que no final do século XIX terminaram com a construção do Estado nacional.

O impacto do discurso de conquistar um espaço deserto, na realidade habitado por povos originais, relacionava-se à construção de uma identidade argentina em que os elementos de civilização deveriam prevalecer, em contraste com as sociedades indígenas e suas “identidades impostas”<sup>174</sup> desde a perspectiva *criolla*, ignorando sua diversidade e destruindo sua autonomia. O território, dessa forma, era um elemento intrínseco a consolidação do Estado que definiria a extensão em que seus habitantes seriam considerados como argentinos. A descaracterização dos habitantes do deserto como “selvagens”, “bárbaros”<sup>175</sup> e, por fim, “não civilizados”, legitimava ofensivas militares, uma vez que, por essa perspectiva, não era possível integrá-los sem o conflito que destituiria sua autonomia.

---

<sup>172</sup> Id, p. 10.

<sup>173</sup> Id, p. 14.

<sup>174</sup> NACUZZI, (1998), p. 233.

<sup>175</sup> FLORIA, Navarro Pedro. El desierto y la cuestión del territorio en el discurso político argentino sobre la frontera Sur. *Revista Complutense de Historia de América*. Madrid: Vol. 28 (2002), p. 165.

Ações etnocêntricas, ou a imposição de uma perspectiva que considerasse apenas um posicionamento cultural, resultaram na negação das múltiplas identidades indígenas para posicioná-las de forma homogênea e subordinada a uma cultura dominante que se impunha ao passo em que a nacionalidade argentina definia-se em oposição às sociedades pré-existentes.<sup>176</sup> Nesse emaranhado de fatores, em que se cruzavam questões políticas, econômicas e culturais, se sobrepunham identidades artificiais, nas quais apenas a reprodução de um tipo de sociedade era possível, sendo ela a tentativa de transposição nos Pampas de uma civilização distante dessa realidade em seus mais amplos sentidos.

### 2.3 Sociedades indígenas do Pampa e do norte da Patagônia

Para explorar as relações existentes entre as sociedades indígenas e as *criollas*, é necessário definir a **fronteira** entre essas populações como um espaço de circulação, em sua ampla dimensão, após o estabelecimento prévio de um **limite** onde as populações hispânicas se estabeleceram.<sup>177</sup> Esse espaço de fronteira não era definido somente pelo avanço militar como um limite de povoamento, mas sim, por suas porosidades pelas quais ambas as sociedades sofreram processos de adaptação e modificação de suas práticas, no sentido de promover a imposição de sua cultura ou a defesa dela.<sup>178</sup> As relações existentes no espaço de fronteira foram resultado de séculos de interações com os *criollos*, onde as sociedades indígenas adaptavam-se ao contato com uma sociedade normativa a fim de buscar sua própria sobrevivência como entidades autônomas,<sup>179</sup> mostrando que os indígenas eram conscientes de sua situação e da necessidade de promover a defesa de seus espaços de autonomia.<sup>180</sup>

Durante a colonização espanhola, foram estabelecidos os primeiros contatos com as populações pampeanas por meio de pequenas missões ou fortes militares que, pelo isolamento e a distância com as populações hispânicas, podem ser definidos como “enclaves fronteiriços”, uma vez que não se tratavam da fronteira em si, mas sim de

---

<sup>176</sup> NACUZZI (1998), p. 166.

<sup>177</sup> NACUZZI, Lidia, Los cacicazgos del siglo XVIII en ámbitos de frontera de Pampa-Patagonia y el Chaco. In QUIJADA, Monica (ed.) *De los cacicazgos a la ciudadanía*. Sistemas de frontera, Rio de la Plata, siglos XVIII-XX. Berlin: Ibero-Amerikanisches Institut, 2011, p. 29.

<sup>178</sup> Id, p. 28.

<sup>179</sup> QUIJADA, Monica, La lenta configuración de una “Ciudadanía cívica” de frontera. Los indios amigos de Buenos Aires, 1820-1879 (con un estudio comparativo Estados Unidos-Argentina. In: QUIJADA, Monica (ed.) *De los cacicazgos a la ciudadanía*. Sistemas de frontera, Rio de la Plata, siglos XVIII-XX. Berlin: Ibero-Amerikanisches Institut, 2011, p. 11.

<sup>180</sup> Id, p. 10.



tentativas de aproximação com os espaços indígenas.<sup>181</sup> Tais situações poderiam ser independentes da própria fronteira, se tratando de tentativas de ocupar os espaços indígenas por iniciativas isoladas geograficamente dos demais assentamentos hispânicos, mas que forçavam situações típicas de um espaço de fronteira como as relações interétnicas de cunho pacífico ou violento, além do comércio e da mestiçagem.<sup>182</sup>

A região estudada era habitada por diversas sociedades que sofreram entre si processos de mestiçagem em decorrência dos fluxos de imigração trans-cordilheiranos. Durante o século XIX, numerosos grupos oriundos do lado chileno passaram a habitar as planícies argentinas se misturando com os grupos já existentes e formando novos grupos, em processo conhecido como *araucanização dos Pampas*.<sup>183</sup> Mesmo antes das imigrações dos índios vindos do atual Chile, a diversidade de sociedades indígenas foi simplificada pelos europeus por meio das designações genéricas como *pampas*, *mapuches*, entre outros.

As designações mais comuns encontradas nos relatos dos viajantes e cronistas do século XVIII e XIX para o Pampa e o norte da Patagônia argentina são *pampas*, *tehuelches* e *aucas*.<sup>184</sup> No entanto, Lidia Nacuzzi ressalta que tais designações não eram acuradas e muitas vezes surgiram a partir de relatos de terceiros, já que a intenção era somente a de registrar esses nomes sem verificar se foram estabelecidos pelos próprios grupos ou pelos próprios europeus, levantando o problema do etnocentrismo da documentação disponível e da dificuldade em levantar novas hipóteses.<sup>185</sup> No geral, essas designações correspondem ao local em que esses índios costumavam habitar, porém, uma mesma palavra foi encontrada designando grupos pertencentes a locais diferentes, comandados por caciques diferentes. Como argumento principal para a questão das múltiplas designações, a autora esclarece que não era importante para os espanhóis definir nomes para os grupos, mas sim, quais eram suas lideranças, bem como os grupos e caciques aliados e seus inimigos.<sup>186</sup>

Pela ótica indígena, as identificações eram fluidas e podiam corresponder ao parentesco direto como o nome dos pais ou o lugar de nascimento, se tratando de uma designação eletiva e que não correspondia à lógica ocidental, por serem flutuantes e

---

<sup>181</sup>NACUZZI (2011), p. 32.

<sup>182</sup> Id., p. 31.

<sup>183</sup> BECHIS, A. Martha. *Piezas de Etnohistoria y de antropología histórica*. Buenos Aires: Sociedad de antropología argentina, 2010, p. 49.

<sup>184</sup> NACUZZI (1998), p. 108.

<sup>185</sup> Id., p. 109 e 111.

<sup>186</sup> Id., p. 119.

passíveis de mudanças.<sup>187</sup> Para os espanhóis que vagamente conheciam essas regiões, as identificações mais frequentes eram as que relacionavam cada grupo indígena como o seu lugar de moradia, em uma tentativa simples de mapear as áreas com os correspondentes grupos que as habitavam, impondo de certa maneira a tradição ocidental sobre o vínculo entre uma sociedade e um espaço localizável onde se desenvolviam relações sociais.<sup>188</sup>

Para Nacuzzi, o uso de expressões como *aucas*, *pampas* ou *tehuelches* se tratava de “identidades impostas”, uma vez que não era uma preocupação clara desses cronistas e não correspondia à realidade desses grupamentos humanos. Eram tão somente rótulos construídos de modo a designar genericamente os habitantes dessas áreas pouco conhecidas, o que nos atenta para o cuidado de não agregar características ocidentais aos índios, já que esses não se relacionavam com suas identidades da mesma forma que a sociedade europeia ou a *criolla*.<sup>189</sup> As identificações que persistiram na documentação e, como consequência, nas produções historiográficas eram “identidades impostas” por apenas definirem vagamente e para fins administrativos os grupamentos indígenas existentes, correspondendo à forma etnocêntrica com que essas narrativas foram produzidas.<sup>190</sup> Dentro dessa perspectiva, o que se pode observar era a fluidez das relações entre os próprios índios, verificado nas mudanças de liderança e na criação de novos grupos a partir da junção de sociedades por fatores diversos, o que alterava constantemente as relações políticas de alianças e conflitos existentes na região do Pampa. Como exemplos, estão as transformações ocorridas a partir do estabelecimento de grupos vindos da Araucanía chilena para as áreas da atual Argentina, quando ocorreram formação de novas lideranças entre os *cacicados* araucanos e pampeanos, e foram formados circuitos de comércio de gado oriundo dos Pampas argentinos para o mercado chileno.<sup>191</sup>

As identificações dos grupos indígenas tiveram mais protagonismo branco do que indígena, uma vez que não se tratavam de identidades reconhecidas pelos índios, mas sim de instrumentos impostos para facilitar as relações políticas, diplomáticas e administrativas pelos *criollos*.<sup>192</sup> Por exemplo: os índios pampas eram identificados pela região em que eram encontrados, os *aucas* como rebeldes, os *tehuelches* como “gente

---

<sup>187</sup> Id, p. 124.

<sup>188</sup> Id, p. 130.

<sup>189</sup> Id, p. 133.

<sup>190</sup> Id, p. 134.

<sup>191</sup> Id, p. 161 e p. 100 para o processo de Araucanização; SARASOLA, Carlos Martínez. *Breve Historia de los pueblos originarios en la Argentina*. Buenos Aires: Del Nuevo Extremo, 2013, p. 92; MANDRINI e ORTELLI, p. 63 - 64.

<sup>192</sup> NACUZZI (1998), p. 241.

brava”, entre outras designações.<sup>193</sup> Na medida em que as relações entre *criollos* e indígenas foram se estreitando, identificações entre os caciques e determinados espaços físicos foram tornando-se mais frequentes. Essas identidades outorgadas iam se transformando em limites territoriais e sociais entre os grupos étnicos por meio das identificações entre determinadas áreas habitadas por índios e os caciques correspondentes.<sup>194</sup> Identificações que não necessariamente corresponderiam a processos de autoidentificação, mas que ao longo do século XIX correspondiam a vínculos reais entre os caciques, seus grupos e espaços geográficos, como será visto mais adiante.

Em resumo, os primeiros contatos entre índios e *criollos* a partir do século XVII e de forma mais intensa no século XVIII ocorreram como “enclaves”, juntamente com o estabelecimento de fortes, missões religiosas e posteriormente de pequenos povoamentos nas proximidades do que foi estabelecido como o limite, para então, tornar-se uma “fronteira” com o intuito de marcar a jurisdição entre a sociedade normativa que se estabelecia e as sociedades pré-existentes. A intensidade das relações que ocorriam nesses espaços os caracterizam como “espaços de fronteira”, categoria mais abrangente que o conceito de fronteira, na tentativa de percebê-los fora do binarismo que encerra “civilização” e “barbárie”. As relações estabelecidas no espaço de fronteira desde a colonização espanhola e que culminaram nos últimos conflitos no final do século XIX para o estabelecimento do Estado argentino, devem ser compreendidas como um longo processo de adaptações e imposições, em que ambas as sociedades produziram novos discursos como resultados do confronto entre diferentes experiências e expectativas.

Discutidas a fluidez dessas identidades, podemos citar os grupos étnicos presentes no espaço pampeano durante o século XIX que mais interagiram com a sociedade crioula: os ranqueles, os salineiros ou os chilenos, os hulliches e os pehuenches.<sup>195</sup> Os primeiros habitavam a região central do espaço de fronteira, nas proximidades da província de Córdoba, e os principais caciques eram Mariano Rosas e Manuel Baigorritá. Os *salineiros* localizavam-se nas regiões mais férteis do Pampa úmido, a oeste de Buenos Aires,

---

<sup>193</sup> Id, p. 243.

<sup>194</sup> NACUZZI (2011), p. 33.

<sup>195</sup> BECHIS, Martha. La organización nacional y las tribus pampeanas en Argentina durante el siglo XIX. *Revista Tefros* - vol. 4 n. 2 - ago./dic. 2006, p. 7; Carlos Sarasola definiu os principais grupos em: Tehuelches, divididos em três grupos principais - tehuelches setentrionais ou do norte (gunun a kuna); tehuelches meridionais ou do sul (peken y aoniken) e onas (selknam y haus) na Terra do Fogo. “Essa classificação substitui os muitos nomes que usaram cronistas e estudiosos: patagones (todos os tehuelches meridionais); pampas (tehuelches setentrionais), chonekas o chónik (patagones), puelches (parte dos tehuelches setentrionais), taluhet, diuíhel e chechehet, querandíes”. SARASOLA, p. 43, tradução própria; FLORIA, Carlos Alberto e BELSUNCE, César A. García. *Historia de los Argentinos*. Buenos Aires: Editorial El Ateneo, 2005, p. 106.

constituindo-se por índios provenientes do lado chileno, entre os quais Juan Calfulcurá (ou Pedra Azul) se estabeleceu como principal cacique. Os tehuelches tinham como principal cacique Feliciano Purrán, e Valentín Saygüequé era o cacique representante dos huilliches, na região que corresponde à província de Neuquén. Outros grupos como parcialidades tehuelches e os índios dos caciques Juan Catriel e Cachul habitavam as reduções no interior dos “espaços de fronteira” e eram considerados “índios amigos”.<sup>196</sup>

As sociedades que se encontravam no Pampa e na Patagônia geralmente se organizavam em torno de um líder, o cacique, que representava uma posição hereditária, mas que não necessariamente era vinculada ao poder político, que por sua vez era conquistado tanto pelo mérito quanto pelo reconhecimento do grupo.<sup>197</sup> Cada grupo poderia ter mais de um cacique, no entanto, as “identidades impostas” pelos espanhóis foram relacionando esses grupos a um único cacique, que atuava como o representante político dos demais índios.<sup>198</sup> Esses caciques estabeleciam alianças para se fortalecer em caso de guerra, mas que poderiam ser dissolvidas nos períodos de paz em virtude de outros interesses. A autoridade do cacique como as alianças criadas eram, portanto, fluidas e variavam a partir de “dinâmicas políticas” específicas.<sup>199</sup> Por serem nômades se estabeleciam em assentamentos de base que poderiam durar vários meses e possuíam outras bases transitórias nas proximidades do local de abastecimento de seus recursos, mas que mantinham relação com o assentamento de origem. Os assentamentos também podiam ser próximos, apenas para facilitar os deslocamentos ou assentamentos múltiplos, abrangendo vários caciques em resposta a diversas situações políticas e econômicas.<sup>200</sup>

Dentre os muitos processos de adaptação resultantes do contato com a sociedade *criolla*, podemos citar como um dos mais importantes a inserção do gado e do cavalo pelas sociedades indígenas. Introduzido no Pampa desde o século XVII e utilizado por ambas as sociedades, o gado que se reproduzia de forma selvagem tornou-se escasso no século XVIII, quando os *criollos* passaram a criá-los em fazendas cercadas tentando impedir a captura desses animais pelos índios.<sup>201</sup> No entanto, esses animais já possuíam

---

<sup>196</sup> JONG, Ingrid, Las Alianzas Políticas indígenas en el período de la Organización Nacional: una visión desde la Política de tratados de Paz (Pampa y Patagonia 1852-1880). In: QUIJADA, Monica (ed.) *De los cacicazgos a la ciudadanía*. Sistemas de frontera, Rio de la Plata, siglos XVIII-XX. Berlin: Ibero-Amerikanisches Institut, 2011, p. 85; BECHIS, (2006), p. 10.

<sup>197</sup> NACUZZI (2011), p. 32.

<sup>198</sup> NACUZZI (1998), p. 186.

<sup>199</sup> JONG (2011), p. 87.

<sup>200</sup> NACUZZI (1998), p. 204.

<sup>201</sup> BARBA, Fernando Enrique. Crecimiento ganadero y ocupación de tierras públicas, causas de conflictividad en la frontera bonaerense. *Revista ANDES*, Universidad Nacional de Salta, Argentina, n.º 18, 2007, p. 5.

igual importância econômica nas duas sociedades, e seu confinamento nas fazendas *criollas* foi motivo de conflito com os indígenas, que passaram a buscar esses animais por meio de ataques ou *malones*, com o objetivo de abastecer as rotas de comércio de gado. Esses circuitos comerciais correspondiam a um complexo fronteiro que abrangia áreas indígenas e hispânicas do outro lado da cordilheira, em que os índios exerciam o papel de intermediários no abastecimento de animais para os mercados chilenos.<sup>202</sup>

Tal fenômeno se inseria dentro de um movimento de migrações, fenômenos de fusão de grupos indígenas e o surgimento de novas etnias, em que Martha Bechis chama de complexo Arauco-Pampeano-Patagônico, para acentuar a abrangência do circuito econômico que se iniciava com os *malones* de apreensão de gado nas fazendas pampeanas e terminava do outro lado dos Andes.<sup>203</sup> Além das vagas identidades impostas pelos *criollos*, a própria dinâmica do processo de *araucanização* contribuiu para a complexidade das identificações de cada grupamento indígena, já que os grupos existentes foram agregados, dominados ou fundidos com as populações emigradas, formando novos grupos com componentes étnicos variados.<sup>204</sup> Como exemplo, Martha Bechis ilustra a situação dos índios da região de Salinas Grandes, a oeste de Buenos Aires, habitada “(...) *por huilliches valdivianos chilenos en las dos primeras décadas del siglo XIX, luego por boroganos de la llanura chilena hasta 1834 y después con la llegada de Calfulcurá, fueron huilliches-pehuenches de la precordillera chilena.*”<sup>205</sup>

A necessidade da apreensão de gado pelos indígenas ou da sua defesa nas fazendas *criollas* forçou a criação de relações para a manutenção do sistema econômico em ambos os lados. Seja para integrar os animais no sistema de comércio transandino ou para o mercado transatlântico, indígenas e *criollos* entraram em contradição ainda no século XVIII. Porém, foi no século XIX que tais contradições encontraram seu ápice juntamente com as pretensões argentinas em aumentar as áreas pastoris, para uma participação cada vez mais ativa no mercado internacional. Observando de forma ampla esse espaço que abrangia Chile e Argentina, os índios do Pampa se especializaram na guerra e na apreensão do gado das fazendas *criollas*, enquanto os índios do lado chileno nas etapas que envolviam a comercialização desses animais.<sup>206</sup>

---

<sup>202</sup> JONG (2011), p. 83.

<sup>203</sup> Id, p 82; BECHIS (2010), p. 50; MANDRINI e ORTELLI, p. 79.

<sup>204</sup> BECHIS (2010), p. 49.

<sup>205</sup> Id, p. 49.

<sup>206</sup> BECHIS (2010), p. 50.

### Mapas: fronteiras e territórios indígenas até 1860.<sup>207</sup>



A não existência de uma fronteira entre Argentina e Chile, já que até o final do século XIX não havia uma definição precisa de limite entre ambos os países, era o cenário de uma unidade social indígena prévia as próprias pretensões de nacionalidades, que só foram construídas a partir da segunda metade do século XIX. E, por esse raciocínio, podemos pensar que as relações interétnicas também se relacionavam com processos adaptativos em decorrência do convívio com os *criollos*, em que as alianças ou conflitos

<sup>207</sup> Mapa feito em referência a MANDRINI, Raul. *La Argentina aborigen. De los primeros pobladores a 1910*. Buenos Aires: Siglo veintiuno, 2012, p. 236.

entre esses grupos também correspondiam a uma dinâmica econômica, que envolvia o comércio transandino de gado e uma dinâmica política, em que coexistiam processos de interação e resistência.<sup>208</sup>

A formação do Estado Nacional argentino a partir da segunda metade do século XIX influenciou na intensificação das relações com os habitantes do Pampa, uma vez que a condição de existência do Estado pautava-se na definição de um território e dos seus habitantes. E, nesse sentido, ao iniciar a territorialização do Pampa e da Patagônia, os habitantes índios foram cada vez mais relacionados aos “bárbaros”, opostos ao padrão de “civilização” pretendido dentro dos discursos desse novo Estado. Raça, pecuária e ciência formavam um tripé utilizado para legitimar e justificar a conquista de novos territórios.

## 2.4 Diplomacias interétnicas

Tendo em vista as preocupações expansionistas do Estado argentino sobre o Pampa e a Patagônia, com a intensificação das relações entre indígenas e *criollos* no século XIX, foram surgindo os conceitos de “índios amigos”, “índios aliados” e “índios inimigos”,<sup>209</sup> que podem ser vistos como formas de normatizar essas relações. Por “índios amigos”, entendem-se aqueles que habitavam as proximidades dos povoamentos dos “espaços de fronteira” (ou que habitavam esses povoamentos), e cumpriam funções dentro do exército e na defesa da fronteira contra outros índios, em troca do pagamento sistemático de rações (ou víveres, pagos em forma de produtos ou animais). Os “índios aliados” eram os grupos que se relacionavam com o governo *criollo*, por meio de tratados, mas que mantinham sua autonomia enquanto sociedade. Eram beneficiados pelo sistema de rações, principalmente para prevenir os *malones*, que eram ataques às fazendas *criollas* em busca de animais. Nesse caso, era comum que os *malones* também fossem utilizados para forçar novas negociações ou como reações ao descumprimento de tratados previamente realizados.<sup>210</sup> E, por fim, os “índios inimigos”, os quais se mantinham poucas relações com os *criollos* ou quando essas relações eram predominantemente hostis, ainda que se efetuasse o pagamento de rações para evitar o agravamento dos conflitos.

O pagamento de rações era parte importante do sistema de vínculos entre índios e *criollos*. A competição por animais acirrou o conflito entre essas sociedades, uma das

---

<sup>208</sup> Id, p 55.

<sup>209</sup> JONG (2011), p. 91.

<sup>210</sup> Id, p. 89.

possibilidades de mediação foi o pagamento sistemático de víveres, que com o passar das décadas, criaram uma dependência econômica dos índios junto aos *criollos*, uma vez que a subsistência dos *cacicados* foi atrelada ao recebimento desses tributos.<sup>211</sup>

A sistematização de relações por meio de tratados entre o governo argentino e os caciques do Pampa manifesta um reconhecimento da soberania dos índios sobre determinados espaços, além da capacidade dos índios de atuar como representantes políticos de suas localidades. Mesmo sem a existência de um Estado, pode-se pensar essas relações como “diplomáticas”, já que os tratados buscavam intermediar os conflitos existentes nos “espaços de fronteira”, buscando a defesa das fazendas e dos povoados ao evitar as guerras com os índios. Os índios eram soberanos de seu espaço e autônomos, no sentido de estarem desvinculados da autoridade do Estado argentino, a não ser quando respondiam a este por meio de acordos gerenciados por ambos. Esse reconhecimento da soberania indígena perante o Estado argentino é suficiente para identificar a relação mediada por tratados como uma “atividade diplomática”. Esses tratados eram pautados no entendimento *criollo* dos caciques como agentes políticos que representavam os demais índios, e os *cacicados* eram tratados no mesmo sentido das nações. Colocar essas relações interétnicas, intermediadas por tratados e negociações que mediavam conflitos armados, como “relações diplomáticas”, também é uma forma de reconhecer as percepções dos contemporâneos, mesmo que a forma de organização política indígena, quando tratados como nações, não correspondesse às nações sócio jurídicas existentes no mundo ocidental.

O objetivo desses tratados era o de promover um “equilíbrio de forças” com os índios nos “espaços de fronteira”, em um momento em que não era possível medidas mais agressivas pelos *criollos*, e as negociações eram alternativas possíveis para garantir esse equilíbrio. A atividade diplomática entre os caciques e o governo de Buenos Aires cresceu com o início da organização nacional, durante as décadas de 1850 e 1860, em que tanto a paz quanto os espaços ocupados eram definidos em tratados realizados com os índios.<sup>212</sup>

Essa diplomacia interétnica era uma forma de controlar a influência dos caciques ao mantê-los vinculados ao governo e evitar a realização de ataques às fronteiras, uma vez que não era possível contê-los apenas com a força militar. No sentido das relações internacionais – que apesar dos *cacicados* indígenas serem sociedades sem Estados, mas tratados como nações independentes – o sistema de relações buscava criar um “equilíbrio

---

<sup>211</sup> Id, p. 91.

<sup>212</sup> Id, p. 81.



de poder”<sup>213</sup> entre a maior capacidade bélica indígena e o desconhecimento da região pelos *criollos*, buscando evitar a guerra e os prejuízos dos *malones*, ao mesmo tempo em que se criava uma interação capaz de aumentar os vínculos de dependência econômica com o governo. A historiografia baseada nos tratados é bastante explorada por antropólogos e historiadores argentinos, no entanto, tem como limite a própria fidelidade desses tratados, escritos muitas vezes por cativos<sup>214</sup> *criollos* que serviam de secretários dos caciques não letrados. Por outro lado, a ausência de outras formas de fontes para dar voz a essas sociedades não letradas faz dos tratados os principais documentos para o estudo desses caciques.

Dentro dessa relação diplomática construída entre *criollos* e indígenas, os caciques foram personificados como os representantes dos grupos indígenas. Mesmo que houvesse mais de uma forma de autoridade, as sociedades *criollas* consolidaram essa forma de relação política e estabeleceram a figura do cacique como o intermediador das interações. Muitos caciques interagiram com o governo de Buenos Aires e de outras províncias ao longo dos séculos, no entanto, apenas três caciques foram aqui escolhidos para estudo. A breve análise de suas relações com os *criollos* demonstra diferentes estatutos de interação interétnica. Juan Calfulcurá, cacique da região de Salinas Grandes, Juan Catriel, que habitava as proximidades do rio Salado na província de Buenos Aires e Valentín Saygüequé da região sul da atual província de Neuquén são os três caciques analisados, sendo que suas escolhas foram feitas pela possibilidade de explorar diferentes casos de posicionamento de interesses e de estratégias de assimilação ou de resistência.

Juan Calfulcurá foi um importante cacique do Pampa que participou de dois dos grandes processos sociais e políticos que ocorreram na região ao longo do século XIX: a *araucanização* e o “negócio pacífico de índios”. Com origem chilena, se estabeleceu no Pampa na década de 1830, se impondo como um dos principais caciques da região, tanto pela desenvolvida atividade bélica quanto pela capacidade de negociação com o governo

---

<sup>213</sup> DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo Império Perecerá: teoria das relações internacionais*. Brasília: Editora Unb, 2000, p. 174, 175.

<sup>214</sup> Os cativos eram incorporados nas sociedades indígenas à força, após os *malones* realizados na fronteira, e se diferiam dos agregados, que eram argentinos que se incorporaram nos cacicados de maneira voluntária. Esses cativos eram comumente utilizados para obter rações e outros benefícios, quando eram devolvidos para o governo após o pagamento de um resgate. Alguns cativos, no entanto, se incorporavam nas sociedades indígenas de forma voluntária após serem capturados. A maior parte dos cativos eram mulheres e crianças, enquanto os agregados eram formados de homens que desertavam do exército ou de fugitivos da justiça. MANDRINI, Raúl J. e ORTELLI, Sara. Una Frontera Permeable. In: GUTIÉRREZ, Horácio, NAXARA, Márcia R. C. e LOPES, Maria Aparecida de S. *Fronteiras: paisagens, personagens e identidades*. São Paulo: Olhos d'água, 2003, p. 84-86.

argentino. Calfulcurá conquistou sua supremacia a partir de conflitos com um grupo de índios borogas, também provenientes da Araucanía chilena, matando os principais caciques desse grupo e impondo uma espécie de “paz armada” sobre os demais caciques da região, ao se estabelecer como chefe das Salinas Grandes, região estratégica do pampa úmido para abastecimento e subsistência.<sup>215</sup> O cacique também passou a hostilizar o governo de Juan Manuel de Rosas, governador da província de Buenos Aires, por meio de *malones* que demonstravam a consciência das pretensões expansionista dos *criollos* nas áreas indígenas, ao mesmo tempo em que estabelecia a defesa do que passou a considerar como seu território.<sup>216</sup>

Como forma de estabilizar a fronteira e fazê-la avançar sobre as áreas indígenas, Rosas empreendeu uma política de relacionamento com os índios que perdurou com modificações até a Campanha do Deserto de 1879. Chamada de “negócio pacífico de índios” representava uma política de tratados de paz entre representantes indígenas e *criollos*, em que o pagamento de rações complementavam os acordos realizados. Rosas deu continuidade às políticas borbônicas de presentear os índios e que depois foram continuadas pelo general Las Heras.<sup>217</sup> A base do “negócio pacífico” era o emprego da política de rações para evitar que as fronteiras sofressem com os *malones* indígenas, o que deu condições para o governo de Rosas gerir uma relativa paz com os diversos grupos de índios, em especial com aqueles mais hostis como os *salineros* de Calfulcurá. O resultado foi um avanço sobre as áreas indígenas ao mesmo tempo em que se incrementava a rede comercial indígena e o poder de alguns caciques, com os produtos provenientes das rações.<sup>218</sup> Ao se tornar um dos grandes “alvos” de Rosas em sua política de assertivas pacíficas e rações, Calfulcurá se fortaleceu perante os demais caciques do Pampa, resultando na ampliação de suas alianças e influências no contexto pampeano e araucano e de relativa paz com as fronteiras *criollas*, o que durou até a queda de Rosas em 1852.

O fim do governo Rosas com a batalha de Cepeda desarticulou a política de rações, o que provocou intensos *malones* efetuados por diversos caciques de maneira articulada, durante o período das guerras civis entre Buenos Aires e a Confederação Argentina.<sup>219</sup> Calfulcurá reagiu a essa situação criando a Confederação Indígena de Calfulcurá, que

---

<sup>215</sup> BECHIS (2006), p. 8.

<sup>216</sup> Id, p. 10.

<sup>217</sup> Id, p. 13; JONG (2011), p. 92.

<sup>218</sup> JONG (2011), p. 92 e 93.

<sup>219</sup> Id, p. 94.

conseguiu agregar grupos de índios considerados amigos para os *criollos*, mas que, com o fim do pagamento de rações, reagiram contra Buenos Aires, se unindo às forças do cacique *salinero*. A concentração de poder político e consequentemente militar por Calfulcurá, recebendo apoio de caciques pampas, ranqueles e de caciques amigos como Catriel e Saygüequé, produziu uma sequência de grandes *malones* nas fronteiras de Buenos Aires, contando inclusive com o apoio da Confederação Argentina que, sob o comando de Justo José Urquiza, rivalizava com a província de Buenos Aires pelo controle político do país.<sup>220</sup>

Os *malones* ocorridos em 1855 retardaram os avanços rosistas sobre as áreas indígenas e só foram contidos com o retorno da política de rações e de tratativas de paz após a batalha de Pavón em 1861, onde triunfou Buenos Aires sobre a Confederação de Urquiza.<sup>221</sup> Após Pavón, a Confederação de Calfulcurá seguiu sua ofensiva de *malones* e demonstrou uma clara percepção de defesa de seu espaço, onde as ações belicosas eram parte de sua estratégia de negociação com a sociedade *criolla*.<sup>222</sup> Com a intensificação das ações *criollas* na fronteira, a partir da década de 1860, Calfulcurá demonstrou sua consciência em relação aos planos de expansão do governo argentino e suas estratégias de resistência correspondiam ao interesse de resistir ante a crescente presença argentina.<sup>223</sup>

Seu filho, Namuncurá, o sucedeu após a sua morte em 1873 e deu continuidade as estratégias de defesa dos espaços que consideravam como seus: “*son lo territorio de un Estado que les pertenece y es ese estado de que se perjudicaria en caso de avance criollo*”.<sup>224</sup> O território a qual se refere Namuncurá não era o Estado com o sentido jurídico-ocidental, mas sim, um espaço conscientemente ocupado e defendido por um grupo de índios, que apesar de heterogêneos entre si, se diferenciavam dos *criollos* e criavam para si construções próprias de identidade que os relacionavam com o espaço por eles ocupado. A utilização de vocabulário *criollo*/europeu nas falas indígenas reflete uma necessidade de adaptação às formas de percepção do outro, para então legitimar sua própria resistência. O sentido que construíram de si mesmos foi resultado de um processo de longa duração,<sup>225</sup> com ápice na segunda metade do século XIX. O processo de

---

<sup>220</sup> Id. Essa situação política será melhor descrita no capítulo seguinte.

<sup>221</sup> Id; SABATO, Hilda. *Historia de la Argentina*. 1852-1890. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2012, p. 95 - 101.

<sup>222</sup> BECHIS (2006), p. 10.

<sup>223</sup> Id, p. 14.

<sup>224</sup> Apud Id, p. 14.

<sup>225</sup> JONG (2011), p. 83.

autopercepção dos *cacicados* ocorreu em contraste com a crescente formação da nacionalidade argentina, o que empurrava os indígenas para fora do processo político e territorial que se consolidava.<sup>226</sup>

A adaptação do vocabulário *criollo* pelo cacique Namuncurá demonstra como os grupos indígenas se organizaram para resistir à sociedade majoritária. A construção de uma autoidentificação feita pelos indígenas representa fenômenos complexos em que etnia, identidade e raça se inter-relacionavam e correspondiam a experiências e expectativas distintas. Apreende-se que, tanto a sociedade *criolla* quanto a indígena, (ainda que se trate aqui do grupo específico comandado por Calfulcurá e depois por Namuncurá, tendo por base percepções exógenas que centralizaram a autoridade desses grupos na figura dos caciques), buscaram formas próprias de produzir diferenças com a sociedade em conflito, ao mesmo tempo em que produziam uma autoimagem.<sup>227</sup>

Diferente de Calfulcurá, que era considerado um “índio aliado”, ou seja, recebia o benefício do sistema de rações tendo em vista evitar seus ataques na fronteira, Juan Catriel<sup>228</sup> era um “índio amigo”. Ele e seus índios cumpriam funções no exército e habitavam dentro do “espaço de fronteira” desde 1820, assim como outros índios amigos.<sup>229</sup> Catriel pertencia ao grupo *pampa* e foi aliado de Rosas e seu grupo continuou como aliado de Buenos Aires durante as guerras civis entre essa província e a Confederação comandada por Urquiza. Após a morte de Juan Catriel, seu filho do mesmo nome continuou apoiando aos *criollos*, da mesma forma que seu sucessor Cipriano Catriel,<sup>230</sup> cuja participação na batalha de São Carlos em 1872 foi decisiva para a derrota de Calfulcurá, encerrando um ciclo de vitórias desse cacique e de sua Confederação sobre os *criollos*.<sup>231</sup>

Cabe ressaltar que a denominação de *pampa* dada aos Catriel foi uma generalização atribuída aos grupos habitantes dessa região, fazendo oposição àqueles grupos que tinham origem na Araucanía chilena. Mais uma vez, não correspondia a uma autoidentificação étnica, mas sim, a uma nomenclatura atribuída desde a perspectiva hispânica a fim de facilitar o trato com essa sociedade, identificando-os com o local em

---

<sup>226</sup> BECHIS (2010), p. 88.

<sup>227</sup> Id., p. 83.

<sup>228</sup> Cf. ZEBALLOS, Estanislao S. *Painé y la dinastia de los zorros* (1889). Buenos Aires: Ediciones Solar, 1955.

<sup>229</sup> BECHIS (2006), p. 7.

<sup>230</sup> BONATTI, Andrés e VALDEZ, Javier. *Uma guerra infame*. La verdadera historia de la Conquista del Desierto. Buenos Aires: Edhasa, 2015, p. 77.

<sup>231</sup> GESSO, Ernesto del. *Pampas, araucanos y ranqueles*. Rosario: Ciudad Gotica, 2003, p. 92.

que habitavam e construindo uma oposição aos índios de origem araucana, como Calfulcurá.<sup>232</sup> O exemplo da dinastia dos caciques Catriel mostra a importância dos “índios amigos” dentro do sistema de relações interétnicas. No papel de aliados diretos do governo e dos proprietários de terras, esses índios atuavam como guias nos Pampas ou como tradutores das línguas indígenas. Como membros do exército, empreendiam suas próprias técnicas de combate, que se mostravam essenciais para as vitórias *criollas* perante os caciques pampeanos.

Por fim, Valentín Saygüequé foi um dos principais representantes dos tehuenches. Habitante da região da atual província de Neuquén era um “índio amigo” que considerava a si mesmo como argentino.<sup>233</sup> Como estratégia de defesa de sua etnia, Saygüequé apoiou os principais líderes militares *criollos* na segunda metade do século XIX, ganhando a proteção de Julio A. Roca durante a Campanha do Deserto de 1879. Roca proibiu que os índios desse cacique fossem mortos por serem considerados “índios amigos”, nomeando-o como “*gobernador de las Manzanas*”.<sup>234</sup> No entanto, diferente de Catriel, Saygüequé queria que sua integração à sociedade argentina fosse permitida, com a manutenção de suas características culturais e sociais. Esse cacique não pretendia se submeter à “civilização” imposta pelo Estado argentino, mas almejava garantir a sobrevivência do seu cacicado como corpo social, como recompensa ao apoio dado aos líderes de Buenos Aires. Sua estratégia não foi aceita e em 1885, durante as últimas expedições militares realizadas pelo governo na região da Patagônia, Saygüequé entregou-se aos militares argentinos quando as tentativas de luta ou de fuga tornaram-se inviáveis.<sup>235</sup>

O longo processo iniciado com as “identidades impostas” aos grupos indígenas até a desqualificação com a atribuição de características como “bravos”, “selvagens” e “bárbaros”,<sup>236</sup> procurou retirá-los da configuração de uma cidadania em construção na segunda metade do século XIX, legitimando a incorporação do seu território pelo Estado Nacional, mas sem seus habitantes originais.<sup>237</sup> Como será estudado de forma mais profunda no capítulo a seguir, a relação entre *criollos* e indígenas sofreu diversas modificações a partir da segunda metade do século XIX, momento em que as definições

---

<sup>232</sup> Id, p. 44.

<sup>233</sup> VEZUB, Julio Esteban. *Valentín Saygüequé y la Gobernación Indígena de las Manzanas*. Poder y etnicidad en la Patagonia septentrional (1860-1881). Buenos Aires: Prometeo, 2009; BECHIS (2006), p. 16.

<sup>234</sup> BECHIS (2006), p. 15.

<sup>235</sup> Id, p. 16.

<sup>236</sup> FLORIA, Navarro Pedro. El desierto y la cuestión del territorio en el discurso político argentino sobre la frontera Sur. *Revista Complutense de Historia de América*. Madrid: Vol. 28, 2002, p. 166.

<sup>237</sup> QUIJADA, p. 150.

do Estado Nacional influenciaram em novas posturas sobre as sociedades indígenas do Pampa e da Patagônia, assim como da Araucanía chilena.

Concluindo, com apoio na ciência e nas teorias raciais vindas da Europa, mas relidas e adaptadas às realidades argentinas, os intelectuais desse país produziram discursos homogeneizadores que definiam aqueles que estavam aptos a integrar sua população ideal, juntamente com discursos de heterogeneidade, produtores de diferenças que apontavam àqueles que não se adequavam. A redefinição do Estado por bases raciais, resultando na relação da Argentina como um Estado branco, colocou os índios como entraves a essa realidade em construção, colocando as armas ou a conversão forçada como as únicas alternativas possíveis para as sociedades do Pampa se “integrarem” ao processo definitivo de formação da nação. Desde a perspectiva das novas necessidades do Estado como a definição das fronteiras internacionais, o avanço das “fronteiras internas” no Pampa era necessário para transformar a Patagônia em território nacional. Com a incorporação do território, se ingressaria de forma definitiva na economia capitalista baseada na pecuária, uma vez formalizada a intenção do Estado em promover a conquista dos “desertos” e em assumir a modernidade como ação política.<sup>238</sup>

Se modernizar significava promover a civilização, o combate da barbárie, sua antítese, também era uma forma de promover essa modernidade. Sobre território, transformar “desertos”, ou seja, áreas vazias de civilização em espaços de jurisdição do Estado argentino, correspondia a combater a barbárie contida nesses espaços, representada pelos índios que tentavam ressignificar a si mesmos para resistirem e sobreviverem. Ao afirmar-se como Estado, fazia-se necessário se impor sobre todos os indivíduos que se opunham a homogeneização imposta pela ideia de nacionalidade, provocando conflitos entre as etnias que se viam em oposição ao novo estatuto de raça, nacionalidade e modernidade.<sup>239</sup> Assim, o processo de formação do Estado Nacional na Argentina é o elemento chave para compreensão das modificações na política de relações com as sociedades indígenas, já que as medidas que definiam esse Estado foram colocando em xeque a presença do outro, porque a convivência com a diferença não era mais possível.<sup>240</sup>

---

<sup>238</sup> JONG, Ingrid e OHMSTEDE, Antonio Escobar. Presentación. In: JONG, Ingrid; OHMSTEDE, Antonio Escobar (coor.). *Las poblaciones indígenas y los Estados en la América Latina decimonónica*. Ciudad de México: El colegio de México, El colegio de Michoacán, Centro de investigaciones y estudios superiores en antropología social, 2016, p. 18.

<sup>239</sup> BECHIS (2010), p. 80.

<sup>240</sup> Id, p. 83.

### **3. Reações indígenas às políticas *criollas* na formação do Estado argentino.**

As políticas em relação aos indígenas serão analisadas considerando os distintos momentos da construção do Estado argentino. Começando pela fragmentação de poder entre as províncias nas primeiras décadas após a independência até a definitiva consolidação do Estado Nacional, quando as políticas contra os indígenas se tornaram mais agressivas e foram concluídas na Campanha do Deserto de 1879. Da mesma forma, serão expostas as reações de resistência e adaptação indígenas aos diferentes contextos políticos *criollos*, mostrando como essas sociedades percebiam e respondiam às pressões exercidas pelo governo. Como objetivo, procura-se compreender o momento de inflexão das políticas *criollas* e da construção de paz por meio de relações diplomáticas para posturas cada vez mais ofensivas, que visavam impor parâmetros de territorialização do Estado sobre as áreas indígenas.

#### **3.1 Um discurso sobre violência**

Não obstante as considerações sobre a diversidade de relações existentes na fronteira, esse espaço foi representado em todo período de sua existência por uma característica: a violência. A violência na fronteira interna teve faces de pressão política e de resistência cultural, mas apesar da ocorrência de diversos fenômenos sociais, como o comércio, a miscigenação e a convivência, a insegurança e a violência sempre estiveram presentes. De forma geral, o contato entre as sociedades europeias e as culturas autóctones na Argentina produziram contextos de violência, ora pela imposição de subordinação social com parâmetros até então não conhecidos, ora pela perpetração de uma violência direta por meio das armas. Esse contato impositivo também produziu resistência em forma de violência contra a sociedade que ditava novos padrões culturais. Resistência essa que, dada as características das sociedades indígenas pampeanas, araucanas e patagônicas, perdurou por mais de três séculos. A capacidade de adaptação a um ambiente hostil, a postura belicosa intrínseca à forma de organização dessas sociedades e o nomadismo que trazia a mobilidade e a não dependência a um bioma específico podem estar nos fatores que juntos contribuíram com a resistência secular frente à postura

etnocêntrica dos colonizadores, enquanto outras sociedades autóctones consideradas complexamente organizadas sucumbiram em poucas décadas.<sup>241</sup>

A dinâmica da violência contida nas experiências da fronteira interna argentina (e nos Andes, ao considerar a conexão entre as sociedades em ambos os lados da Cordilheira) teve implicações profundas e irreversíveis nas estruturas sociais. Nas últimas décadas do século XIX, os grandes *cacicados* passaram de agentes influentes das relações comerciais e políticas dentro e fora de sua etnia para atores colocados como coadjuvantes dentro do processo de formação do Estado Nacional. Este capítulo irá explorar, portanto, essa mudança nas relações entre indígenas e *criollos*, em que os indígenas transitaram da aceitação de seu poder e capacidade bélica pelos governos argentinos para um processo de “barbarização”, que justificou ações militares que não consideravam mais a soberania dos caciques como em períodos anteriores. Esse ponto de inflexão corresponde a meados da década de 1870, quando a *política diplomática* com os indígenas foi se reduzindo à medida que as ações armadas por parte dos exércitos argentinos se propagavam.

O entendimento de que as sociedades indígenas habitavam um espaço autônomo e independente da presença *criolla* justificava a utilização da expressão “relações diplomáticas” pelos contemporâneos para explicar a dinâmica de negociações existentes no “espaço de fronteira”. Mesmo considerando o Pampa e a Patagônia como áreas herdadas da colonização espanhola e, portanto, parte da jurisdição da Argentina, a impossibilidade de povoar esses territórios com gente da sociedade *criolla* dada a presença indígena, fazia dos caciques soberanos dessas áreas, sendo necessário o estabelecimento de negociações diplomáticas para mediar o trânsito nas áreas de fronteira e frear os conflitos. A crença da herança espanhola era baseada, entretanto, em uma ficção jurídica, uma vez que nem o Pampa e nem a Patagônia foram espaços colonizados pelos espanhóis, salvo algumas tentativas infrutíferas.<sup>242</sup> Os acordos diplomáticos eram instrumentos utilizados pelos *criollos* para controlar e intervir nas sociedades indígenas que resistiam à expansão Estatal.<sup>243</sup> À medida que o Estado Nacional se consolidava, diminuía a percepção dos *criollos* sobre os índios como detentores legítimos do território

---

<sup>241</sup> Cf. LOCKHART, James e SCHWARTZ, Stuart B. *A América Latina Colonial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 58 e p. 80.

<sup>242</sup> BANDIERI, Susana. *Historia de la Patagonia*. 2ª ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2009, p. 48.

<sup>243</sup> JONG, Ingrid. Las Alianzas Políticas indígenas en el período de la Organización Nacional: una visión desde la Política de tratados de Paz (Pampa y Patagonia 1852-1880). In: QUIJADA, Mónica (ed.). *De los cacicazgos a la ciudadanía*. Sistemas de frontera, Rio de la Plata, siglos XVIII-XX. Berlin: Ibero-Amerikanisches Institut, 2011, p. 81.



em que habitavam, assim como a necessidade de negociar com eles, substituindo a negociação pela violência.

É a partir da capacidade humana de reagir sobre suas experiências e produzir certas expectativas ou formas de esperar o futuro<sup>244</sup> que buscamos os elementos para entender a trama de componentes desse período da história argentina. As formas diferentes de interação nas fronteiras ou nos “espaços de fronteira”, em toda sua complexidade, eram aspectos que foram negados ao longo da meia centúria que correu após a independência da Espanha. Aspectos de violência contidos nas fronteiras foram cada vez mais enfatizados no final do século XIX, negando outras formas de relações e produzindo antíteses que estavam mais presentes nas formas discursivas do que na vida cotidiana. Como agravante, as percepções sobre raças oriundas de trabalhos científicos produzidos na Europa e nos Estados Unidos foram reinterpretadas e adaptadas ao contexto sul-americano ao incluir uma espécie de “missão civilizadora” aos incipientes Estados. Dessa forma, do choque entre as experiências de uma sociedade fronteiriça e mestiça que incluía o reconhecimento da presença indígena nos territórios austrais almejados pela República (mesmo que sob forma de respeito a um “adversário”), com as expectativas imbuídas na formação de um Estado-nação que se pretendia, branco e “civilizado”, foram produzidos discursos de alteridade em que as sociedades nativas não cabiam naquele futuro imaginado.

Da experiência versus a expectativa, as guerras contra os indígenas realizadas pela sociedade *criolla* de forma intensiva a partir da década de 1870 foram as maneiras encontradas pelos homens de ação daquele presente para combater as experiências de “barbárie” e substituí-las pelas expectativas de “civilização”. Além disso, as expectativas do Estado-nação em promover o fechamento de suas fronteiras internacionais ao ocupar as áreas do Pampa e da Patagônia, somadas à pressão dos estancieiros por segurança nas fazendas e por mais áreas de pasto, contribuíram com uma postura mais impositiva perante a “questão indígena”. Considerando as experiências conectadas em um tempo diacrônico, que podem ser de ordem política, discursiva, econômica e cultural, o que interessa para o estudo dos fenômenos históricos é a forma como essas experiências se

---

<sup>244</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006, p. 315.

cruzam e se sobrepõem, e é a partir desses encontros que são produzidas as interpretações sobre as experiências passadas.<sup>245</sup>

Nesse sentido, a expectativa modernizadora das últimas décadas do século XIX e princípios do século XX, período em que por modernização entendia-se a adoção de uma política econômica liberal que permitisse a entrada de investimentos estrangeiros, a afluência de imigrantes e a educação de seus habitantes,<sup>246</sup> fez parte das demandas de um Estado nacional que se pretendia “moderno” e “civilizado”. E, dentro dessa imagem de nação projetada para o futuro, caberia aos homens desse tempo presente, eliminar os elementos que fossem considerados como entraves ao projeto modernizador. As sociedades indígenas, nessa perspectiva e considerando a associação entre raça e cultura, foram consideradas atrasadas e passíveis de submissão por uma cultura colocada como superior dentro dos padrões impostos pela utopia da civilização. A população multiétnica da Argentina pós-colonial deveria, então, ser homogeneizada de acordo com os ideais das elites políticas e intelectuais do período, para construir a nação branca que corresponderia ao modelo de civilização pretendido.

Eram de paradigmas culturais cujas repercussões foram incisivas nos destinos dos grandes *cacicados pampeanos* e patagônicos. Ideias dispostas em expectativas de futuro que se transformaram em experiências de trauma e violência. As teorias do progresso estiveram associadas a entendimentos de raça que promoveram ideias racistas com base em argumentos científicos. Os países europeus, como “portadores da civilização”, possuíam a utopia de que “as raças superiores têm o dever de civilizar as raças inferiores; as nações, no momento em que estamos, são do tamanho das atividades que produzem.”<sup>247</sup> Essas ideias sobre raça eram inseridas em um discurso sobre a capacidade das raças “superiores” conduzirem, transformarem (ou até mesmo combaterem) raças “inferiores”, no sentido de produzir parâmetros de modernidade, sob um viés “racialista” aceito e reproduzido.<sup>248</sup>

No entanto, cabe lembrar que a situação da fronteira como um problema, bem como o antagonismo existente entre indígenas e *criollos* existia mais na ordem do discurso promovido pelas elites políticas e intelectuais argentinas do que na situação concreta.

---

<sup>245</sup> LA CAPRA, Dominique. *Writing History, Writing Trauma*. Johns Hopkins University Press: Baltimore, 2014, p. 196.

<sup>246</sup> LYNCH, John. *Massacre in the Pampa, 1872*. Britain and Argentina in the Age of Migration. Oklahoma: University of Oklahoma Press, 1998, p. 10.

<sup>247</sup> FEERY, Jules, deputado francês em 28/7/1885, apud CHAUTARD, Sophie. *La Géopolitique*. Codé-sur – Noireau: Sutyrama, 2007, p.15, tradução nossa.

<sup>248</sup> LA CAPRA, p. 132.

Nesse registro, extraído do relato de um cativo *criollo*, a situação mestiça da fronteira é descrita, e se pode observar que a dicotomia entre “civilização e a barbárie” era difícil de ser definida, pois dita oposição não existia na prática da mesma forma que aparecia nos discursos das elites. A citação a seguir é um trecho do relato de um “cativo” *criollo* que viveu com os índios em decorrência de sua captura e mostrou a presença de elementos *criollos* e indígenas misturados no cotidiano do Pampa: “[ao lado dos nativos haviam] *cristianos con armas de fogo, otros con lanzas, unos vestidos de cristianos y otros de indios.*”<sup>249</sup> O cativo revela a permanência da percepção colonial dos índios como não cristãos, opostos por esse motivo aos *criollos*, no entanto, apesar da oposição apontada, o trecho revela a convivência entre essas duas realidades comuns ao espaço de fronteira. O reforço cultural e científico que colocou em contraste civilização e barbárie foi responsável pela identificação do índio com o elemento bárbaro a ser combatido, dirimindo essa convivência multiétnica e substituindo-a pela necessidade de homogeneização cultural. Durante a etapa final do processo de organização do Estado, foram construídas alteridades representadas em seus “inimigos internos”, os índios, que dentro de um marco de etnicidade se encontram excluídos da sociedade hegemônica que se estabeleceu nas últimas décadas do século XIX.<sup>250</sup>

Acompanhando as políticas *criollas* sobre a chamada “questão indígena” percebe-se a repercussão prática desses discursos, principalmente a partir da década de 1870. Apesar da diferença entre esses discursos de elites e a realidade dos espaços de fronteira, o entendimento dessas ideias, no entanto, são fundamentais para a compreensão do contexto político e intelectual que legitimaram práticas de violência e exclusão no final do século XIX. A associação da raça com a cultura no nível das ideias teve como consequência a guerra contra os indígenas cuja finalidade foi ocupar um espaço social não-*criollo* e o argumento foi à difusão da civilização. As experiências de uma sociedade mestiça, quando em sincronia com os acontecimentos relevantes sobre as políticas dos *criollos* em relação aos indígenas, revelam uma utilização conceitual e discursiva para modificar a realidade de negociações e convivência com as sociedades originárias, para criar a absoluta incongruência dessas.

---

<sup>249</sup> Declarações de um cativo. 30/4/1846, AGN, sala X, Apud RATTO, Silvia. *Redes políticas en la frontera bonaerense* (1836-1873): crónicas de un final anunciado. Bernal: Universidad de Quilmes, 2015, p. 49.

<sup>250</sup> LENTON, Diana. Política indigenista argentina: una construcción inconclusa. *Anuario antropológico*, 2009 I, junho 2010. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, p. 7.

A descaracterização do indígena foi mais forte nos anos que precederam a Campanha do Deserto do que em décadas anteriores. Acompanhadas das ideias de um “processo de civilização” em curso e embasadas por pensamentos científicos, como o *darwinismo* social, buscavam-se elementos para retirar os índios do processo de construção do Estado nacional, onde não era mais possível manter uma ordem soberana paralela ao Estado hegemônico. Nesse ponto de vista, a raça considerada “superior” deveria converter (ou combater) a raça colocada como “inferior”<sup>251</sup> por meio da guerra, mas também pela burocracia do Estado, que reduziu povos soberanos a cidadãos inseridos em um padrão homogêneo sob a identificação genérica de “argentinos”. Construindo uma oposição entre tradição e modernidade, a utopia da civilização iria legitimar a luta contra os indígenas, dentro do objetivo de conquistar os “desertos” em um marco de expansão capitalista e territorial, onde seus habitantes “*serían concebidos como intrusos en su propio territorio.*”<sup>252</sup>

### 3.2 A era Rosas e o “Negócio Pacífico de Índios”

Como resultado do conflituoso processo de independência com a Espanha, conhecido por Revolução de Maio, as províncias unidas do Rio da Prata deram origem a incipientes repúblicas. A Argentina foi uma delas, durante os primeiros quarenta anos de sua independência, vivenciou um complicado trâmite entre interesses locais conflitantes. As disputas entre federalismo e unitarismo refletiam o ambiente político incerto, onde não havia um projeto político ou um interesse de construir um sentido de unidade ao novo país. Em termos gerais, sobre unitarismo se entendia uma forma de governo centralizada, e por federalismo o respeito à soberania das províncias em detrimento de um poder central único. No entanto, ambos os posicionamentos estavam presentes tanto em Buenos Aires, a cidade mais importante devido ao acesso portuário e a crescente capacidade de exportação de insumos agropecuários, quanto nas demais províncias. Interesses conflitantes entre líderes caudilhos das províncias do interior, que resistiam à imposição de uma ordem única e centralizadora, também existiam em Buenos Aires, onde a

---

<sup>251</sup> LA CAPRA, p. 132.

<sup>252</sup> JONG, Ingrid e OHMSTEDÉ, Antonio Escobar. Presentación. Un contexto comparativo del papel de los indígenas en la creación y la conformación de las naciones y los Estados en la América Latina del siglo XIX. In: JONG, Ingrid e OHMSTEDÉ, Antonio Escobar (coor.). *Las poblaciones indígenas y los Estados en la América Latina decimonónica*. Ciudad de México: El colegio de México, El colegio de Michoacán, Centro de investigaciones y estudios superiores en antropología social, 2016, p. 39.

federalização da província seguida da divisão de seus recursos com as demais era igualmente vista com resistência.<sup>253</sup>

Entre os conflitos internos em Buenos Aires, Juan Manoel de Rosas se fortaleceu como um “pacificador” e “restaurador das leis” em meio às diversas posições e inclinações políticas, assumindo o governo de Buenos Aires em 1829. Rosas era um caudilho dono de estâncias nos arredores dessa cidade e assumiu o federalismo como sua corrente política, seu entendimento complexo sobre essa vertente havia colocado os unitários como rivais de um sistema político que ainda não estava claro.<sup>254</sup> Durante essas primeiras décadas que seguiram a independência, não havia um interesse ou uma noção de pertencimento maior que o âmbito regional. A noção de argentino era ainda difusa e os sentimentos de pertença provinciais se sobressaíam, sendo que o entendimento do governo se mesclava com o predomínio dos interesses pessoais e locais.

Durante esse período de consolidação de Rosas no governo de Buenos Aires, a geografia étnica dos territórios indígenas se reordenava em virtude das guerras de independência ocorridas no Chile, provocando a imigração de muitos grupos para o oeste da Cordilheira. E é nesse contexto que visualizar a perspectiva indígena é fundamental para a compreensão das situações políticas e econômicas que influenciaram na tomada de decisão dos *criollos*. Desde a introdução do gado e do cavalo pelos indígenas a partir do século XVIII, foram construídos circuitos comerciais de animais pela cordilheira para criar o abastecimento dos índios araucanos que habitavam o atual território do Chile. Durante as primeiras décadas do século XIX, esse circuito foi se consolidando devido aos processos de imigrações de índios provenientes da Araucanía chilena para o Pampa argentino, já que os grupos emigrados mantiveram contato com os remanescentes.<sup>255</sup>

A competição pelo gado com os *criollos* foi um dos fatores para a disputa entre essas sociedades, mas a violência da fronteira não pode ser resumida na competição por recursos. De acordo com Ingrid de Jong, existia uma economia pastoral indígena no sul do rio Salado independente dos *criollos*, responsáveis por abastecer os mercados de gado no Chile, Peru e Equador, como uma continuidade dos circuitos de comércio coloniais e, muitas vezes, os *malones* eram feitos para que a paz na fronteira retornasse e não

---

<sup>253</sup> TERNAVASIO, Marcela. *Historia de la Argentina, 1806-1852*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009, p. 153.

<sup>254</sup> Id., p. 176.

<sup>255</sup> JONG, Ingrid. Entre el malón, el comercio y la diplomacia: dinámicas de la política indígena en las fronteras pampeanas (siglos XVIII y XIX): un balance historiográfico. *Revista Tiempo Histórico*. Santiago – Chile, ano 6, n. ° 11, Jul-Set, 2015, p. 17.

atrapalhasse essas rotas de comércio. No entanto, o crescente interesse dos *criollos* em expandir as terras para o sul do rio Salado em direção à Patagônia durante o século XIX levou ao fim da economia pastoril indígena, na medida em que foram se consolidando estratégias de defesa das fronteiras contra os *malones* e o povoamento dos novos territórios.<sup>256</sup>

Juan Calfulcurá foi um dos maiores expoentes dessa questão: com origem na Araucanía chilena se estabeleceu em Salinas Grandes na década de 1830, mantendo uma grande rota comercial de animais.<sup>257</sup> A presença do cacique Calfulcurá levou Rosas a se impor perante os indígenas ao mesmo tempo em que evitava a violência na fronteira, com o chamado “negócio pacífico de índios”. Utilizado por décadas e retomado no período pós-Rosas, o “negócio pacífico” foi um instrumento de relação com os indígenas baseado na ferramenta diplomática dos tratados e no pagamento de víveres, chamados de rações. Provavelmente iniciado pela incapacidade *criolla* de expandir o território e de fazer frente ao indígena, o “negócio pacífico” funcionou como uma forma de manter relativa estabilidade na fronteira enquanto eram postas em prática estratégias expansionistas e defensivas. A periodicidade em que ocorriam os pagamentos de rações, além do grande volume de animais disponíveis em razão desse pagamento, permitiu aos indígenas abastecerem suas redes comerciais com os mercados trans-cordilheiranos, o que gerava um comércio não apenas dependente da violência dos *malones*, mas sim dos acordos de paz com os *criollos*.<sup>258</sup>

Dessa forma, os índios eram recompensados por não atacarem a fronteira, mas continuavam utilizando os ataques como instrumento para forçar negociações de paz e pressionar o cumprimento dos tratados. Para caciques como Calfulcurá, o pagamento de rações foi fator de seu fortalecimento no Pampa, já que o benefício com os *criollos* trouxe vantagens no estabelecimento de relações com outros grupos indígenas e caciques do Pampa, Patagônia e Araucanía. Ao mesmo tempo, os conflitos com o governo de Buenos Aires eram controlados por meio de um sistema de “equilíbrio de poder”, onde se mantinha a soberania territorial indígena enquanto era criado um sistema que vinculava a subsistência indígena com uma relação de dependência com o governo *criollo*.<sup>259</sup> O “negócio pacífico” funcionava para os “índios aliados” (transformados em índios

---

<sup>256</sup> Id, p. 24.

<sup>257</sup> Id, p. 25.

<sup>258</sup> Id, p. 27.

<sup>259</sup> Id, p. 30.

“inimigos” quando promoviam ataques) como uma forma de impedir que eles atacassem a fronteira, além de impedir que outros índios o fizessem como era o caso de Calfulcurá. Para os “índios amigos” que viviam na parte *criolla* da fronteira, as rações eram utilizadas como forma de pagamento pelo trabalho que realizavam defendendo a fronteira contra os *malones*.<sup>260</sup>

Que los “malvados enemigos” hostilizaron por el 20 de Octubre por el lado de Patagones, llevandose mas de 1500 cabezas de ganado de propiedad de Alfaro (...) que también incendiaron los panchos y se llevaron una caja grande de armamento y municiones (...) que los **indios enemigos** se hallan del otro lado del Rio Negro en retirada para la cordillera.<sup>261</sup>

O “negócio pacífico” de índios representou uma das estratégias de ação e de convivência com os índios das fronteiras, procurando equilibrar os interesses dos estancieiros de Buenos Aires em expandir as áreas de criação de animais para os Pampas com o fluxo de imigrantes indígenas provenientes da Araucanía chilena, que fizeram da região sua morada permanente, construindo novas relações com os índios locais e os *criollos*.<sup>262</sup> O trecho abaixo demonstra a necessidade de efetuar o pagamento de rações para grupos boroganos oriundos do Chile, para mantê-los como índios aliados, em situação que garantiria o combate dos índios “inimigos” do governo.

Este [Rosas] habia enviado como jefe de la fuerza de carabineros de línea que acompañaban a los indios boroganos de Rondeau, Canuillan, Melim y Alom en su lucha contra las indiadas de quiñiquil, cumiu (...) etc, etc, entre otras cosas relacionadas con las necesidades de los indios aliados, decia a Rodrigues, comandante de B. Blanca lo siguiente desde campamento frente de Calque: “yo le mando pedir dos manos de papel que no tengo ni como hacer un oficio, un poco de tabaco y yerba pues estamos pereciendo de vicios”.<sup>263</sup>

Nesse contexto, Rosas utilizou esse mecanismo como forma de produzir uma relativa paz na fronteira e de viabilizar uma expansão *criolla* que não entrasse em conflito com os indígenas, uma vez que não era possível derrotá-los. De fato, a expansão das terras e a intenção do colonizador *criollo* em explorá-las existiram desde a chegada dos europeus no Rio da Prata. No entanto, as dificuldades encontradas levaram a adaptações

---

<sup>260</sup> Id, p. 26.

<sup>261</sup> Comunicações de militares para Rosas, 4/11/1832, diversos autores, AGN, leg. 1040, grifo nosso.

<sup>262</sup> RATO, p. 25.

<sup>263</sup> Como vivian en la frontera. 29/11/1832. AGN, leg. 1040.

que produziram um mundo de fronteira mestiço e de grande porosidade,<sup>264</sup> em que a convivência pacífica ou não entre indígenas e *criollos* ocorreu de forma mais ou menos intensa até as últimas décadas do século XIX, até que as sociedades indígenas foram transformadas em um problema.

Rosas colocou em prática durante as décadas de 1820 até 1840 uma política que alternava o “negócio pacífico” com ações ofensivas, tratando ambas como ações complementares.<sup>265</sup> A aproximação com os índios pelo “negócio pacífico” criou uma rede de comércio de artigos indígenas e *criollos* no espaço de fronteira e utilizou amplamente a mão de obra indígena dentro do sistema defensivo dos fortes, o que evidenciava o multiculturalismo desses espaços. As possibilidades comerciais na zona de fronteiras e o pagamento de rações atraíram o interesse de grupos mapuches para as proximidades de Buenos Aires, sendo que, ao se consolidarem em Salinas Grandes no final da década de 1830, Calfulcurá e seus índios tornaram-se importantes na configuração política do Pampa, garantindo o vínculo desses indígenas e seu território com o reconhecimento dos *criollos* por meio dos tratados e o fortalecimento interétnico pelo controle de uma região fundamental para os fluxos comerciais, conforme coloca Ingrid de Jong.<sup>266</sup>

O “negócio pacífico” não foi uma invenção de Rosas. Essa estratégia de trato com os nativos foi baseada em políticas dos Bourbons durante o período colonial e, dessa forma, os próprios índios eram utilizados para defesa e povoamento da fronteira, atestando o reconhecimento da incapacidade do governo de Buenos Aires em fazer frente a todos os grupamentos de “índios inimigos” e, também, de ocupar as áreas de fronteira.<sup>267</sup> Era permitido com que “índios amigos” habitassem o interior das fronteiras *criollas*, desde que ajudassem a defendê-las de outros índios considerados inimigos, sendo que muitos cumpriam funções formais no exército.

Manter a paz ou cultivar a situação de guerra com todos os grupos indígenas do Pampa não era viável para os incipientes organismos do governo argentino na primeira metade do século XIX, e, nesse sentido, os tratados atuavam como forma de viabilizar o controle das sociedades que habitavam o Pampa: enquanto se mantinha a paz com alguns grupos pelo mecanismo das rações, estes combatiam outros e ajudavam na defesa da

---

<sup>264</sup> Id, p. 18.

<sup>265</sup> RATO, p. 26.

<sup>266</sup> JONG (2015), p. 36.

<sup>267</sup> QUIJADA, Mónica. La lenta configuración de una “Ciudadanía cívica” de frontera. Los indios amigos de Buenos Aires, 1820-1879 (con un estudio comparativo Estados Unidos-Argentina). In: QUIJADA, Mónica. (ed.) *De los cacicazgos a la ciudadanía*. Sistemas de frontera, Rio de la Plata, siglos XVIII-XX. Berlin: Ibero-Amerikanisches Institut, 2011, p. 221.



fronteira, sem que o governo necessitasse dispor de mais forças de combate ou de mais rações para promover a paz. Calfulcurá, por exemplo, recebia as rações importantes para seu sistema comercial, enquanto se impunha perante outros grupos indígenas não amigos do governo de Buenos Aires, fato que mantinha o recebimento de suas rações, sem que essas precisassem ser “divididas” com outros grupos indígenas em virtude de novos acordos.<sup>268</sup>

Sobre o “negócio pacífico” mantido com os “índios amigos” de Rosas:

La acción de Rosas en la frontera tendía mas que a dominar a los indios o atraerlos con dádivas y en prueba de ello he tratado antes de varias relaciones el detalle de los regalos que constantemente les hacía. A los tan bien obsequiados con dinero del estado los tenía en este año avecinados en tolderías cerca de los guardias de la frontera.<sup>269</sup>

Portanto, o “negócio pacífico” de índios foi uma estratégia restrita a determinados caciques, que criava um sistema de alianças ou de rivalidades que utilizavam a soberania de determinados grupos indígena como instrumento de proteção *criolla*. “Mais que dominar os índios”, como expresso na citação acima, muitos grupos de índios acabavam tornando-se “*vecinos*”, ou seja, habitando as povoações próximas à fronteira desde o lado *criollo*. Tal sistema foi possível graças à flexibilidade característica das sociedades indígenas do sul da Argentina e do Chile: suas alianças internas eram fluidas e realizadas por vínculos de parentescos como casamentos e na maioria das vezes não existia um único núcleo de poder, o que levava a flutuação dos mecanismos de chefaturas, bem como de acordos e rivalidades.<sup>270</sup> Ranqueles e Salineiros fizeram parte dos mecanismos políticos do “negócio pacífico” de Rosas, juntamente com outros grupos que habitavam o interior das fronteiras *criollas*, cumprindo o duplo objetivo de promover rivalidades entre os grupos indígenas e manter estável a situação de invasões na fronteira.

Dentre desse emaranhado de situações de poder, os *malones* eram utilizados para promover negociações políticas e econômicas aos *criollos*, e que somadas às relações diplomáticas com o governo de Buenos Aires, produziram o reconhecimento da presença e da soberania indígena no Pampa, balanceadas com as pretensões expansionistas de Rosas somados com seus interesses econômicos gerados pela crescente importância do

---

<sup>268</sup> Id, p. 222.

<sup>269</sup> AGN, leg. 1042. Carta de Felipe Pereira para Rosas, 29/03/1832.

<sup>270</sup> BECHIS, A. Martha. *Piezas de Etnohistoria y de antropología histórica*. Buenos Aires: Sociedad de antropología argentina, 2010, p. 126.

comércio de gado para o exterior. Marta Bechis caracterizou essa forma de pressão indígena como “*malón* jurídico” por considerar que determinados ataques indígenas tinham o objetivo de forçar a realização de tratados com os *criollos*.<sup>271</sup> A resistência indígena ao expansionismo *criollo* era assentada em uma política diplomática de reconhecimento da soberania e do poderio militar das sociedades autóctones, enquanto a essas interessava a continuidade do fluxo de produtos provenientes das rações, que somados aos recursos também obtidos com os *malones* nas estâncias, asseguravam a continuidade do comércio para além dos Andes. Inserir os *malones* bem como a dinâmica da violência interétnica, ajuda a visualizar o enredo que imprimia sentido ao conflito e a forma como essas sociedades reagiram à pressão expansionista *criolla*.<sup>272</sup>

Nesse contexto de *malones*, rações e tratados, Rosas empreendeu uma ofensiva conhecida como Campanha do Deserto, no ano de 1833. A Campanha de Rosas ocorreu em um momento de grande instabilidade política em Buenos Aires. Rosas não era mais governador da província em 1832, e sim, Juan Balcarce, quando partiu em uma ofensiva contra os índios não alinhados a sua política de pacificação e que rivalizavam com os “índios amigos” e com o governo portenho.<sup>273</sup> A ideia da Campanha era ter mais duas frentes além daquela comandada por Rosas que havia partido de Buenos Aires, no entanto, apenas essa se manteve com o passar dos conflitos. Rosas partiu para o “deserto” com o apoio dos “índios amigos” do cacique Juan Catriel e Cachul, contando com o financiamento de estancieiros interessados na pacificação da fronteira, uma vez que não obteve o apoio do governo de Buenos Aires que se dividia em facções a favor e contra o ex-governador.<sup>274</sup>

Es altamente honroso para mi dirigirme a V.E. comunicandole que de conformidad a sus ordenes superiores (...) emprendi la segunda jornada contra los indios chilenos enemigos con trescientos siete soldados del regimiento de mi mando (...) y el cacique mayor Dom Benacio con Sesenta indios de pelea. (...) Caciques superiores que venian a alcanzarnos en marcha (...) cuya fuerza se incorporó el día treinta. (...) Llegué a división donde tomé los siete indios escapados anteriormente los que confesaron ser de Calfulcurá, cacique de los enemigos que iban en fuga.<sup>275</sup>

---

<sup>271</sup> Id, p. 135.

<sup>272</sup> JONG (2015), p. 34.

<sup>273</sup> FRADKIN, Raúl O., GELMAN, Jorge. *Juan Manuel de Rosas*. La construcción de un liderazgo político. Buenos Aires: Edhasa, 2015, p. 237.

<sup>274</sup> TERNAVASIO, p. 190.

<sup>275</sup> Provavelmente de 1833, da Campanha do Deserto, “versión de Rosas del parte del coronel Francisco Sosa”. AGN, leg. 1040, s/d.

A Campanha do Deserto de Rosas era parte do conjunto de relações interétnicas inseridas no “negócio pacífico” que considerava os “índios amigos” fundamentais para a manutenção do sistema de relações com os índios. A ofensiva também constituía uma forma de pressionar os índios a negociarem com o governo a fim de impor o controle de Rosas nas fronteiras.<sup>276</sup> Foi concluída cerca de um ano depois, em 1834, e os estancieiros se viram beneficiados de maiores e mais seguras áreas de pasto, garantidas pela continuação do pagamento de rações aos “índios aliados” e aos “amigos”.<sup>277</sup> Entre índios prisioneiros, mortos e gado capturado, Rosas conseguiu o fortalecimento do “negócio pacífico” com os índios em uma ação benéfica aos seus interesses pessoais como estancieiro, da mesma forma que ratificava sua importância dentro do cenário político portenho, desenhando seu retorno como governador da província. O assassinato de seu aliado do interior Facundo Quiroga, colocou novamente o nome de Rosas em voga, iniciando em 1835 seu período mais longo no poder.<sup>278</sup>

A política com os caciques do Pampa continuou em seu novo período como governador de Buenos Aires. Calfulcurá continuava a receber suas rações para que fosse controlado como um “índio aliado” e um equilíbrio foi obtido após a Campanha do Deserto. No tocante ao contexto político, Rosas endureceu a perseguição aos opositores ao mesmo tempo em que tentava impor o poder de Buenos Aires para as demais províncias, sem, no entanto, estabelecer as instituições básicas para um regime republicano de representação dessas províncias ou de diferentes vozes que não a sua. Aqueles considerados opostos às suas ideias eram perseguidos, sendo que muitos exílios ocorreram durante o segundo mandato de Rosas como governador.

Um extensivo controle da sociedade civil e da imprensa ia de encontro às ideias do liberalismo político, que ocorriam na Europa e nos Estados Unidos, e os considerados “selvagens unitários” foram perseguidos para que a ordem federalista imposta não fosse prejudicada.<sup>279</sup> A imposição de um regime personalista gerou oposição de muitos grupos de políticos e intelectuais, levando Rosas a proibir a realização de reuniões sem autorização, como aquelas realizadas no salão literário de Marcos Sastre, em 1837. A “geração de 37” teve origem com o questionamento do regime rosista por jovens que acreditavam que as políticas do governador de Buenos Aires, era a antítese do que era

---

<sup>276</sup> FRADKIN e GELMAN, p. 241.

<sup>277</sup> Id, p. 243.

<sup>278</sup> Id, p. 258.

<sup>279</sup> TERNAVASIO, p. 202.

preciso para desenvolver um Estado-nação na Argentina, sob o molde dos países Europeus e dos Estados Unidos.<sup>280</sup> A resistência de Rosas em promover uma organização política e representativa das províncias para propiciar as condições para criação de um Estado moderno gerou um clima de insatisfação com o regime vigente que equilibrava a soberania de Buenos Aires com colisões e alianças entre os caudilhos das demais províncias. Como oposição, os jovens que formaram a “geração de 37” começaram a pensar propostas de organização nacional projetadas para o futuro, já que Rosas e sua perseguição aos “selvagens unitários” impedia a implantação de um regime verdadeiramente federalista de acordo com esses intelectuais.<sup>281</sup>

O entendimento do federalismo como descentralização, mesmo quando Buenos Aires procurava impor sua hegemonia sobre as outras províncias, contradizia a tendência federalista norte-americana da primeira metade do século XIX. O federalismo nos Estados Unidos era representado pelo centralismo que permitia o equilíbrio entre poderes locais e centrais, já que o centralismo estava no compartimento de um mesmo marco jurídico.<sup>282</sup> Longe da preocupação em estudar com profundidade a engenharia do governo Rosas para o entendimento da situação política rio-platense da década de 1840 até o início da década de 1850, faz-se necessário compreender a disputa entre federalismo e unitarismo, ou o que era entendido sobre essas duas tendências. O pacto federal realizado em 1831 atestou juridicamente a existência de uma Confederação, onde sociedades de Estados independentes e soberanos se uniram por uma confederação de províncias, em que o governador de Buenos Aires seria o representante internacional dessa Confederação.<sup>283</sup> Diante de tal explicação, essas províncias que funcionaram na primeira metade do século XIX como estados soberanos, não estavam relacionadas teoricamente ao federalismo.

No entanto, como destacado por José Carlos Chiaramonte, havia uma confusão de conceitos no contexto rio-platense (e também sul-americano) que atribuía ao federalismo tendências opostas à monarquia ou ao unitarismo, pois, considerava-se que esses estados soberanos – chamados de províncias – eram incompatíveis uns com os outros e não havia

---

<sup>280</sup> Id, p. 207.

<sup>281</sup> RICUPERO, Bernardo. As Nações do romantismo argentino. In: PAMPLONA, Marco A. e MÄDER, Maria Elisa (org.). *Revoluções de independência e nacionalismos nas Américas*. Região da Prata e Chile. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007, p. 227.

<sup>282</sup> SHUMWAY, Nicolas. *Dez chaves culturais para compreender o federalismo norte-americano*. Locus: revista de história, Juiz de Fora, v.36, n.01, 2013, p. 15.

<sup>283</sup> CHIARAMONTE, José Carlos. *Raíces históricas del federalismo latinoamericano*. Buenos Aires: Sudamericana, 2016, p. 152.

a possibilidade de que se unissem.<sup>284</sup> A união desses estados por um poder central capaz de estabelecer uma jurisdição sobre eles era a definição de federalismo, de acordo com o modelo norte-americano do período.<sup>285</sup> Como oposição a essa definição, o federalismo era usualmente entendido e aplicado como separação entre as autonomias provinciais, o que, dentro dessa visão, o diferenciava e o opunha ao unitarismo.<sup>286</sup>

Durante a década de 1840, Rosas se recusou a aceitar novas eleições e as relações internas e exteriores tornam-se cada vez mais tensas. Muitos dos perseguidos e considerados “unitários” pelo regime rosista se exilaram em países vizinhos como o Chile e o Uruguai. Sabendo que muitos desses exilados se encontravam em Montevideú, onde crescia a oposição ao governo de Buenos Aires, Rosas decidiu apoiar Manuel Oribe para a presidência uruguaia, por considerá-lo um aliado que o ajudaria a combater a oposição exercida contra seu regime. Em reação, o opositor de Oribe, Fructuoso Rivera buscou apoio da França, que realizou um bloqueio ao porto de Buenos Aires.<sup>287</sup> A pressão das províncias crescia sobre Buenos Aires, já que Rosas era responsabilizado pelo bloqueio que prejudicava diretamente o pequeno, porém, crescente comércio exterior. As tensões entre as províncias e Buenos Aires eram somadas pela pressão internacional exercida pelos bloqueios realizados pela França e pela Inglaterra, além dos países vizinhos como Uruguai e o Brasil. Rivera declarou guerra a Rosas, o que desencadeou a aglutinação dos setores opostos ao governador, resultando em um conflito no início da década de 1850.<sup>288</sup>

A polarização latente entre o governador de Buenos Aires e as províncias, fortalecidas pelo apoio internacional, ficaram evidentes nas relações exercidas por Calfucurá. Compreendendo a disputa de poderes entre Rosas e Justo José Urquiza, governador de Entre Ríos que passou a liderar a coalizão contrária a Rosas a partir de 1850, Calfucurá se aproximou também de Urquiza, estabelecendo uma política com os opositores de Buenos Aires, cujo objetivo era garantir o fornecimento de rações, apesar das disputas de poder entre os *criollos*.<sup>289</sup> Concluiu-se que o “negócio pacífico” que trouxe relativa paz com o governo rosista não representou uma submissão dos índios ao

---

<sup>284</sup> Id, p. 156.

<sup>285</sup> Id, p. 196.

<sup>286</sup> Id, p. 198. Comumente se utiliza o termo “*federales*” em espanhol para designar aqueles que são contrários ao poder central. “Federalistas”, no entanto, também aparece como sinônimo na historiografia e em estudos, o que torna ambígua o uso desse conceito. “Federalistas” se relaciona ao modelo norte-americano e “*federales*” a essa realidade de oposição a um poder central, por parte das oligarquias locais.

<sup>287</sup> TERNAVASIO, p. 222.

<sup>288</sup> Id, p. 223.

<sup>289</sup> JONG (2015), p. 30.

governo de Buenos Aires.<sup>290</sup> O pagamento de rações era uma condição necessária à redução dos *malones* dada a importância da manutenção das redes comerciais controladas por caciques como Calfulcurá. No entanto, a percepção dos conflituosos caminhos políticos em Buenos Aires, levou o cacique a negociar com outros grupos e a encontrar distintas formas de pressionar os *criollos*, atestando sua grande habilidade política, diferente das representações tradicionais que colocavam os índios como “selvagens” atores passivos, apenas preocupados com o roubo de animais das estâncias.

Apesar do pretense federalismo que se dizia descentralizador, a imposição da hegemonia de Buenos Aires frente às demais províncias que não estavam, todavia preparadas para obedecer a uma ordem central, somados ao monopólio que essa província exerceu sobre o comércio exterior e sobre a navegação dos rios, tornaram-se causas insustentáveis que acabaram resultando em uma guerra de abrangência internacional.<sup>291</sup> Rosas foi destituído após a batalha de Caseros em 1852, na qual ele foi derrotado pelas tropas comandadas por Urquiza e que contou com forças das províncias de Entre Rios e Corrientes, além de exércitos do Brasil e do Uruguai.<sup>292</sup>

Na relação com os índios do Pampa, a repercussão direta da queda de Rosas foi o fim do pagamento de rações com a suspensão dos “negócios pacíficos” acompanhada pelo retorno da situação de insegurança na fronteira com os territórios indígenas.<sup>293</sup> Caseros não encerrou o conflito entre Buenos Aires e a Confederação Argentina, agora liderada por Urquiza. Aproveitando essa situação, Calfulcurá habilmente estabeleceu uma dupla política com o governo de Buenos Aires e com a Confederação de Urquiza, buscando possibilidades de paz – ou a redução dos *malones* que se tornaram constantes – desde que as rações fossem mantidas.<sup>294</sup>

### 3.3 Uma nação para o Deserto argentino<sup>295</sup>

A queda de Rosas marcou o início de um processo político que culminou com a construção e consolidação de instituições estatais. A batalha de Caseros em 1852 destituiu Rosas do governo da província de Buenos Aires, mas não houve um projeto de

---

<sup>290</sup> FRADKIN e GELMAN, p. 332.

<sup>291</sup> TERNAVASIO, p. 240.

<sup>292</sup> Id, p. 239.

<sup>293</sup> LEVAGGI, Abelardo. *Diplomacia hispano-indígena en las fronteras de América*. Madrid: Centro de estudios políticos y constitucionales, 2002, p. 35.

<sup>294</sup> JONG (2015), p. 33.

<sup>295</sup> Cf. DONGHI, Tulio Halperin. *Una Nación para el Desierto Argentino*. Buenos Aires: Prometeo, 2005.

organização nacional imediato, postergando a situação para a década seguinte. Buenos Aires permaneceu separada da Confederação Argentina, agora comandada por Urquiza. Mesmo sem um acordo com Buenos Aires, foram dados os primeiros passos para a organização política do país com a aprovação da constituição nacional, onde o texto de Alberdi “Bases e pontos de partida para a organização nacional” serviu de guia para os constituintes, colocando os valores liberais construídos desde a “geração de 37” como elementos fundamentais para a nova etapa em que entrava o país.<sup>296</sup> Para Alberdi, “governar era povoar”, correspondendo a uma crescente necessidade de delimitar os territórios baixo a jurisdição da república e exercer autoridade sobre seus habitantes, fossem índios, imigrantes ou *criollos*.<sup>297</sup>

A existência de duas repúblicas modificou as relações dos índios com os *criollos*. Após a queda de Rosas, houve uma diminuição do “negócio pacífico” de índios, que foi seguido de intensos *malones* com a finalidade de obter os animais para o comércio, antes adquiridos com o pagamento das rações.<sup>298</sup> Durante o longo período em que funcionou o sistema de rações, criou-se uma dependência econômica dos índios em relação aos *criollos* que afetavam desde o abastecimento dos circuitos comerciais, até a subsistência dessas sociedades. Com a queda de Rosas muitos dos “índios amigos” e “aliados” do ex-governador se aliaram à Calfulcurá, que se converteu no novo garantidor da paz da fronteira antes mantida por Rosas em virtude das alianças realizadas com outros caciques.<sup>299</sup>

Visando garantir o abastecimento de rações, Calfulcurá continuou negociando tanto com o governo de Buenos Aires, quanto com Urquiza. A postura inicial de Bartolomé Mitre como ministro de guerra de Buenos Aires foi o de promover ataques aos índios com um corpo de exército regular no lugar dos “índios amigos” comumente utilizados por Rosas para defender a fronteira. O resultado foi uma sequência de derrotas para os índios de Calfulcurá, terminando no aumento das rações para os índios em 1857.<sup>300</sup> Os aumentos dos *malones* no período ocorreram para buscar a renovação de tratados de paz e diminuir as ofensivas de Mitre, o que prejudicava o circuito comercial indígena, que nessa época já dependia dos produtos provenientes dos *criollos* para dar

---

<sup>296</sup> SABATO, Hilda. *Historia de la Argentina, 1852-1890*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2012, p. 43.

<sup>297</sup> TERNAVASIO, p. 246.

<sup>298</sup> JONG (2011), p. 94.

<sup>299</sup> RATO, p. 61.

<sup>300</sup> Id, p. 97.

continuidade a esse comércio.<sup>301</sup> No entanto, muitos índios estabeleciam alianças com Mitre e negavam a aliança com Calfulcurá, tais como os pampeanos Catriel e Casimiro e desde a região de Neuquén, Valentín Saygüequé.<sup>302</sup> Enquanto os caciques Ranqueles, que assinaram acordos com Urquiza, tornam-se aliados de Calfulcurá fortalecendo o poder desse cacique e da Confederação de índios de Salinas Grandes liderada por ele.<sup>303</sup>

A continuidade das ofensivas de Buenos Aires substituiu a tentativa de aliança de Calfulcurá com Mitre, por uma definitiva aproximação com Urquiza e a Confederação em 1859, período em que os conflitos entre as “duas repúblicas” resultaram na batalha de Cepeda, em que Calfulcurá contribuiu com a estratégia de Urquiza de abrir diversas frentes de batalha durante a guerra, efetuando inúmeros *malones* na fronteira de Buenos Aires.<sup>304</sup> Urquiza proclamou-se vitorioso no mesmo ano e a província foi integrada à Confederação. Apesar da submissão de Buenos Aires, as divergências não foram suprimidas e um novo conflito foi travado no início da década de 1860, a batalha de Pavón. Mitre e Urquiza colocaram fim à guerra com um acordo em que Buenos Aires foi transformada em capital do país, dando início à definitiva construção da República Argentina tendo Mitre como presidente (1862-1868).<sup>305</sup>

Na seguinte carta de Calfulcurá, escrita para o general Ignacio Rivas em 1861, o cacique manifesta esse momento de mudança no equilíbrio político entre Buenos Aires e a Confederação de Urquiza. Calfulcurá manifesta sua intenção de paz e deixa claro que os ataques realizados à fronteira de Buenos Aires só foram realizados devido as ordens de Urquiza, já que era conhecida sua aliança com o representante da Confederação. Estabelecer uma aproximação com o governo de Buenos Aires e ratificar o pagamento de rações, já em falta entre as populações de Salinas Grandes, ficou expressa nas intenções de Calfulcurá.

Le doy á saber que me he dispuesto en mandar la comisión, como usted me lo dijo, porque aquí no hay ya vacas ni yeguas; la gente cuando va a las boleadas para juntar plumas, se le mueren algunos caballos (...) y le diré también que cuando mi gente va al Azul y llevan algún cuero y plumas, todo les pagan menos que á los cristianos, y si compran todo lo pagan menos que á los cristianos, y si compran todo lo paga más caro, y así es que conforme usted me dijo de mandar una comisión a Buenos

---

<sup>301</sup> Id, p. 90.

<sup>302</sup> QUIJADA, p. 227.

<sup>303</sup> JONG (2015), p. 31.

<sup>304</sup> RATO, p. 120.

<sup>305</sup> SABATO, p. 95. Cf. MORENO, Isidoro J. Ruiz. *El Misterio de Pavón*. Las operaciones militares y sus consecuencias políticas. Buenos Aires: Claridad, 2005.



Aires, que sería bueno, me puse à pensar y consideré que haría bien de mandar; y ya le doy á saber que me he dispuesto á mandarla, para ver si el gobierno me los regala. Querido compadre: también le diré que yo nunca he ido á invadir por mi orden á ninguna parte, sino porque el presidente Urquiza me ordenaba que le fuera sí ayudar con toda mi gente; sólo así he ido á invadir, que de lo contrario hubiéramos estado siempre en paz, también le hago saber eso.<sup>306</sup>

A partir do choque entre um espaço de experiência e o horizonte de expectativa, surgia à República Argentina como um projeto de futuro, resultante da conciliação com o passado conflituoso.<sup>307</sup> A confiança no progresso e a crença da “civilização” depositavam no futuro o peso de uma nação que daria certo. O passado da “barbárie” americana, representada pela remanescente influência hispânica somada à difusão de poderes regionais ilustrados pela figura dos caudilhos, necessitava de profundos ajustes para que uma ordem nacional fosse construída. O momento político que se iniciava com a vitória de Buenos Aires em Pavón representava uma inflexão aglutinadora frente às antigas tendências e correspondia à confiança no futuro, em que o êxito do projeto nacional levaria ao alcance da “civilização”.

Com a vitória do projeto político de Buenos Aires e o início da formação do Estado e da unificação do país, foram retomados os tratados e as negociações com os índios. No entanto, as políticas militares e o pensamento ideológico a partir desse período tendiam cada vez mais a resolver o “problema indígena” pela alternativa das armas. O “problema de fronteira” passava a ser também um “problema de civilização” ao impedir a consolidação territorial do Estado nacional. Promover a expansão das terras para a criação de animais possuía tanto interesses econômicos, quanto geopolíticos e estratégicos, uma vez que a presença efetiva no território era condição para afastar possíveis invasores estrangeiros. Tais interesses tinham vigência anterior às independências, sendo que retrocessos ou diminuições dessas políticas atestaram um reconhecimento da incapacidade *criolla* de fazer frente à reconhecida soberania e poderio militar indígena, o que não representava uma redução do interesse de promover uma expansão territorial para o sul do continente. As medidas *criollas* contra as sociedades indígenas acompanharam os diversos momentos da política interna da Argentina (e do Chile) após a independência, modificando-se em virtude das experiências e das expectativas de cada momento. O “negócio pacífico” caiu junto com Rosas, mas seu conceito voltou a aparecer em governos

---

<sup>306</sup> Carta de Calfulcurá ao general Ignacio Rivas 16/04/1861. Apud OJEDA, Jorge Pavez (comp.) *Cartas mapuche*: Siglo XIX. Santiago de Chile: CoLibris & Ocho, 2008, p. 345-349.

<sup>307</sup> TERNAVASIO, p. 248.

posteriores com a alternância de políticas mais agressivas, até o momento em que negociar não era mais a única opção, já que se podia optar pelo conflito direto.

As sociedades do Pampa e da Patagônia reagiram de formas diferentes diante dessa nova pressão imposta pelos *criollos* – ou pelos argentinos, já que nesse período se fortalecia a consciência política que forçou os *criollos* a se identificarem baixo o adjetivo de “argentinos”. As distintas estratégias indígenas abordadas correspondem a formas encontradas para resistência e sobrevivência dentro desse novo contexto. Os Ranqueles, localizados no sul de Córdoba, impuseram sua soberania por meio de tentativas de negociações e conflitos. Os Salineiros, localizados no Pampa ao sul de Buenos Aires e que incluía o cacique Calfulcurá, eram conscientes de seu pertencimento ao território que habitavam, oferecendo resistência às autoridades do governo central argentino que tendiam a não mais reconhecê-los como soberanos. Calfulcurá se fortaleceu como líder da Confederação de Salinas Grandes na tentativa de pressionar novas negociações com o governo ao reunir outros caciques empobrecidos pela falta de rações, como expõe Calfulcurá em carta a Mitre:

También digo a usted que estas raciones aborrecen a mí y a mi hermano Quentrel. Así salen a robar a escondidas; pero no hay cuidado, porque yo he de arreglar lo mejor que pueda. Doy a usted las gracias por lo que me pasa, aunque no me alcanzan para toda la indiada.<sup>308</sup>

Com o entendimento de que a saída de Rosas mudaria as relações existentes, Calfulcurá tentou continuar a política de tratados de paz com o governo de Mitre, mas, em uma carta publicada no jornal La Tribuna em 1864, explicou a dificuldade em controlar todos os índios para que sua situação com o governo não piorasse. Para o governo, Calfulcurá como chefe da Confederação de Salinas Grandes era o representante dos índios, e as invasões na fronteira realizadas por membros de sua etnia ou de outras relacionadas à Confederação eram consideradas como sua responsabilidade. Por outro lado, Calfulcurá mandava esclarecimentos ao governo de que não era possível controlar todos os índios, ratificando seu interesse em novos tratados, já que esses não eram rompidos por ele:

---

<sup>308</sup> CALFULCURÁ para MITRE, 6/7/1864, Archivo del General Mitre, Apud JONG, Ingrid. El negocio de la paz: la política diplomática de Calfulcurá durante la organización Nacional (1862-1873). In: TRINCHERO, Hugo, MUÑOZ, Luis Campos e VALVERDE, Sebastián (coor.) *Pueblos indígenas, Estados nacionales y fronteras Tensiones y paradojas de los procesos de transición contemporáneos en América Latina*. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras, 2014. p. 175.

Salio Rosas de su mando, hágame el favor de no mandarme avisar mas de estos robos pues yo que soy el Cacique principal no ando pertubando los tratados que tengo hecho, yo no se dónde salen a robar estos diablos, para que a mi no me hechen la culpa. Yo no puedo sujetar esta jente porque unos vienen muy lejos y no se cuando salen a robar, siempre estou mandándoles avisar – no se descuiden con los indios gaucho, tengan cuidado, no se porque se descuidan.<sup>309</sup>

A diminuição das rações pelo enfraquecimento do “negócio pacífico” de Rosas levou ao aumento dos *malones* e roubos às estâncias, mesmo que ainda houvesse intenção de assumir novos tratados de paz pelos caciques, o que garantiria a subsistência das tribos, cada vez mais dependentes desses recursos. Os habitantes da região correspondente a atual província de Neuquén, os Tehuelches do cacique Valentín Saygüequé, mantinham-se como “índios amigos”, mas esperavam que sua soberania fosse respeitada.<sup>310</sup> Muitos dos “índios amigos” da época de Rosas, como o cacique Juan Catriel, permaneceram aliados do governo de Buenos Aires, uma vez que já estavam integrados as atividades *criollas* na fronteira e por meio delas garantiam sua subsistência.

As diversas estratégias adotadas demonstram a percepção indígena do perigo que as novas políticas *criollas* representavam para a manutenção de sua existência soberana nesses espaços e, por isso, se engajavam em estratégias de resistência e defesa.<sup>311</sup> Manuel Namuncurá, filho de Juan Calfulcurá, falecido em 1873 e que se tornou o principal cacique de Salinas Grande, demonstrou em cartas trocadas com o governo sua consciência de territorialidade, ao utilizar o termo “estado” para sintetizar essa posição: “*son lo territorio de un estado que les pertenece y es ese estado de que se perjudicaria en caso de avance criollo.*”<sup>312</sup> Nesse sentido, os indígenas reconheciam-se como donos de seus territórios, mas viam seu protagonismo comprometido pelas tendências de “*avance criollo*”. Outro exemplo é o trecho de uma carta da autoria do cacique Cipriano Catriel na década de 1820:

El gobierno que tengo lo he heredado de mi padre, Catriel viejo, quien lo recibió del Dios de los Incas (...). Nuestros abuelos fundaron hace miles de años el Tahuantinsuyu, en el país del Sol. De ahí tiene Cipriano Catriel este gobierno de los pampas por herencia de su padre y dado por el Sol, que es el Dios de los Incas.<sup>313</sup>

---

<sup>309</sup> Id Apud, p. 172.

<sup>310</sup> BECHIS, A. Martha. La organización nacional y las tribus pampeanas en Argentina durante el siglo XIX. *Revista Tefros* - vol. 4 n. 2 – ago./dic. 2006, p. 14.

<sup>311</sup> Id.

<sup>312</sup> Id Apud, Citado por WALTHER, Juan Carlos. La conquista del desierto. Eudeba: Buenos Aires, 1970, p. 360.

<sup>313</sup> Id Apud, Citado por COSTA, Julio. Roca y Tejedor. Buenos Aires, 1927, p. 40-45.

Usando expressões como “governo”, Catriel reivindicava o direito as suas terras ao ressaltar que foram herdadas de seus antepassados há milhares de anos, adaptando o vocabulário *criollo* para construir discursos que legitimassem seu pertencimento ao território.

A consolidação do Estado Nacional argentino, o grande ponto de inflexão para as políticas direcionadas aos índios, foi percebida pelas sociedades autóctones que ajustaram a ela suas políticas de sobrevivência. A partir da presidência de Mitre, buscou-se estabelecer um poder central e submeter os poderes provinciais dissidentes por meio de artifícios políticos e da coerção militar.<sup>314</sup> O período de enfrentamentos entre Buenos Aires e as províncias que marcou a década de 1860 foi resultado da forma como o Estado teve origem: uma solução imposta a partir de um enfrentamento entre Mitre e Urquiza, e cuja resolução após *Pavón* não colocou fim as contradições internas e, por isso, coube aos primeiros governos promover a imposição de uma ordem central.<sup>315</sup>

A criação das condições básica para a administração, como a consolidação de um aparato de arrecadação, além de organismos jurídicos e policiais se vinculava à necessidade de modernizar o Estado. A constituição nacional relacionava prosperidade material com o progresso, entendendo essa como uma condição de modernização que permitiria o desenvolvimento econômico.<sup>316</sup> Além disso, ajustar mecanismos de arrecadação de impostos e adotar padrões monetários comuns em toda a república, o que não existia até então, eram necessários para tentar recuperar a economia do país abalada com os conflitos internos, muito embora, foi Buenos Aires que obteve uma melhoria imediata, enquanto as províncias seguiam em déficit econômico.<sup>317</sup> A inserção do país em uma economia de mercado internacional, além da criação de elementos que permitissem o desenvolvimento econômico dentro de parâmetros capitalistas, representou o entendimento do conceito de progresso na ótica desse Estado.<sup>318</sup> A construção de ferrovias, a melhoria da comunicação com a difusão do sistema telegráfico, além de instrumentos de controle social como a instituição de um código civil e de um exército

---

<sup>314</sup> Id, p. 101.

<sup>315</sup> OSZLAK, Oscar. *La formación del Estado argentino*. Orden, progreso y organización nacional. Buenos Aires: Emecé, 2009, p. 170.

<sup>316</sup> SABATO, p. 108.

<sup>317</sup> OZLAK, p. 215.

<sup>318</sup> SABATO, p. 109.

profissional e permanente (criado em 1864), foram alguns dos elementos criados no período, no sentido de construir definitivamente um Estado para o “deserto argentino”.<sup>319</sup>

Criar elementos de infraestrutura que produzissem articulação entre as províncias, atuavam na viabilização de um Estado moderno, onde os elementos de centralização também eram impostos por um poder coercitivo a partir da capital Buenos Aires, e que dentro de algumas décadas, foi capaz de abafar os conflitos internos e combater formas de poder paralelas à ordem Estatal, sejam elas emanadas de caciques ou de caudilhos. No entanto, a resistência de setores provinciais a imposição de uma ordem central persistiram e só foram apaziguadas no final da década seguinte.<sup>320</sup>

Durante a presidência de Sarmiento (1868-1874), uma lei foi aprovada visando incentivar o avanço da fronteira interna até o rio Negro, a lei número 215 de 1867.<sup>321</sup> No entanto, a situação internacional da República com a Guerra do Paraguai (1864-1870) impediu que o governo se ocupasse das fronteiras internas. A impossibilidade de medidas mais agressivas fez retomar o pagamento de rações, acompanhados das atividades diplomáticas. Para caciques como Calfulcurá e Saygüequé, a manutenção do sistema de rações era extremamente importante pela possibilidade de continuar suas rotas comerciais. Do lado dos argentinos, o pagamento de rações evitava a necessidade de deslocar forças do exército para a fronteira a fim de combater os *malones*, o que estava inviabilizado pela mobilização das tropas com a Guerra do Paraguai.

O fim da Guerra do Paraguai foi seguido do interesse cada vez mais evidente de promover o avanço da fronteira, em cumprimento a lei de número 215. Acordos e rações seriam apenas parte de uma estratégia provisória dentro de uma intenção de avanço territorial.<sup>322</sup> Além disso, a participação do país em uma guerra longa deu experiência ao exército, melhorando sua capacidade estratégica em conflito.<sup>323</sup> Também foram incorporados os fuzis americanos *Remington*, cuja tecnologia do disparo automático melhoraria a ofensiva contra os indígenas. No ano de 1869, foi realizada uma expedição na fronteira com a presença do engenheiro Juan Czetz como parte de um plano de expansão rumo ao rio Negro, que a partir de 1870 reordenou as comandâncias de fronteira

---

<sup>319</sup> Cf. ALBERDI, Juan Bautista. *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina* (1852). Disponível em: <https://www.elcato.org/sites/default/files/bases-libro-electronico.pdf> Acesso: 28/11/2017; OZALAK, p. 264.

<sup>320</sup> SABATO, p. 132.

<sup>321</sup> RATO, p. 137.

<sup>322</sup> JONG (2015), p. 33.

<sup>323</sup> Cf. DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra*. Nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

em novas divisões: na região sul e sudoeste de Córdoba, sul de San Luiz e sul de Mendoza a fronteira seria comandada por José Miguel Arredondo. Na comandância localizada no sul de Santa Fe, oeste e sul de Buenos Aires, incluindo Bahia Blanca na costa sul, seria chefiada por Ignacio Rivas. O norte de Santa Fe, de Córdoba e Santiago del Estero, o que representava a fronteira indígena no Chaco, teria como responsável Manuel Obligado.<sup>324</sup>

Contando com maiores possibilidades tecnológicas e militares, os tratados celebrados com os caciques nesse período foram estrategicamente utilizados para promover uma fragmentação deles, em especial dos Salineiros. A ruptura de tratados com as ações ofensivas eram combinadas com a realização de novas alianças juntamente com o pagamento de rações para grupos antes aliados a Calfulcurá, gerando o isolamento político do cacique.<sup>325</sup> Conforme analisado, o interesse indígena de dar continuidade às rotas de comércio e por causa disso manter a paz com os *criollos* passou a ser conduzido pelos últimos que criaram um sistema de dependência dos índios com o pagamento de rações durante muitas décadas.

Tentando buscar um equilíbrio entre *malón* e diplomacia, a manutenção dos recursos das rações também era uma forma de resistência por colocar em negociação a permanência e a soberania indígena nas áreas ocupadas, uma vez que as intenções do Estado em expandir-se já eram claras.<sup>326</sup> A continuação da política dos tratados em um momento de maior agressividade sobre os indígenas continha uma diferença de tratamento deles. Silvia Ratto expõe que os tratados firmados antes de 1870 utilizavam conceitos como “nações” em referência às organizações de índios, logo substituídas por “tribos”, em claro objetivo de colocar os índios em estatuto jurídico diferente da nação argentina.<sup>327</sup> A mudança do vocabulário dos tratados manifestou uma mudança de posicionamento jurídico do Estado perante aos índios, não mais reconhecidos como membros de entidades soberanas, mas sim, como integrantes do Estado argentino e, portanto, deveriam estar submissos a essa autoridade.<sup>328</sup>

Desqualificadas como “tribos”, as sociedades indígenas passaram a ser descritas, pelos tratados e pelos dispositivos políticos da época, como organismos sociais “inferiores” em oposição à idealizada “civilização”. Em um momento em que as elites políticas acreditavam que os rumos históricos do país se direcionavam ao alcance do

---

<sup>324</sup> RATTO, p. 144 e 145.

<sup>325</sup> JONG (2015), p. 34.

<sup>326</sup> Id, p. 36.

<sup>327</sup> RATTO, p. 160.

<sup>328</sup> Id, p. 161.

progresso, uma organização tribal não deveria coexistir com uma sociedade que se modernizava. Ao caracterizar os índios como tribos, eles automaticamente saíam do projeto modernizador, legitimando ações repressivas a essas sociedades, não mais tratadas como entidades políticas independentes, em que se faziam necessários dispositivos diplomáticos para intermediar essas relações.<sup>329</sup>

Juntamente com o uso do vocábulo “tribo”, incluíam-se conceitos pejorativos como “selvagens”, “delinquentes”,<sup>330</sup> em uma tendência de descaracterizar o índio como um corpo político em equilíbrio com os *criollos*, com o objetivo de construir uma relação desigual na ordem discursiva entre uma sociedade “superior” – a argentina – e uma “inferior” – a indígena. Dado o ponto de inflexão situado na formação do Estado Nacional, a imagem dos índios foi reconstruída para os argentinos como sociedades submissas a uma ordem maior, que emanava do único Estado reconhecido – o *criollo*, diferente das tratativas anteriores que consideravam a soberania e a independência indígena, verificada pelo uso do conceito de nação para se referir a essas sociedades, não as vinculando a um sentido jurídico, mas sim à autonomia política e territorial que possuíam.

Com o comando do ministro da guerra Martín de Gainza, essa mudança na forma de tratar os índios, colocando todos como inimigos de um Estado que pretendia se consolidar com seus valores de “civilização” implicou em políticas cada vez mais ofensivas perante essas sociedades, em detrimento do negócio pacífico.<sup>331</sup>

As correrias e depredações **desses selvagens** se têm repetido a ponto de obrigar as estâncias a reunir-se recentemente a por barreiras a esse flagelo e garantir suas vidas e propriedades dirigindo-se nesse sentido ao governo. (...) O ministro Gainza foi interpelado a esse respeito no Congresso e ficou patente a falta de segurança em que viviam os habitantes da fronteira, que se acham atualmente ameaçados por uma grande invasão de Índios, sem ter quem os deffenda eficazmente contra as correrias desses **vagabundos**.<sup>332</sup>

---

<sup>329</sup> DEL RIO, Walter Mario. *Memorias de expropiación (872-1943)*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2005, p. 66 e 67.

<sup>330</sup> FLORIA, Pedro Navarro. El desierto y la cuestión del territorio en el discurso político argentino sobre la frontera Sur. *Revista Complutense de Historia de América*, Vol. 28 (2002), p. 165; FLORIA, Pedro Navarro. El Salvaje y su tratamiento en el discurso político argentino sobre la frontera sur, 1853-1879. *Revista de Indias*, 2001, vol. LXI, núm. 222, p. 353; QUIJADA, p. 238.

<sup>331</sup> RATO, p. 150.

<sup>332</sup> Domingos José Gonçalves de MAGALHÃES para o conselheiro Manoel Francisco CORREIA, Buenos Aires, AHI, Ofícios. Buenos Aires, 14/10/1871, grifos nossos.

O trecho acima coloca a cobrança de medidas mais eficazes para a promoção da segurança das fronteiras, uma vez que a diminuição dos víveres aos índios, como visto, provocou a intensificação dos *malones*. Escrita pelo diplomata brasileiro Domingos José Gonçalves de Magalhães desde a Legação de seu país em Buenos Aires, foi relatado que estancieiros estavam se reunindo em clubes rurais para cobrar do governo medidas mais efetivas.<sup>333</sup> A carta também mostra que na visão do brasileiro, o índio também era colocado como um inimigo e caracterizado como “selvagens” e “vagabundos”, em decorrência das “depredações” e dos prejuízos que causava as estâncias. Em outra carta datada de março de 1872, questionou-se a capacidade do ministro Gainza para lidar com as contínuas invasões indígenas, incluindo a não realização de campanhas contra os índios “tão apregoada e não realizada”<sup>334</sup>. No entanto, narrava uma importante vitória do exército, atribuindo o mérito não ao ministro, mas ao general Ignacio Rivas que esteve à frente das tropas *criollas*:

Felizmente, o General Rivas, comandante dessa parte da fronteira, reunindo a força de que podia dispor e ajudado por uma partida de índios amigos marchou no encalço dos **depredadores** matando uns 200 e fazendo grande número de prisioneiros, sendo lhes tomado os captivos e grande parte do gado que haviam roubado. O Sr. Gainza, ministro da Guerra, quiz chamar a sí o mérito desta victoria, mas é sabido que foi devido somente a energia do general Rivas. Este acontecimento tem aqui grande importância por permitir dormir tranquilos, ao menos por algum tempo, os habitantes da fronteira.<sup>335</sup>

Essa reação do exército a um grande *malón* ocorreu no dia 8 de março, na região de San Carlos (hoje San Carlos de Bolívar, na província de Buenos Aires), em que os índios de Calfulcurá atacaram os preparativos de uma nova expedição e foram derrotados por tropas comandadas por Ignacio Rivas<sup>336</sup> com a participação do cacique Catriel e outros “índios amigos”.<sup>337</sup> A invasão indígena prévia à reação de Rivas foi descrita pelo diplomata que enfatizou a organização e o emprego de elementos táticos pelos índios:

[Os índios] chegaram a 40 léguas de Buenos Aires, arrebataram cerca de cem mil cabeças de gado que conduziram para as suas *tolderías*, havendo nessa excursão uma verdadeira tática militar, pois conservavam parte dos seus nas imediações, enquanto a outra parte

---

<sup>333</sup> Id.

<sup>334</sup> Id, Buenos Aires, 15/3/1872.

<sup>335</sup> Id, grifo nosso.

<sup>336</sup> MARCO, Miguel Ángel de. *La guerra de la Frontera*. Luchas entre indios y blancos 1536-1917. Buenos Aires: Emecé, 2010, p. 447.

<sup>337</sup> QUIJADA, p. 239; RATTO, p. 186.



levava o gado e várias pessoas que haviam capturado, distraído desse modo a atenção dos proprietários que só mais tarde perceberam sua artimanha.<sup>338</sup>

Essa vitória do exército argentino interrompeu uma sequência de vitórias indígenas, mas que não diminuiu a situação de insegurança na fronteira. As invasões de índios continuaram a ocorrer, assim como as críticas à gestão de Martín de Gainza no Ministério da Guerra, conforme reportado por Gonçalves de Magalhães, em correspondências remetidas em junho do mesmo ano. Após descrever a invasão indígena, que gerou repercussão na imprensa e em sessões na Câmara dos Deputados, o diplomata reportou que:

Esta escandalosa repetição de assaltos tão frequente que desabonam o estado desta República encheo de indignação a imprensa argentina contra o Ministro da Guerra, tantas vezes acusado por iguais faltas, e desejando a Câmara dos Deputados informações e ouvir o Ministro sobre essas tristes ocorrências. (...) Dirigio a interpelação o Deputado Alcobendas mostrando os imensos prejuízos e grande descrédito que causa a República **a má direção da defesa das fronteiras**. (...) as explicações do senhor Gainza attenuando os estragos da ultima invasão não pareceram satisfatórias à Câmara.<sup>339</sup>

E com tom de ironia, concluiu a narrativa sobre as reações da Câmara as explicações do ministro Gainza sobre a invasão de índios nas proximidades da cidade de Rosário:

(...) tendo o ministro da Guerra dado as explicações que devia, se retirava; e rompendo a marcha apesar do pedido de alguns deputados que ficasse, outros o seguiram no meio da vozeria e gritos de reprovação geral que duraram alguns minutos, pondo o ministro da guerra o chapeo na cabeça antes de sair da sala. Eis como os ministros da República Argentina tratam a Representação.<sup>340</sup>

Nesse mesmo mês, Gonçalves de Magalhães apresentou um relatório do “exército e marinha da República Argentina”, que continha possíveis causas para a insegurança das estâncias, como a dificuldade em posicionar os exércitos nas “longas linhas de fronteira” que “por ser insuficiente ou por má direção, não impede as repetidas invasões dos selvagens”. Diz ainda que a Guarda Nacional era utilizada de maneira complementar aos

---

<sup>338</sup> MAGALHÃES, Buenos Aires, 15/3/1872.

<sup>339</sup> Id, Buenos Aires, 22/06/1872, grifo nosso.

<sup>340</sup> Id.

exércitos, mas a forma impositiva desse recrutamento – já que não eram membros do exército profissional, não davam resultados positivos, sendo comuns os casos de abandono dos fortes com armas e cavalos. Conforme colocado por outras fontes, as péssimas condições a que as tropas da fronteira eram submetidas, contando com armas antigas, munições não adequadas e com pagamentos atrasados, contribuíam para a dificuldade em realizar a defesa efetiva desses fortes.<sup>341</sup> Pode-se inferir que os conceitos utilizados para fazer referência aos índios, a exemplo de “selvagem”, eram compartilhados por argentinos e brasileiros, que viam igualmente a situação dos índios como um “problema” que demandava medidas mais extremas. É possível que o acompanhamento da situação das fronteiras e dos índios na Argentina pelos agentes de governo brasileiro refletisse a preocupação em observar como o país vizinho lidava com uma questão que também era relevante para o contexto brasileiro.<sup>342</sup>

A tendência de diminuição dos tratados ocorreu em razão da propensão à guerra a partir da queda de Rosas, e os tratados existentes tinham intenção de estrategicamente enfraquecer as alianças indígenas, tornando-os dependentes do governo – ao colocar grupos que antes faziam acordos por meio de Confederações, para negociarem de forma direta com o governo *criollo*. Como resultado de décadas de mudanças nas políticas *criollas*, as sociedades do Pampa foram se tornando cada vez mais empobrecidas, com suas terras reduzidas e os *malones* mencionados demonstram a reação indígena a tais políticas, na tentativa de forçar novas negociações de paz e garantir o recebimento das rações.<sup>343</sup>

Modernizar o país esteve na pauta desde as presidências de Mitre e Sarmiento, entendendo por modernização crescimento econômico, melhoria da infraestrutura e o aumento da imigração europeia.<sup>344</sup> O progresso era uma meta palpável, aportada por esses primeiros governos como objetivo para conduzir o país para o horizonte de expectativa que contemplava a civilização. A partir da presidência de Nicolás Avellaneda (1874-1879), essas expectativas pareciam cada vez mais próximas. A Argentina já tinha praticamente todas as instituições consolidadas, o que incluía um exército profissional, capaz de impor à força um poder centralizador de um Estado que, todavia, combatia as

---

<sup>341</sup> Id.

<sup>342</sup> Cf. POMPEU, Ana Carollina G. Entre desiertos, indios y fronteras: una mirada brasileña a la cuestión indígena argentina en las cartas diplomáticas (1870-1885). *Memoria Americana*. Cuadernos de Etnohistoria. Universidad de Buenos Aires, 25 (1), 2017. Disponível em: <http://ppct.caicyt.gov.ar/index.php/memoria-americana/issue/view/616/showToc> Acesso em: 20/10/2017.

<sup>343</sup> RATTO, p. 213.

<sup>344</sup> LYNCH, p. 43.

tendências contrárias a centralização das províncias e dos caudilhos. O controle da força pelo Estado, consolidado na gestão de Sarmiento com a criação de escolas ligadas às forças armadas no intuito de criar a profissionalização do exército, auxiliou na imposição de uma ordem central por Buenos Aires sobre os caudilhos e outras forças dissidentes.<sup>345</sup> Avellaneda era um representante do partido Nacional, oposto ao partido Autonomista do ex-presidente Mitre e de Adolfo Alsina. Ao ganhar as eleições concorrendo contra Mitre, Avellaneda conseguiu estabelecer um equilíbrio político ao incluir Alsina em seu governo, assim como, figuras importantes de províncias que não Buenos Aires.<sup>346</sup>

A centralização do poder pelo Estado e a tendência modernizadora estiveram presentes no governo de Avellaneda, dando continuidade às políticas de seus antecessores, em que os elementos de fortalecimento do Estado convergiram com a preocupação de construir uma identidade nacional. Dentre os projetos de identidade, a afirmação de uma nação branca e em sintonia com os valores europeus considerados de “civilização” foi a identidade escolhida para a Argentina, em que o incentivo a imigração europeia iria contribuir para a afirmação dessa identidade.<sup>347</sup>

A década de 1870 teve como experiência um crescimento econômico ocasionado pelo aumento das exportações de subprodutos de bovinos e de ovinos, como carnes e lã, sendo que esses últimos foram empurrados para as regiões mais austrais e mais secas do Pampa, uma vez que o gado bovino ocupava as melhores pastagens, localizadas nas proximidades de Buenos Aires.<sup>348</sup> A necessidade de aumentar a área de criação de animais convergia com as expectativas de futuro assumidas por essa geração, uma vez que o desenvolvimento material era considerado o elemento que impulsionaria o progresso. O que antes era uma zona de fronteira com os índios, o rio Salado, passou a ser ocupado por criações de ovelhas, se tornando um fator a mais de pressão contra os indígenas habitantes do Pampa.

Dentro desse horizonte de expectativas criado pela perspectiva modernizadora, “civilizar” o país determinando seus parâmetros culturais e formalizar a consolidação do Estado, fazia-se imprescindível promover a definição territorial, bem como a ocupação efetiva desse espaço. Com o controle da força pelo poder central, atestado pela capacidade do exército em conter levantes como o de Lopéz Jordan,<sup>349</sup> o governo pode centrar-se nas

---

<sup>345</sup> OZLAK, p. 86; SABATO, p. 187.

<sup>346</sup> SABATO, p. 236.

<sup>347</sup> LYNCH, p. 60.

<sup>348</sup> Id, p. 38.

<sup>349</sup> Id.

ações de fronteira, adiadas desde a década anterior. As rações foram diminuídas desde 1875 e os planos ofensivos contra os índios foram intensificados, atestando um novo momento nessas relações.<sup>350</sup> A “questão de fronteiras” foi tratada como prioridade no governo de Avellaneda, uma vez que as condições políticas internas e externas convergiram para a crescente atenção dada as fronteiras internas: *“la cuestión de fronteras es la primera cuestión de todas, y hablamos incesantemente de ella aunque no la nombramos. (...) Suprimir los indios y las fronteras no implica en otros términos sino poblar el desierto.”*<sup>351</sup>

A questão das fronteiras internacionais e o litígio com o Chile pelos territórios da Patagônia também foi retratada pelos diplomatas brasileiros em 1874. O Barão de Araguaia, desde a legação do Brasil em Buenos Aires, comentou que o Chile considerava as partes mais austrais da Patagônia como os rios Santa Cruz e rio Gallegos como suas terras, o que aumentava a tensão entre os dois países, já que a presença argentina se fazia mais frequente.<sup>352</sup> A preocupação com a segurança da fronteira e das estâncias se somavam às preocupações do Estado em ocupar os “desertos” e definir os limites internacionais, evitando o litígio com nações estrangeiras, principalmente com o Chile. Esse diplomata comentou sobre a possibilidade de encaminhar o litígio internacional da Patagônia para uma arbitragem internacional:

O governo argentino aceita o arbitramento para toda a Patagônia até o Estreito de Magalhães (...) é bem provável que o Chile não admita o arbitramento nesses termos e ponha fora de questão não só o Estreito senão também uma zona do território patagônico que lhe fica a margem.<sup>353</sup>

A expressão “povoar o deserto” era entendida como uma fórmula de consolidação do Estado, que iria estender sua soberania definitiva por todo território considerado herdado da colonização espanhola, além de afirmar os valores culturais e de identidade que deveriam, dentro de um projeto de nação, definir a Argentina. Construir uma “nação para o deserto” era o projeto político definido na década de 1870. “Para” o deserto, pois

---

<sup>350</sup> RATO, p. 150.

<sup>351</sup> Carta de Nicolás AVELLANEDA para Álvaro BARROS, 1875, Apud SABATO, p. 259.

<sup>352</sup> Barão de ARAGUAIA para o ministro Visconde de CARAVELLAS, Buenos Aires, AHI, Ofícios, 14/03/1874.

<sup>353</sup> Id, Buenos Aires, 8/5/1874.

o “deserto” era o sujeito da ação, o inimigo que deveria ser dominado, conquistado, para então, servir de instrumento para a “civilização”.<sup>354</sup>

Ao modificar a representação dos indígenas de integrantes de nações autônomas para “selvagens”, que necessitavam da tutela do Estado, provocou-se uma tendência de diminuição da política de tratados para uma atitude ofensiva, onde apenas caberia a submissão ou a resistência. Não havia a percepção da fronteira como espaço de intercâmbios entre culturas distintas, ao contrário, ela era construída exclusivamente como espaço de conflitos, adotando a imagem discursiva de Jackson Turner da fronteira como uma linha de “avanço” e de dominação da sociedade ocidental à sociedade sem Estado.<sup>355</sup> Para Turner, que escreveu no final do século XIX, o avanço da fronteira representava uma continuidade da expansão europeia do momento em que a fronteira era o Atlântico, sendo que a desintegração do que ele chamava de “selvageria” autóctone para substituí-la pela “civilização” era um movimento de influência europeia, sendo essa uma espécie de “missão” da sociedade americana.<sup>356</sup>

O entendimento de Turner sobre o Oeste norte-americano pode ser comparado ao “deserto” identificado pelos argentinos. A fronteira nos Estados Unidos avançava em direção a um espaço “vazio”, reduzindo qualquer explicação sobre o intercâmbio e a presença das sociedades nativas. Os índios, dentro dessa visão, foram concebidos como parte do “selvagem” contido nesses espaços a serem conquistados, e, portanto, deveriam ser dominados de forma análoga à natureza das paisagens além das fronteiras.<sup>357</sup> O deserto também continha esse elemento “vazio” apesar de povoado, justificando a necessidade de promover o avanço da fronteira e a expansão territorial, juntamente com a conquista de seus habitantes, o que resultaria no progresso como resultado da vitória da civilização pela barbárie.<sup>358</sup>

Essa imagem de uma fronteira militar que avançava em direção às sociedades indígenas para expandir a civilização foi a visão adotada por setores do governo Avellaneda, bem como, por outros políticos e intelectuais da década de 1870, para

---

<sup>354</sup> TORRE, Claudia. *El otro desierto de la Nación argentina*. Antología de la narrativa expedicionaria. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2010, p. 11 - 12.

<sup>355</sup> TURNER, Frederick Jackson. Statement of the Frontier Thesis. In: BILLINGTON, Ray Allen. *The Frontier Thesis: Valid interpretation of American History?* New York: Robert e Krieger Publishing, (1903), 1977, p. 10.

<sup>356</sup> Id, p. 11 e 12; LOPES, Maria Aparecida de S. Frederick Jackson Turner e o lugar da fronteira na América. In: GUTIÉRREZ, Horácio, NAXARA, Márcia R. C. e LOPES, Maria Aparecida de S. *Fronteiras: paisagens, personagens e identidades*. São Paulo: Olhos d’água, 2003, p. 16 - 18.

<sup>357</sup> Id, p. 21.

<sup>358</sup> Id, p. 29 - 30.

legitimar a expansão territorial e o processo de transformação desses espaços em áreas nacionais. A intenção de fazer triunfar a “civilização” sobre a “barbárie” não era um discurso limitado ao contexto das fronteiras internas argentinas.<sup>359</sup> A ideia de Turner aplicava-se a realidade dos Estados Unidos para mostrar como a expansão da fronteira do leste para o oeste foi um movimento de expansão da civilização, iniciado pela Europa a partir do século XV. No século XIX, “civilizar” adquiria outros sentidos quando relacionado ao progresso material dados os recentes avanços tecnológicos. Apesar do “progresso” ser entendido dentro de um parâmetro teleológico da história, onde o futuro era a morada desse progresso, para os políticos do final dos oitocentos caberia uma ação catalisadora nesse curso considerado natural do desenvolvimento das sociedades humanas. Nesse sentido, o projeto de construção do Estado Nacional, com todos os elementos que o acompanhavam, tinha o claro objetivo de disseminar a “civilização” para as áreas que insistiam em manifestar culturas e formas de organização social diferentes.

A necessidade de ocupar os “desertos” também agregava um princípio geopolítico. Uma área não ocupada por uma sociedade ocidental era considerada como “*res nullius*” ou “terra de ninguém”, como era o caso do Pampa e da Patagônia. Essa “terra de ninguém” poderia gerar o interesse de outros países em ocupá-la, como Estados europeus que procuravam terras distantes para expandir suas áreas de influência. Além disso, conviviam-se com o temor da ocupação pelo Chile, uma vez que havia argumentos desse país sobre a posse da Patagônia como fruto de decisões coloniais da Espanha.<sup>360</sup> Nesse mesmo período, o Chile realizava ações semelhantes contra os seus índios da Araucanía, no lado oeste da Cordilheira, fato que aumentava a disposição argentina em consolidar a posse da Patagônia. Dessa forma, a expansão militar da fronteira interna também carregava uma disputa geopolítica entre Chile e Argentina, dentro da construção do limite territorial ocupado por esses dois Estados.<sup>361</sup>

No entanto, esse princípio geopolítico também pode ser expandido para as relações de conflito em torno do controle do espaço presentes na dinâmica existente entre índios e *criollos* sobre a manifesta intenção de ocupar um mesmo território. Apesar do conceito de geopolítica ser aplicado para relações entre Estados, a relação de conflito e territorialidade presente no espaço de fronteiras estatal, justifica o uso desse conceito para uma sociedade sem Estado dentro da perspectiva jurídica das sociedades ocidentais,

---

<sup>359</sup> SABATO, p. 261.

<sup>360</sup> BANDIERI, Susana. *Historia de la Patagonia*. 2ª ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2009, p. 119 e 120.

<sup>361</sup> CHAUTARD, p. 9.

muito embora, as relações desenvolvidas com os caciques do Pampa possuísem um nível de complexidade dentro das relações de domínio sobre um espaço e seus integrantes, expressa na resistência desses habitantes a submissão a uma cultura hegemônica que buscava se impor. Além disso, a utilização desse conceito para os indígenas permite extrapolar a imagem da “civilização” europeia como a única capaz de produzir territorialidade, relativizando a imagem de uma “cultura superior” presente nas sociedades Estatais. Fato que reforça esse argumento foi o reconhecimento por parte dos *criollos* da presença independente dos índios do Pampa, onde os tratados assinados em sua maioria até a década de 1860 demonstram o reconhecimento dos domínios territoriais indígenas.

Marta Bechis também utiliza o termo geopolítica para explicar a rede de relações políticas existentes entre os *cacicados* criados por meio de vínculos familiares, comerciais e militares, que foram formados e permitiram o estabelecimento da soberania dos caciques no Pampa, de forma a criar novos vínculos ou de manter as antigas relações com grupos araucanos no Chile.<sup>362</sup> Ao considerar a fronteira com os índios como um espaço de interações ao invés de uma fronteira que separava uma sociedade “civilizada” de uma “não-civilizada”, abre-se a possibilidade de uma análise das sociedades indígenas como politicamente capazes de produzir relações geopolíticas e interagir em termos transnacionais, fazendo uso desses conceitos de forma mais abrangente e sem limitá-los a presença de um Estado, rompendo com a visão de mundo do próprio século XIX.

### **3.4 “Guerra abierta o paz armada”<sup>363</sup>: o *malón criollo*<sup>364</sup>**

O contexto de organização nacional da década de 1870 foi decisório na mudança das diretrizes contra os indígenas, que durante o governo de Avellaneda, não era mais considerado como um interlocutor na dinâmica das relações interétnicas da fronteira. Nesse período, o governo abandonou uma política marginal perante as fronteiras, para colocá-la na pauta das ações mais importantes do governo.<sup>365</sup> A multicausalidade deve ser o guia para esse entendimento, que não foi apenas o resultado de um melhor aporte

---

<sup>362</sup> BECHIS (2010), p. 126.

<sup>363</sup> Trecho de carta de Julio Argentino ROCA para Adolfo ALSINA. Rio IV, AGN, FJAR, 1343, leg. 115, 19/6/1877.

<sup>364</sup> Expressão original: “*malón blanco*” retirada de TARQUINI, Claudia Salomón. *Largas noches en la Pampa*. Itinerarios y resistencias de la población indígena (1878-1976). Buenos Aires: Prometeo, 2010, p. 52.

<sup>365</sup> BECHIS, p. 171.

material. Esse, porém, foi um fator que se sobressaiu em relação aos demais, pois, a melhoria da tecnologia de transportes e a utilização de armamentos mais eficazes colocaram os exércitos *criollos* em vantagem sobre os combatentes indígenas. Além disso, havia outros fatores explicativos como as ideias científicas compartilhadas nesse período que fortaleciam a importância do componente racial e sua relação com a “qualidade” das sociedades, classificadas por determinados padrões, que colocavam as raças como mais próximas ou mais distantes da “civilização”. Esse parâmetro não era restrito ao contexto argentino.<sup>366</sup>

Se analisado em perspectiva transnacional, nota-se que esse pensamento era compartilhado por diversos cientistas, políticos e intelectuais, que se observavam com o intuito de “melhorar”, de acordo com tais pontos de vista, a sociedade na qual se encontravam. A missão de “civilizar” presente em muitos dos discursos do período, entra como um objetivo de difundir a cultura europeia, herdada da colonização, como explícita na referência citada abaixo e, nesse sentido, modificava-se o estatuto das sociedades indígenas que não mais poderiam competir com o Estado como sociedades soberanas. Apesar do texto de Alberdi datar de 1852, suas ideias continuaram atuais no contexto político da década de 1870, com elementos que, inclusive, justificavam a adoção de medidas mais ofensivas pelo Estado:

La guerra de conquista supone civilizaciones rivales, Estados opuestos - el salvaje y el europeo. Este antagonismo no existe; el salvaje está vencido, en América no tiene dominio ni señorío. Nosotros, europeos de raza y de civilización, somos los dueños de América.<sup>367</sup>

As políticas de governo para a fronteira interna partiam do exército por meio do Ministério de Guerra e Marinha. Adolfo Alsina foi ministro da Guerra de 1874 até sua morte em 1877, e foi responsável por colocar em prática um conjunto de ações militares com o objetivo de estabelecer a nova linha de fronteira no rio Negro, em cumprimento da lei número 215 de 1867. Alsina empreendeu um plano de ações que consistia em promover ataques contra os índios ao mesmo tempo em que fortalecia as defesas na fronteira, cujo ápice foi a construção de uma *zanja*, uma espécie de fosso ou trincheira, a fim de evitar que os índios egressos do lado *criollo* da fronteira levassem consigo animais como o gado e o cavalo.

---

<sup>366</sup> Id, p. 170.

<sup>367</sup> ALBERDI, p. 85.



Dentro desse objetivo de modificar as relações com os índios e promover a expansão territorial do Estado, as primeiras ações de Alsina como ministro estiveram voltadas para a organização das comandâncias de fronteira (que eram os pontos principais da “linha fortificada”), reposicionando seus líderes e incluindo militares com experiência na Guerra do Paraguai e em outros conflitos. Julio Argentino Roca era um desses comandantes e ficou responsável pela fronteira de Córdoba. Roca possuía uma carreira militar de vasta experiência, incluindo o conflito com o Paraguai, além de ter frequentado a escola de oficiais, sendo um exemplo da inserção de militares de carreira nas questões de fronteira com os índios. Roca, assim como outros oficiais, agregava à situação das fronteiras uma visão estratégica para o ataque aos índios ou para a defesa das fortificações, e que junto com o ministro Alsina mudaram o direcionamento das relações com os indígenas.

Por meio das cartas trocadas entre esses dois oficiais, é possível perceber que apesar de diferirem em alguns posicionamentos sobre a situação de fronteiras, ambos compartilhavam dados e informações relevantes. Alsina informou em correspondências com Roca desde 1875, que seu plano de operações na fronteira consistia primeiramente em adiantar a linha de fronteira de Buenos Aires, aproximando-a das demais linhas de fortes, o que levaria a uma diminuição de 40 léguas (aproximadamente 190 km) de linhas fortificadas, ao mesmo tempo em que geraria um aumento de território para essa província.<sup>368</sup> Além disso, Alsina propunha avançar todas as demais fronteiras a partir do novo posicionamento da fronteira em Buenos Aires, que seria fixada em Carhué (“lugares verdes” em idioma mapuche) e Trenque Lauquen, locais importantes para a economia dos índios *salineros* de origem araucana.

Avanzar la línea de Buenos Aires por lo extremo Sur hasta Carhué por el centro Sur hasta la “laguna del Monte” y por el Oeste hasta la Tunas o Trenque-lauquen. (...) Sobre este punto, deseo conocer su opinión franca y practica al mismo tiempo; pues he de necesitar este dato [de las] operaciones que se practiquen en las fronteras de esta provincia o por lo que hace al camino directo entre Villa-Mercedes y San Rafael.<sup>369</sup>

Alsina comentou nessa mesma carta que as invasões à fronteira de Buenos Aires comandadas pelo cacique Namuncurá, herdeiro de Calfulcurá, aumentaram, colocando em seguida que: “*la comision científica que mandé con el objecto de esplotar y estudiar*

---

<sup>368</sup> Carta de Adolfo ALSINA para Julio ROCA, AGN, FJAR, 1230, leg. 2, Buenos Aires, 18/11/1875.

<sup>369</sup> ALSINA, Buenos Aires, 6/10/1875.

*Carhué, no ha podido seguir adelante, por la resistencia de aquel cacique*”.<sup>370</sup> Ficou clara a resistência de Namuncurá ao reposicionamento da fronteira como pretendido pelo ministro Alsina. A resposta de Roca, alguns dias depois da carta encaminhada pelo ministro, apresentou um posicionamento contrário a dito avanço dos posicionamentos dos fortes no Pampa: “*el avance de estas fronteras al cuero [Laguna del Cuero] o á un punto demas hacia el Sud nos presentará todos los inconvenientes del aislamiento y del desierto*”<sup>371</sup>, argumentando que a distância entre os novos posicionamentos dos fortes e as povoações seria muito maior do que a distância existente.

De acordo com o argumento de Roca, o referido avanço dos posicionamentos no Pampa ocasionaria em uma grande reação dos índios, já que a execução do plano de Alsina implicaria no descumprimento de tratados prévios: “*debemos dar por rotas las paces con los Ranqueles que la verdad sea dicha han cumplido fielmente sus compromisos*”<sup>372</sup>, completando seu argumento da seguinte forma:

Los indios miraran en el solo hecho de estudiar los puntos que V.E. me indica, un ataque a sus derechos **pues consideran suyos esos campos** y aún los [que] actualmente ocupamos como lo prueban las reclamaciones que en distintas épocas han hecho y acudido muchas veces á las armas en su defensa. Nos acusaran de ser nosotros los primeros en faltar á la fe de los tratados.<sup>373</sup>

Modificar os posicionamentos das fronteiras existentes rumo a “conquista” e ocupação definitiva do Pampa, invadindo os territórios indígenas implicaria, de acordo com Roca, em um rompimento irreversível com os índios, o que teria como reação um aumento dos ataques a essas novas posições da fronteira, ao mesmo tempo em que seriam mais difíceis de serem defendidas, uma vez que os exércitos estariam em posições mais afastadas dos centros povoados. Roca via essa estratégia como uma afronta aos caciques que reagiriam com novos ataques, mas que não poderiam ser contra-atacados pelos *criollos*, dadas as condições de isolamento que os novos fortes se encontrariam. Esse general via a operação do ministro como uma estratégia que necessitaria de um forte aparato defensivo, justamente por criar pontos de fortificação em uma das principais localidades indígenas.

---

<sup>370</sup> Id.

<sup>371</sup> ROCA para ALSINA, AGN, FJAR, leg. 115, Buenos Aires, 19/10/1875.

<sup>372</sup> Id.

<sup>373</sup> Id, grifos nossos.

**Mantenerse á la defensiva** avanzando lentamente contra la población ya sabemos cuáles son sus resultados y cuales serán en adelante. (...) Ganar zonas al desierto alejándose mas de las poblaciones, tiene para mí todos los inconvenientes de la guerra defensiva acrecentados por **el enemigo** que se deja á la espada, **el desierto**, que quedaria entre las nuevas líneas y las poblaciones.<sup>374</sup>

Promover um adiantamento da linha de fronteiras, mesmo que implicasse em abrir uma posição de confronto com os índios, era para Roca continuar com o sistema de defesa estabelecido desde o período colonial.<sup>375</sup> Além dos índios, o “deserto”, como “sujeito” e não apenas como um “espaço”, também era um inimigo: *“tierras áridas, sin agua, sin pastos, hasta que se tocan las costas del rio Grande [rio Negro] (...) al sud de San Rafael [Mendoza], donde habitan indios Puelches, Puhuelches y otras tribus de origen araucano”*.<sup>376</sup> Não era só o “deserto” figurativo, que conotava a falta de “civilização” e a morada da população indígena, mas o “inimigo” também era um deserto de recursos hídricos e possibilidades de subsistência que, para Roca, distanciar as tropas dos centros de povoamento as colocaria em partes “desérticas” do Pampa e dificultaria seu abastecimento.

Nesse mesmo sentido, o militar Miguel Malarin escreveu a Roca em janeiro e depois em fevereiro de 1876, sobre o problema de avançar a fronteira rumo ao Pampa e correr o risco de deixar as tropas sem guarnições, colocando o mesmo argumento utilizado por Roca de que a nova linha de fronteira aumentaria a distância com os centros de povoamento, expondo às tropas as invasões de índios.<sup>377</sup> Ao posicionar os fortes ao sul e a oeste das posições existentes, o “deserto” seria outro inimigo *“más terrible que los indios”* a que os exércitos estariam expostos: *“La civilización está profundamente separada de la barbarie; pretender unir dos cosas imposibles, dos fuerzas negativas o como si dijéramos dos electricidades iguales es tan difícil como cambiar los polos magnéticos del mundo.”*<sup>378</sup>

Roca não via vantagem em ganhar áreas “desertas” para a soberania estatal nem em colocar as tropas em uma posição que considerava não estratégica para combater os inevitáveis *malones*. Sua proposta era: continuar com as fronteiras atuais como base, sem

---

<sup>374</sup> Id, grifos nossos.

<sup>375</sup> Id.

<sup>376</sup> Id.

<sup>377</sup> Carta de Miguel MALARIN para Julio ROCA. AGN, FJAR, 1231, leg. 3, Buenos Aires, 14/01/1876.

<sup>378</sup> Id, AGN, FJAR, 1231, leg. 3, Buenos Aires, 22/02/1876.

promover novos adiantamentos e realizar intensos ataques contra os índios durante aproximadamente um ano, até que a fronteira pudesse ser estabelecida no rio Negro:

Tentar comprarles esa zona de territorio, como se ha hecho con muchas tribus en Norte América no daría resultados. Sin embargo, se podría hacer la experiencia y mandar hacer posiciones en este sentido á los caciques (...) obligándose a vivir en espacios más reducidos y á donde les designase el gobierno. A mí juicio, **el mejor sistema de concluir con los indios**, ya sea estinguindoles ó arrojandoles al otro lado del rio negro, es el de la **guerra ofensiva**, que es el mismo seguido por Rosas que casi concluyó con ellos.<sup>379</sup>

Apesar de sugerir a compra dos territórios indígenas, seguindo exemplo do praticado nos Estados Unidos como uma alternativa de negociação com os caciques, Roca pensava que o método mais eficaz para derrotá-los seria promover uma “guerra ofensiva”, não importando se o resultado seria a expulsão ou a extinção dos nativos, mas sim, cumprir o objetivo de fixar a fronteira no rio Negro. Em sua lógica, como os índios “*consideran suyos los campos*” e qualquer aproximação a esses pontos de maneira diferente do previsto nos tratados seria considerado um ataque, Roca propõe atacá-los diretamente, antes que esses o façam.

Roca argumentava que a “guerra de posições”, que considera ser o pretendido por Alsina, não era viável para uma “*llanura sin limites*” ou um espaço amplo e com poucas condições de subsistência. Argumentava que as tropas deveriam avançar: “*hasta los últimos confines habitados por los Indios en Salinas y territorios Ranquelinos no por fuertes fijos sino por fuertes ambulantes como los enemigos que se convierten.*”<sup>380</sup> Atacar os índios da forma como os índios faziam era a proposta, reconhecendo as qualidades do inimigo, ao mesmo tempo em que se vislumbrava a capacidade de derrotá-los.

Sobre a manutenção dos tratados e rações, Roca colocou que: “*el gobierno estuviera él mismo proporcionando á sus enemigos los medios de hacerse de elementos de movilidad único resorte de su poder.*”<sup>381</sup> Ou seja: o pagamento de víveres com cavalos, por exemplo, era uma forma de “armar” o inimigo de um instrumento de mobilidade necessário para os *malones*. Levar a cabo uma guerra direta ao índio seria em seu ver mais barata e rápida do que prosseguir com a manutenção dos tratados e rações, até que as tribos fossem submetidas por acordos. Como exemplo, cita o caso do cacique Mariano

---

<sup>379</sup> ROCA para ALSINA, AGN, Fundo JAR, leg. 115, Rio Cuarto, 19/10/1875, grifos nossos.

<sup>380</sup> Id.

<sup>381</sup> Id.

Rosas, que como exposto por Alsina, a tribo ia aos poucos diminuindo com seu gradativo enfraquecimento e a submissão dos índios para o lado dos *criollos*, onde Roca contesta que: “*la tribu de Mariano Rosas disminuye, es cierto, pero muy lentamente. Para hacer por medios pacíficos la conquista se necesita tiempo y paciencia*”.<sup>382</sup>

Em outra ocasião, Roca reiterou sua posição contrária ao novo posicionamento da fronteira e a favor de uma guerra aberta contra os índios, que a seu ver geraria uma economia para o governo:

Por principio general, soy opuesto á estos movimientos parciales como había podido notarlo VE en mi carta anterior y pienso que de no resolverse á llevar la frontera al Rio Negro y concluir con los Indios de una vez haciendo un gran esfuerzo que siempre seria menor que el que se ha precisado para sufocar cualquiera de las rebeliones que han tenido lugar en la República.<sup>383</sup>

Em resposta aos argumentos de Roca, Alsina observou que não era possível que este deduzisse os resultados de seu sistema de operações antes que ocorressem,<sup>384</sup> mas demonstrava uma cautela momentânea em sua estratégia, optando por iniciar apenas com a fronteira de Buenos Aires (ao invés de promover o avanço de todas as fronteiras ao mesmo tempo, conforme havia enunciado anteriormente), onde não considerava que teria tantas reações dos índios:

Aunque sus razones no han modificado mi opinion sobre la conveniencia y oportunidad de avanzar toda la línea de Cordoba y San Luis, solo me propongo, por ahora, llevar a cabo el pensamiento que le anunciaba de su movimiento de avances simultaneos de la frontera de Buenos Aires a Tranque-Lauquen. (...) Puedo asegurarle que en esta gran estension no podrian subsistir cien indios juntos, algo más, en caso de que estos robasen les seria materialmente imposible escapar por que estarian tomados los pasos necesarios.<sup>385</sup>

Tomando Carhué e estendendo a linha até Trenque-Lauquen em direção oeste, os caminhos indígenas estariam ocupados, o que impediria a movimentação das tribos na visão do ministro.

---

<sup>382</sup> Id.

<sup>383</sup> ROCA para ALSINA, Rio Cuarto, 1/12/1875.

<sup>384</sup> O Trecho completo é: “*Dice Ud. que “el sistema actual de líneas de fortines, manteniéndose á la defensiva y avanzando lentamente con la población, ya sabemos cuáles son los resultados que nos ha dado y nos dará”. Permítame le observe que Ud. no puede saber que resultados ha dado, ni que resultados dará el sistema que yo voy a emplear.*” Grifos do autor. ALSINA, AGN, FJAR, leg. 2, Buenos Aires, 4/12/1875.

<sup>385</sup> ALSINA, AGN, FJAR, 1230, leg. 2, Buenos Aires, 4/12/1875.

Para Alsina, seu plano de operações no Pampa não poderia ser considerado “defensivo”: “*ni de los documentos publicados ni de mi carta ha podido Ud. deducir que mi plan sea establecer línea de fortines para mantenerse a la defensiva.*”<sup>386</sup> De acordo com seus argumentos, a ocupação de posições férteis no Pampa deixaria os índios sem alternativas de subsistência, além de lhes obstruir as rotas de comércio de gado entre as estâncias e a cordilheira, estratégia que estaria completa com a definição da fronteira nas margens do rio Negro: “*(...) pero ocupándose la línea que yo proyecto, podrá ocuparse después la del rio Negro, sin el peligro que los dos reconocemos, por cuanto entre ambas líneas será imposible la subsistencia de grupos considerables enemigos.*”<sup>387</sup> O posicionamento das tropas nas partes úmidas deixaria os índios apenas com as partes mais secas do Pampa, o que impediria a manutenção de seus pastos, afetando sua subsistência e seu sistema econômico.<sup>388</sup> A *zanja*, ou o fosso, construído em paralelo a nova fronteira, dificultaria o trânsito com o gado para além da linha fortificada e, conseqüentemente, o comércio de animais no Chile barrando um sistema vital da economia indígena.

Por fim, Alsina incumbiu Roca de procurar melhores alternativas que as presentes no tratado com o cacique Mariano Rosas:

(...) El precio que se compra la paz con Marino Rosas es carísimo y en caso de renovarse la negociación debe ser alterado dos de las bases existentes: en primer lugar no puede seguir dando todo lo que hoy se le da; y en segundo, debe procurarse alguna otra compensación que no sea la de no invadir las fronteras sur del interior. (...) Y si esto no fuera bastante,<sup>389</sup> podría contarse como auxiliar con una parte de la tribu de Mariano Rosas, lo cual sería materia del nuevo tratado que se hiciese.<sup>390</sup>

Alsina também ressaltou que índios de Marino Rosas estariam invadindo Buenos Aires juntamente com Namuncurá, o que reforçava seu argumento de que o preço pela paz da tribo desse cacique, conforme expresso no tratado acordado com o governo, era demasiado caro, dado que parte desses índios continuavam invadindo a fronteira e que a contrapartida das rações também poderia ser a prestação de serviço na fronteira como força de exército, algo comum entre os “índios amigos”.

---

<sup>386</sup> Id, 4/12/1875.

<sup>387</sup> Id.

<sup>388</sup> Id.

<sup>389</sup> Em outra carta Roca pede mais exércitos e Alsina não julga viável deslocar exércitos de outros pontos mais extensos da fronteira para Rio Cuarto e considera a possibilidade de Roca utilizar os índios de Mariano Rosas como corpo de exército para sua fronteira. ROCA, Id, Rio Cuarto, 19/6/1877.

<sup>390</sup> ALSINA, 4/12/1875.

Já no ano de 1876, Alsina escreveu novamente a Roca para anunciar com detalhes como funcionaria sua estratégia, pedindo que o militar começasse a estudar as novas posições da parte da fronteira que lhe correspondia, já que a linha de fronteira existente no rio Quinto deveria encontrar-se com o forte de San Rafael em Mendoza, assim que fossem finalizadas as operações em Buenos Aires. Sobre essas operações, Alsina descreveu que ocorreriam a partir do começo de março, de acordo com a seguinte dinâmica: a divisão a cargo do comandante Maldonado sairia de Sauce Corto e ocuparia Carhué, mesma direção do Coronel Lavalle, que sairia do forte com o seu nome. O comandante Freire sairia de San Carlos e ocuparia a Laguna del Monte, e o Coronel Villegas sairia do forte Freire para ocupar Trenque-Lauquen, enquanto o comandante Nelson partiria de La Harmada em direção a Tres Lagunas.<sup>391</sup>

Por meio da correspondência diplomática brasileira encaminhada em janeiro de 1876, observa-se que o plano de Alsina foi levado adiante, sendo que as ações do ministro foram retratadas de forma muito positiva pelo oficial brasileiro Pádua Fleury. Apesar das grandes reações indígenas, conforme previa Roca, Alsina conseguia contra-atacar e dar sequência a seu plano:

Está terminada a grande e desastrosa invasão de índios que teve lugar nas fronteiras da província de Buenos Aires, tendo as tropas do governo conseguido tomar quase todos despojos que elles levaram, isto é, duzentas mil cabezas de gado vacum e lanar e quarenta mil cavallos (...). O Dr. Alsina Ministro da Guerra regressou ante-ontem a esta capital, mas dizem os jornais que S. Ex. deve voltar amanhã ou depois para alguns pontos das fronteiras onde sua presença torna-se ainda necessária.<sup>392</sup>

As notícias sobre sucessivas invasões de índios e reações do governo foram recorrentes em diversas cartas escritas ao longo do ano de 1876 e encaminhadas ao ministério brasileiro. A importância da questão para os brasileiros, que também lidavam com questões semelhantes, pode ter levado aos inúmeros apontamentos da questão, que demonstraram grande conhecimento do tema ao, inclusive, valorizarem ou não as ações de um ou de outro ministro da guerra, como as críticas ao ministro Gainza e os elogios à atuação de Alsina. As expedições de Alsina ao “deserto” foram acompanhadas de perto por Pádua Fleury, que encaminhava as notícias ao governo brasileiro, o que também

---

<sup>391</sup> ALSINA, AGN, 1231, FJAR, leg. 3, Buenos Aires, 19/2/1876.

<sup>392</sup> Luis Augusto de Pádua FLEURY para o ministro Conselheiro Barão de COTEGIPE. AHI, Ofícios, Buenos Aires, 08/01/1876.

demonstra a grande importância das operações no Pampa dentro do contexto político argentino:

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex. que por telégramas oficiais recebidos hontem e que juncto remetto, consta que no dia 23 do corrente chegará a expedição ao deserto ao lugar denominado Carhué ocupando-o sem obstáculo algum, pois até allí não foi encontrado nem um só índio.<sup>393</sup>

Um dos principais pontos do plano de operações de Alsina: chegar até Carhué foi realizado nos primeiros meses de 1876 sem maiores dificuldades pelas tropas argentinas, apesar de essas estarem enfrentando inúmeros *malones* na fronteira de Buenos Aires. Em correspondência datada de agosto de 1876, comentou-se a respeito de contínuas invasões de índios: “Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex. que algumas notícias sobre a nova invasão dos índios, que ultimamente houve na campanha, anunciada pelos diários desta capital, e confirmados oficialmente pelo governo nacional.”<sup>394</sup> A informação foi completada com as reações às invasões pelas tropas de Alsina, com resultados favoráveis aos índios: “tem havido encontros entre as forças do governo e as dos Índios, sendo estas ultimas, segundo dizem, vencedoras.” Terminando com a informação: “oficialmente me é impossível adiantar qualquer outra informação, por que o governo desta República em iguais emergencias guarda sempre o maior sigilo.”<sup>395</sup>

No ano seguinte, o diplomata Barão de Araújo Gondin comentou que: “o Dr. Alsina, Ministro da Guerra, acha-se nessa capital de volta de sua excursão à linha interior de fronteiras. (...) Segundo afirma a imprensa, deve-se ao Dr. Alsina um plano de perfeita defesa das mesmas fronteiras contra as invazões dos índios.”<sup>396</sup> Roca continuava com a posição de que completar o plano de Alsina colocaria em risco a segurança das tropas, já que os índios: “*darian por rotas las paces y tomarían cualquier movimiento hacia ellos como un reto a muerte*”,<sup>397</sup> e por isso, mantinha a posição de que o ministro deveria estar preparado para uma guerra aberta com os índios, dada a própria reação dos caciques aos novos posicionamentos dos fortes *criollos*.

---

<sup>393</sup> Id, Buenos Aires, 29/04/1876.

<sup>394</sup> Id.

<sup>395</sup> Id.

<sup>396</sup> Carta do Barão de Araújo GONDIN para o ministro Barão de COTEGIPE, AHI, Ofícios, Buenos Aires, 25/01/1877.

<sup>397</sup> ROCA para ALSINA. AGN, FJAR, leg. 115, 17 [outubro?] de 1876.



A questão que se apresentava nesses anos foi relativa a como defender melhor a fronteira das recorrentes invasões de índios. Sabia-se que o sistema empregado até a década de 1860 não foi eficaz, quer pelo tema das fronteiras interiores não ser prioridade durante as décadas de 1850 e 1860, quer pelas próprias estratégias adotadas que até então, não resultavam no esperado. A partir da entrada de Nicolás Avellaneda na presidência (1874), modificar as ações adotadas sobre esse assunto até então, passou a ser um dos objetivos principais do Ministério da Guerra. Na perspectiva do governo, em torno dessa questão, apresentavam-se como desafios a definição das fronteiras internacionais, a segurança das estâncias e povoados do Pampa e o combate à autonomia indígena pelo Estado. O combate às sociedades indígenas se associava a questões identitárias e raciais, como se constata na construção, pela elite argentina, do índio como um inimigo do país e da “civilização”.

Em outra perspectiva relativa às discussões sobre o que fazer para solucionar a “questão de fronteiras”, Álvaro Barros, militar e político argentino que demonstrou interesse sobre a temática de índios e fronteiras, expôs seu posicionamento em carta extensa escrita em 1876 para Roca. Barros foi de encontro com o “sistema de segurança”, como qualificado por ele, propondo um novo conjunto de ações com o objetivo de consolidar a jurisdição argentina até a Patagônia e submeter definitivamente os índios.<sup>398</sup> Álvaro Barros atribuiu ao “sistema de segurança” três objetivos principais: impedir a passagem do gado para o Chile; estabelecer relações de paz com os índios Pehuenches (patagônicos) em que se estimava o número de 6 mil lanças; e “*conquistar y asegurar el desarrollo de nuestra industria y riqueza rural, aquellos extensos y fértiles campos.*” O “sistema de segurança” consistia basicamente na manutenção de uma “linha fortificada” que tentava impedir a passagem de índios para as fazendas e povoados *criollos*, além de ser a base para eventuais incursões contra os índios. A ênfase na “fronteira interna”, como a construção de “muralhas chinesas” e outras barreiras para impedir o trânsito de índios, era criticada por manter fronteiras no território que diferiam das fronteiras internacionais pretendidas pelo país, o que poderia dar margens às invasões estrangeiras.

Uma vez definido o “sistema de segurança” e seus objetivos, Barros construiu sua crítica. A manutenção de uma “linha de fronteira” correspondia a um anacronismo, pois, esse sistema era uma continuidade com aquele operado na colônia, no qual não existia o problema dos limites internacionais e apenas reproduzia uma situação de fracasso que se

---

<sup>398</sup> Álvaro BARROS, AGN, FJAR, leg. 3, Buenos Aires, 15/05/1876, 43 páginas.

limitava a “*oponer obstáculos materiales a la entrada o a la salida de los indios, limitandose a la importancia estrategica de las posiciones tomadas*”, e ainda:

No son los indios si no nosotros mismos los verdaderos autores de nuestros males. (...) Dos millones de habitantes [argentinos] señores de todos los elementos que constituyen la riqueza y el poder no solo son impotentes para reprimir y dominar a un puñado de bárbaros hambrientos, si no son por estos dominados y devorados. (...) El resultado más grandioso obtenido alguna vez muy rara ha sido matar 20 o 30 indios dejando ellos mayor número de víctimas indefensas en nuestras poblaciones.<sup>399</sup>

Uma “linha fortificada” não atendia o objetivo de impedir a entrada de índios e deixava os exércitos *criollos* com pouca ou nenhuma ação perante os *malones*. Dessa forma, criticava-se o sistema em execução pelo Ministro da Guerra, Adolfo Alsina, que entre outras estratégias propôs a construção de uma *zanja* ou um fosso juntamente com a “linha fortificada”, a fim de evitar o trânsito de índios comum no “espaço de fronteira”. A respeito da proposta de fixar a fronteira no rio Negro e seus afluentes, que pretendia ser retomada pelo governo Avellaneda, colocando assim uma barreira natural ante os índios para impedir o comércio de animais das estâncias do Pampa com o Chile, Barros igualmente contra argumentava. Esse militar pensava que o objetivo não deveria ser impedir o recebimento de gado pelo Chile, mas sim, impedir que os índios mantivessem esse circuito: “*voi a mi objeto: demostrar que vamos por camino errado en la cuestión fronteras*”.<sup>400</sup>

Sobre a pretendida aproximação com os índios pehuelches, considerados “índios amigos” por muitos políticos e militares como o próprio Roca, Álvaro Barros expôs que: “*(...) mi opinión es pues que no existe aquel numero de indios de que le han dado a U. noticia, y que los que puedan allí encontrarse no tienen mejores costumbres, mas industria ni riqueza, que las demás, ni están en diferentes condiciones*”.<sup>401</sup> Ao argumentar que não existiam tantos índios como se acreditava, Barros diminui a dificuldade em lidar com a “questão de índios”, pois assegurava que as “etnias”<sup>402</sup> foram diluídas em *cacicados* para

---

<sup>399</sup> Id.

<sup>400</sup> Id.

<sup>401</sup> Id.

<sup>402</sup> Esse termo não é utilizado pela fonte, embora a ideia estivesse presente quando coloca, por exemplo, que “Pecuenches, Pehuenches, Puelches usam os nomes de seus caciques: Catriel, Namuncurá, Mariano Rosas, Baigorritá, Renqué-Currá, etc.”, explicando que cada nome representa uma tribo na negociação com o governo, mesmo que mais de um cacique pertença a mesma população de origem – o que podemos entender como “etnia”.

que fossem obtidas mais vantagens nas negociações com o governo e no pagamento de rações, mesmo que vários caciques em negociação fizessem parte de uma mesma etnia. Barros expôs que os tratados e as rações eram meios de subsistência indígena, sendo que a paz nas fronteiras era uma condição desejada pelos índios para que fossem mantidos seus víveres e a possibilidade de darem continuidade as suas rotas comerciais: “(...) *La paz, General, es una especulación de cada cacique, consistiendo por parte de ellos en las más generosas promesas, por nuestra parte en la obligación de entregarles raciones.*”<sup>403</sup>

De fato, reduziram-se os esforços por tratados de paz na década de 1870 e ampliou-se o exercício de uma política governamental mais agressiva, o que demonstrava também a não aceitação dos índios como um corpo independente e passível de negociação diplomática por se tratarem de sociedades autônomas. Dentro desse raciocínio, Álvaro Barros acreditava que a manutenção das rotas comerciais indígenas e do sistema de tratados eram garantias da subsistência e sobrevivência indígena no Pampa, e, portanto, o Estado deveria cessar essas negociações de paz e impedir a manutenção do comércio indígena, e, principalmente, tentar impedir o comércio de peles e animais oriundos das fazendas *criollas*.

Bajo el punto de vista general los tratados de paz tienen una importancia vital para los indios que tratamos de extinguir, sin retroceder ante ningún sacrificio para conseguirlo, mortal para nosotros que tanto sacrificio hacemos para crecer y prosperar. La paz asegura a los indios sus medios de subsistencia, primero con las raciones que periódicamente reciben. (...) Y este sacrificio hecho por nosotros para contener los desmandes de los indios sirve para fomentar sus vicios. (...) La paz abre a los indios el más importante y ventajoso de los mercados, para expandir no las producciones de la Pampa, que en poder de ellos nada produce, sino el fruto de sus continuas invasiones, los despojos de nuestra propiedad, de nuestra riqueza por ellos destruida. (...) Privados de él [produto do comércio] tendrían que someterse a nuestras leyes y costumbres o perecerían de hambre y de frío en el desierto.<sup>404</sup>

A manutenção do sistema de tratados representava a continuação da soberania indígena no Pampa, em condição independente das leis do Estado, sendo incoerente com as novas políticas adotadas no final da década de 1870. O conflito entre a soberania estatal e a soberania indígena estava presente dos tratados que demonstravam a incapacidade *criolla* em conquistar os territórios indígenas, dada a manutenção de acordos que garantiam a paz nas fronteiras, o que mostrava o limite de atuação do exército. A

---

<sup>403</sup> BARROS, grifo do autor.

<sup>404</sup> Id.

diminuição dos tratados foi um marco na mudança de postura sobre os índios, respaldada pelo novo fator: a construção do Estado Nacional. “*Mientras los indios se mantengan en actitud independiente de nuestros gobiernos, tratando de potencia a potencia, para violar abiertamente los tratados, haciendo la más sangrienta burla de nuestro poder.*”<sup>405</sup> O impacto do Estado Nacional na postura perante os nativos explica-se pela tentativa de construção de uma sociedade *criolla*, que não admitia a sobrevivência de valores culturais associados à “barbárie”, assim como, de uma sociedade indígena que se mantinha autônoma e cujas negociações eram feitas em igualdade de condições, enquanto os homens de poder da década de 1870 começavam a acreditar que o equilíbrio de condições entre índios e *criollos* (ou o desequilíbrio favorável aos índios), havia desaparecido.

Como conclusão de seus argumentos, Barros afirmou que o problema estava no “sistema de segurança interior”, e mesmo que melhores posições fossem ocupadas (como as margens do rio Negro ou Carhué e os demais pontos colocados por Alsina), o problema iria continuar. Ao condenar o sistema vigente de defesa das fronteiras, o militar propôs que os índios fossem atacados não nas proximidades das fronteiras e após os ataques, mas sim, quando estiverem em marchas com crianças, idosos e seus mantimentos, o que diminuiria as possibilidades de reação. Com esse objetivo, as posições dos exércitos não seriam na fronteira, mas próximas às habitações indígenas, mesmo que isso significasse colocar os soldados a grandes distâncias das populações *criollas*.

Sua proposta era adotar a “estratégia indígena”, executando assim um “*malón* branco”, onde as forças ofensivas se colocariam distantes dos centros de povoamento, “*obligando a los indios a combatir, lo que hasta hoy no ha sido posible sino cuando ellos lo han querido*”.<sup>406</sup> Juntamente com essa estratégia ofensiva, o governo argentino deveria forçar uma “submissão absoluta” dos índios ao privá-los: “*de todo medio de subsistencia*” e “*en ninguno caso se aceptan tratados de ningún género con ellos, obligándoles así a dispersarse en nuestras poblaciones sujetos severamente a nuestras leyes, en demanda de trabajo para adquirir medios de subsistencia*”.<sup>407</sup> A ofensiva militar, em conjunto com o fim das rações e dos tratados, colocaria aos índios a submissão a sociedade *criolla* como única forma de subsistência, o que provocaria a “*desaparición total de ellos absorbidos por nuestra población y nuestro poder civilizador*”.<sup>408</sup> Para completar as ações no Pampa,

---

<sup>405</sup> Id.

<sup>406</sup> Id.

<sup>407</sup> Id.

<sup>408</sup> Id.

a colonização em larga escala por imigrantes ajudaria no pretendido desaparecimento da população indígena, que teria centros de povoamento para se “integrarem”.

O entendimento do conceito de “civilização” adquiriu um sentido de ação, sendo que para alcançá-la era preciso ir ao encontro do índio em suas *tolderías* abandonando posturas defensivas na linha de fronteira. O “poder civilizador”<sup>409</sup> associado à modernização e à vinculação de uma sociedade a um Estado com suas leis e estruturas políticas deveria integrar o índio a essa civilização, legitimando posturas ofensivas pelo objetivo final. A oposição à continuidade das ações defensivas marcadas pelo fortalecimento da linha de fronteira, como a construção da *zanja*, eram críticas direcionadas ao projeto de Alsina, que nesse sentido era considerado defensivo, muito embora Alsina também tivesse empreendido ações ofensivas em paralelo ao fortalecimento das linhas fortificadas. Mesmo que o ministro da Guerra empreendesse ataques aos índios, ele seguia o modelo de um “sistema de segurança interior” considerado ineficaz por Álvaro Barros.

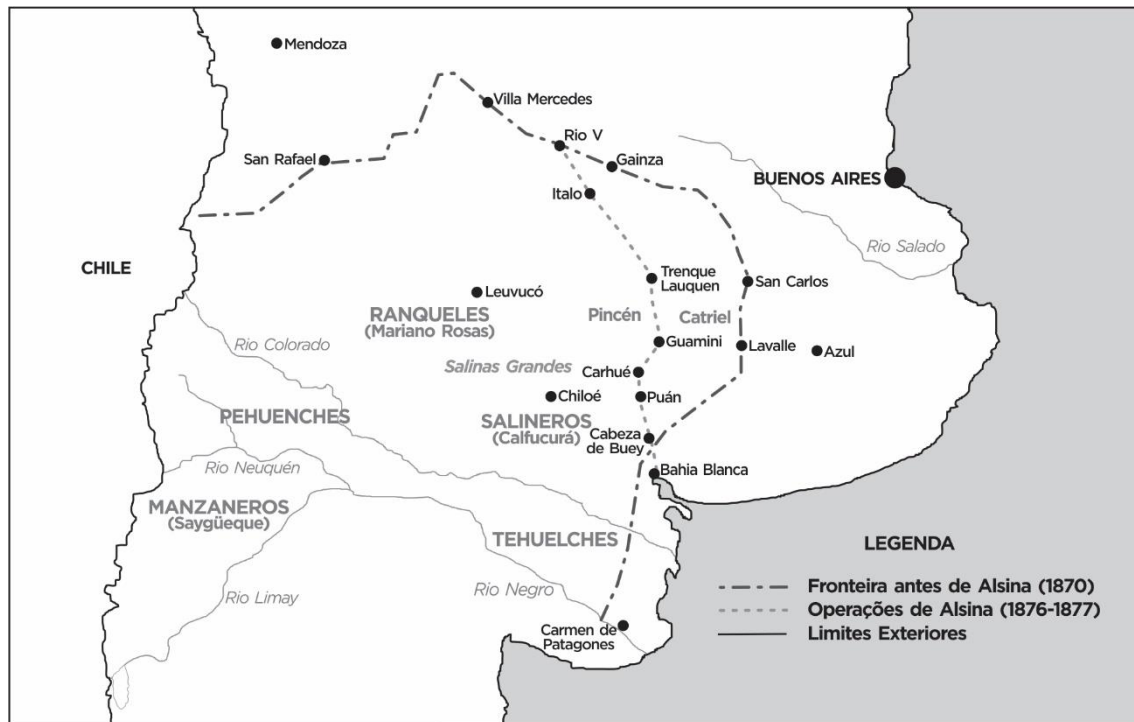
Percebe-se que a posição de Barros se assemelhava em alguns pontos à posição de Roca contida em suas cartas para Alsina. Indo além das caracterizações dos planos estratégicos expostos como “defensivos”, “ofensivos” ou “de segurança”, Roca e Alsina pretendiam chegar ao rio Negro, em respeito à lei aprovada desde a presidência de Sarmiento. No entanto, enquanto Alsina pretendia estabelecer uma etapa a mais a esse objetivo, posicionando uma linha de fortes em um ponto estratégico para o trânsito e abastecimento indígena, Roca não via essa necessidade e ainda a considerava como uma etapa arriscada, argumentado acerca da dificuldade em reagir perante os “inimigos”: os índios e o deserto, desde as novas posições de fronteira. Indo no sentido exposto por Álvaro Barros, Roca era contra a construção de novas “linhas de defesa” (que não o rio Negro), propondo uma guerra feita da mesma forma que os índios faziam: um *malón* por ocorrer longe de seus centros de povoamento – apesar das bases para essas operações continuarem próximas a eles, nas atuais linhas de fronteira, mas atacando o índio em sua morada, “*terminando para siempre la cuestión de Indios*”.<sup>410</sup>

---

<sup>409</sup> Cf. De acordo com o verbete “Civilização”: “(...) do período colonial até o começo do século XIX não havia o termo “civilização”; a partir das primeiras décadas do século ele passa a ser empregado, mas em um sentido de estágio, como padrão de medida de diferenciação entre “bárbaros” e “civilizados”; a partir de meados do século XIX o termo adquire o caráter de coletivo singular, e passa a denotar um processo temporalizado que engloba toda a humanidade. Essa é, contudo, uma avaliação muito geral desse caminho de evolução”. MÄDER, Maria Elisa e JÚNIOR, João Feres. FERES JÚNIOR, *Civilização*. In: João Feres Júnior. (Org.). *Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil*. 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 2014, p. 209 e 210.

<sup>410</sup> ROCA para ALSINA, AGN, FJAR, leg. 115, Rio Cuarto, 19/10/1875.

## Linhas de fronteiras antes e depois das operações de Alsina.<sup>411</sup>



Em julho de 1877, Roca escreveu para Alsina reiterando a importância de cumprir o objetivo de estabelecer a fronteira interna do país no rio Negro, ao explicar que na região mais a oeste do Pampa:

Dara por resultados: cortar el tráfico inmoral de los comerciantes chilenos con los ganados robados por los indios; dar mayor ensanche a la Provincia de Mendoza que necesita campos de pastoreo, al mismo tiempo que seguridad y garantías (...) y poder por aquel lado amenazar la retaguardia de los Pampas y Ranqueles.<sup>412</sup>

Além de novamente colocar a tese da fronteira no rio Negro, Roca também expôs a importância de aproximar as fronteiras dos Andes, pois o projeto de Alsina, antigo, ainda tinha como referência as fronteiras de Buenos Aires. A segurança e as novas razões econômicas, como a expansão da fronteira econômica, eram duas motivações das expedições ao “deserto” que não podiam ser dissociadas, uma vez que a segurança relacionada com o combate aos *malones* era de interesse direto dos estancieiros, que também almejavam aumentar as áreas para criação de animais nas regiões mais férteis do

<sup>411</sup> Mapa feito em referência a: DE MARCO, p. 193 e MANDRINI, Raul. *Volver al país de los araucanos*. Buenos Aires: Sudamericana, 2005, p. 163

<sup>412</sup> Id, 19/6/1877.

Pampa, que geralmente correspondiam às áreas habitadas pelos índios. “*La vida del robo y del pillaje que hacen los indios*”<sup>413</sup> era “incentivada”, na visão de Roca, pelos comerciantes do Chile, indígenas ou não, que mantinham as rotas comerciais ativas, o que incluíam os assaltos nas estâncias, embora Roca colocasse que alguns caciques como Purán, tivessem “*estancias y campos de ganado*”<sup>414</sup> para alimentar o sistema econômico do qual dependiam.

Impedir o comércio de animais pelos Andes era, então, uma forma de impedir a sobrevivência das sociedades indígenas de forma autônoma no Pampa. No entanto, o que fazer com os índios uma vez que a fronteira fosse fixada no rio Negro e essas populações fossem expulsas das melhores regiões de seu território? Sobre essa questão, Roca indicou que: “*saber si son o no aptas para el trabajo o tienen que sucumbir como las peles rojas en la América del Norte a quienes tanto se asemejan ante las necesidades siempre crecientes de la civilización.*”<sup>415</sup> Primeiro, a discussão sobre a possibilidade de civilizar os índios nos Estados Unidos era contemporânea a carta de Roca, porém, não se tinha a inaptidão dos índios para o trabalho como sua única conclusão. Nesse país, as ideias de Richard Pratt levaram a criação de um programa de educação dos índios e a fundação de uma “escola de fronteira” para que os índios aprendessem os costumes da “civilização” em Carlisle, Pensilvânia, no ano de 1879. Pratt acreditava na possibilidade de educar o “homem” existente no índio, combatendo os valores culturais próprios de sua cultura e associado com a “selvageria”, substituindo pelo modo “civilizado”.<sup>416</sup> Matar os índios, portanto, não era uma opção na visão de Richard Pratt. Para Roca, se os índios fossem aptos ao trabalho, poderiam ser utilizados como mão de obra, mas sua sobrevivência estaria associada a essa condição:

Es posible que las numerosas tribus que habitan esa región se sometan sin grandes dificultades y quizá se puedan hacer servir más tarde como auxiliares contra los Pampas, que ha de ser al fin necesario desalojarlos de donde estás y echarlos bien lejos ó bien **concluir con ellos**.<sup>417</sup>

---

<sup>413</sup> Id.

<sup>414</sup> Id.

<sup>415</sup> ROCA para ALSINA, AGN, FJAR, leg. 115, Rio Cuarto, 19/6/1877, grifos nossos.

<sup>416</sup> Discurso de Richard Pratt em 1892: “*A great general has said that the only good Indian is a dead one, and that high sanction of his destruction has been an enormous factor in promoting Indian massacres. In a sense, I agree with the sentiment, but only in this: that all the Indian there is in the race should be dead. Kill the Indian in him, and save the man.*” Disponível em: <http://historymatters.gmu.edu/d/4929> Acesso: 30/10/2017.

<sup>417</sup> ROCA para ALSINA, 19/6/1877, grifos nossos.

O extermínio era, pois, uma solução construída por Roca para o Estado argentino livrar-se do “índio inimigo”. A utilização dos índios dentro do exército era usual desde a instituição dos “índios amigos” por Rosas, conforme expresso no trecho citado acima, em que essa possibilidade pode ser considerada “sem grandes dificuldades”, já que a guerra era uma reconhecida aptidão das sociedades pampeanas e mapuches. Por outro lado, aproveitá-los para realizar funções de trabalho que não o militar, não era uma convicção de Roca, que dá mostras de seu descrédito como no próximo trecho onde citava o cacique Mariano Rosas: “*Mariano se ha portado bien y ha cumplido sus compromisos hasta donde se puede exigir á estos bárbaros.*”<sup>418</sup> A barbárie era colocada como condição relacionada à raça indígena, e a possibilidade de retirar essa barbárie do homem para substituir por elementos de civilização, em alusão a ideia de Pratt, não parecia ser uma certeza para Roca. Como as rotas comerciais operadas pelos índios esbarram com o estigma do assalto às estâncias contido nos *malones*, o que também trazia o prejuízo aos estancieiros e a insegurança das populações de fronteira, criava-se uma imagem negativa da atividade indígena, em que o compromisso de não efetuar *malones* ou de combater outros caciques com os exércitos *criollos* foram as únicas atividades consideradas.

Y más de una vez los indios de salinas han traído fuertes malones solos y mezclados con los de Mariano Rosas y Baigorria. Las tribus de estos no se pueden decir que están sometidas con las de Coliqueo y Catriel porque ellos se comprometen á no robarnos, mediante subsiditos que se les da: es el compromiso único en el fondo que tienen por su parte.<sup>419</sup>

Namuncurá, herdeiro de Calfulcurá, era o cacique dos “índios de Salinas”, que reagiam às operações de Alsina com inúmeros *malones*. Coliqueo e Catriel eram “índios amigos” já estabelecidos e que cumpriam funções no exército – não precisavam de víveres do governo por se tratarem de índios submetidos. Já Mariano Rosas e Baigorria, caciques a quem Roca foi designado para vigiá-los e propor tratados, caso necessário, apenas entravam em paz mediante a negociação com governo por meio da diplomacia.<sup>420</sup> “*Estamos en guerra abierta o en paz armada*”<sup>421</sup> foi a definição de Roca para a situação na fronteira em 1877, que mesclava ataques e novos posicionamentos dos fortes pelo

---

<sup>418</sup> Id.

<sup>419</sup> Id.

<sup>420</sup> Expressão utilizada por Roca nessa mesma carta, porém em outro trecho da mesma.

<sup>421</sup> Id.



ministro Alsina e a “paz armada” com outros caciques, comprada com rações por meio de tratados.

Em setembro de 1877, outro diplomata com origem na Legação dos Estados Unidos em Buenos Aires comentou sobre o estabelecimento da nova linha de fronteira com sucesso em 1876, acompanhada por um fosso com dez pés de largura e dez pés de profundidade. O norte-americano Thomas O. Osborn informou ainda que, apesar do sucesso do projeto de Alsina na fronteira de Buenos Aires, o governo teve dúvidas dos resultados, considerado como um “experimento”, as constantes invasões de índios ocorridas no período aumentavam as incertezas em relação à eficácia do projeto.<sup>422</sup>

Alsina morreu em 29 de dezembro de 1877 de febre tifoide. No mesmo dia de sua morte, Roca já foi apontado como sucessor do ministro, como afirmou Thomas O. Osborn.<sup>423</sup> A posição de Roca como comandante da fronteira de Córdoba, juntamente com o conhecimento de suas ideias táticas, levaram a sua nomeação como ministro da Guerra e Marinha a partir do começo de 1878. A escolha de Roca para o cargo foi comentada pelo diplomata brasileiro Araújo Gondin, no começo de janeiro desse ano:

Depois de alguma hesitação e resistindo as sugestões dos mitristas, tendentes a fazer incorporar no governo nacional mais um membro do seu partido, fixou o chefe de Estado a sua escolha na pessoa do general Roca, militar distinto e que até hoje se tem mantido sempre alheio as lutas políticas.<sup>424</sup>

Sua rápida nomeação demonstra como eram conhecidas suas opiniões sobre a questão de fronteira e seu trabalho junto com Alsina a partir da comandância de Córdoba. Alsina foi líder do partido que fazia oposição a Mitre, sendo que a opção por Roca mantinha os mitristas em forte oposição ao governo.

Bem que rigido observador da disciplina militar (...) era elle [Julio Roca] o braço direito do Dr. Alsina, tanto nas gravíssimas emergencias d'aquelle anno, em que a luta contra os chefes militares de mais prestigio na Republica parecia até insensata, como nos arduos trabalhos iniciados e proseguidos pelo fallecido Ministro da Guerra para a defesa das fronteiras do deserto contra as frequentes e devastadoras incursões dos índios pampas – problema este que o Dr. Alsina consagrará toda a sua energia nos ultimos annos de sua vida, sem ter conseguido outro

---

<sup>422</sup> Thomas O. OSBORN, Dispatches from US ministers to Argentina. United States Legation. Buenos Aires 19/09/1877, NAM, M 69 roll 19.

<sup>423</sup> Id, Buenos Aires 31/12/1877.

<sup>424</sup> Barão de Araújo GONDIN, para o ministro conselheiro D. Diogo Velho C. d'ALBUQUERQUE. AHI, Buenos Aires, 06/01/1878.

resultado senão cobrir imperfeitamente a fronteira da província de Buenos Aires.<sup>425</sup>

Reconheciam-se as falhas nas operações militares de Alsina, as quais não impediram as invasões e limitaram-se à fronteira de Buenos Aires – apesar de essa etapa ter sido exposta como a primeira parte do plano do ministro que, pelas conversas com Roca, dava mostras de que expandir também a fronteira oeste e inclusive fixá-la no rio Negro logo entraria em seu plano de operações. Pode ser feito um paralelo com a citada carta de Álvaro Barros, que criticava a continuidade do sistema de linhas de defesa, já utilizada desde o período colonial, em que Alsina foi acusado de “cobrir imperfeitamente”, ressaltando a existência de críticas aos esforços do Ministério da Guerra em suas operações contra os índios, ao mesmo tempo em que se afirmava o discurso contrário à sobrevivência dessas comunidades de forma autônoma ao Estado. A reconhecida dificuldade em resolver a situação das fronteiras foi exposta com uma dúvida à capacidade Roca em resolvê-la, o que poderia até comprometer sua reputação como militar e como figura política: “ao general Roca toca, pois, uma tarefa bem pesada, cheia de responsabilidade, e que pode até prejudicar o seu nome, hoje por todos respeitado.”<sup>426</sup>

### 3.5 A Conquista do Deserto

Nos últimos meses de 1878 foi discutida no Congresso a lei número 947 para aprovar os recursos necessários para a execução da lei de 1867, que visava estabelecer a “*línea de frontera a la margen izquierda de los ríos Negro y Neuquén, previo sometimiento ó desalojo de los indios bárbaros de la Pampa.*”<sup>427</sup> Essa lei previa que os recursos mobilizados para as operações militares partiriam da venda de títulos das terras a serem conquistadas entre a então linha de fronteira, deixada por Alsina, e os rios Negro e Neuquén. Roca expôs em mensagem ao Congresso em agosto de 1878, por exemplo, argumentos semelhantes àqueles utilizados em suas cartas para Alsina em anos anteriores, que colocavam a importância de abandonar um posicionamento “defensivo” encerrado nas linhas de fronteira, para, em suas palavras, “*abandonarlo de una vez e ir directamente a buscar el indio en su guardia para someterlo.*”<sup>428</sup> A postura mais ofensiva era

---

<sup>425</sup> Id.

<sup>426</sup> Id.

<sup>427</sup> ROCA, Actas de Sesión Congreso Nacional. Câmara de Senadores, ANH, 1/10/1878.

<sup>428</sup> Id, 14/8/1878.

justificada como a única maneira de alcançar o rio Negro e situá-lo como uma nova fronteira mais eficaz e com menos despesas que aquela então existente. Além das vantagens econômicas e de segurança, situar a fronteira interna em um rio seria, de acordo com Roca, um passo maior para acabar com essas fronteiras internas, o que significava acabar com a existência soberana dos índios paralela ao poder político do Estado:

Las ventajas de esta operación son evidentes; y, sin necesidad de acudir á los autores que han tratado de ella ni participar del sentimiento y de la opinión pública pue[s] nos impulsan á poner manos á obra, bastaría abrir una carta cualquiera de la Pampa para ver que el Rio Negro es por si mismo una barrera natural; que sería una barrera segura y económica, y que, una vez ocupada, haría perder en poco tiempo hasta el significado de la palabra *frontera*, cuando no se trata de naciones extrañas, puesto que para la República Argentina no hay otra frontera por el Oeste y por el Sud, que las cumbres de los Andes y el Océano.<sup>429</sup>

Em mensagem da comissão especial para discussão do projeto de lei para o estabelecimento da nova fronteira, foram colocadas as vantagens estratégicas desse novo posicionamento em relação às linhas fortificadas anteriores, ressaltando a impossibilidade de deixar o “índio bárbaro” do Pampa como dono desse território de “deserto”:

La frontera del Rio Negro de Patagones, como línea militar de defensa contra las invasiones de los indios bárbaros de la pampa, es una idea tradicional que tiene origen en la ciencia y la experiencia trazada por la naturaleza en una planicie abierta. (...) En vez de líneas sinuosas y desligadas de las actuales fronteras, formando dentro de ellas el desierto, un seno en el seno de la tierra poblada, en cuyo centro el indio bárbaro acampo como dueño y señor, con fácil acceso sobre las poblaciones fronterizas.<sup>430</sup>

Fixar a fronteira no rio Negro tinha como objetivo a guerra ao “bárbaro” e “selvagem” indígena que persistia em não se submeter ao Estado argentino. Esse foi o ponto principal dos argumentos contidos na organização das operações militares em 1878. Secundariamente havia a conquista dos territórios e o estabelecimento de povoados com imigrantes ou com índios submetidos ao governo. O pensamento de utilizar as sociedades indígenas como base para o novo povoamento do Pampa e posteriormente da Patagônia estava condicionado a sua “submissão” ao governo, conforme o vocabulário da documentação.

---

<sup>429</sup> Id, Actas de Sesión Congreso Nacional, 14/8/1878.

<sup>430</sup> Id, 13/09/1878, Actas del Congreso Nacional. Comisión especial en el proyecto de ley sobre fronteras.

la ocupación del río Negro no ofrece en sí misma ninguna dificultad, pero antes de llevarla á cabo, es necesario desalojar á los indios del desierto que se trata de conquistar, para no dejar un solo enemigo á la retaguarda, sometendolos por la persuasión o la fuerza, ó arrojándolos al Sud de aquella barrera: esta es la principal dificultad.<sup>431</sup>

A identificação dessas sociedades como pertencentes a uma “raça” distinta e inferior também esteve presente nesses discursos, justificando posicionamentos agressivos no caso de que esses grupos não aceitassem se submeter às forças militares argentinas. Todo movimento de resistência colocaria os índios como inimigos e justificariam, aos olhos das autoridades argentinas, reações de violência implícitas a uma guerra. A questão racial ficava evidente quando Roca ou Avellaneda discorriam sobre os destinos que seriam impostos a essas sociedades, uma vez terminadas as operações militares:

El propósito del poder ejecutivo no puede ser de ninguna manera conseguir a sangre y fuego el sometimiento de los indios. (...) Si resisten y no aceptan las condiciones que fije el Gobierno, serán tratados como enemigos, hasta arrojarlos al otro lado del Rio Negro, ó reducirlos con las armas.<sup>432</sup>

Nessa guerra direta, os índios deveriam aceitar o poder do governo e suas condições ou seriam tratados como inimigos. De acordo com Roca, não se tratava do extermínio de uma raça, mas infere-se de sua fala que se tratava da impossibilidade de coexistência de uma sociedade que não respondia ao poder central do Estado. A submissão à sociedade branca foi colocada como um ato de “benevolência” desse Estado, que tentava “matar o índio, mas salvando o homem”,<sup>433</sup> tentando impor aos índios a sociedade “civilizada”:

Así que no hay ningún propósito de exterminar la raza, obedeciendo á esa ley del progreso y de la victoria, por la cual, la raza más débil, la que no trabaja, tiene que sucumbir al contacto de la mejor dotada, ante la más apta para el trabajo. Es lo que pasa en la América del Norte con los pieles rojas. Estos sucumben sin remedio ante la ola siempre creciente y sin reflujos de la raza blanca. Dentro de pocos años (...) habrán desaparecido los últimos representantes de los primeros poseedores de América, a pesar de los esfuerzos humanitarios del

---

<sup>431</sup> Id, Actas de Sesión Congreso Nacional, 14/8/1878.

<sup>432</sup> Id, Sesión Ordinaria del Congreso Nacional. Comisión especial en el proyecto de ley sobre fronteras, 13/09/1878.

<sup>433</sup> Como analogia, o original de Richard Pratt: “kill the Indian and save the Man”, op. cit.

Gobierno federal (...) por salvar para civilización algunos restos de estas razas desgraciadas. (...) No es precisamente por la destrucción que desaparecen los indios, sino por la absorción y asimilación.<sup>434</sup>

O processo de conquista desses territórios que resultavam da conquista das sociedades indígenas foi colocado como uma etapa inevitável do processo de “civilização”, onde uma raça “inferior” sucumbiria a uma raça “superior”. Essa inevitabilidade mostrava um pensamento teleológico na visão que esses argentinos tinham de sua própria história, colocando a situação presente como um momento chave para o progresso de sua sociedade, onde o combate da raça indígena era um fim “inevitável” dado o próprio entendimento metahistórico. Por ser o desaparecimento ou a diminuição dos índios um fenômeno “inevitável”, colocava-se demasiada importância ao movimento em curso, por considerá-lo um acelerador desse fenômeno histórico. As posições políticas futuras estavam em jogo e existia a necessidade de convencer os aliados políticos ante a oposição do presidente Avellaneda, que via com receio a ascensão de Roca. Além de uma visão de mundo com aporte no pensamento científico vigente e nas concepções de modernização que apregoavam a vida “civilizada” em detrimento da “barbárie”, existia também um componente político discursivo que tinha por objetivo construir uma imagem de grandiosidade às ações militares no “deserto” do Pampa.

Nesse contexto de aprovação do projeto de lei para viabilizar a Campanha do Deserto de Roca, Estanislao Zeballos escreveu o livro, “A Conquista de 15 mil léguas”, de caráter propagandístico e com objetivo de endossar os argumentos favoráveis ao projeto de Roca. Com propósito “científico” e “histórico”, o texto de Zeballos argumentava sobre a facilidade de se chegar até o rio Negro, uma vez que não havia mais a temida resistência indígena de décadas anteriores. Mesmo antes das operações finais ocorridas em 1879, Zeballos apresentava Roca e os demais comandantes de fronteira que participariam como cabeça das operações como “vencedores do índio” e “soldados do progresso”:

La expedición al río Negro abre a los misioneros un teatro inmenso y reductor en el cual presentarán a la humanidad y a la república grandes servicios, sin correr peligros, realizando verdaderas obras de misericordia en la transformación de la índole del salvaje. (...) El ministro de Guerra General Roca, Levalle, Racedo, Villegas, García, Winter, Freyre, Roca, comandantes de frontera o comandantes de batallón, son acreedores a palabras de sincera felicitación,

---

<sup>434</sup> ROCA, Sesión Ordinaria... 13/09/1878.

anticipándonos a las demostraciones con que ha de saludar a ellos y a sus subalternos una nación entera, reconocida a los vencedores del indio, a los conquistadores de 15.000 legas de rico territorio y a los soldados de una cruzada de redención y de progreso.<sup>435</sup>

Zeballos considerava importante a aliança com o cacique Valentín Saygüequé, que por considerar seus índios tehuelches<sup>436</sup> como “semicivilizados” que poderiam ser utilizados como bases para futuros povoamentos, e seus homens de “lanças” integrariam as forças de exército argentinas:

Shayhueque es un aliado importantísimo, que cooperará a la consolidación de los intereses argentinos en el río Negro. (...) Los indios del río Negro son, pues, semicivilizados, aun cuando haya entre ellos capitanejos rebeldes que se lanzan en aventuras de la Pampa. (...) El ministro de la Guerra debe enviar comisionados con abundancia de regalos para Shayhueque y sus principales (...) anunciándoles como leal amigo y respetuoso de los tratados, que se lleva la guerra contra los ladrones de la Pampa, y que se ocupa el río Negro para bien de los mismos indios de Shayhueque, que recibirán sus raciones en sus propios toldos.<sup>437</sup>

A observação de Zeballos deve ser confrontada com a estratégia do cacique Saygüequé, expressada nas cartas mandadas para o governo argentino pela “Secretaria de Valentín Saygüequé”. Sua estratégia consistia em se colocar como um “cacique argentino” e capaz de defender as terras argentinas sob seu domínio caso o Chile reivindicasse sua soberania,<sup>438</sup> ao mesmo tempo em que mostrava sua intenção em controlar de maneira autônoma o território em que habitava (nas proximidades dos rios Chubut e Neuquen, no norte da Patagônia e nas proximidades dos Andes).<sup>439</sup> A afirmação de seu grupo como pertencente à identidade “*de las Manzanas*”, foi uma maneira de construir uma associação entre aquela população indígena e seu território, propondo sua existência autônoma ao Estado, em troca de serviços como a defesa do espaço, que também era “argentino”. Para tanto, Saygüequé formou essa identidade a partir de uma estrutura de poder diferente da pretendida pelo Estado, mas construída por redes de parentesco e hierarquias que garantiam sua representatividade como líder das *Manzanas*,

---

<sup>435</sup>ZEBALLOS, Estanislao. *A conquista de 15 mil leguas*. Ensayo para la ocupación definitiva de la Patagonia (1878), p. 280 e 282, Ediciones Continente, 2008. 1ª ed. 1878.

<sup>436</sup> Os índios dessa região de Neuquen e Chubut, conhecida como Paiz de las Manzanas, tinham várias origens étnicas a pesar das considerações de Zeballos e outros como Tehuelches.

<sup>437</sup> ZEBALLOS, p. 271, 273 e 278.

<sup>438</sup> Citação de Francisco Moreno em ZEBALLOS, p. 272.

<sup>439</sup> VEZUB, Julio Esteban. *Valentín Saygüequé y la Gobernación Indígena de las Manzanas*. Poder y etnicidad en la Patagonia septentrional (1860-1881). Buenos Aires: Prometeo, 2009, p. 264.

podendo fazer frente à ofensiva *criolla*.<sup>440</sup> A presença desse cacique no rio Negro, justificava, portanto, a ideia de estabelecer a fronteira interna nesse rio onde os *criollos* poderiam se beneficiar desses “índios amigos”, uma vez efetuada a guerra com os “*ladrones de la Pampa*”.<sup>441</sup>

Aprovada à lei que permitiria os investimentos nas operações no Pampa, o ministro Roca pôde dar prosseguimento com a etapa final de sua campanha, que consistia em movimentar quatro frentes que partiriam de diferentes pontos da fronteira em direção ao rio Negro. De acordo com o Thomas Osborn, o objetivo da expedição era: “*to drive the Indians back, and across the ‘rio Negro’, the river which separates their province on the south from Patagonia and to extend and established the southern frontier on that river.*”<sup>442</sup> Como visto nas falas anteriores de Roca, expulsar os índios para além do rio Negro era uma forma de resolver a questão de segurança no Pampa, ao mesmo tempo em que o rio Negro era a “chave” para a conquista da Patagônia, de acordo com Zeballos.<sup>443</sup> Nesse mesmo informe ao governo norte-americano, o diplomata ressaltou a divergência entre a opinião pública a respeito das operações do ministro da guerra:

The press and the public opinion are much divided in regard to the practicability as call as the expedition of the expedition. Those who are opposed to the expedition, claim that the division is in an impoverished condition that there is no call for an attention of territory that he present frontiers are safe and will be few years to come, and that the expedition is a wild reckless scheme solely undertaken to help general Roca to the presidency.<sup>444</sup>

As questões políticas envolvidas com a chamada “expedição das expedições” ficam explícitas no trecho acima. A oposição acusava o governo Avellaneda de utilizar a campanha para promover Roca como candidato a presidente, questionando a real relevância das operações no Pampa. Do lado favorável a Roca, argumentava-se que as fronteiras então existentes, não eram seguras e permitia a entrada constante de índios, o que justificava uma intervenção do exército.<sup>445</sup> Osborn observou que era provável que os possíveis candidatos a presidente: Sarmiento, Carlos Tejedor e Bernardo de Irigoyen, tivessem “ciúmes”, em suas palavras, da expansão territorial e da demarcação da nova

---

<sup>440</sup> Id, p. 293.

<sup>441</sup> ZEBALLOS, p. 278.

<sup>442</sup> OSBORN, Buenos Aires, 14/3/1879, NAM, M 69 Roll 20.

<sup>443</sup> ZEBALLOS, p. 29.

<sup>444</sup> OSBORN, Buenos Aires, 14/3/1879.

<sup>445</sup> Id. Do original: “*present frontiers are no safe, and instances that late raids Indians inside on the present line that is necessary for the Army to cooperate with the general.*”

fronteira promovida por Roca, e endossavam as críticas às operações dele. De fato, as operações no Pampa serviram para colocar o nome de Roca como possível candidato para suceder Avellaneda e, por isso, a oposição acusava essas últimas operações de “alavanca” eleitoral para o ministro. Apesar das considerações políticas, Thomas Osborn reconhecia que a nova fronteira geraria mais segurança que a anterior – já que com a extensão da fronteira também viria à guerra direta com os índios.<sup>446</sup>

The Indians of this country especially the “pampas” or Indians of the plains are inferior both physically and mentally to our North American Indians, and are less war like. (...) Will be found the Chilean Indians from the Cordilleras as much more hardy and war like pace than the pampa’s.<sup>447</sup>

Ao comentar sobre uma suposta “inferioridade” dos índios na Argentina em relação aos norte-americanos, vê-se um discurso reproduzido, na dimensão internacional, mais do que o discurso baseado nos supostos parâmetros científicos de classificação racial. Vê-se também a representação da ascensão dos EUA como potência, ampliando a diferença econômica e militar em relação aos países ibero-americanos, e que produz o pensamento que, por ser norte-americano, os índios do norte são superiores aos do sul que, afinal, são “hispano-americanos”. A comparação entre Estados Unidos e Argentina foi constante na documentação, no sentido de justificar posições adotadas e funcionando como uma influência indireta, o que possivelmente levou a observação da situação argentina também pelos norte-americanos.

Sem considerar as operações preliminares e a etapa movimentada pelo ministro Alsina, o que foi conhecido como “Campanha do Deserto” durou pouco mais de 5 meses, sendo finalizada simbolicamente em 25 de maio de 1879. Em mensagem do presidente Avellaneda ao Congresso, duas questões a respeito dos índios foram comentadas: a execução de índios dentro do contexto da guerra e o problema do destino dos índios submetidos.

Han sido ellos [índios] ejecutados en cumplimiento de la Ley que disteis en vuestras últimas sesiones, ordenando la translación de las fronteras interiores á las márgenes del Rio Negro y del Nauquen. En Julio del año pasado, el indio repuesto del terror que le habia causado su desalojo de Carhué, de Puan y de Guaminí, atravesaba por las cercanías del Azul ó invadia la Carlota y el Río Cuarto, cuando empezó nuestro ejército esa

---

<sup>446</sup> Id.

<sup>447</sup> Id.



serie de expediciones sorprendentes que la Nación ha presenciado y que aseguran yá el dominio de la Pampa central.<sup>448</sup>

Desde as operações de Alsina que conquistou pontos estratégicos dos índios, as reações sofridas na fronteira terminaram por justificar a guerra para a definição da nova fronteira, sendo que em maio de 1879 o governo já considerava as áreas do Pampa sob seu domínio. As “operações preliminares” da Campanha do Deserto, executadas em 1878, provocaram invasões em localidades distintas da fronteira e enfraqueceram os grupos indígenas que resistiram no Pampa, o que trouxe confiança aos militares ao garantir os resultados das operações de 1879. Após oito meses, 35 expedições no total, o ministro da guerra concluiu seu projeto, cujo resultado foi o ganho territorial associado à fixação da nova fronteira, que antes ia de Bahia Blanca na costa, até San Rafael em Mendoza, para ser posicionada no rio Negro e no rio Neuquen, estabelecendo uma “barreira natural” que ia da Cordilheira até o mar. De acordo com o presidente, as expedições contra os índios do Pampa resultaram em 4 caciques presos: Epumer Rosas, Pincen, Catriel e Cayué, 1250 índios mortos, 3397 índios prisioneiros, sendo que, desses, 976 eram de *pelea* e 2421 eram de *chusma*. Ainda tiveram os índios que se entregaram e somavam mais 1140 de *pelea* e 2209 de *chusma*.<sup>449</sup>

Avellaneda anunciou mais de 8 mil índios afetados com as operações no “deserto”, realizadas entre 1877 e 1879, mesmo antes do desfecho das operações de Roca, com a chegada das tropas ao rio Negro:

En pos de los resultados obtenidos, y despues que el indio de la Pampa intermedia ha sido vencido, el ejército vuelve hoy á emprender su marcha para dejar terminada su obra, seguro yá de no dejar enemigos peligrosos tras sus pasos. El general Roca ha dejado el asiento del Gobierno con noble abnegación, para conducir bajo ordenes el Ejército expedicionario hasta el término de la jornada.<sup>450</sup>

A chegada de Roca ao rio Negro aconteceu após a finalização das expedições pelo Pampa, marcando o desfecho destas e o início oficial de sua campanha para presidente da República. Ao retornar a Buenos Aires, em julho, Roca foi anunciado como candidato

---

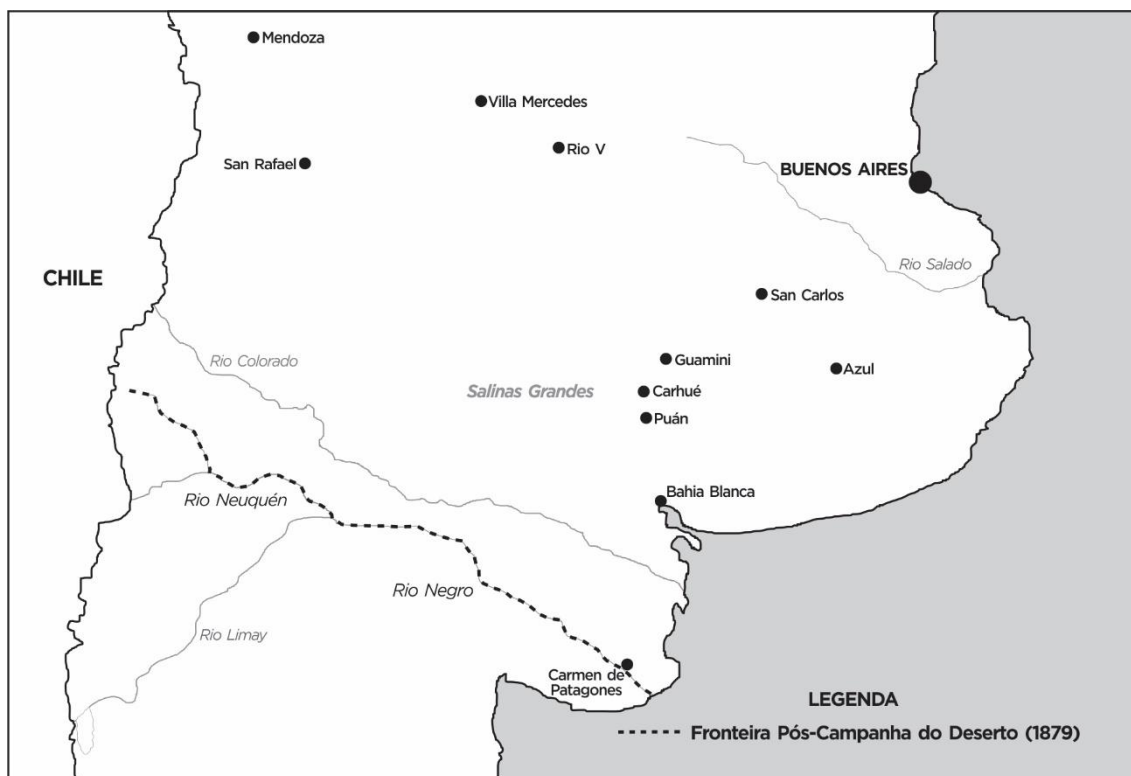
<sup>448</sup> Nicolás AVELLANEDA. Mensaje del presidente de la República al abrir las sesiones del Congreso Argentino en Mayo de 1879. Buenos Aires, Imprenta de El Nacional. NAM, M 69 Roll 20.

<sup>449</sup> Índios de *pelea* eram os índios guerreiros e índios de *chusma* eram aqueles que não lutavam, além de mulheres, crianças e idosos.

<sup>450</sup> AVELLANEDA, Mensaje del presidente, 5/1879, op. cit.

pelo Partido Autonomista Radical.<sup>451</sup> Escreveu o diplomata Araújo Gondin que: “a expedição pelo general Roca, embora, como digo, não passasse de um passeio militar feito com a maior somma de segurança e comodidade possível (...) teve o mérito de mostrar praticamente quão infundado era o terror que inspirava o deserto.”<sup>452</sup>

### Linha de fronteira após a Campanha do Deserto de Roca.<sup>453</sup>



As opiniões favoráveis e contrárias à expedição foram expostas, dessa vez, por Gondin, que concordava que a questão foi colocada pelos aliados de Roca de forma exagerada, apesar de reconhecer seus resultados. Exagerada importância, pois em sua visão: “está provado que não se passava de um verdadeiro deserto”, em que Roca logrou “dissipar o fantasma do deserto”, abrindo para a definitiva anexação da Patagônia que seria empreendida na próxima década.

Essa vasta região aonde não se refugiam com segurança as exíguas tribos de selvagens depois de efectivadas as suas correrias pelas estâncias de Buenos Aires e ante a qual recuavam os predecessores do actual Ministro

<sup>451</sup> OSBORN, Buenos Aires, 30/07/1879, NAM, M 69 Roll 20.

<sup>452</sup> GONDIN, 18/07/1879.

<sup>453</sup> Mapa feito em referência a DE MARCO, p. 193.

da Guerra, **está hoje provado que não passava de um verdadeiro deserto**, percorrido em toda sua extensão pelo general Roca e por outros chefes da expedição sem mais trabalho, além da fadiga própria da jornada, que o de perseguir e tomar os indígenas sem a menor resistência. **O deserto, com todos os seus temores era, pois, apenas um phantasma que o general Roca dissipou.** O seu merecimento real consiste n'isto, por mais que seja para admirar hoje que ficasse tanto tempo sem resolver um problema de tão fácil solução.<sup>454</sup>

É claro que a “fácil solução” ao problema resolvido sem “resistência” da parte dos índios foi, na verdade, a conclusão de um longo processo de enfraquecimento dos *cacicados*, que se tornaram paulatinamente mais dependentes do governo para sua subsistência e fragmentados entre si. Com a diminuição dos tratados e o aumento das ações agressivas contra os índios, expulsos das áreas mais férteis do Pampa, o resultado foi a miséria das tribos e as mortes e submissões ao governo argentino durante as últimas campanhas militares nos anos de 1878 e 1879.

Não tem pois, razão os adversarios do afortunado ministro quando, por motivos politicos, se empenhão em desprezar completamente um feito considerado não ha muito como uma temeridade sem resultado algum pratico. Pelo seu lado, também peccão de grande exageração os partidarios do general Roca, proclamando aquelle feito como uma verdadeira e gloriosa conquista de immediata e transcendental importancia para a grandeza e o poder da Republica. Em sua viva imaginação já os nossos vizinhos vêem esses immensos territorios cobertos de ricas lavouras de innumero gado e de florescentes cidades.<sup>455</sup>

Assim como a carta de Thomas Osborn, a oposição tendia a diminuir a importância da expedição tão aclamada pelos partidários de Roca, que transformaram a operação militar em verdadeira campanha eleitoral. Transformar o “deserto” com “florescentes cidades” exigia investimentos “incompatíveis com os recursos do país, o qual apenas e a muito custo começa a reagir contra a intensa crise que o opprime há mais de quatro anos.”<sup>456</sup> O ex-presidente Sarmiento, também apontado como candidato presidencial, endossava as críticas contrárias a Campanha, ressaltando os gastos excessivos em terras julgadas pela oposição como estéreis. Mesmo assim: “já se projecta estender a ocupação militar além do Rio Negro e nesse sentido foram expedidas

---

<sup>454</sup> GONDIN, 18/07/1879, grifos nossos.

<sup>455</sup> Id.

<sup>456</sup> Id.

necessárias ordens para que um batalhão va permanecer no território do Chubut.”<sup>457</sup> Em decorrência de uma sessão especial no Congresso Nacional para discutir os prêmios destinados aos militares participantes da expedição, Sarmiento, como senador de San Juan, endossou novas críticas à “conquista de 15 mil léguas”:

El senador de San Juan, refiriéndose a la Campaña cuyo servicio se trata de premiar decía que esa campaña **había sido un paseo militar**; que el ejército no había encontrado enemigos que batir; que había sido una campaña de mera expectación; que la dignidad de la ley debía premiar los servicios de los soldados, sus fatigas, sus conquistas, sus esfuerzos y peligros, pero **no estos servicios de mera expectación que eran de ninguna importancia como operación militar**, y hasta de cierto punto, inconveniente (...) puesto que hubiera sido mejor y más propio (...) ir paulatinamente ensanchando el dominio de nuestras fronteras, y no trasladarlas de improviso al río Negro.<sup>458</sup>

Com a proximidade da eleição presidencial marcada para outubro de 1879, o exagero ou a diminuição do feito do general Roca atendia as expectativas políticas do momento, assim como, os usos das operações no Pampa, sobretudo o “passeio militar” de Roca, com finalidade eleitoral: “*campaña teatral, de ostentación, campaña que el ejército no ha tenido enemigos con qué luchar y a quienes vencer.*”<sup>459</sup>

Na charge do periódico “El Mosquito” ilustrada abaixo, publicado em 20 de abril de 1879, Roca era “guiado” pela “República” para o rio Negro, onde encontraria o bastão presidencial. Na frente se destacam os demais personagens da cena política do período, “procurando” o bastão sem êxito.

---

<sup>457</sup> Id.

<sup>458</sup> PIZARRO (senador). Cámara de Senadores, 31ª Sesión ordinaria, 26/08/1879, ANH.

<sup>459</sup> Id, SARMIENTO.



Concluindo, a Campanha do Deserto e o novo posicionamento da fronteira no rio Negro estiveram diretamente relacionados à projeção da figura de Roca como candidato presidencial, o que é mais uma demonstração da importância da “conquista” do Pampa para a época, bem como, a derrota dos temidos índios do cacique Calfulcurá. O “*malón blanco*”, conforme caracterizado por Claudia Tarquini, causou a definitiva desarticulação indígena e a expansão territorial argentina para os “desertos” do sul, reforçando a construção discursiva destes como “espaços vazios”, justificando as medidas de guerra adotadas contra o “outro interno”, uma vez que os habitantes do “deserto” não faziam parte do projeto nacional.<sup>461</sup>

A partir das campanhas de Alsina, as ações na fronteira passaram a ter importância central no governo dada a relação existente entre a territorialização do Pampa, incluindo

---

<sup>460</sup> Angelo Agostini para El Mosquito, 20/4/1879, Buenos Aires, ano XVII, n. 850. AGN, Documentação fotográfica, Inventário 301280. Da esquerda para a direita: Bernardo Irigoyen, Victorino de la Plaza, Carlos Tejedor, Dardo Rocha (no chão), Bartolomé Mitre (de chapéu preto e barba), Domingo Sarmiento (com farda), Julio Roca (com a República) e Saturino Laspiur (no chão).

<sup>461</sup> TARQUINI, p. 53.

essa área dentro do mapa da Argentina, e a organização do Estado Nacional, onde o território era um dos elementos centrais da sua afirmação.<sup>462</sup> Esse processo de territorialização não ocorreu apenas por meio da sociedade Estatal, mas também, a partir da reorganização indígena e dos processos de sua adaptação, de modo a buscar novas formas de reagir às pressões da sociedade argentina.<sup>463</sup> A modificação dos tipos de interação pelos *criollos* produziram novas maneiras de resistência pelos caciques, no sentido de promover a defesa de seus territórios ante a expansão promovida pelo Estado.

A capacidade retórica, de negociação, dos índios, aceita pela sociedade argentina em décadas anteriores, deixou de ser considerada por esta a partir da década de 1870. Desde então, a imposição da sociedade *criolla* prevaleceu, deixando aos índios a opção da transculturação como única forma de resistência.<sup>464</sup> Alguns personagens do “deserto” resistiram como aliados ou como inimigos. O cacique Valentín Saygüequé, que mesmo durante a Campanha foi considerado um “índio amigo” dos *criollos* e que contava com instruções de Roca para que seus índios não fossem atacados, manteve-se como aliado ao esperar que sua soberania fosse respeitada. No entanto, não era mais possível para o governo a manutenção de sociedades autóctones independentes e Saygüequé não pode ser dono de suas terras em Neuquén e a estratégia do cacique se tornou incompatível com a imposição do Estado: “*no podia haber Gobernación Indígena de las Manzanas bajo la homogeneización étnica y la verticalidad del Estado-nación*”.<sup>465</sup> Mesmo se considerando “argentino” e mantendo-se fiel ao governo, o cacique foi perseguido na década de 1880, se entregando para as tropas governamentais em 1885.<sup>466</sup> Sobre a opção de resistência, Namuncurá, filho do cacique Calfulcurá, tinha consciência de que o avanço *criollo* resultaria em prejuízo da manutenção de seu próprio território, o qual reivindicava como seu “estado”.<sup>467</sup> Bechis esclarece que Namuncurá não se referia a um Estado no sentido jurídico do conceito, mas sim, a uma espécie de estado indígena com uma população que possuía vínculo a um território e um certo grau de identidade entre si, muito embora, a unidade aclamada pela Confederação de Índios apenas se limitou a curtos períodos de resistência, e que no final da década de 1870, já se encontrava enfraquecida.<sup>468</sup>

---

<sup>462</sup> BECHIS (2010), p. 172.

<sup>463</sup> Cf. OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA, João Pacheco (org.) *A viagem da volta. Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999, p. 54.

<sup>464</sup> BECHIS, p. 286.

<sup>465</sup> VEZUB, p. 296.

<sup>466</sup> BECHIS, p. 15.

<sup>467</sup> QUIJADA, p. 14.

<sup>468</sup> Id, p. 16.

Apesar dos esforços de Namuncurá com sua Confederação e de Saygüequé como governador das *Manzanas*, a “ocupação civilizadora” não aceitou o convívio com sociedades paralelas ou que não se adequassem aos padrões culturais impostos como soberanos. A resistência desses caciques mostrou ampla consciência da situação política argentina, incorporando ao seu vocabulário expressões como “confederação”, “governo” e “estado”, procurando adaptar-se a uma lógica diferente da sua com a finalidade de resistir. No entanto, uma sociedade multiculturalista era anacrônica aos projetos políticos das últimas décadas do século XIX, relegando aos índios a posição de artefatos de museus, como ocorreu com o cacique Inacayal, que terminou seus dias no museu de ciências naturais de La Plata, dirigido por Francisco Perito Moreno. Namuncurá, o último dos caciques Salineros, se entregou ao governo em 1884 quando não tinha mais homens para resistir, passando o restante de sua vida no convívio dos missionários Salesianos no norte da Patagônia.

Essa experiência histórica, a Campanha do Deserto, pode ser analisada como uma construção diacrônica desde as primeiras relações de contato entre indígenas e *criollos*, em que cada uma das sociedades em questão fez uso das ferramentas de afirmação, resistência e adaptação nesse longo processo de interação.<sup>469</sup> Com distintas intenções e aparelhos semânticos, essas duas sociedades utilizaram dos mecanismos que possuíam para provocar situações de resistência e oposição, que por muitas vezes, se encontraram em equilíbrio de forças, até que em 1879 os *criollos* puderam se impor como novos donos dos Pampas. Mais do que uma guerra moderna, a campanha ou Conquista do Deserto realizada pelo “exército civilizador”<sup>470</sup> iniciou o fim da autonomia das sociedades indígenas. De fato, o Estado argentino negou a soberania indígena até então reconhecida por meio dos tratados e do reconhecimento da existência de um limite interno. Mesmo considerado um “limite interno”, reconhecia-se, até a Conquista do Deserto, a existência de um espaço com características de fronteira, que apesar de ser “interna” ao território considerado como argentino, a “*tierra adentro*” era o espaço de outra sociedade independente.<sup>471</sup>

Sobre esse momento da história Argentina, a Conquista do Deserto, e sua defesa em nome do futuro e do progresso, Luis Sagasti discorre sobre esse fenômeno que chamou de o “fim da história”, momento em que as expectativas da geração anterior foram

---

<sup>469</sup> Id, p. 247.

<sup>470</sup> TORRE, p.12.

<sup>471</sup> QUIJADA, p. 268.

finalmente alcançadas, e o Estado consolidado ingressava naquele futuro edificado no passado:

Una vez pacificado el país, conquistado el territorio, delimitadas las fronteras, establecidas sus instituciones, el tiempo histórico se detiene. Lo que sigue, claro, son ajustes, perfeccionamientos, redondeos, notas a pie de página. La historia argentina llega hasta que la campaña se transforma en desierto y más tarde en renta y se señalan los límites del país. El tiempo histórico termina cuando el espacio ya ha sido íntegramente ocupado por la luz de Mayo, cuando la razón ha organizado las cosas o, lo que es lo mismo, la barbarie ha sido derrotada, dejada fuera del territorio. **Es decir, la Historia finaliza entonces cuando al Otro – el bárbaro – se lo hace entrar en razón, o sea: deja de ser bárbaro.** Entrar en razón es acomodarse al flujo de enunciados de quien ejerce el poder de convicción no por la fortaleza de sus argumentos sino por la pólvora que los sostiene.<sup>472</sup>

Da geração de 1837 até Roca, a dinâmica do tempo histórico, sentida em um fluxo progressivo rumo à civilização, encontra seu “fim” quando a “civilização” ocupa o “deserto” e impõe ao “bárbaro” apenas as opções de resistência, portanto morte, ou submissão. A consolidação do Estado foi o marco para a conclusão dessa história, capaz de fechar suas fronteiras e definindo seus limites perante outras nações igualmente “civilizadas”. Identificados com rótulos de argentinos ou “cidadãos”, os índios tornaram-se populações invisíveis dentro da sociedade argentina,<sup>473</sup> o “bárbaro deixa de ser bárbaro” e Sagasti completa: “*la Historia Argentina comienza a escribirse una vez que la burguesía terrateniente ha decidido que su conclusión solo puede ser leída como la definitiva consolidación de su propio poder.*”<sup>474</sup>

---

<sup>472</sup> SAGASTI, Luis. *Perdidos en el espacio*. Un ensayo sobre el fin de la historia argentina. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2011, p. 60, 61, grifo nosso.

<sup>473</sup> QUIJADA, p. 178.

<sup>474</sup> SAGASTI, p. 62.



#### **4. A solução da “questão de índios”: os novos cidadãos.**

Terminada a Campanha do Deserto de 1879 e posteriormente as operações militares da Patagônia, o governo argentino enfrentou um dilema: o que fazer com os índios incorporados forçosamente ao quadro de “cidadãos”? Para tratar desse tema, serão levantadas hipóteses como as possíveis influências de conexões transnacionais sobre a incorporação das sociedades indígenas, como por exemplo, o da observação sobre a situação dos índios nos Estados Unidos, cujo objetivo foi adaptar algumas dessas ações na realidade argentina. Também serão analisados os processos de conquista militar da Patagônia para definição da fronteira internacional, que contou com situações como a resistência indígena e a pressão pela definitiva anexação desses territórios em virtude da crescente presença chilena no sul do continente. Serão apresentados alguns dos destinos impostos para as sociedades indígenas após as atividades militares, em medidas que têm sua repercussão até a atualidade.

##### **4.1 Geração de 80: Campanha do Deserto e a eleição de Roca**

A eleição de Roca foi certamente o principal resultado político do novo posicionamento da fronteira interna. A popularidade do militar o levou a derrotar adversários importantes como Sarmiento, colocando-o como o principal personagem da “geração de 80”. O “passeio militar”, forma como a Campanha do Deserto foi chamada pela oposição, associou o nome de Roca ao progresso e à modernização do país, valores caros para a elite argentina que perseguia a utopia da civilização.

A “geração de 80” que carregou o estigma de ser a “ordem conservadora”,<sup>475</sup> representou a definitiva consolidação do país e de suas instituições. Essa fase da história argentina teve início com o fechamento das fronteiras internacionais e a emblemática “derrota” do “inimigo interno”: o índio do Pampa. O outro inimigo, o “deserto”, foi combatido com as linhas ferroviárias, a pecuária e o incentivo à imigração, para povoar as terras que antes abrigavam a “barbárie”. Esses conceitos já mencionados ao longo dos capítulos, tais como civilização, progresso, barbárie, eram comuns ao vocabulário político da década de 1880 e serviram para legitimar, aos olhos dos contemporâneos, os processos de conquista e de imposição da ordem do Estado perante as sociedades soberanas do

---

<sup>475</sup> BOTANA, Natalio. *El orden conservador*. La política argentina entre 1880 y 1916. Buenos Aires: Hyspamerica, 1985, p. 171.

Pampa, e das sociedades patagônicas após as atividades militares ocorridas entre 1880 e 1885.

Durante o governo de Avellaneda, as tendências políticas divergentes foram conciliadas com a participação dos principais representantes em seu governo. A morte de Alsina em 1877, criador do Partido Autonomista e figura central dessa conciliação, trouxe desequilíbrio político e Sarmiento tornou-se o novo presidente nacional do partido com Carlos Tejedor, governador de Buenos Aires, como representante provincial. De forma paralela a atuação desses líderes, Roca se fortaleceu como figura pública após ocupar o lugar de Alsina no ministério, e o apoio de seu cunhado Miguel Juarez Celman, e representante de Córdoba do partido, foi construindo seu nome como candidato à presidência.<sup>476</sup> Dentre as muitas possibilidades de candidatos a eleição pelo partido da situação, entre elas o próprio Sarmiento, Carlos Tejedor era o nome para a presidência de parte do partido autonomista, e o mitrista e ministro do Interior de Avellaneda, Saturnino Laspiur, seria o candidato a vice-presidente. Por outro lado, estava a candidatura de Roca, apoiada por outra parcela do Partido Autonomista. Enquanto a maioria das províncias apoiava Roca, Buenos Aires apoiava a Carlos Tejedor. Roca foi eleito presidente após as eleições de abril de 1880, mas a oposição da capital Buenos Aires resultou em conflitos armados que duraram até julho desse ano.<sup>477</sup> O exército nacional combateu os dissidentes portenhos nas batalhas de *Barrancas*, *Puente Alsina* e *Los Corrales*, até que as tropas do governo impuseram um fim ao conflito e o início definitivo da presidência de Roca.

A federalização de Buenos Aires foi uma das primeiras medidas do governo de Roca, visando subordinar a força política dessa cidade ao Estado, o que igualmente serviu para finalizar a vitória de Roca sobre as milícias portenhas e sobre Tejedor. A cidade de Buenos Aires tornou-se sede do poder federal e a cidade de La Plata a capital da província de Buenos Aires. Sob prerrogativas de construir a ordem para o progresso, ou nas palavras de Roca, “Paz e administração”, seu governo teve início com a intenção de impor definitivamente uma ordem estatal que estaria acima dos poderes paralelos das províncias.<sup>478</sup> Em discurso realizado no Congresso Nacional em outubro de 1880, Roca enfatizou suas diretrizes de governo, principalmente a necessidade de impor uma ordem que evitasse novos levantes:

---

<sup>476</sup> SABATO, Hilda. *Historia de la Argentina, 1852-1890*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2012, p. 273.

<sup>477</sup> Id, p. 280.

<sup>478</sup> Id, p. 287; BOTANA, p. 127.

La solución dada a los problemas que venían retardando hasta el presente la definitiva organización nacional; el *imperium* de la nación establecido para siempre, después de setenta años de lucha, sobre el *imperium* de provincia.<sup>479</sup>

A imposição de uma ordem central ocorreu juntamente com um grande incentivo a imigração e ao desenvolvimento das ferrovias e de uma economia de exportação, formas de garantir a modernização e o progresso, valores caros a essa geração.<sup>480</sup> A definitiva consolidação do Estado e de suas instituições, bem como, do fortalecimento do poder central, foram marcas da “geração de 80” e do primeiro mandado de Roca. As forças políticas dissidentes e representadas pelos caudilhos, assim como, pela tendência separatista de Buenos Aires foram combatidas pelo governo Roca em busca do estabelecimento da “unidade nacional”:

Al tomar mi cargo a administración general del país, dos preocupaciones principales me dominan sobre todas las demás: el ejército y las vías de comunicación. (...) El que haya seguido con atención la marcha de este país, ha podido notar, como vosotros sabéis, la profunda revolución económica, social y política que el camino de hierro y el telégrafo operan a medida que penetran en el interior. **Con estos agentes poderosos de la civilización se ha afianzado la unidad nacional.**<sup>481</sup>

Dentro do “clima cultural” da “geração de 80”, a ciência e a secularização do Estado tornaram-se os pilares do ideal modernizador, no qual o governo central redefiniu seus papéis com a finalidade de buscar o “progresso”. Uma condução politicamente centralizada e um grande investimento em infra-estrutura, compensando pelos rápidos aumentos das exportações ao longo da década, representam o que se entendia por “modernização” do aparelho de Estado durante o período. Esse período que foi da federalização de Buenos Aires até 1890 foi chamado de “roquismo”, caracterizado por ações de centralização e unificação política, em que foram revisadas as funções das instituições dentro do Estado visando promover sua consolidação definitiva.<sup>482</sup>

A imigração europeia, vista como um mecanismo de transformação social e amplamente facilitada pela constituição vigente concretizou-se durante a década de 1880.

---

<sup>479</sup> Discurso “Paz y Administración”. Julio A. Roca, 12 de Outubro de 1880. Apud PRIVITELLIO, Luciano. Prólogo In: DE TITTO, Ricardo J. *El Pensamiento de la Generación del 80*. Buenos Aires: Editorial El Ateneo, 2010, p. 80.

<sup>480</sup> SABATO, p. 300.

<sup>481</sup> “Paz y Administración” Apud PRIVITELLIO, p. 70 e 71, grifo nosso.

<sup>482</sup> BOTANA, Natalio e GALLO, Ezequiel. *De la República posible a la República verdadera (1880-1910)*. Buenos Aires: Emecé, 2007, p. 46.

A Argentina recebia milhares de imigrantes atraídos pelas possibilidades de emprego, além das vantagens de um aparelho constitucional que atribuía aos imigrantes direitos e liberdades.<sup>483</sup> A concepção de uma Argentina integrada por “desertos” e elementos “selvagens” colocava ao governo a missão da “civilização”. E, nesse sentido, o incentivo a imigração se aliava a continuação das operações militares contra os índios. Os imigrantes seriam os novos povoadores dos “desertos”, uma vez que a conquista do Pampa na década anterior permitiu a incorporação produtiva dessas terras e, ao menos na teoria, sua povoação com imigrantes. Uma vez submetidos ou derrotados os principais “inimigos” dos *criollos*, os caciques do Pampa, e estabelecida a fronteira no rio Negro, o próximo passo seria o fim da “fronteira interna” com a inclusão definitiva da Patagônia na jurisdição do poder central. Muito embora a propaganda de Roca aclamasse a vitória militar de 1879, ainda existia resistência indígena à submissão, implicando na necessidade do governo em dar continuidade à “conquista” do território e de seus habitantes, na continuação do discurso “paz e administração”, Roca enfatizou o objetivo de dar prosseguimento as operações nos “desertos”, cuja finalização seria o fim das fronteiras internas e o povoamento desses espaços:

Debo sin embargo, hacer especial mención por la necesidad que hay de **poblar los territorios desiertos, ayer habitados por las tribus salvajes y hoy asiento posible de numerosas poblaciones**, como medio más eficaz de asegurar su dominio. Continuaré con las operaciones militares sobre el sur y el norte de las líneas actuales de frontera, **hasta completar el sometimiento de los indios de Patagonia y del Chaco, para dejar borradas para el siempre las fronteras militares**, y a fin de que no haya un solo palmo de tierra argentina que no se halle bajo la jurisdicción de las leyes de la nación.<sup>484</sup>

As ações efetuadas no Pampa por Roca tiveram a finalidade de promover o fechamento das fronteiras internacionais, uma vez que a submissão dos índios garantiria o controle do território e, assim, daria condição ao governo de negociar com o Chile. A Campanha ao Deserto e os posteriores movimentos em direção à Patagônia eram assumidos dentro de uma “missão civilizadora”, que conferia à Argentina status de um país moderno, dada sua capacidade de “civilizar” por meio da conquista, tal como faziam outros países europeus do período e o próprio Estados Unidos.

---

<sup>483</sup> Id, p. 42.

<sup>484</sup> PRIVITELLIO, p. 72, grifos nossos.

A “utopia civilizatória”, ideal compartilhado nessa época, associava-se à concepção de um tempo histórico com percurso linear e teleológico, em que as ações de civilizar e combater os desertos eram assumidas como feitos necessários. Como parte dessa forma particular de conceber o tempo, o olhar sobre o passado repudiava a etapa política de descentralização e domínio dos caudilhos, enquanto esperava-se um futuro de progresso material e social. Os homens do presente eram impulsionados a agir no sentido de afastar-se dessa “experiência passada”, ao aproximar-se da “expectativa de futuro”.<sup>485</sup>

Como parte do entendimento sobre o futuro da “geração dos 80”, o Estado operou em direção à centralização. O progresso e a civilização, valores importantes para aquele período poderiam ser alcançados com a forte presença estatal, atuante por meio da centralização política e administrativa. Dentro do “horizonte de expectativas” compartilhado pelas elites políticas da Argentina, estava a “civilização” das terras patagônicas e a inclusão desses espaços à jurisdição estatal. No discurso “paz e administração”, Roca conectava as ações contra os índios do Pampa com a intenção de promover a ocupação da Patagônia. O objetivo de subordinar os espaços indígenas às “leis da nação” por meio das operações militares contribuía para legitimar sua continuidade durante seu mandato como presidente, a fim de eliminar definitivamente as linhas fortificadas e consolidar os limites internacionais.

#### **4.2 Uma perspectiva transnacional para as ações no “deserto”**

A utopia da civilização, o combate à barbárie e a associação do progresso com determinadas sociedades não ocorreram apenas no contexto argentino. Muito pelo contrário. “Conquistar” e “civilizar” eram comuns no vocabulário político de diversos países que buscavam consolidar seus espaços territoriais nacionais, “civilizando” povos que resistiam às imposições da sociedade ocidental e “conquistando” novos territórios para seus domínios. Isso ocorreu na ação europeia da África e na Ásia; na ação do governo norte-americano ou no Brasil, em relação às sociedades indígenas. A circulação dessas ideias é revelada ao analisar possíveis paralelos entre situações semelhantes em lugares diferentes do globo, que apesar de apresentarem momentos políticos distintos, compartilhavam vocabulários, interesses e estratégias em comuns.

---

<sup>485</sup> Utilizo aqui os conceitos de Koselleck. Ver: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição a semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 306 a 327.

O tema das “fronteiras interiores” caminhou desde o primeiro momento da Argentina independente até o final do processo de consolidação do Estado nacional. As diferentes diretrizes dirigidas a essa questão, ou a falta delas em alguns períodos, conduziram a uma situação de violência e instabilidade, juntamente com intercâmbios comerciais e processos mais complexos de adaptação à cultura do “outro”. Para os índios, a introdução de animais como o gado e o cavalo como elementos de poder político e econômico em suas sociedades modificou a dinâmica das relações com os *criollos*, uma vez que a apreensão desses animais pelos primeiros esbarrava nos interesses econômicos dos últimos, tendiam a ver os *malones* e o “roubo de animais” como uma ameaça.<sup>486</sup> Afinal, ficar sem o gado era ter sua condição econômica, quando não sua própria sobrevivência, ameaçada.

Por outro lado, a obtenção de animais se converteu em um pilar importante para as sociedades indígenas, garantindo o vínculo com as parcialidades de imigrantes no Pampa com as comunidades de origem na Araucanía chilena. Os *malones* eram um importante recurso para obter o gado, além de ser um instrumento político temido pelos *criollos* e utilizado para forçar novas negociações de paz e exigir o cumprimento de acordos já estabelecidos. O sistema de tratados, consolidado com o “negócio pacífico” de Rosas, vinculou os índios às políticas *criollas*, seja pela verdadeira inserção na dinâmica da fronteira como os “índios amigos”, seja pela dependência criada com a obtenção dos recursos das rações, ou pela imbricada relação de poderes mantida entre os próprios *cacicados* pampeanos, em sua busca por garantir a manutenção dos acordos.<sup>487</sup>

As situações favoráveis dentro do contexto interno, como a imposição de uma ordem central emanada de Buenos Aires, gerando a diminuição dos conflitos internos e do contexto internacional, como o fim da Guerra do Paraguai, colocaram a “questão de fronteiras” como prioridade dentro do governo de Nicolás Avellaneda. A incorporação das áreas indígenas e o desaparecimento do “deserto” estavam em sintonia com a definitiva inserção do país na divisão internacional do trabalho e com a consolidação definitiva do Estado, que não mais admitiria grupos com poderes paralelos em áreas de fronteiras que eram consideradas “internas”. As políticas do governo argentino a partir de Mitre e fortalecidas na década de 1870 tendiam a promoção de negociações paralelas com

---

<sup>486</sup> MASSES, Hugo Enrique. *Estado y cuestión indígena*. Buenos Aires: Prometeo, 2010, p. 23.

<sup>487</sup> JONG, Ingrid. Entre el malón, el comercio y la diplomacia: dinámicas de la política indígena en las fronteras pampeanas (siglos XVIII y XIX): un balance historiográfico. *Revista Tiempo Histórico*. Santiago – Chile, ano 6, n. ° 11, Jul-Set, 2015, p. 36.

os diferentes grupos, enfraquecendo os principais *cacicados*, como a “Confederação de Salinas Grandes” de Calfulcurá.<sup>488</sup> As reações indígenas aos ataques *criollos* já não tinham a mesma intensidade devido ao enfraquecimento da “unidade política” criada por Calfulcurá, o que facilitou as ofensivas adotadas a partir de 1875.

Seja com Alsina ou com Roca, a ocupação dos “desertos” foi intensificada e a mudança do tratamento com dado aos nativos pode ser percebida nos discursos políticos da década de 1870. E, nesse contexto, o ambiente internacional de expansão às áreas não ocupadas pela chamada “civilização”, corroborava para o fim dos “desertos” na busca do “progresso” desses Estados. Como combater esses “desertos” e o que fazer com as sociedades que seriam derrotadas eram questões que certamente foram analisadas em paralelo com outras situações análogas em outros países. Os Estados Unidos se tornaram um exemplo que inspirou o governo argentino no pensar sobre essas questões, em que, pelo menos, uma influência indireta sobre o destino dos índios pode ser observada.

Apesar das diferenças de conduções dos governos argentinos e norte-americanos perante os nativos, além dos distintos contextos políticos e sociais, existiam pontos de convergência entre essas duas situações e indícios documentais de que o trato dado aos indígenas nos Estados Unidos influenciou a ação do governo argentino em relação às sociedades indígenas patagônicas. De acordo com Monica Quijada, tanto nos Estados Unidos quanto na Argentina, a presença das sociedades indígenas de forma autônoma no território pretendido como nacional não afetou a ingerência dos Estados, que tratavam essa presença apenas como uma ocupação de áreas vistas como nacionais.<sup>489</sup> Nos dois países, apesar de considerarem o domínio indígena sobre os territórios e de colocarem a necessidade de ofensivas militares para promover sua ocupação definitiva, existiam ambiguidades em considerar as áreas indígenas sob soberania estatal, já que essas áreas eram consideradas heranças da dominação colonial. Nos Estados Unidos, os índios eram tratados como estrangeiros que habitavam um território que pertencia ao país, enquanto na Argentina, os índios eram considerados sociedades autônomas em que o governo reclamava suas terras e passou a desconsiderar sua territorialidade com a consolidação do Estado Nacional.<sup>490</sup> No caso argentino, essa consideração poderia gerar um conflito de interesses e soberania quanto à demarcação de fronteiras com o Chile, o que não se

---

<sup>488</sup> MASSES, p. 27.

<sup>489</sup> QUIJADA, Mónica. (ed.) *De los cacicazgos a la ciudadanía*. Sistemas de frontera, Rio de la Plata, siglos XVIII-XX. Berlin: Ibero-Amerikanisches Institut, 2011, p. 156.

<sup>490</sup> Id., p. 157.

aplicava as sociedades indígenas, que apesar do reconhecimento de sua autonomia, eram consideradas residentes de áreas internas ao território argentino.<sup>491</sup> Essa admissão da soberania indígena, pode ser observada principalmente entre as décadas de 1840 a 1860 quando predominou a política de “tratados diplomáticos” entre índios e *criollos*, o que sugeria a relação entre duas unidades políticas distintas e independentes.

A consideração das áreas indígenas como internas ao território desses países, não dirimia a necessidade de conquistar esses espaços e os inserir definitivamente sob a jurisdição Estatal, buscando um fim para a “questão de fronteiras”, que mantinha uma ambiguidade em relação ao espaço dominado pelos índios e o território considerado nacional. O que fazer com essas sociedades e como promover a ocupação de seus territórios teve diversas propostas tanto na Argentina quanto nos Estados Unidos, sendo que, um ponto em comum foi a impossibilidade de convivência pacífica com esses grupos. Apesar de essa relação ser inerente à dinâmica do espaço de fronteira, a consolidação territorial do Estado esbarrou nessa forma de convivência.

Nos Estados Unidos, o “destino manifesto” foi usado para legitimar o direito do Estado sobre as áreas indígenas, justificando a pretensão de ocupar as terras do oeste até o Pacífico pela missão de levar a “civilização”.<sup>492</sup> A situação dos índios foi agravada com a descoberta de ouro na Califórnia, onde a corrida pelo mineral empurrou os grupos para as áreas mais secas e improdutivas, além de acarretar em grandes massacres indígenas.<sup>493</sup> Na década de 1850, o Tratado de *Fort Laramie* teve o objetivo de designar locais específicos para destinar os índios em meio às guerras contra os Sioux (localizados na região de Nebraska) e o exército,<sup>494</sup> de forma semelhante ao ocorrido na Argentina e que será visto mais adiante.

O *Removal Act* foi a política imperante para promover a incorporação de determinadas áreas indígenas por meio da remoção dos grupos para outras localidades, apropriando-se de suas terras. Porém, as guerras civis desse país durante as décadas de 1850 e 1860 reduziram os conflitos diretos contra as sociedades autóctones, ao mesmo tempo em que aumentaram a ocorrência de tratados e do pagamento de víveres para evitar que os índios, a exemplo dos Dakota Sioux de Minnessota, atacassem os centros de povoamento. Paralelo às guerras e às tentativas de acordos com tratados diplomáticos

---

<sup>491</sup> Id, p. 158.

<sup>492</sup> CALLOWAY, Colin, G. *First People: A documentary survey of American Indian History*. Bedford/St. Martin's, 2008, p. 265.

<sup>493</sup> Id, p. 266.

<sup>494</sup> Id, p. 267.



(lembrando que nos Estados Unidos os índios eram tratados como membros de nações estrangeiras),<sup>495</sup> ocorria o confinamento de alguns grupos em “reservas”, assim como, a tentativa de “civilizá-los” e educá-los, punindo os resistentes. No entanto, e análogo ao que ocorreu na Argentina, os tratados foram proibidos na década de 1870 e foram substituídos pelo conflito direto ou pelas ofertas de compras dos territórios indígenas, encaminhando-os para “reservas” onde poderiam ser “civilizados”.<sup>496</sup> Apesar dessas políticas contrárias à existência autônoma dos índios, a derrota do exército norte-americano comandado pelo General Custer pelos índios Sioux em 1876, no vale de *Little Big Horn*, foi um grande símbolo da resistência indígena às políticas cada vez mais agressivas de aculturação e extermínio.<sup>497</sup>

A perda das melhores terras e o aumento dos conflitos com o governo foi levando os grupos indígenas à miséria e à dependência do pagamento de víveres para sua subsistência, sendo reduzidos à escassez de espaços não produtivos. A partir da década de 1880, predominaram políticas de aculturação dos índios, para acabarem com os ataques e de promover a “salvação pela assimilação”, “matando o índio, mas salvando o homem”.<sup>498</sup> As políticas de “destribalização” tinham o objetivo de “civilizar” os índios em escolas indígenas e pela conversão religiosa, buscando acabar com os elementos de sua cultura para que fossem inseridos na sociedade norte-americana como mão de obra.<sup>499</sup> As ações para com os índios foram transferidas para o Departamento de Interior, que cuidava dos processos de “destribalização” e “americanização”, ao mesmo tempo em que combatiam os resistentes ou os mantinham em “reservas”. A educação dos índios com os valores aceitos pelo Estado, conduzindo os costumes, educação e trabalho em acordo com os padrões estabelecidos dentro da vida considerada “civilizada”, resultou na exploração das terras indígenas por essa mesma “civilização”. A Lei *Dawes*, de 1887, pretendia forçar a assimilação indígena à sociedade norte-americana, indo contra as reservas, uma vez que essas não resultaram efetivas para a conversão da maioria dos índios, devido à própria resistência desses povos que encontraram formas de adaptar suas práticas e manter suas tradições culturais nos espaços designados pelo governo.<sup>500</sup>

---

<sup>495</sup> QUIJADA, p. 157.

<sup>496</sup> CALLOWAY, p. 271 e 273.

<sup>497</sup> Id, p. 273; GUMP, James O. *The Dust Rose like Smoke*. The subjugation of the Zulu and the Sioux. Nebraska: The University of Nebraska Press, 1994, p. 27.

<sup>498</sup> PRATT, Richard. “Kill the Indian in him, and save the man.” Disponível em: <http://historymatters.gmu.edu/d/4929> Acesso: 30/10/2017.

<sup>499</sup> Id, p. 336.

<sup>500</sup> Id, p. 342.

Analisando algumas das ações contra as sociedades indígenas promovidas nos Estados Unidos, Monica Quijada procurou apontar a semelhança desses debates com aqueles existentes na Argentina sobre a resolução da “questão de índios” ou sobre o destino das populações nativas após a anexação de seus territórios a esses países. Como semelhança, a admissão da impossibilidade de convertê-los legitimou ações cada vez mais agressivas, que limitaram as possibilidades de sobrevivência das sociedades indígenas, ao menos nas mesmas condições que estavam acostumadas há séculos.<sup>501</sup> As semelhanças discursivas e até em alguns posicionamentos práticos – como as intenções de inserção dos índios na civilização por meio da imposição do trabalho ocidental, podem ser percebidas quando analisados os tratamentos dessas questões.

Um conjunto de cartas destinadas por Miguel Malarin, que era um militar argentino, a Roca demonstra que ele tomou conhecimento das características da ação do governo norte-americano na ocupação de territórios pertencentes a sociedades indígenas. Os entendimentos sobre as relações entre os Estados Nacionais e os povos indígenas, dentro do paradigma da “missão civilizadora” atribuída para esses governos, mostram a ocorrência de uma “visão de mundo” que não foi exclusiva para o contexto argentino, mas que foi compartilhada por outros contextos, como no exemplo observado.<sup>502</sup>

Por meio de cartas e relatórios de viagens, muitas situações práticas eram transmitidas, inspirando ações e conectando ambientes distantes.<sup>503</sup> Independentemente de haver uma influência direta, específica, como copiar uma tática militar, o certo é que havia um ambiente transnacional onde o combate aos nativos fazia parte de uma busca pela “civilização”, e se desenvolvia em um contexto maior que o Rio da Prata. As teorias que apoiavam um racismo de cunho científico, adaptadas a partir de produções europeias e do ideal de modernização, também se inserem na dinâmica de uma rede de ideias que produziu um ambiente em que a Conquista do Deserto de Roca correspondia a expectativas tão modernizadoras quanto excludentes.

*“Haré lo posible por remitirle con más claridad y compendio los datos que he adquirido en los Estados Unidos sobre Indios.”*<sup>504</sup> Conforme a citação do oficial

---

<sup>501</sup> QUIJADA, p. 166.

<sup>502</sup>Cf. BURKE, Peter. Translating Knowledge, Translating Cultures. In: NORTH, Michael (ed), *Kultureller Austausch in der Fruhen Neuzeit*, 2009; GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories. In: Topoi. Rio de Janeiro: UFRJ, nº 2, 2006.

<sup>503</sup>AZEVEDO, Cecília. Diálogos Brasil-Estados Unidos. Entrevista com Barbara Weinstein. *Tempo*, vol. 13, núm. 25, Universidade Federal Fluminense, 2008, p. 231; SAUNIER, Pierre-Yves. *Transnational History*. New York: Palgrave-Macmillan, 2013, p. 13; PRATT, Mary Louise. *Imperial Eyes: Travel, Writing and Transculturation*. 2ª ed. New York: Routledge, 2008, p. 3.

<sup>504</sup> Carta de Miguel MALARIN para Julio ROCA. AGN, FJAR, 1238, leg. 7, Paris, 9/2/1879.

argentino Miguel Malarin, as ações ofensivas contra os índios nesse país, organizadas desde 1840, poderiam contribuir para refletir sobre a situação dos índios na Argentina. A preocupação do militar argentino com o destino dos índios após a iminente situação de “conquista” do Pampa fez-se evidente dentro do contexto em que escrevia suas cartas para Roca desde os Estados Unidos e da Europa. Esse militar mantinha diálogo com Roca desde 1875, pelo menos,<sup>505</sup> quando pela primeira vez opinou sobre a atuação militar nas fronteiras internas. No final do ano de 1876,<sup>506</sup> Malarin mudou-se para os Estados Unidos com o objetivo de estudar os temas de índios e de fronteiras conduzidos nesse país e, em novembro de 1877, tornou-se agregado militar da Legação Argentina em Washington.<sup>507</sup> Desde os Estados Unidos, suas correspondências com Roca modificaram seu conteúdo, centrado apenas em opiniões sobre conduções militares na fronteira e passaram a ter como foco as ações que deveriam ser tomadas contra os índios argentinos, tendo por base as informações que levantava a partir de estudos e diálogos com outros militares norte-americanos. Essas cartas ocorreram de forma constante durante os anos de 1878 e 1879, sendo que a partir de janeiro de 1879, Malarin escreveu desde Paris e tornou-se agregado da Legação argentina na França em setembro desse ano.<sup>508</sup>

Além de opinar sobre a situação dos índios na Argentina, Malarin também se ocupou, durante o ano de 1879, de encaminhar relatórios sobre visitas que realizou aos exércitos da França e da Itália, comentando sobre táticas militares e a importância em profissionalizar os exércitos e desenvolver escolas especializadas.<sup>509</sup> Retornou para Buenos Aires e para o serviço militar possivelmente em novembro de 1879.<sup>510</sup> Suas opiniões expressas entre 1875 e 1879 foram importantes para Roca, sendo que muitas delas estão presentes nas comunicações e nos discursos desse militar. Seus estudos sobre exércitos, fronteiras e índios levantam questões sobre a transnacionalidade dos eventos na Argentina e sobre o momento “civilizador”, visto como uma missão por muitos Estados e seus exércitos.

Uma das principais ideias apresentadas por Malarin era a luta contra os “desertos” ou os espaços “sem civilização”. Também defendia que o combate aos índios não

---

<sup>505</sup> A primeira carta encontrada para Roca data de 28/12/1875, AGN, FJAR, 1230, leg. 2.

<sup>506</sup> MALARIN para ROCA, AGN, FJAR, 1231, leg. 3, Paraná, 13/11/1876. Nas palavras de Malarin para Roca: “*me voy a Norte América a fines de Diciembre sino viene novedad bélica por aquí.*”

<sup>507</sup> Argentinean Legation in Washington. NAM, M47, roll 2. 19/11/1877.

<sup>508</sup> MALARIN para ROCA, AGN, FJAR, 1236, leg. 8, Paris, 19/09/1879.

<sup>509</sup> Id, AGN, FJAR, leg. 7 e 8, cartas diversas.

<sup>510</sup> Id, AGN, FJAR, leg. 7, Paris, 3/7/1879. Em suas palavras: “*He decidido regresar a Buenos Aires a fin de este año, probablemente en Noviembre – creo no es conveniente estar lejos de la tropa más de dos o tres años.*”

dependia de exércitos e da expansão de linhas de fronteira, mas de medidas específicas para transformá-los em “paisanos”, integrados à “civilização” como trabalhadores educados em atividades que lhes atribuíssem alguma função social nesse novo contexto. Os possíveis desfechos para o chamado “elemento índio” encontravam-se mais discutidos nos Estados Unidos, com a promulgação das referidas leis que buscavam “civilizar” ou remover os índios dos locais almejados pelo Estado, datadas principalmente da década da década de 1860.

“*Me anuncian de Washington que se han recibido allí obras que U. ha tenido la amabilidad de remitirme. Como el Gral. Sherman es muy amigo de estudiar todo lo referente los Indios he pedido al Secretario de la Legación se las entregue.*”<sup>511</sup> O general mencionado é William T. Sherman, militar que após a guerra civil americana ingressou no *Office of Indians Affairs* em 1867, que cuidava das políticas de assimilação como as *border schools* e a remoção dos índios para outras áreas cujo Estado não tinha a pretensão de ocupar (as chamadas reservas).<sup>512</sup> Apesar de não demonstrar uma associação direta entre o general norte-americano e as ideias que expunha, Malarin propunha que se observassem as ações contra os índios empreendidas por esse país, chamando atenção para sua correlação com o contexto argentino.

A intensa imigração vivida nos Estados Unidos durante o final da década de 1870 auxiliava na povoação quase espontânea das áreas indígenas. Em sua visão: “[os imigrantes] *hacian las veces del ejercito, invadiendo los territorios salvajes y aponderandose del terreno*”.<sup>513</sup> Povoar as terras indígenas com imigrantes era uma maneira de inserir o índio nas atividades da “civilização”, tentando mudar o chamado “elemento índio”, ou seja, sua cultura e hábitos sociais, sendo uma forma de resolver uma das principais questões colocadas em suas cartas: o que fazer com os índios uma vez terminada a etapa militar. As “políticas de extermínio”, consideradas lentas e caras, deveriam ser substituídas pela crença na “aptidão do índio para se civilizar”, diferenciando a conquista militar da submissão e da aculturação dos habitantes do “deserto”.<sup>514</sup>

**El desierto se combate con población** una revolución con una contrarrevolución, una invasión de cristianos. El sistema de sangre y fuego (...) no dará nunca otro resultado que agotar el tesoro y perpetuar

<sup>511</sup> Id, AGN, Fondo JAR, leg. 7, Paris, 10/2/1879.

<sup>512</sup> MASSES, p. 65.

<sup>513</sup> MALARIN para ROCA, Paris, AGN, FJAR, leg. 7, 13/3/1879.

<sup>514</sup> Id, AGN, FJAR, leg. 5, Washington, 5/5/1878, grifo nosso.

la resolución del problema – Nada de ejércitos ni fronteras militares; sistema de translación; pueblos indios, policía india, colegios indios mistos, penitenciaria a los indios malos, alejar los caciques y capitanejos de sus tribus, asegurar las mujeres, darles ovejas en vez de vacas, comprarles caballos y dejarlos enteramente libres con uno o dos franciscanos o jesuitas, hasta que se conviertan en paisanos.<sup>515</sup>

A “parte principal” da questão se relaciona ao que fazer com os índios, como integrá-los e transformá-los, pois, para fazer parte do país, não podiam manter seus velhos hábitos. “*Según el sistema que se ponga en práctica la **cuestión india** será resuelta en 20 años o durará aun siglos; y en esto no hay que hacer ilusión: pero no creo a U. capaz de ella, pues conoce mejor que nadie nuestra historia y del continente norteamericano.*”<sup>516</sup> O que chama de “questão de índios” correspondia, portanto, ao conjunto de práticas aplicadas aos índios após as operações militares e que os levariam a adaptação dentro da “civilização”. Pensar e aplicar formas de integração dos índios consistia no “verdadeiro problema”, baseando suas conduções nos exemplos encontrados nos Estados Unidos e aplicados por analogia ao contexto argentino. A solução desse “problema” dependia de ações conduzidas a longo prazo e Malarin não acreditava que seria solucionado por Roca, mas que caberia ao militar dar os primeiros passos nessa direção.

**La expedición al desierto no viene a ser así sino un medio de obligar al Indio a aceptar nuestros proyectos** y en manera alguna la resolución de la parte principal. Sometidos los pampas es necesario darles ocupación, vestirlos, racionarles, adminístralos, cuidar de ellos y mantenerse en guardia a fin de que no vuelvan a las andadas.<sup>517</sup>

A conquista militar, nesse sentido, seria somente um meio de impor a cultura da “civilização” para as sociedades indígenas, mas que não resolveria o problema. Para Malarin, esse seria apenas o “início” do problema, sendo necessário começar a analisar os destinos dessas sociedades ainda na fase de conquista dos territórios. Não se trata “apenas” de incorporar o índio à “sociedade majoritária”, mas em torná-lo produtivo economicamente na estrutura sociocultural em que se incorporava. O índio é despojado da terra quando esta ganha valor econômico e ele mesmo não pode ser ignorado enquanto fator produtivo. Sua opinião divergia de outras formas de entender a situação do Pampa, justamente por essa separação feita entre a conquista ocorrida pelo avanço da fronteira, e por outro lado, necessitando de outras ações, a situação do Estado perante os índios. Para

---

<sup>515</sup> Id, grifo nosso.

<sup>516</sup> Id, AGN, FJAR, leg. 7, Paris, 28/1/1879, grifo nosso.

<sup>517</sup> Id, grifo nosso.

isso, seriam exigidas políticas direcionadas a incorporação dos índios na sociedade majoritária, já que, esse fato almejado não seria um resultado da imposição militar. Malarin chamava a atenção de Roca para essa diferenciação, bem como, para o problema que considerava mais difícil de resolver:

Un punto más serio: me refiero á **la conducta que debe observarse con los Indios sometidos**, entre los cuales pueden contarse con 5.000 viejos, conservadores e imposibles de domesticar. A primera vista parecerá que aun no es tiempo de ocuparse de una cuestión de esa naturaleza, y en esto se seguiría la opinión del Dr. Alsina: pero estoy convencido de que U. no piensa así, y que cree que **el verdadero problema está en lo que se debe hacer de los Indios**.<sup>518</sup>

*“La cuestión de indios no se resolverá tan pronto ni con tanta facilidad como lo dice ‘la prensa’, ‘la Republica’, etc. Por eso, no cesaré de estudiar el asunto.”*<sup>519</sup> Para Malarin, um estudo mais profundo da questão indígena nos Estados Unidos seria capaz de fornecer pistas para a resolução desse “problema” na Argentina, dadas as semelhanças existentes: *“me permitire (...) ofrecer a U. ciertos datos sobre el sistema empleado en los Estados Unidos para domesticación de 200.000 Indios, muchos miles de los cuales ofrecen los mismos rasgos que los nuestros.”*<sup>520</sup> Em outras correspondências, o militar se ocupou em descrever diversas ações dos norte-americanos para com os índios, mostrando igualmente como esses se ocupavam de seus “desertos”. A maioria desses relatos foram escritos na fase final da Campanha do Deserto de 1879, quando as atividades militares já se encontravam bastante avançadas e as opiniões de Malarin tendiam a afirmar que a parte operacional não era um tema de preocupação. O que lhe preocupava eram as formas de incluir (ou excluir definitivamente) as sociedades indígenas após a chegada ao rio Negro, muito embora, ele também escrevesse para Roca sobre táticas militares e modelos de organização dos exércitos nos Estados Unidos e na Europa.

Los americanos no se han hecho nunca la ilusion de creer que conquistado el terreno y sometidos sus habitantes, el gran problema estaba resuelto. (...) La cuestion capital consistia en eliminar por un medio o por otro, el elemento indio, es decir, contrario al espiritu de la mayoria. Ud. ha visto por mis memorias anteriores que el gobierno [dos Estados Unidos] consideraba á los Indios como á aliados y extranjeros; **pero mas tarde esta práctica sufrio ciertas modificaciones que**

---

<sup>518</sup> Id, Paris, 28/2/1879, grifos nossos.

<sup>519</sup> Id, Paris, 9/2/1879.

<sup>520</sup> Id, 28/2/1879.

**tendrian más á la civilización ó asimilación de la raza que á la conquista del desierto.**<sup>521</sup>

O trecho acima ilustra essa preocupação: mais do que uma conquista territorial, o exemplo dos Estados Unidos mostrava que a questão deveria ser tratada como a imposição de uma raça “civilizada” sobre outra considerada “inferior”, com o objetivo de assimilá-la para fazê-la desaparecer e sucumbir ao “espírito da maioria”, o que correspondia à difusão do padrão cultural hegemônico perpetrado pelo Estado. “*Es ademas y sobre todo un combate de raza a raza una lucha entre un pueblo conquistador y un pueblo semi-salvaje.*”<sup>522</sup> A submissão de raças “inferiores” por raças “superiores” era colocada dentro do parâmetro da “questão de índios”, desvinculando essa situação da “questão de fronteiras”, associada ao posicionamento militar por apresentar alternativas que não apenas o conflito. Mostrava, assim, vínculos com ideias do *darwinismo* social e do evolucionismo de Spencer, ao considerar essas ações como parte de um processo “natural” do desenvolvimento das sociedades.<sup>523</sup> Das soluções propostas por Malarin, à distribuição dos índios nas cidades era vista como a melhor alternativa para a “questão de índios” uma vez concluídas as expedições militares, já que seria uma forma de integrá-los aos hábitos sociais da “civilização”.<sup>524</sup>

De acordo com suas observações, não haviam mais “desertos” nos Estados Unidos porque esses foram combatidos com o estabelecimento de centros de povoação, que normalmente se desenvolveram em torno de fortes militares, entre as áreas indígenas, juntamente com fortes para vigiá-las e abandonando as linhas de fronteira: “*con frecuencia se ve una tribu completamente salvaje en medio de un Estado lleno de grandes ciudades. El estado de Nueva York, en el cual no hay uno solo acre de tierra sin ocupar, contiene siete naciones de Indios.*”<sup>525</sup> Para ele, isso não significava que “não haviam mais fronteiras nem desertos”, mas sim, que o país estava no caminho para a resolução da “questão de índios” ao se ocupar em preencher os “desertos” com “civilização”, o que paulatinamente serviria para absorver a sociedade “inferior” pela “superior”: “*la asimilación de una raza inferior y su elevación á una escala superior no son la obra de un hombre ni de una campaña. Para eso se necesita algo más que la espada.*”<sup>526</sup> Malarin

---

<sup>521</sup> Id, Paris, 10/2/1879, Malarin.

<sup>522</sup> Id.

<sup>523</sup> MASSES, p. 66; STEPAN, Nancy Leys. *The Hour of Eugenics: race, gender and nation in Latin America*. Ithaca: Cornell University Press, 1991, p. 70.

<sup>524</sup> MASSES, p. 68.

<sup>525</sup> MALARIN para ROCA, AGN, Fondo JAR, leg. 7, Paris, 10/2/1879.

<sup>526</sup> Id.

comentou que a intensa onda imigratória “invadiu” os territórios “selvagens”, onde o governo apenas construiu fortes para monitorar as atividades indígenas, mas que a ocupação dos “desertos” ocorria de forma espontânea, sem necessitar de uma conquista militar.

“¿Que hacer de nuestros 200.000 Indios? Se dice con frecuencia los del Norte”.<sup>527</sup> Para responder essa pergunta destinada ao contexto norte-americano, Malarin citou algumas das ações empregadas, para então, colocar sua opinião em referência a situação na Argentina. Entre essas ações estavam os “*medios de destrucción*” como: “*tranlacion transporte á pie de una nacion de un campo á otro muy distante*”, o que ocasionava na morte de crianças, doentes e idosos. “*Los licores espirituosos [que] degradan al Indios y acortan su vida*” e a utilização dos índios em guerras como soldados de artilharia. Essas eram algumas das formas de reduzir o número de índios, mas considerados meios “*demasiado lentos*”.<sup>528</sup>

Los resultados no han correspondido aun á las esperanzas de los americanos, pero si, han dado á luz un lado bueno del caracter del indio: **es decir su aptitud para civilizarse y ser moral.** Para conseguir estos resultados se han fundado **colonias de Indios selectos** (...) o bien **dando á las familias mas civilizadas casas y terreno en medio de poblaciones civilizadas.** El pueblo americano es poco simpático a la raza India, y de aqui que la asimilación de la raza India sea lenta; **pero los mismos medios aplicados entre nosotros darian mejores resultados.**<sup>529</sup>

Assimilar era a proposta, constituindo-se em forma mais econômica de que a utilização dos “meios de destruição” de caráter militar. Na realidade, Malarin propunha aplicação da fórmula já citada do norte-americano Richard Pratt: “salvar o homem que existe no índio”,<sup>530</sup> aproveitando a capacidade do índio para “civilizar-se” por meio da inserção em ambientes mais “civilizados”, onde o índio se adaptaria aos novos costumes e deixaria de “ser índio”, um problema implícito às questões raciais do período. Nos Estados Unidos, a ideia de “matar o índio que existia no homem” foi colocada em prática

---

<sup>527</sup> Id.

<sup>528</sup> Id.

<sup>529</sup> Id, grifos nossos.

<sup>530</sup> PRATT, Mary Louise. *Imperial Eyes: Travel, Writing and Transculturation*. 2ª ed. New York: Routledge, 2008, p. 8.



pelas escolas de fronteira que pretendiam educar as crianças indígenas com a cultura “civilizada”, para que fossem posteriormente integradas às cidades.<sup>531</sup>

Malarin tratava o ato de “civilizar” o índio como um desenvolvimento em etapas, ou como uma ação de “evolução”, em que essas sociedades nômades seriam expostas às práticas pastoris, consideradas a etapa seguinte ao nomadismo, para então se adaptarem à agricultura e posteriormente à indústria. “Matar sua cultura” ao retirá-lo do ambiente em que podiam exercer suas práticas herdadas seria o primeiro passo para combater o “perigo” desses índios e iniciá-lo às práticas da “civilização”, o que seria equivalente a “acelerar” um processo de “evolução racial”, visto como inevitável:

Mientras el Indio esté sin conexión con la tierra será un vagabundo peligroso: es necesario entonces alejarlo del campo de sus abuelos. (...) El primer paso de la vida nómada a la civilizada es el estado pastoril, sigue el agrícola, después el de industria. No hay pues que exigir un salto excesivo. (...) Esto se trata de hacer en Norte-América, donde existen muy pocas tribus que cuiden haciendas: las más son agrícolas ó viven de raciones del Gobierno.<sup>532</sup>

Terminadas as operações no Pampa com a chegada das tropas de Roca ao rio Negro, Malarin retomou seu posicionamento em diferenciar a “conquista militar” dos territórios, da “questão de índios”, reiterando que essa não estaria resolvida com a primeira, mas que sim, se tratavam que problemas distintos. Em suas palavras:

La cuestión de fronteras va á quedar próximamente resuelta en las tierras australes (...) pero estoy convencido **que esa cuestión tiene muy poca correlación con la cuestión india**, obra seria y difícil. La conquista de los territorios la sumisión de los pueblos no traen nunca consigo la conquista absoluta de la nación vencida, es decir, la asimilación mutua. Del trato lógico, económico, durable que se siga con los indios del empleo justo y efectivo del ejército, de los medios que el gobierno ponga a disposición la comisaria de Inmigración (...) **dependen en su mayor parte los resultados que producirá la conquista del indio de sus territorios**, su confinamiento á espacios reducidos.<sup>533</sup>

Falando em termos militares, Malarin argumentou que a vitória de uma guerra e a conquista dos territórios de uma sociedade não implicava na assimilação da população.

---

<sup>531</sup> TRAFZER, Clifford. *Boarding School Blues*. Revisiting American Indian Education experiences. Nebraska: The University of Nebraska Press, 2006, p. 9.

<sup>532</sup> MALARIN para ROCA, Paris, 10/2/1879.

<sup>533</sup> Id, Paris, 3/7/1879, grifos nossos.

Isto dependeria das ações a serem empreendidas após essa etapa, bem como de políticas de imigração e de confinamento dos índios em espaços designados pelo governo. Essa opinião ia de encontro a muitas ideias relacionadas à Campanha do Deserto, na qual as operações militares por si só foram legitimadas pelo combate a sociedades “selvagens” e que habitavam áreas que correspondiam a espaços reivindicados como argentinos. Acabar com o “problema” da existência autônoma das sociedades indígenas, seria o resultado de políticas aplicadas em longo prazo.

Considerando o trecho de uma carta de Roca para Alsina em 1877:

Me dicen que hay indios muy adelantados entre los Pehueneches (...). Purán, cacique importante cuida de un señor D. Francisco Mendez de Chile bastante número de vacas, que algunos hacían subir a diez mil. Otros caciques arriendan sus campos (...) en las vertientes del Neuquén a unos Dinamarqueses que a su vez los sub-arrendan. Un indio Agustín, medio cristiano tiene estancia a las costas del Barranca. Estas noticias, parecen increíbles, y sin embargo nos vienen con tanta frecuencia y por tan diversas fuentes que algo hay que creer. (...) **Es honor de la nación saber si hay verdad en todo eso; saber si son o no aptas para el trabajo, o tienen que sucumbir como los pieles Rojas en la América del Norte.** (...) En Chile se trata de suprimir las fronteras y emprender la última cruzada contra la raza Araucana, dueña aun de un reducido espacio de territorio.<sup>534</sup>

Além de considerar que a guerra direta aos índios era perpetrada tanto pelos norte-americanos, quanto pelos chilenos, em situações similares àquela encontrada no Pampa, Roca levantava a possibilidade de “civilizar” os índios, considerando relatos de índios “cristianos”, “adelantados”, que cuidavam de vacas ou arrendavam campos. A solução das armas era uma possibilidade para o militar que seria legitimada caso não fosse possível inseri-los na “civilização” por meio do trabalho. Muito embora essa opinião de Roca fosse anterior à ida de Malarin para os Estados Unidos, é interessante observar que Roca apresentava uma dúvida sobre a aptidão dos índios em se tornarem “civilizados”, o que poderia ser uma alternativa aos massacres que eram considerados como soluções para a “questão de índios”.

Modificar a cultura de uma sociedade ao impor novos hábitos sociais e econômicos, não era uma questão de simples resolução e, por isso, Malarin e possivelmente Roca, consideravam a observação dessa mesma situação nos Estados Unidos como ponto para um provável diálogo. Mesmo que as ações norte-americanas

---

<sup>534</sup> ROCA para ALSINA, AGN, FJAR, 1343, leg. 115, grifo nosso.

como as escolas de fronteira ou as reservas não tenham ocorrido da mesma forma na Argentina, isso não anula a importância desses pontos de contato entre duas realidades análogas, e para Malarin, esse país poderia ter as respostas para resolver aquele que considerava o real problema.<sup>535</sup> No entanto, em carta encaminhada a Roca em outubro de 1879, logo após sua renúncia ao cargo de ministro da Guerra em decorrência das proximidades das eleições presidenciais, Malarin comentava sobre os sucessos da operação de Roca na área militar e, inclusive, elogiava Roca sobre as ações realizadas contra os índios, colocando a Argentina à frente dos Estados Unidos nessa questão:

Nadie como U. se ha consagrado con más competencia y buen éxito al secular problema indio, y el aspecto definitivo que U, ha hecho tomar á ese fantasma, realidad para muchas jeneraciones pasadas. (...) Los Estados Unidos con sus poderosos recursos, su irresistible oleada de inmigración hacia el Oeste, y sus generales, á cuál de ellos mas bravos y bien educados en la guerra, **han venido a quedar en esta parte muy atrás de nosotros.**<sup>536</sup>

Dado o sucesso da Campanha de 1879, mas, sobretudo, por suas repercussões políticas favoráveis à figura de Roca, é provável que Malarin tenha valorizado o feito do general, em detrimento das ações empreendidas nos Estados Unidos, que deixou de ser um exemplo, dentro do discurso de que a Argentina havia encontrado uma “solução” para sua questão, afastando o “fantasma” do “secular problema índio”. Nesse momento, a crítica às campanhas militares como forma de concluir com a “questão de índios” e a adoção de um discurso favorável a Roca, pode ser analisada como fruto da posição política assumida por Malarin como aliado de Roca. Malarin preparava-se para retornar a Buenos Aires e Roca era apresentado como um dos principais nomes para a sucessão presidencial.

Os discursos realizados após a Campanha davam a “questão de índios” como resolvida. Utilizado como plataforma da candidatura de Roca à presidência, as operações que estabeleceram a fronteira no rio Negro foram descritas como ações “civilizadoras”, que cumpriram seu objetivo de derrotar os índios do Pampa. No entanto, alguns opositores de Roca que questionaram o sucesso da Campanha de 1879 argumentaram sobre a não resolução da situação dos índios com as operações militares, na mesma direção exposta por Malarin anteriormente:

---

<sup>535</sup> MASSES, p. 68

<sup>536</sup> MALARIN para ROCA, AGN, FJAR, 1236, leg. 8, Paris, 16/10/1879, grifo nosso.

¿En cuánto tiempo van a ser desalojados los indios, de los territorios que ocupan? Se cree que este plan se efectuará en dos años, es decir, se establecerá la línea de fronteras, pero para desalojar por completo a los indios de donde están, tal vez será necesario emplear diez o veinte años en persecuciones continuas contra ellos.<sup>537</sup>

A Campanha de Roca pretendia “despovoar os desertos”, “limpando” os índios nesse território e permitindo a fixação da fronteira no rio Negro dentro de um prazo de dois anos. Em 1878 foram efetuadas ações mais ofensivas em continuação as operações de Alsina e em 1879, as operações foram finalizadas com a definição da nova linha de fronteira. Para os defensores de Roca e de seu feito, esse objetivo foi concluído. Mas, para seus opositores, o problema dos índios ainda continuaria por uma ou duas décadas e demandaria ainda maiores empenhos por parte do exército. Apesar das divisões políticas verificadas, o destino dos índios após a conclusão das operações na fronteira era um tema levantado pelo presidente Avellaneda, assim como, por diversos políticos e militares do período. Muitas dessas ideias se aproximam das propostas de inserção dos índios nas cidades como forma de “civilizá-los”, ou de colocá-los em contato com formas de trabalho como a agricultura e o pastoreio, para então, deixá-los aptos às atividades industriais. Avellaneda, em sessão do Congresso Nacional, afirmou que:

El establecimiento del indio sometido es un problema de solución difícil, como lo muestran los territorios indios de los Estados Unidos con su éxito tan vario y sus gastos tan costosos. Nosotros hemos encontrado hasta hoy facilidades inesperadas (...) en la capacidad que el indio mismo ha revelado para adaptarse a las exigencias de una vida superior.<sup>538</sup>

Nesse caso, o exemplo dos Estados Unidos mostrava as dificuldades e o elevado custo para lidar com o “problema” da inserção dos índios, cujos resultados nem sempre correspondiam ao esperado, apesar da crença na capacidade de adaptação dos índios “argentinos” a uma “vida superior”, conforme exposta por Avellaneda. No trecho do manuscrito a seguir, que provavelmente foi redigido por Roca, os Estados Unidos aparecem novamente como um exemplo nas ações perpetradas contra os índios que diminuían de número nesse país e incitava a Argentina a fazer o mesmo, pois o

---

<sup>537</sup> PIZARRO (Senador). Cámara de Senadores, 31ª Sesión ordinaria. ANH, 26/08/1879.

<sup>538</sup> AVELLANEDA, Nicolás. 2ª reunión, Cámara de Senadores, Sesión de apertura. “Sobre Inmigración”. 5/5/1879, ANH.

desaparecimento dos índios era entendido como parte do movimento histórico do progresso. Essa “lei da história”, tal como descrita no manuscrito, apresentava a inevitabilidade da derrota do índio perante a “civilização”, dado um sistema natural de “evolução” das raças, em que a mais fraca sucumbia diante da mais forte:

El mismo miedo y terror al desierto ha existido en Norte América. Los romances de Cooper han pintado con rasgos imborrables lo que llamaba el oeste á fines del siglo pasado y a principios de este. (...) El número de salvajes en los E. Unidos alcanzaba á 200 mil. Este número se disminuye considerablemente (...). Y tal fin así tendrá que suceder **así lo quiere la ley del progreso y de la civilización que es la sola ley de la historia** (...) y los pieles rojas tendrán que desaparecer hasta el último porque no se han querido pelear á la ley del trabajo (...). Y por efecto de **una ley de la naturaleza que el indio sucumbe ante la invasión del hombre civilizado**. En la lucha por la extensión en el mismo medio, **la raza más débil tiene que sucumbir ante la mejor dotada.**<sup>539</sup>

Certamente o entendimento meta-histórico, que associava o inevitável desaparecimento das sociedades indígenas ao progresso inerente ao desenvolvimento histórico, estava implícito nos discursos sobre a capacidade de “civilizar” o índio. Como uma possibilidade de acelerar esse processo, que caso não fosse pelo desaparecimento físico, seria pela adequação aos hábitos da cultura “superior”.<sup>540</sup> Era possível civilizar o índio? Essa era a questão colocada no período. Para algumas vertentes científicas, como já analisadas, a civilização era possível para apenas algumas raças, o que irá associar tais vertentes de pensamento ao racismo, disseminado em vários locais no mundo e trajando de diferentes motivos durante o século XX.<sup>541</sup> Distribuição nas cidades, utilização de missionários religiosos para conversão e criação de reservas, estavam entre as possibilidades de resolução da chamada “questão de índios”, colocada de maneira mais incisiva a partir da conclusão da Campanha do Deserto em 1879 e durante a década de 1880.<sup>542</sup>

Analisando um contexto global de formação de identidades e definição de limites em forma de fronteiras, a definição de uma cultura nacional engendrou conflitos internos onde valores e práticas culturais eram impostos sobre grupos divergentes, sob o paradigma do pertencimento.<sup>543</sup> “Inimigos internos” foram criados para afirmar o grupo

---

<sup>539</sup> ROCA, “Nuestra policia sobre indios. Comparacion de los metodos de administracion”. AGN, JAR, leg. 1342, s/f, grifos nossos.

<sup>540</sup> MASSES, p. 78.

<sup>541</sup> STEPAN, p. 15 e 70.

<sup>542</sup> MASSES, p. 111.

<sup>543</sup> LAWRENCE, Davidson. *Cultural genocide*. New Jersey: Rutger University Press, 2012, p. 15.

hegemônico que se impunha sobre os demais e definir o estatuto de identidade de forma coletiva. Essa imposição de valores que condenava a existência simultânea de comunidades distintas foi apresentada por Davidson Lawrence como “genocídio cultural”. Este é definido como a dominação ou a conquista de grupos considerados inimigos, por meio da destruição de seus valores e práticas culturais.<sup>544</sup>

O autor aplica essa categoria para a situação de genocídio cultural perpetrada contra os índios norte-americanos, mas que, por analogia, podemos utilizá-la na análise da Campanha do Deserto argentina. Dentro dos discursos da elite intelectual argentina analisados, a construção do Estado Nacional esteve acompanhada de uma autodefinição de superioridade civilizacional por parte dessas elites em relação às sociedades previamente estabelecidas. Dessa forma, o desaparecimento dos índios pela expansão da civilização, retratados como “bárbaros” ou “selvagens”, era pensado como inevitável diante do próprio desenvolvimento meta-histórico, assentado na perspectiva do progresso. Roca e seus partidários adotaram esse discurso a fim de justificar as ações agressivas contra as sociedades indígenas, forçando sua assimilação pela “civilização” por meio das armas. Como exemplo, a lei número 947, que tornou disponíveis os recursos para a Campanha de 1879, colocava entre seus objetivos: “*dispone el establecimiento de la línea de fronteras sobre la margen izquierda de los ríos Negro y Neuquén, previo al sometimiento ó desalojo de los indios bárbaros de la Pampa, desde el río Quinto y el Diamante, hasta los dos ríos antes anunciados.*”<sup>545</sup>

O longo processo de conquista das sociedades indígenas do Pampa foi concluído na década de 1880 com a adoção de um discurso que colocava os índios como bárbaros incorrigíveis. Por outro lado, os herdeiros da sociedade espanhola eram assumidos como agentes da civilização, e, portanto, possuíam a legitimidade de conquistar os territórios indígenas e promover sua anexação definitiva ao mapa da Argentina.<sup>546</sup> No contexto das operações militares, a resistência indígena às ofensivas *criollas* justificaram inclusive a eliminação física, já que a reação à “marcha da civilização” concluída por Roca “esteve em função de como os índios escolheram reagir à ‘inevitabilidade do avanço da civilização’, e as opções eram na maioria das vezes as mesmas: extermínio físico ou genocídio cultural”,<sup>547</sup> ou, conforme a fala de Roca: “*saber se son aptas para el trabajo,*

---

<sup>544</sup> Id, p. 19.

<sup>545</sup> Cámara de Senadores, Ley número 947, 1/10/1878, ANH, grifo nosso.

<sup>546</sup> LAWRENCE, p. 31.

<sup>547</sup> Id, p. 43, tradução própria.

*o tiene que sucumbir*”.<sup>548</sup> A decisão ou não pelo extermínio estaria, portanto, ligado à capacidade de adaptação dessas sociedades a uma nova cultura que lhes fosse imposta.

A impossibilidade das elites argentinas aceitarem a diversidade cultural e a expansão econômica que valorizou a terra como mercadoria implicou destruição das culturas indígenas para a afirmação de outra considerada “superior”. Essas visões de mundo existiam em diferentes contextos, difundindo uma violência cujo objetivo era acabar com uma cultura para afirmar outra e, por isso, uma violência cultural.<sup>549</sup> Durante o século XIX, os discursos de superioridade cultural tomaram caminhos obscuros ao vincularem a escolha e a melhoria de uma população dentro de parâmetros científicos e eugênicos ao racismo.<sup>550</sup> A esperança na imigração para a melhoria das raças, como exposto por Alberdi desde a década de 1850, foi incentivada por sociedades científicas na Argentina no começo do século XX, que após a Campanha do Deserto, se uniu às ideias que corroboravam com a pretensa despovoação dos “desertos” do Pampa, o que havia deixado esses territórios livres para a povoação com imigrantes. O discurso da “derrota total” dos índios pelos exércitos *criollos* esteve entre as medidas adotadas pelo Estado para obter o definitivo controle sobre essas áreas e promover o definitivo fechamento de suas fronteiras internacionais.

O presidente Avellaneda anunciou no Congresso, pouco antes do término das operações de 1879 que: *“tenemos todavía campos para ofrecer a la actividad del inmigrante y la comisaria han recibido el encargo de conducirlo con preferencia a los territorios nacionales de la Patagonia y del Chaco.”*<sup>551</sup> Comentou ainda sobre o desenvolvimento de uma colônia em Carhué, antigo centro de povoamento dos índios de Calfulcurá, sobre os agentes de imigração que assessoravam imigrantes na Europa destinados à Argentina e sobre alguns contratos especiais de imigração, realizados com alguns países europeus, para buscar novas populações para os “desertos”:

En la extrema frontera que hasta hace poco dividía las poblaciones cristianas de las tribus salvajes, han creado también en estos últimos cuatro años, varios pueblos bajo la acción del gobierno nacional, y entre ellos, Carhué, que sorprende al viajero, cuando se le presenta inopinadamente en el desierto.<sup>552</sup>

---

<sup>548</sup> ROCA para ALSINA, AGN, FJAR, leg. 115, 19/6/1877.

<sup>549</sup> LAWRENCE, p. 120 a 126.

<sup>550</sup> STEPAN, p.73.

<sup>551</sup> AVELLANEDA, Cámara de Senadores, 16/5/1879, ANH.

<sup>552</sup> AVELLANEDA, ANH, Cámara de Senadores, op. cit.

Quer pela cultura quer pela economia, a Campanha do Deserto foi um fato histórico multifatorial. As razões geopolíticas que implicavam no controle territorial foram aguçadas após a vitória chilena na Guerra do Pacífico, quando as pretensões chilenas nas regiões mineradoras do norte resultaram no conflito com Peru e Bolívia, cujo resultado favorável ao Chile em 1881 aumentou o temor argentino sobre uma possível pretensão chilena na Patagônia. A vitória chilena levou a uma corrida de armamentos na Argentina a fim de se esperar um possível conflito com o país vizinho, além de procurar acelerar as operações militares no Pampa e na Patagônia, buscando um definitivo domínio sobre essas porções territoriais, além de poder fixar a fronteira com o país vizinho.<sup>553</sup> A possibilidade de expandir os locais de criação de animais para o sul, além da pretensão de combater os *malones* ao acabar com os habitantes originais do “deserto”, se somava ao discurso de “selvageria” indígena que legitimava seu desaparecimento em nome da “civilização” e do “progresso”.<sup>554</sup> Como resultado, a Campanha do Deserto, desfecho de Roca às ações militares no Pampa iniciadas desde Rosas e aceleradas por Avellaneda, que em outro contexto político atrelou a necessidade de finalizar o processo de construção do Estado nacional com a derrota dos índios, promoveu a desaparecimento da fronteira interna, abrindo caminho para a definitiva inserção da Patagônia à Argentina.

### 4.3 O destino dos índios

E, o que foi então feito dos índios? Essa pergunta foi realizada em sessão no Senado argentino em agosto de 1879, após o término da Campanha do Deserto. A resposta dada pelo senador Pizarro, em resposta à pergunta sobre o destino de quase treze mil índios que se entregaram ou se tornaram prisioneiros, foi:

¡Tribus enteras pueblan los ingenios de azúcar de aquella provincia [Tucumán]! Puede revisar en nuestro cuerpo de línea, cuántos indios salvajes, perturbadores del orden, en elementos de paz, fraternizando con el soldado de quien eran ayer el mayor enemigo, vistiendo (...) el uniforme de nuestro ejército. Puede preguntar a nuestras familias cuántos indios de chusma se encuentran en el hogar de cada una, confundidos con los demás miembros de ellas, y cuantos otros se

---

<sup>553</sup> BLACKMORE, Harold. Chile desde la Guerra del Pacífico hasta la depresión mundial 1880-1930. In: BETHEL, Leslie. *Historia de America Latina*. America del sur 1870-1930. V. 10. Barcelona: Editorial Crítica, 1991, p. 165. HOSIASSON, Laura Janaina. Nação e imaginação na guerra do Pacífico. São Paulo: Edusp, 2011, p. 24.

<sup>554</sup> MASSES, p. 51.



encuentran en diversos puntos, en Martín García y otros, y va a encontrar que el número es exacto.<sup>555</sup>

De acordo com o senador, a “questão de índios” estava resolvida pelo destino dado aos índios: seja como trabalhadores em engenhos de açúcar, como trabalhadores domésticos ou como prisioneiros em Martín Garcia. No entanto, o destino dos índios não teve solução “tão simples” e as políticas direcionadas aos índios (ou a falta delas) produziu um novo problema: a não inserção do índio, o que tem reflexos até a atualidade.

A Conquista do Deserto implicou na reprodução discursiva da “solução” dada ao problema dos índios no território incorporado à Argentina: o extermínio. A ideia de que os índios foram apagados da sociedade acompanhou as operações militares, juntamente com a função “positiva” para o desenvolvimento da nação, conforme os discursos políticos de Roca e seus aliados. De acordo com Monica Quijada, o discurso de negação da sobrevivência dos índios após a Campanha do Deserto, foi acompanhado de um programa de “invisibilização” dessas sociedades, implícito na modificação do status dos nativos que passaram de habitantes autônomos dos “desertos” para cidadãos argentinos.<sup>556</sup> A forma encontrada para torná-los invisíveis, foi a de ignorar sua heterogeneidade, passando a considerá-los como “argentinos” ou “cidadãos”. O conceito de cidadania nesse contexto, portanto, correspondia à referência aos habitantes do país que estavam incluídos na jurisdição do Estado e baixo as suas leis, mas que não necessariamente lhes garantia direitos políticos e sociais.

A transformação dos índios em cidadãos implicou na perda de sua autonomia e das possibilidades de livre organização social, pois a partir da conquista de seus territórios pelos *criollos*, os nativos foram agregados à tutela do Estado. A inserção no quadro dos cidadãos da Nação implicava o abandono de sua cultura para adequação à cultura que se pretendia chamar de argentina.<sup>557</sup> Dessa forma, a conquista do “deserto” resultava na homogeneização cultural, inserindo os índios dentro da composição social da nação, desde que abandonassem seus valores de origem e adotassem outros, dentro de uma transição de “bárbaros” para “civilizados”, considerada inevitável.

A imposição da cidadania para os índios do Pampa e da Patagônia implicou em um processo de invisibilidade dessas sociedades, que se confundiram com a cultura

---

<sup>555</sup> PIZARRO, Cámara de Senadores, 31ª Sesión ordinaria, ANH, 26/08/1879.

<sup>556</sup> QUIJADA, p. 150.

<sup>557</sup> Id, p. 151.

estabelecida como nacional.<sup>558</sup> Dentro desse argumento, a cada assentamento de um grupo de índios dentro da fronteira sob a configuração de “índios amigos”, ocorriam tendências de inclusão desses índios a um projeto de cidadania, que como parte de um longo processo de homogeneização, em que o protagonismo indígena existente durante o processo de formação do Estado nacional foi substituído pela aquisição de sua cidadania, deixando esses índios submissos à autoridade central. De acordo com Monica Quijada, essa etapa da construção nacional deve ser revisitada a fim de:

Ver este problema de una perspectiva que devuelva a los indios autónomos de la pampa el protagonismo que tuvieron en los procesos de construcción nacional y que se fue negado en la confirmación de una memoria histórica que se fue fabricando desde el momento que dicho protagonismo era evidente, cotidiano y necesario.<sup>559</sup>

A pretendida adequação dos índios aos parâmetros culturais vistos como “superiores” estavam contidos em uma visão de mundo compartilhada por outros contextos no final do século XIX, onde a associação de raça e cultura criava a ideia de que o contato de uma cultura ou uma raça estigmatizada como “inferior”, com outra supostamente como “superior”, resultaria no melhoramento da primeira.<sup>560</sup> Ao caracterizar os índios como “incivilizados” ou “selvagens”, em discurso acentuado às vésperas das operações militares, colocou-se a necessidade de impor a eles um padrão cultural da “civilização, para então lhes impor a condição de cidadãos e adequá-los aos padrões culturais e sociais aceitos como nacionais. Reduzia-se, dessa forma, a importância que essas sociedades tiveram no momento de formação do Estado Nacional, como expresso por Quijada, sobretudo, na construção da sociedade de fronteira, onde os valores indígenas também modificaram a sociedade *criolla* posteriormente estabelecida. Situações pacíficas de convívio, miscigenação e comércio, por exemplo, foram ocultadas pelos discursos oficiais que passaram a enfatizar a violência e a “selvageria” indígena, impondo o anonimato da categoria de cidadão às sociedades culturalmente e socialmente diversificadas.<sup>561</sup>

Pode-se afirmar que a autonomia indígena nos Pampas acabou com a Campanha ao Deserto de Roca. No entanto, essa campanha foi apenas a conclusão de uma série de

---

<sup>558</sup> Id, p. 153.

<sup>559</sup> Id, p. 154.

<sup>560</sup> Id, p. 162.

<sup>561</sup> Id, p. 178.

ações iniciadas desde a época de Rosas com os “negócios pacíficos”, e que foram mais duramente aplicadas por Avellaneda. Nesse sentido, reduzir a capacidade de autossustentação indígena e tornar muitos *cacicados* dependentes do sistema de rações levou os índios a uma situação de pobreza quando as rações diminuíram, na medida em que aumentou a capacidade do Estado em reagir aos *malones*. Dada à nova situação da sociedade argentina de finais da década de 1870, as relações com os índios “amigos” e “aliados” se modificaram, já que essa nova condição de maior organização a nível político e militar dos *criollos* diminuiu a dependência com os caciques, para definir a paz na fronteira, por exemplo. A importância dos caciques na manutenção da situação pacífica da fronteira, o que acarretava na segurança das fazendas de criação de animais que tinham grande relevância econômica, diminuiu quando a consolidação do Estado, do exército e de formas eficazes de coerção colocou a pacificação das fronteiras nas mãos dos militares, e não dos caciques.<sup>562</sup>

Com a conquista e ocupação dos territórios indígenas, a “questão de fronteiras” foi finalizada, mas permanecia a “questão de índios”, para utilizar os termos de Miguel Malarin em 1879. A incorporação dos territórios indígenas colocou como uma questão do Estado o destino dos índios submetidos após a realização dos “*malones* brancos”,<sup>563</sup> entre 1878 e 1879. Propostas distintas foram consideradas e colocadas em prática em maior e menor proporção, como a construção de colônias agrícolas indígenas, conforme discutida por Álvaro Barros e o sistema de distribuição dos índios em casas de família e em outras localidades para realização de trabalhos de baixa ou nenhuma remuneração.<sup>564</sup> Em documento remetido a Roca em 1876 com propostas para solucionar a “questão de índios”, Barros argumentou que ao atacar os centros de povoamento indígena e destruir seus núcleos de poder, os índios estariam submetidos às leis argentinas, o que levaria a: “(...) *desaparición total de ellos [índios] absorvidos por nuestra población y nuestro poder civilizador*”.<sup>565</sup> O desaparecimento, nesse caso, seria um “genocídio cultural”,<sup>566</sup> onde os índios perderiam sua cultura e por não terem outra opção, estariam sujeitos às normas sociais *criollas*.

---

<sup>562</sup> Id, p. 282.

<sup>563</sup> TARQUINI, Claudia Salomón. *Largas noches en la Pampa: itinerarios y resistencias de la población indígena* (1878-1976). Buenos Aires: Prometeo, 2010, p. 55.

<sup>564</sup> MASSES, p. 65.

<sup>565</sup> Álvaro BARROS, AGN, FJAR, 1231, leg. 3, 15/5/1876.

<sup>566</sup> LAWRENCE, p. 1 e 2.

Estabelecimentos rurais e famílias de cidades maiores como Córdoba e Buenos Aires passaram a receber os índios como forma de serem “absorvidos pela população argentina”, onde a integração à civilização era feita por meio da exploração da mão de obra indígena, submetendo-os a condições que levaram a muitos óbitos, além do inevitável abandono de sua cultura.<sup>567</sup> A Sociedade de Beneficência Argentina foi responsável por receber os índios do “deserto” e encaminhá-los para famílias portenhas, onde os índios realizavam trabalhos domésticos em troca da aclamada inserção na “civilização”, disfarçada por uma forma de escravidão velada. Em nome da “civilização”, as autoridades argentinas preocupadas em fazer desaparecer os habitantes do deserto, que agora se encontravam baixo sua autoridade, não se dedicaram a realizar uma política de longo prazo que solucionasse essa “questão”, mesmo que dentro dos paradigmas de “civilização” almejados para os índios. O que se registrou foi apenas a ausência de programas do governo para esse fim e a adoção de práticas que pretendiam “solucionar” essa nova função do Estado de forma rápida. Os prisioneiros de guerra foram alojados na ilha de Martin Garcia no rio da Prata, e a distribuição dos índios em famílias ou propriedades rurais contribuiu para a invisibilidade dessas sociedades, deixando de lado a antiga pretensão motivadora de transformá-los em “cidadãos civilizados”.<sup>568</sup>

O desaparecimento da fronteira interna com a Campanha do Deserto tornou os índios como “argentinos”, que deveriam ser integrados ao resto da população. O reconhecimento anterior como sociedades independentes cujo tratamento deveria dar-se a partir de tratados e relações diplomáticas, além da própria ideia de autonomia inerente ao conceito de uma “fronteira” interna, era modificado para uma relação uníssona de poder, que emanava a partir do Estado para todos os habitantes do território considerado sob sua jurisdição.<sup>569</sup> A transformação das sociedades pampeanas se daria pela inserção a essa nova realidade, que na teoria era normatizada pela condição de cidadãos argentinos que adquiriam os índios após 1879. Para Masses, a equalização dos índios como cidadãos assim como os demais habitantes da Argentina, resultou em uma não necessidade de criar políticas específicas de inclusão.<sup>570</sup> No entanto, argumentava-se que esses cidadãos diferenciavam-se dos outros pelo “grau de barbárie” em que se encontravam, já que alguns personagens como Lucio Mansilla, deputado na década de 1880, considerava que

---

<sup>567</sup> MASSES, p. 115.

<sup>568</sup> Id, p. 131

<sup>569</sup> Id, p. 212.

<sup>570</sup> Id, 213.

a utilização do termo “cidadãos” não deveria ser utilizada para os indígenas, pois se exigia um “nível de civilidade”.<sup>571</sup> Mansilla propunha a adoção de uma espécie de cidadania condicionada à aquisição de certos valores culturais, que limitassem a utilização desse conceito. A consolidação do Estado Nacional explica tal imposição de poder, já que os limites dessa imposição agora correspondiam aos limites fixados nas fronteiras internacionais.

Quando comparamos a Argentina da década de 1870 com o cenário instalado na década de 1880, percebemos que havia uma diferença entre as expectativas de futuro existentes nesses dois momentos. A década de 1870 foi marcada pela consolidação do Estado Nacional e esse fato pautou as ações políticas desse período para construir os elementos relacionados a esse projeto de nação, assim como, em fortalecer tudo aquilo que poderia fazer essa nação progredir. As expectativas de futuro, que eram as bases das ações desse período, se relacionavam com a construção de uma nação civilizada, definida pelo progresso material e cultural dessa sociedade. Nesse contexto, os grupos indígenas do sul não se encaixavam nesse projeto de futuro por consistirem um entrave à consolidação das fronteiras internacionais, além de serem incompatíveis com os ideais de modernização do período. As experiências de convivência e mestiçagem nos espaços de fronteira foram substituídas pelo discurso de confronto, que associavam aqueles personagens dos Pampas à barbárie. O fim das linhas de fronteira como resultado das campanhas militares de finais da década de 1870, colocaram um novo cenário: “sem índios”, mas também, sem o progresso e o otimismo esperados na década anterior. “Sem índios” entre aspas, pois apesar dos discursos oficiais de derrota das temidas tribos dos Pampas em 1879, muitos grupos continuavam sua resistência em cidades, áreas rurais e todas as novas acomodações que lhes foram impostas.

Nas décadas de 1860 e 1870, a imagem que a Argentina fazia de si no futuro era de uma população civilizada de imigrantes. No entanto, a realidade do país na década de 1880 era marcada pela não inserção dos indígenas e dos imigrantes e pela falta de planos de ação para integrá-los por políticas eficazes. Para os índios, a ausência de qualquer tipo de política que correspondesse com as expectativas civilizadoras da década anterior levou a um descaso possivelmente intencional, contribuindo para as mortalidades e invisibilização dessas sociedades – diferentes dos projetos e discursos de inserção à civilização que existiam antes. A opção por apenas colocá-los em contato com as

---

<sup>571</sup> Id, p. 215.

sociedades brancas em ambiente urbano ou rural mostra uma conexão com as ideias apresentadas por Malarin, em que uma das soluções descritas para a resolução da “questão de índios” foi o contato com a cultura considerada “superior”. No entanto, a “civilização” almejada não se instalou com a chegada dos imigrantes e a destruição das sociedades indígenas, contrariando as expectativas de futuro construídas dentro do projeto de nação na Argentina.

A “questão de índios” apontada por Malarin como o verdadeiro problema inerente a “questão de fronteiras”, colocava-se latente durante a década de 1880, em que a finalização da Conquista do Deserto trouxe para a “civilização” um impasse inerente ao próprio modelo de sociedade idealizado. Ideias de encerrar os índios em propriedades rurais onde pudessem trabalhar nas lavouras foram abandonadas pela concentração das propriedades de terras, reduzindo esse espaço de atuação quer para imigrantes, quer para indígenas.<sup>572</sup> A utopia da “missão civilizadora” esbarrou com a incapacidade do Estado em manejar as diferentes ideias sobre o destino a ser dado aos índios, o que resultou na miséria e no descaso das populações submetidas.<sup>573</sup>

O projeto de homogeneizar culturalmente a nação se daria pelo contato da sociedade submetida com a sociedade dominante, resultando na invisibilização dos cacicados indígenas. A homogeneização cultural foi almejada onde não se pensava a possibilidade de coexistência de diferentes culturas, ainda que o multiculturalismo tivesse sido uma realidade nos espaços de fronteira e nos centros urbanos argentinos. Nesse raciocínio, a consolidação do Estado Nacional foi o grande ponto de inflexão para o tratamento da situação dos índios, já que se passou a não admitir mais a possibilidade de convivência de outra nação soberana, com lógicas diferentes daquelas adotadas pelo Estado. A capacidade do Estado em impor sua ordem em toda extensão do seu território teve seu momento mais significativo na Campanha de Roca em 1879, mesmo que no plano discursivo, tenha deixando poucas alternativas às sociedades que resistiam e se adaptavam há séculos. A consolidação do Estado-nação passava pela negação da diversidade cultural inerente ao próprio território, em favor da homogeneidade cultural que definiria as bases de identidade dessa Nação.<sup>574</sup> Da diferença entre discursos políticos e realidade histórica, temos a mistura entre brancos e indígenas inerentes ao “espaço de fronteira”, em oposição ao projeto de civilização existente durante a formação do Estado.

---

<sup>572</sup> Id, p. 235.

<sup>573</sup> Id, p. 238.

<sup>574</sup> Id, p. 271.

La civilización terminará en el río Negro, porque esas praderas infinitas, que se extienden del otro lado no se han de poblar. Desde que principió la guerra ofensiva en esta parte del Sur, puesto que es el mismo ejército el que ha hecho toda esta operación que principió hace 4 años y terminó con la expedición a río Negro, ejecutada por el general Roca. La idea de despojar de bárbaros es de él, él la ha realizado.<sup>575</sup>

Contrário às possibilidades de povoação das áreas indígenas da Patagônia após a Conquista, devido à oposição política que realizava contra Roca no término de suas operações, Sarmiento colocava que a situação de desapropriação das terras indígenas ou das terras dos “bárbaros” em favor da “civilização”, foi executada por Roca, mas que a extensão dessa civilização estava limitada ao Pampa. Dentro dessa visão de oposição, a extensão territorial com a retirada dos “bárbaros” não garantia sua substituição pela “civilização”, uma vez que essa transição demandava possibilidades materiais concretas, como a existência de uma condição natural favorável ao desenvolvimento econômico. A substituição da civilização pela barbárie não ocorreria de forma automática e em decorrência de uma atividade militar.

El objeto de esto es poblar esos territorios sobre el río Negro, ya que se ha dado a la ley un doble carácter; remuneratorio y de colonización (y conferir al ejército un premio en tierra). No dice, pues, que sea precisamente para la agricultura: si no sirve para la agricultura, servirá para el pastoreo. Servirá también para que se desarrolle más la cría de ganado ovino, que comienza a decrecer por razón de que el ganado mayor ocupa hoy estos territorios inmediatos a nuestras poblaciones e impide el desarrollo. Así que es necesario desalojar estos terrenos y llevar ese ganado [ovino] al desierto.<sup>576</sup>

O “desenvolvimento pela povoação” dos “desertos” era o pretendido como desfecho, onde visava-se transformar os antigos “espaços de barbárie” em lugares de desenvolvimento material. A criação de ovelhas era a alternativa para ocupar os espaços que eram realmente “desérticos” ou áridos para pastagens bovinas ou para a agricultura, e, de fato, em poucas décadas a Patagônia tornou-se uma das principais áreas de criação de ovelhas desse país.<sup>577</sup>

---

<sup>575</sup> SARMIENTO, Cámara de Senadores, 31ª Sesión ordinaria, ANH, 26/08/1879. ANH, Congreso Nacional.

<sup>576</sup> Id. Senador Pizarro em resposta a Sarmiento.

<sup>577</sup> HORA, Roy. Historia Económica de la Argentina. En el siglo XIX. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2010, p. 184; BARSKY, Osvaldo e GELMAN, Jorge. *Historia del Agro Argentino*. Desde la conquista hasta fines del siglo XX. Buenos Aires: Mondadori, 2001, p. 218.

A legitimação da expansão territorial foi construída sobre a perspectiva da exclusão social, justificada pela derrota da “barbárie” pela “civilização”, colocando como uma “missão civilizadora” a apropriação das terras indígenas efetuadas pelos *criollos* e que, dentro de uma perspectiva econômica, transformaria essas áreas em produtoras de riqueza nacional.<sup>578</sup> O resultado final foi à progressiva invisibilização dos índios, que tiveram seu protagonismo apagado da história oficial argentina.<sup>579</sup> Conquistar o “deserto” trouxe a ideia de uma fronteira entre a “civilização” e o “deserto”, passível de intervenção, que seguiria da absorção de uma sociedade “inferior” por uma “superior”, conforme dito por Malarin.<sup>580</sup> Ao mesmo tempo em que o Estado Nacional colocava a solução para esses “desertos”, surgia o problema relacionado ao destino de seus habitantes e à consequente adoção de políticas indigenistas que não apenas a guerra.<sup>581</sup>

Resolver a “questão de índios” se relacionava a transformar a “barbárie” presente na Argentina em “civilização”, modificando assim o status dessa sociedade. Porém, o “ideal civilizador” e os discursos de transformar os índios presentes em décadas anteriores perderam a força com o passar do tempo, e o que se observou foi uma ausência de projetos integradores.<sup>582</sup> Segundo Diana Lenton e as conclusões de Masses, as diferentes terminologias utilizadas durante todo o período que corresponde ao final do século XIX e que continuaram no século XX, tais como “selvagens”, “bárbaros”, “aborígenes”, entre outras, demonstravam uma simplificação da questão e das especificidades desses grupos, genericamente representados por formas pejorativas. Reflete também a ausência de uma política definida sobre o papel do Estado dentro de um *indigenismo*, o que significa dizer, sobre políticas do Estado para com os índios e que fariam a transição dessas sociedades autônomas para a tutela do Estado, seguido do tratamento dos índios como “argentinos” e incorporados ao quadro de cidadãos.<sup>583</sup>

Dessa forma, conclui-se que as políticas estatais em relação aos índios na década de 1880 foram pautadas pela dualidade existente entre a possibilidade ou não de incorporação dos índios como cidadãos, com a adoção dos costumes da “civilização”. De acordo com Lenton, a sua incorporação ao quadro de cidadãos dependia da capacidade desses índios de se inserirem nos padrões de uma vida “civilizada”, e que o debate político

---

<sup>578</sup> MASSES, p. 273.

<sup>579</sup> Id, p. 279.

<sup>580</sup> MALARIN, Paris, 10/2/1879, AGN, FJAR, leg. 7.

<sup>581</sup> LENTON, Diana. Política indigenista argentina: uma construcción inconclusa. Revista *Anuario antropológico*, 2009 I, junho 2010. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, p. 4 e 5.

<sup>582</sup> Id, p. 14.

<sup>583</sup> Id, p. 25.



da década que sucedeu às operações no “deserto” estava dividido entre aqueles que defendiam a assimilação do índio, em oposição aqueles que questionavam sua capacidade de compartilhar o modo de vida civilizado, continuando o tratamento deles como “outros internos”.<sup>584</sup>

A pretensa invisibilização pela imposição da categoria genérica de “argentinos”, o que produziria uma cidadania capaz de dirimir as diferenças e torná-los invisíveis em termos culturais, era questionada por grupos que consideravam a não capacidade do indígena de se adequar a essa nova categoria, produzindo desigualdades de tratamento desses “argentinos” que não conseguiam se adaptar.<sup>585</sup> Lenton ressalta a definição dessa situação como uma espécie de “cidadania incompleta”, em que a relação de tutela e submissão existente nas primeiras políticas indigenistas no começo da década de 1880 consolidou a desigualdade dentro da pretensa definição de “cidadania indígena”.<sup>586</sup>

Podemos falar que o processo de “desaparecimento” dos índios do Pampa e da Patagônia, que perderam sua autonomia tornando-se prisioneiros e cativos das guerras realizadas entre 1876 a 1879 (continuando até 1885 com as operações na Patagônia), sofreram processos de destribalização, entendido por Diana Lenton como a eliminação da capacidade de organização indígena dentro do projeto “civilizador” e sua subalternização, por meio de diferentes ações que pretendiam desarticulá-los e incorporá-los à sociedade majoritária.<sup>587</sup> Cabe lembrar que essas ações contra os índios ocorridas em resultado da formação do Estado Nacional tiveram diversas origens e motivações. Entre elas, diversas teorias científicas, o conhecimento de ações semelhantes que aconteciam em outras áreas do globo e a própria crença no progresso resultaram em propostas e ideias distintas para a solução da “questão de índios”. Dessa forma, é necessário ressaltar que não houve uma única forma de pensamento ou uma única “solução”, mas sim, uma pluralidade de pensamentos distintos que provocaram diferentes repercussões para essas sociedades.

Cláudia Tarquini sistematizou quais foram as principais ações perpetradas contra as antigas comunidades autônomas do Pampa, para apagar a presença de sobreviventes e mostrar que as terras conquistadas, os “desertos”, estavam prontas para receber novos habitantes com condições de “civilizá-las”. Foram elas: a desvalorização sistemática da

---

<sup>584</sup> Id, p. 26.

<sup>585</sup> Id, p. 27.

<sup>586</sup> Id, p. 14.

<sup>587</sup> TARQUINI, p. 27.

cultura do vencido, na mesma proporção em que se valorizava a cultura do imigrante europeu, justificando uma espécie de “superioridade” cultural daqueles que seriam os novos povoadores dos “desertos”; a adoção de um discurso que enfatizou o número de baixas nos confrontos bélicos, de modo a abafar as mortes posteriores devido às condições em que os prisioneiros foram submetidos; a invisibilização dos sobreviventes por medidas como a omissão de seus nomes indígenas, batizando-os e registrando-os genericamente como “nativos argentinos”; a destruição das redes sociais existentes pela separação das famílias indígenas, pelo envio de crianças e mulheres para o trabalho doméstico nas cidades, pelo envio de índios para trabalhar em plantações de cana, algodão e erva mate. Também eram realizados recrutamentos de índios como membros da polícia, do exército e da marinha, além dos prisioneiros que eram destinados a ilha de Martin Garcia, próxima a Buenos Aires.<sup>588</sup> Todas as formas de “políticas indigenistas” foram condizentes com a imagem do “deserto” como uma *terra nullius*, em que as campanhas militares deixaram abertas as possibilidades de ocupação com novos habitantes que trariam consigo a “civilização”.<sup>589</sup>

No momento que se seguiu a Campanha do Deserto, haviam duas possibilidades de destino para os vencidos: os que resistiram ou combateram as tropas do governo foram levados como prisioneiros, e aqueles que se entregaram pacificamente foram destinados a locais designados no Pampa. Os índios que tivessem se entregado às forças militares pacificamente, possuíam direitos às terras conforme a lei número 215, que ditava o novo posicionamento da fronteira interna no rio Negro, de 1867; e a chamada “lei Avellaneda”, que previa reduções de índios<sup>590</sup> que poderiam ser mediadas por missionários religiosos, como forma de permitir uma gradual inserção à civilização.<sup>591</sup>

Ao estarem incluídos como um “problema” do Estado, e não mais como inimigos ou aliados deste, colocavam-se distintas formas de “destribalizar” esses índios e forçar sua participação dentro da economia do país como mão de obra. No entanto, os caminhos para promover esse pertencimento, o que implicava no abandono da identidade aborígene,

---

<sup>588</sup> Id, p. 52 a 53.

<sup>589</sup> Id, p. 33.

<sup>590</sup> É interessante ressaltar que o mesmo termo “reducciones” era utilizado durante o período colonial pela Coroa hispânica, no tocante à submissão das etnias indígenas. CASTILLO, Javier Matienzo. La Encomienda y las reducciones jesuitas de América Meridional. *Temas Americanistas*. Jul. - Dez, n. 21, 2008, p. 69. Disponível em: <https://institucional.us.es/tamericanistas/uploads/revista/21/5.MATIENZO.pdf> Acesso: 20/05/2018.

<sup>591</sup> DEL RIO, Walter. Confinamiento, deportación y bautismos: misiones salesianas y grupos originarios en la costa del Río Negro (1883-1890), *Cuadernos de Antropología Social*, N' 13, UBA, Buenos Aires, 2001, p. 134.

funcionavam de formas diferentes para o governo e para os missionários religiosos que foram incluídos na tarefa. A incorporação do “outro indígena” pelo caminho religioso implicava conversão à fé católica como um incentivo ao abandono de suas tradições, para a incorporação da cultura da “civilização”. Entendia-se que a inevitabilidade da aquisição da “cultura civilizada” se relacionava ao paradigma da evolução das raças, pautado pelos discursos científicos do período. Ou seja: considerava-se que o abandono dos hábitos sociais indígenas para a incorporação à “civilização” seria inevitável dada a crença em um padrão “evolutivo” das sociedades e, portanto, acreditava-se que impor uma educação religiosa seria uma forma de acelerar esse processo de ingresso na “civilização”.<sup>592</sup>

Incorporar o índio, pela religião ou pelo trabalho, trazia em ambos os casos uma dualidade presente nas discussões sobre o alcance da cidadania indígena. Se, por um lado, o “índio argentino” seria incorporado como cidadão, à barbárie existente em sua condição de índio não o abandonaria com o novo status de submissão a ordem Estatal. Essa condição impunha a subordinação a esses agentes mediadores, igreja ou Estado, que não permitiam que os indígenas se tornassem cidadãos plenos como os demais, dualidade que acompanhou as discussões e as ações sobre incorporação, no momento em que a extensão territorial do Estado-nação implicou a jurisdição desses novos “cidadãos”, que seguiam como “outros internos”.<sup>593</sup>

De forma análoga às missões evangelizadoras durante os primeiros séculos da colonização espanhola nas Américas, os missionários religiosos atuaram na Patagônia com o objetivo de converter os índios à fé católica e colocá-los em contato com a vida “civilizada”. O projeto dos Salesianos na Patagônia foi incentivado pelos “sonhos” de seu fundador Dom Bosco na década de 1880 e considerada a maior empreitada desse grupo religioso.<sup>594</sup> A partir de uma imagem eurocêntrica do indígena, a religião católica era pensada como um alicerce à educação indígena que pretendiam sua conversão não apenas ao catolicismo, mas à “civilização”. A religião seria uma forma de introduzir novos hábitos sociais e culturais, dentro de um entendimento de que a cultura poderia ser

---

<sup>592</sup> Id, p. 135.

<sup>593</sup> DEL RIO, Walter Mario. *Memorias de expropiación (872-1943)*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2005, p. 137.

<sup>594</sup> NICOLETTI, María Andrea. *Indígenas y misioneros en la Patagonia*. Huellas de los salesianos en la cultura y la religiosidad de los pueblos originarios. Buenos Aires: Ediciones continente, 2008, p. 42; Cf. DOMENICO, Agasso. *Dom Bosco, una história para todos os tempos*. Brasília: EDB, 2015; BLENGINO, Vanni. *La zanja de la Patagonia*. Los nuevos conquistadores: militares, científicos, sacerdotes y escritores. Buenos Aires: FCE, 2005, p. 128.

“aprendida”, dentro de uma perspectiva de progresso, que confirmava a inevitabilidade do desaparecimento indígena.<sup>595</sup>

Frente às campanhas militares, os salesianos adotaram uma postura paternalista e protecionista em relação aos indígenas, em que acreditava-se que a educação e a agricultura seriam os pilares para a conversão à fé católica e a posterior modificação cultural desses nativos, transformando-os em cidadãos dentro do projeto de homogeneização do Estado argentino. Nesse sentido, os Salesianos tiveram apoio do presidente Avellaneda que considerava as missões religiosas na Patagônia em consonância com os projetos estatais e que, na época, também contavam com o apoio dos papas Gregório XVI e Pio IX.<sup>596</sup> No entanto, esse apoio do governo diminuiu ao longo da década de 1880, onde a busca pelo “progresso” e pela “civilização” eram cada vez mais dissociados de valores religiosos, reduzindo o apoio do governo a essas missões. Muitas delas foram localizadas em áreas de escasso conhecimento pelo governo argentino e à transformação do “índio infiel” tomou por vezes caminhos opostos como a resistência e o fortalecimento da cultura do nativo ao longo do século XX ou extinção de alguns grupos da Terra do Fogo por doenças ou por conflitos ocasionados pelo contato.<sup>597</sup>

A aproximação com os índios era feita no idioma dos nativos e aos poucos eram ensinados valores relacionados à religião e à cultura dos missionários, funcionando como uma forma de mediar a entrada dos índios na sociedade argentina. Em termos gerais, acreditava-se que os índios catequizados abandonariam a “barbárie” pela religião católica, baseado no entendimento do índio como um “outro”, reconhecido não apenas como diferente, mas como inferior, em que sua conceituação como “bárbaro” serviria para catalogar essa inferioridade.<sup>598</sup> Ceferino Namuncurá (1886-1905), filho de Manuel Namuncurá foi um exemplo de índio convertido pelos missionários salesianos e que se transformou em um “conversor” de outros índios junto com os Salesianos.<sup>599</sup>

Para os Salesianos, a adoção da fé católica era um primeiro passo para a inclusão à civilização, em que os “infieis” teriam acesso à “salvação”, abandonando os antigos costumes herdados e iniciando o processo de adoção de uma “cultura” – já que apenas os padrões de vida da “civilização” eram considerados cultura, dentro de uma visão de mundo eurocêntrica. Por fim, ocorreria a inserção desses índios na sociedade, já que esse

---

<sup>595</sup> NICOLETTI, p. 57.

<sup>596</sup> Id, p. 63.

<sup>597</sup> Id, p. 191.

<sup>598</sup> Id, p. 71.

<sup>599</sup> Id.

esquema Salesiano via a religião como uma porta de entrada para o processo “civilizador” efetivo.<sup>600</sup> De forma oposta, o Estado adotava primeiro a categoria de “argentino”, a exemplo das situações de disputas limítrofes ocorridas nas campanhas militares na Patagônia na década de 1880, o que legitimava a incorporação desses indivíduos, mas juntamente com a dualidade que fazia com que os indígenas permanecessem como “outros internos”, apesar de serem “argentinos”.<sup>601</sup>

Para o governo *criollo*, os índios pampeanos e patagônicos eram “argentinos” por habitarem um espaço contido na jurisdição desse país. No entanto, por resistirem à pressão *criolla*, essas sociedades precisaram ser “conquistadas” e sua inclusão ao corpo social argentino foi realizada pela força. A apropriação territorial das áreas indígenas pelo Estado acarretou na consideração desses habitantes como “argentinos”, muito embora a associação entre raça e cultura impedisse que os índios passassem por uma inclusão completa que implicaria na igualdade jurídica e social, incluindo o direito de permanecerem com suas próprias tradições.<sup>602</sup>

O território Nacional de “La Pampa” foi criado na década de 1880 após as campanhas militares. Alguns grupos indígenas foram reorganizados nessas áreas como parte das medidas do Estado para resolver a “questão de índios”, reconfigurando sua ocupação no território, bem como a própria função social desses indivíduos. As localidades de Victoria, La Blanca e General Ancha foram os principais destinos dos índios, enviados para compor colônias agrícolas durante as décadas que seguiram a conquista do Pampa.<sup>603</sup>

Chamadas de reduções de índios e sendo esse sistema análogo às “reservas” norte-americanas, registrou-se que as condições impostas aos índios ocasionaram no óbito dessas populações, mantidas em locais delimitados para populações anteriormente nômades e que obtinham sua subsistência no árido Pampa a partir da mobilidade e do comércio, como podemos verificar no trecho a seguir, escrito por um missionário franciscano em 1883: *“las familias de indios situados en Victoria (...) al llegar a aquella guarnición observa que los indios parecían cadáveres. Los chicos de estos morían*

---

<sup>600</sup> Id, p. 73.

<sup>601</sup> DEL RIO (2005), p. 138.

<sup>602</sup> ALVAREZ, Luciana. La cuestión indígena en Argentina: de la efectividad a los contextos de producción. *Perf. latinoam.* vol.17 no.34 México jul./dic. 2009, p. 90.

<sup>603</sup> TARQUINI, p. 60.

*atacados por una doble enfermedad: el sarampión y la disentería motivados por el hambre.*”<sup>604</sup>

General Ancha, ao sul do território nacional de La Pampa, foi o principal destino dos índios, incluindo aqueles que se mudaram para a região depois de cumpridos os serviços militares em busca da subsistência assegurada pelo trabalho nas colônias agrícolas.<sup>605</sup> Apesar da dificuldade em comprovar a quantidade de indígenas que habitavam a região durante o início da década de 1890, fontes salesianas estimam cerca de mil índios e dados censitários de 1895 registram aproximadamente dois mil índios incluindo seus descendentes.<sup>606</sup> Muitas dessas localidades de destinos estiveram relacionadas à condição prévia de “índios amigos” e às promessas de terras após a incorporação do território pelo Estado Nacional. As colônias agrícolas como “Emilio Mitre” e “Los Puelches” tiveram essa função de atender aos “índios amigos” e sua área foi loteada em espaços menores e destinados a diferentes grupos de índios. Os povoadores de “Los Puelches”, por exemplo, eram grupos de “índios amigos” que habitavam a região da fronteira mais próxima a Buenos Aires, desde décadas anteriores as últimas campanhas militares. As terras eram concedidas obrigatoriamente para a agricultura e a criação de animais, porém, a forma como essas porções de terra foram delimitadas nem sempre levaram em consideração o relevo e as dificuldades de plantio e pasto inerentes a certas localidades áridas do Pampa, ocasionando na pobreza e na escassez de recursos para os índios.<sup>607</sup>

A recolocação dos nativos em áreas improdutivas do Pampa e de forma marginal na sociedade, foi possivelmente uma das “soluções” encontradas, quer pela falta de preocupação com essas populações, quer por se tratarem de locais fora do interesse de investidores e estancieiros. No entanto, essa condição marginal foi também uma forma que algumas sociedades encontraram de manter suas tradições e restabelecerem suas redes sociais, uma vez que eram espaços que tiveram pouca penetração do Estado durante as décadas que sucederam.<sup>608</sup>

Pode-se inferir que a Campanha do Deserto e suas motivações e repercussões para as sociedades indígenas do Pampa tiveram origens multifatoriais, a partir de processos e escolhas diferentes durante as décadas que se seguiram a independência e,

---

<sup>604</sup> Frei Quirico Porreca, Apud Id, p. 61.

<sup>605</sup> Id, p. 66.

<sup>606</sup> Id, p. 68.

<sup>607</sup> Id, p. 72 e 73.

<sup>608</sup> Id, p. 77.

principalmente, após a queda de Rosas que deu início ao processo de organização do país. A pressão dos estancieros por terras para aumentar a criação de gado para a exportação, a necessidade de segurança nessas estâncias e povoados próximos a “fronteira”, foram razões econômicas que se vincularam a fatores geopolíticos e culturais, ambos associados ao processo de construção do Estado Nacional. Os fatores geopolíticos se relacionaram a definição das fronteiras internacionais, bem como, em garantir a jurisdição da Patagônia frente às pretensões chilenas. E, os fatores culturais, como a intenção de moldar um Estado com características europeias, “apagando” a diversidade cultural das sociedades nativas. Também não mais se admitia a existência de uma forma de poder paralela ao Estado e que, antes da capacidade *criolla* de derrotá-los, os caciques eram tratados como representantes “diplomáticos” e mediadores das relações de fronteira, utilizando termos destinados a “nações” para fazer referência aos índios, atestando o reconhecimento de sua soberania.

A relação entre cultura e raça foi um dos argumentos que legitimou a relação de vazio construída sobre a imagem desses espaços e com ela a necessidade de ocupar esses “desertos” com fatores de “civilização”, quando o entendimento político do período dizia que “governar era povoar”. No entanto, aponta-se para o cuidado em não relacionar o resultado de distintas experiências indígenas e *criollas* ocorridas ao longo do século XIX, com uma reação da “geração de 80”, que necessitava desse discurso para atuar como um mito de fundação, sobretudo na edificação da identidade do país. Da mesma forma, essas ações não foram o resultado simples de um projeto “genocida” elaborado desde 1850 e finalizado na década de 1880. É mais provável que tenha se tratado de uma política “etnocida” que eliminou a soberania indígena, assim como sua existência social.<sup>609</sup> Apesar da Campanha do Deserto ter servido como um mito de fundação, utilizada posteriormente pelos quadros de história oficial do país, essa campanha foi resultado das experiências e das expectativas de seus contemporâneos, que utilizaram os instrumentos e as opções conceituais que estavam disponíveis para expressarem suas razões.<sup>610</sup>

Por outro lado, Diana Lenton colocou as ações no deserto e o desfecho de Roca a partir de 1878, como uma ação genocida, entendendo genocídio a partir do documento da ONU “Convenção para a prevenção e sanção do delito de Genocídio” de 1948, que definiu genocídio como: “qualquer ato (...) perpetrado com a intenção de destruir total ou

---

<sup>609</sup> BECHIS, A. Martha. *Piezas de Etnohistoria y de antropología histórica*. Buenos Aires: Sociedad de antropología argentina, 2010, p. 243.

<sup>610</sup> Id., p. 247.

parcialmente um grupo nacional, étnico, racial ou religioso como tal: matanças de membros de grupos; lesão grave a integridade física ou mental dos membros do grupo (...).<sup>611</sup> Utilizando essa definição, a antropóloga julgou que a política indigenista argentina em execução desde o século XIX, teve intenções “genocidas”, já que os itens mencionados na definição da ONU podem ser encontrados nas análises das situações perante os indígenas nesse país.<sup>612</sup> Por outro lado, Davidson Lawrence trata por “genocídio cultural” as ações sistemáticas dirigidas contra os indígenas norte-americanos, que promoveram a destruição de sua cultura e práticas sociais pela conquista e dominação, e que por analogia podem ser pensadas para o contexto argentino.<sup>613</sup>

Mais importante do que classificar a Campanha do Deserto e suas consequências, está a importância de compreender as razões dessas opções que não previam a coexistência de culturas e de formas de organização sociais totalmente distintas, para entender a realidade de miséria e subalternidade em que as sociedades indígenas se encontram no presente. A tentativa de retirar a “condição de índio” desses novos integrantes do Estado no momento após a conquista, colocando-os como índios “argentinos” é ambígua quanto ao modo de inserção social imposta às sociedades indígenas. Ambiguidade que afluía na consideração dos índios como cidadãos que, na tese de Quijada, foi fator para a invisibilização indígena em longo prazo. A caracterização como cidadão implicava necessariamente no abandono da condição de índio, uma vez que esses eram considerados incompatíveis à identificação nacional construída pelo Estado.<sup>614</sup>

A transformação em cidadãos trazia consigo a perda da identidade indígena e a adoção de uma identidade imposta, homogênea ao quadro de cidadãos da Nação e onde a igualdade seria traduzida por “invisível”. Os índios continuavam sob a condição de “bárbaros”, por mais que fizessem parte da categoria genérica de cidadãos. Como “bárbaros”, não poderiam compartilhar os mesmos deveres e direitos que os demais

---

<sup>611</sup> Apud LENTON, p. 11.

<sup>612</sup> DEL RIO, Walter e LENTON, Diana. ¿Qué, para quiénes u según quiénes? Reparaciones, restituciones y negaciones del genocidio en la política indígena del estado argentino” *III Jornadas de Historia de la Patagonia*. Universidad Nacional del Comahue: Bariloche, 2009, p. 9; LENTON, Diana. Apuntes en torno de los desafíos que derivan del concepto de genocidio en la Historia de las relaciones entre el Estado Argentino y los pueblos originarios. In: LANATA, José Luis. (comp.) *Prácticas genocidas y violencia estatal*, en Perspectiva transdisciplinar. San Carlos de Bariloche: CLACSO, 2014, p. 33.

<sup>613</sup> LAWRENCE, p. 19.

<sup>614</sup> RAMOS, Alcida Rita. Os direitos dos índios no Brasil. Na encruzilhada da Cidadania. Seminário Nacional: “A Proteção dos Direitos Humanos nos Planos Nacional e Internacional: Perspectivas Brasileiras”. Instituto Interamericano de Direitos Humanos/Fundação Friedrich Naumann/Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Brasília, 15-17 e julho de 1991, p. 4.



habitantes do território estatal, participando apenas de forma incompleta da sociedade que lhe foi imposta. O Estado, então, passou a ser um tutor e a falta do empenho dos governos argentinos em criar políticas inclusivas produziu um descaso que contribuiu para torná-los “invisíveis”. A Conquista do Deserto não foi apenas territorial. Pensando no “deserto” não como o espaço “vazio” do Pampa e da Patagônia, mas onde habitavam as sociedades indígenas com suas dinâmicas internas próprias, a sua conquista territorial implicou na conquista de seus habitantes. Sua “conversão” para a sociedade dita civilizada, seja por vias religiosas ou políticas, implicava no abandono de seus costumes, ou quando não era possível, utilizava-se a caracterização genérica de “índios argentinos”, o que correspondia a uma forma de cidadania incompleta.<sup>615</sup>

A territorialização dos espaços pampeanos-patagônicos, ou seja, a inclusão dessas áreas como território nacional, trouxe o dilema da cidadania indígena, que por um lado justificava a posse do território, mas por outro, colocava o problema da incerteza jurídica relativa aos direitos e a participação política desses habitantes, que nas décadas que seguiram a Campanha, foram apenas traduzidas por indiferença. A imposição *criolla* obrigou os índios a ressignificarem as formas de expressar sua identidade ao terem sua existência sociocultural confrontada.<sup>616</sup> A implicação da cidadania também deve ser vista a partir das opções desses atores sociais indígenas que, em outro contexto, buscaram preservar ou reconfigurar suas identidades, apesar da identidade “argentina” que foram obrigados a assumir. A imposição do projeto político que visava à homogeneidade cultural como única possibilidade para o Estado-nacional trouxe consigo medidas excludentes quando impunha categorias genéricas a seus “novos” integrantes índios, ao mesmo tempo em que seguiam reproduzindo discursos de hierarquização de “civilização” e de “barbárie”.

#### **4.4 A conquista militar da Patagônia**

O diplomata brasileiro Araújo Gondin escreveu a seguinte correspondência em fevereiro de 1881:

---

<sup>615</sup> GUERRERO, Andrés. Poblaciones indígenas, ciudadanía y representación. *Nueva Sociedad*, n. 150, julho, 1997, p. 4-7. Disponível em: [http://nuso.org/media/articles/downloads/2614\\_1.pdf](http://nuso.org/media/articles/downloads/2614_1.pdf) Acesso: 26/10/2017.

<sup>616</sup> OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: João Pacheco de Oliveira (org.) *A viagem da volta. Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999, p. 55 - 57.

Disse eu a essa secretaria de Estado que a famosa expedição do general Roca até o sul do rio Negro e do Neuquen no anno de 1879 haveria dispersado as tribus selvagens que erão o terror dos criadores argentinos estabelecidos nas regiões mais apartadas da Província de Buenos Aires. (...) O que acaba de passar-se no forte levantado no segundo dos referidos rios, para proteger a nova fronteira, **prova que a tão decantada conquista das setenta mil leguas aos selvagens não está tão assegurada como acreditavão os argentinos**, sempre faceis de admittir logo como uma realidade o que muitas vezes não passa de uma simples aspiração sua.<sup>617</sup>

Esse trecho revela as contradições existentes nos discursos de engrandecimento da Campanha de 1879 e suas intenções de elevar a figura de Roca ao associá-lo com a “conquista de 15 mil léguas” e a defesa definitiva da fronteira. Muito embora, o próprio Roca em seu discurso já citado “paz e administração”, apontou para a necessidade de continuar as operações iniciadas na década de 1870: “*hasta completar el sometimiento de los indios de Patagonia y del Chaco, para dejar borradas para el siempre las fronteras militares.*”<sup>618</sup> A existência de uma “fronteira interna” ainda mostrava que a situação não havia sido concluída, pois ainda existiam espaços habitados por índios fora da jurisdição do Estado, mesmo que esses espaços fossem considerados como territórios de soberania estatal. No entanto, apesar de se reconhecer a necessidade de novas operações militares, foi considerado em 1879 que a derrota de caciques como Pincén, Namuncurá, Mariano Rosas, entre outros, havia estabilizado a situação de segurança na fronteira, fato questionado pela correspondência diplomática brasileira. A notícia certamente não foi bem recebida, já que também demonstrava a necessidade de uma força militar mais eficaz do que a existente na fronteira:

O telegrama official confirma a notícia, conhecida nesta capital ha já alguns dias mas sobre a qual a imprensa guardava silencio, de ter assaltado aquelle forte pelos índios, que matarão a pequena guarnição ali deixada. Teme-se que igual sorte tenha tido outro forte mais importante nas mesmas paragens.<sup>619</sup>

De maneira distinta às operações realizadas entre 1876 e 1879, as campanhas realizadas na Patagônia de 1880 a 1885 tinham uma clara intenção geopolítica de ratificar

---

<sup>617</sup> Barão de Araújo GONDIN, para o ministro conselheiro D. Diogo Velho C. d’ALBUQUERQUE. AHI, Buenos Aires, 06/01/1878, AHI, Ofícios, 20/2/1881, grifo nosso.

<sup>618</sup> Apud PRIVITELLIO, p. 72.

<sup>619</sup> GONDIN, 20/2/1881.

a presença argentina nesses espaços ainda pouco explorados, acabando com as fronteiras internas e fixando os limites internacionais. Nas palavras de Roca: “*Los indios que quedaban al otro lado del Neuquen que deben tratar también de someterse, se pena de peligro que pueden presentarse en el porvenir.*”<sup>620</sup>

Perseguir os índios aliados que habitavam a região de Neuquén, como os *manzaneros* do cacique Valentín Saygüequé, juntamente com os grupos que fugiram das operações militares no Pampa, serviria tanto para impedir novos *malones* e alianças indígenas, quanto para afirmar o pertencimento da Patagônia à Argentina, dado o litígio por esse espaço existente com o Chile, que também tinha alegações que pleiteavam a inclusão da região em seu território. Acabar com as “fronteiras internas” (que em 1880 era esse rio e os afluentes Limay e Neuquen) e incorporar todo o espaço da Patagônia no território do país seriam, portanto, os principais objetivos dessa nova etapa de expedições militares. As tropas argentinas adentravam as terras da Patagônia guiadas por antigos relatos de viajantes como alguns manuscritos escritos na época de Rosas: “*la parte más difícil, no por encontrar a su tránsito tribus guerreras con quienes combatir sino que iban a recorrer caminos, por los que realmente se llama Patagonia y cuyos misterios estaban aún sepultados en lo hondo de sus quebradas.*”<sup>621</sup> A Patagônia era um cenário mais desconhecido para os militares do que o Pampa. As *rastrilladas*, ou os caminhos deixados pelos índios eram, muitas vezes, a única forma encontrada de alcançar as *tolderías*.<sup>622</sup> Terminadas as operações de 1879, a primeira divisão fixou um forte na confluência dos rios Limay e Neuquén, enquanto a quarta divisão manteve-se na atual região de Chos Malal.<sup>623</sup>

No primeiro momento das operações, as atividades dos *expedicionarios* foram concentradas no norte patagônico, a fim de conter os *malones* contra os fortes ou aos pequenos vilarejos que se formavam. Dos embates ocorridos na ocasião do enfrentamento, muitos índios foram mortos, sendo que os índios de *chusma* e os de *lanza* derrotados, foram feitos prisioneiros. As recém fundadas povoações de General Roca e

---

<sup>620</sup> Memoria de Guerra, AGN, FJAR, leg. 1436, 1879.

<sup>621</sup> Diário de campanha escrito pelo coronel Villegas. Proximidades da margem sul do rio Negro, na altura de Choele Choel, março de 1881. Apud. In: RAONE, Mario Juan. *Fortines del Desierto: Mojones de civilización*. Buenos Aires: Lito, 1969, p. 347.

<sup>622</sup> Id, p. 316.

<sup>623</sup> Ver mapa na página 45; Carta de Roca a Eduardo Racedo. Forte primeira divisão, 11 de junho de 1879. OLASCOAGA, Manuel J. *Estudio Topográfico de la Pampa e Rio Negro*. (1880). Tomo I. Buenos Aires: Comisión Nacional Monumento al Teniente General Roca, 1940, p. 266.

Avellaneda, nas margens do Negro, foram *maloneadas* no mês de abril, terminando com ataque as *tolderías* e a fuga do restante dos combatentes indígenas para o Chile.<sup>624</sup>

Os índios selvagens da Pampa que, como disse, poderão ter sido afugentados para além dos rios Negro e Neuquen, quando o general Roca realizou a sua famosa expedição contra elles, ha dois annos, mas que havião sequer soffrido grande perda de guerreiros pertencentes as poucas tribus alcançadas pelas tropas expedicionarias; esses terríveis inimigos das estancias afastadas do centro de populações que confinão com o deserto acabão de dar um solemne e desastroso desmentido á segurança proclamada pelo governo da República. (...) Em número considerável atacam um dos fortins da nova linha de defesa, que destruirão, e audazmente invadirão a zona que se considerava perfeitamente garantida contra as suas incursões.<sup>625</sup>

Ainda foi comentado que os ataques aos fortes e as populações já estabelecidas nas margens do rio Negro foram realizados por um número considerável de índios e que, apesar do silêncio dos periódicos, aumentou-se o receio em promover novos investimentos com a compra de terrenos na região. Foram apontadas falhas na defesa da nova fronteira, provavelmente ignoradas pela imprensa favorável a Roca, mas que podem ser explicadas pelo desconhecimento dessas novas paisagens pelas tropas argentinas. Na continuação do relato sobre as invasões no rio Negro:

Atacam um dos fortins da nova linha de defesa, que destruirão, e audazmente invadirão a zona que se considerava perfeitamente garantida contra suas incursões; matarão famílias inteiras de colonos (...) e levarão em sua retirada um grande numero de botim sem que, segundo parece pudessem ter sido efficazmente perseguidos pelas tropas enviadas a toda pressa contra eles.<sup>626</sup>

A aclamada “segurança” da fronteira foi questionada com esses ataques aos fortes e as colônias próximas à “fronteira interna”. As primeiras incursões militares foram organizadas e comandadas pelo coronel Villegas, assim que as tropas regressaram de Buenos Aires após os conflitos de Roca com Carlos Tejedor. A “*Campaña Nahuel Huapi*” em 1881 realizou incursões contra os índios habitantes do chamado “triângulo”, compreendendo a área entre o forte 1ª Divisão (na confluência do rio Neuquén com o Negro) e os rios Limay, Neuquén com a cordilheira dos Andes.<sup>627</sup> A região localizada na margem sul do rio Negro e na altura de Choele Choele na direção oeste e a região próxima

---

<sup>624</sup> Id, p. 324.

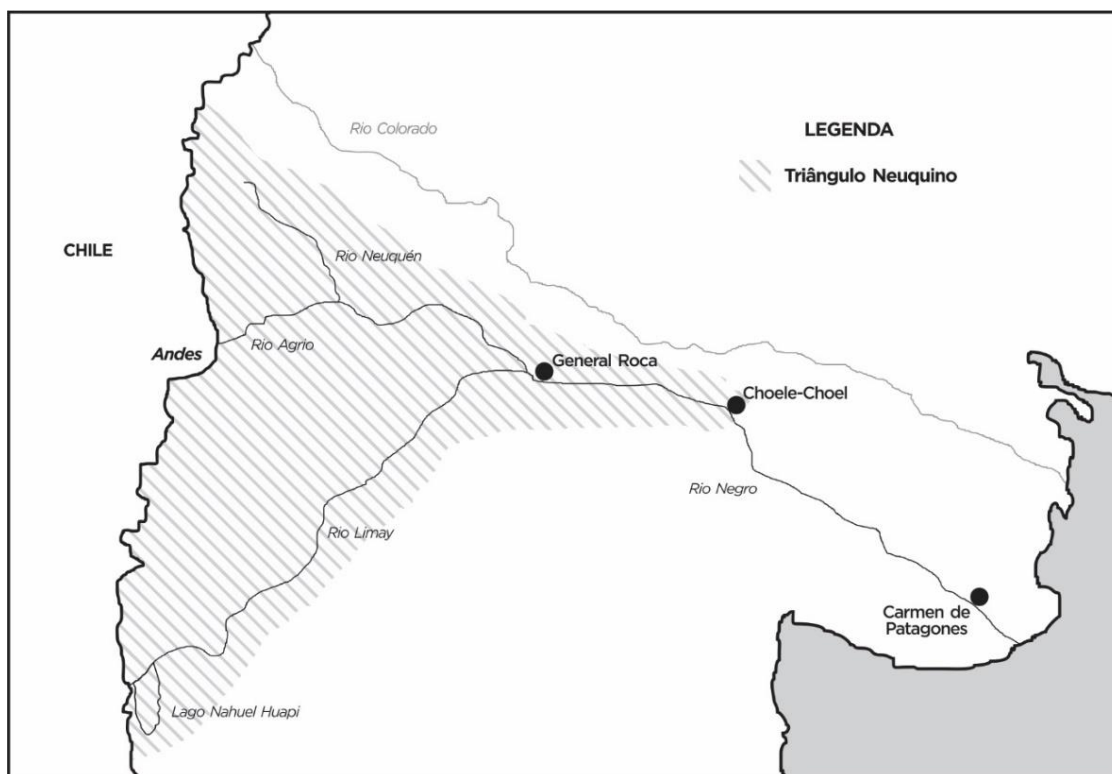
<sup>625</sup> GONDIN, 14/06/1881.

<sup>626</sup> Id.

<sup>627</sup> Conforme mapa na próxima página.

a cordilheira, que compreendia desde o rio Neuquén até o lago Nahuel Huapi, também faziam parte das operações de Villegas. O coronel dividiu suas tropas em três brigadas, abarcando boa parte do território da atual província de Neuquén, sendo que todas tiveram como destino o lago Nahuel Huapi.

### Área referente ao triângulo neuquino



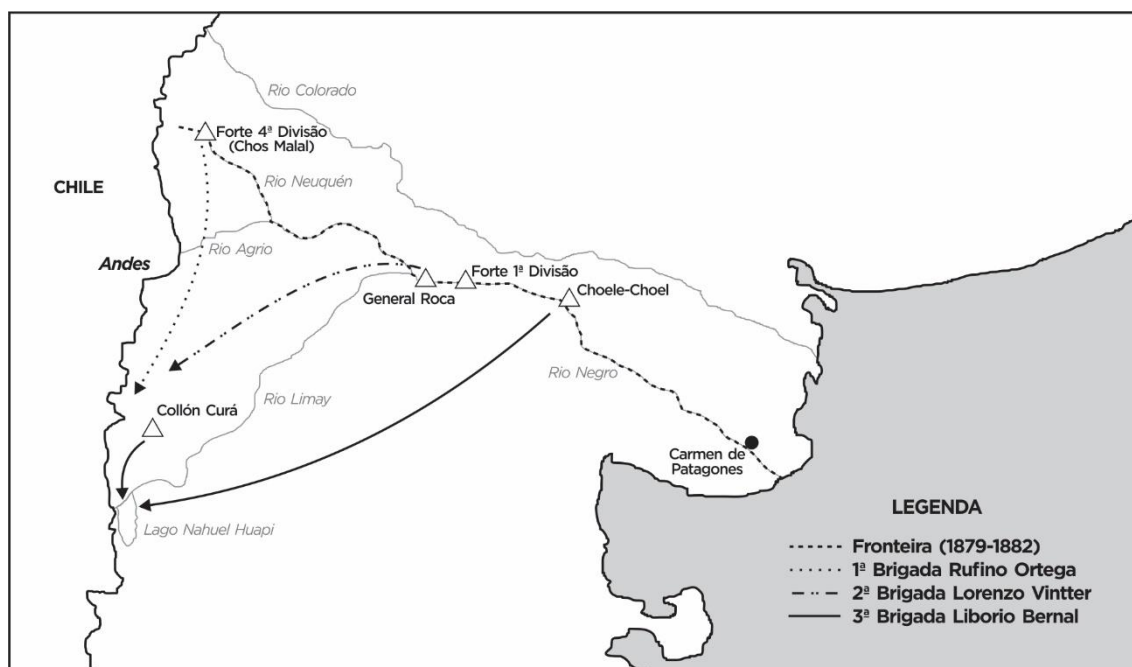
Sob o comando do coronel Rufino Ortega, a primeira brigada que contava com cerca de 500 militares percorreu os Andes procurando evitar a fuga dos índios para o Chile, mantendo-os encerrados pelas outras brigadas. Essa brigada saiu de Chos Malal (forte 1ª divisão).<sup>628</sup> A segunda brigada foi comandada por Lorenzo Vintter e partiu de General Roca no rio Negro. Outras partidas menores, como a comandada por Diego Lucero saiu de Collón Curá em direção as *tolderías* do cacique Valentín Saygüequé, no entanto, esse e outros caciques fugiram para os Andes e não foram encontrados pelas tropas.<sup>629</sup> A terceira brigada, sob as ordens de Liborio Bernal, partiu do sul de Choele

<sup>628</sup> DE MARCO, Miguel Ángel. *La Guerra de la Frontera: luchas entre indios y blancos (1536-1917)*. 1ª ed. Buenos Aires: Emecé, 2010, p. 528.

<sup>629</sup> RAONE, p. 330; DE MARCO, p. 528.

Choel e percorreu o sul do rio Limay, onde capturou gado encontrado próximo as *tolderías* indígenas e alguns prisioneiros.<sup>630</sup>

### Campanha de 1881<sup>631</sup>



A partir das entradas em busca das *tolderías* remanescentes, foram realizadas expedições de reconhecimento, verificando locais propícios para a fundação de povoados posteriores a ocupação militar. A chegada ao lago Nahuel Huapi, em abril de 1881, foi representada como um marco do avanço da “civilização” sobre essas paisagens quase não exploradas: “*el estandarte azul y blanco flamea en el gran lago Nahuel Huapi, como un centinela avanzado de la civilización y un guardián de los derechos de la patria.*”<sup>632</sup> Além da “civilização”, a ocupação desses locais com o “estandarte azul e branco” simbolizavam a presença argentina sobre essas localidades, no mesmo ano em que foi assinado o Tratado de Limites com o Chile, estabelecendo a fronteira entre os dois países. A ocupação militar reiterava a posição do Estado Nacional em definir os limites do país, fazendo frente às pretensões do país vizinho sobre as terras patagônicas.<sup>633</sup>

<sup>630</sup> DE MARCO, p. 329.

<sup>631</sup> Mapa feito com referência a DE MARCO, p. 192.

<sup>632</sup> Diário do coronel Villegas. Nahuel Huapi, 10 de abril de 1881. Apud. RAONE, p. 354.

<sup>633</sup> LACOSTE, Pablo. Argentina y Chile (1810-2000). In: LACOSTE, Pablo (comp.) *Argentina, Chile y sus vecinos*. Buenos Aires: Caviar Bleu, 2005, p. 54- 58.

Em março de 1881, outra correspondência escrita pelo diplomata Araújo Gondin anunciava a organização de uma expedição militar contra os índios remanescentes da Campanha de 1879, que teriam se organizado para promover ataques aos fortes em tentativas de resistência. Os índios utilizaram os Andes como rota de fuga e muitos procuraram abrigo na Araucanía chilena:

Poucos e insignificantes forão os encontros que tiverão as forças expedicionárias com os índios, os quais, provavelmente avisados a tempo, passarão-se para território chileno, d'onde poderão com facilidade voltar aos seus antigos domínios logo que se retirem as tropas argentinas.<sup>634</sup>

O desconhecimento dos vales neuquinos pelas autoridades argentinas colocou os índios em relativa vantagem sobre as tropas de Villegas. Os índios *bomberos*<sup>635</sup> observavam o movimento das tropas e conseguiram evitar os ataques a suas *tolderías* e conseguiam fugir pelos caminhos da cordilheira em direção ao Chile.<sup>636</sup> Desde a assinatura do Tratado de Limites, o Chile era o principal destino dos índios fugitivos, já que as tropas argentinas não poderiam os perseguir para além desses limites:

Hoy ha desaparecido este inconveniente. Todos sus escondites, todo el terreno comprendido desde el Neuquén hasta algunas leguas más al sud del Limay ha sido explorado por la División. (...) En adelante, no podemos ya emprender operación alguna sobre los indios. Se han puesto fuera de nuestro alcance. Tendremos que esperar que nuestros vecinos de ultracordillera lleven a debido efecto sus proyectos de conquista de la Araucanía, y de que los esfuerzos de estos vuelvan a arrojar a este lado las tribus que han ido refugiarse en esa parte de la República vecina.<sup>637</sup>

Tanto os soldados argentinos como os chilenos costumavam ultrapassar o limite da cordilheira para perseguir índios em fuga.<sup>638</sup> No entanto, essas atitudes foram vistas como problemas militares após a criação de uma fronteira internacional entre os dois países. Mesmo após a conclusão das operações das três brigadas, combatendo ou aprisionando os índios encontrados, sabia-se que boa parte dos índios havia fugido pelos Andes, eliminando a capacidade de ação do exército dada à situação internacional de

---

<sup>634</sup> GONDIN, 7/5/1881.

<sup>635</sup> Índios conhecedores das *rastrilladas*, que atuavam como guias ou “espiões” de seus inimigos.

<sup>636</sup> RAONE, p. 324. Informação retirada dos diários das expedições, consultados por Mário Raone, que os transcreve parcialmente em sua publicação.

<sup>637</sup> Diário do comandante da 1ª divisão, Rufino Ortega. Costa norte do rio Limay, 8 de abril de 1881. Apud. Id, p. 337.

<sup>638</sup> Id, p. 318 e 319.

litígios que levavam a longos debates diplomáticos sobre a jurisdição desses dois países. O tratado de limites assinado entre os dois países em 1881 apenas direcionou essas discussões, mas a resolução do litígio e do exato posicionamento da fronteira foi encaminhado para arbitragem internacional.

Esse tratado foi assinado no dia 23 de junho de 1881, tomando por base o artigo 39º do tratado anterior, realizado em 1856, que estipulava as áreas em posse do Vice-Reinado do Rio da Prata e da Capitania do Chile como bases para a demarcação das fronteiras. Colocaram-se os principais pontos do litígio, especialmente sobre a jurisdição da Terra do Fogo e pelo direito sobre o Estreito de Magalhães.<sup>639</sup> Na intenção de conservar os “limites naturais”, implícitos no princípio da “divisão de águas”, o tratado de 1881 buscou definir quais eram essas jurisdições que garantiam a aplicação desse princípio e quais eram as áreas em disputa. Apesar da tentativa de resolver a questão de limites com o Chile, os dispositivos vagos utilizados no tratado para fazer referência a onde deveriam ser traçadas as “linhas” de demarcação, apenas iniciaram o processo de acordos para tornar essas definições mais precisas. Em seu texto, a fronteira seria traçada obedecendo aos “pontos mais altos dos Andes” e o “curso dos rios na cordilheira e seus afluentes que desaguassem no Pacífico ou no Atlântico”, referências vagas que deram margens para os conflitos diplomáticos das décadas de 1880 e 1890.<sup>640</sup>

Com a assinatura do tratado, as pretensões chilenas no Estreito foram confirmadas, assim como a posse da Patagônia pela Argentina (que em muitos documentos chilenos anteriores, fazia parte do território desse país).<sup>641</sup> A Terra do Fogo e as ilhas adjacentes foram divididas entre os dois países, considerando que aquelas dispostas no lado ocidental ficariam com o Chile, e as dispostas na parte oriental com a Argentina. É provável que resguardar o país da possibilidade de uma guerra estivesse entre as intenções de demarcar esses limites. Nas palavras do militar Manuel Olascoaga sobre as operações militares ao rio Negro: “*continuando las fronteras como estaban, un ejército chileno hubiera podido pasar impunemente [por] la cordillera, tomando posesión del Rio Negro y lanzando una nube de barbaros protegidos por tropas regulares, en nuestra dilatada frontera.*”<sup>642</sup> Dentre os discursos sobre as Campanhas do Deserto, levar

---

<sup>639</sup> CISNEROS, Andrés e ESCUDÉ, Carlos. *Historia General de las Relaciones Exteriores de la Republica Argentina*. Tomo VI. Parte I. 1ª edição. Buenos Aires: Grupo editor Latinoamericano, 1998, p. 258 e 259.

<sup>640</sup> Artigo 1º, Tratado de limites de 1881.

Disponível em: [http://www.bcn.cl/lc/tinterna/tratados\\_pdf/tratado\\_vally107.pdf](http://www.bcn.cl/lc/tinterna/tratados_pdf/tratado_vally107.pdf) Acesso em: 18/12/2017

<sup>641</sup> BANDIERI, Susana. *Historia de la Patagonia*. 2ª ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2009, p. 119.

<sup>642</sup> El Hispanoamericano. Sevilla, 15 de junho de 1881. FJAR, leg. 1391, sala VII, AGN.



as tropas argentinas até o Negro teve a finalidade de proteger o país de um ataque chileno pelo território indígena, uma vez que os índios do Pampa eram considerados aliados do Chile, pela origem desses e pelas relações comerciais estabelecidas com a venda de animais pelos índios. A ocupação do Pampa e da Patagônia, dentro dessa perspectiva, procurou conter a influência chilena, mesmo que “indígena”, com a ocupação militar.

Meses após a operação de Villegas, foi necessário retomar as operações no “triângulo”, sobretudo nas áreas próximas aos Andes, em que a entrada de índios se fazia constante em virtude das operações chilenas contra os seus índios da Araucanía. Terminada a Guerra do Pacífico, embate pela posse de parte do deserto de Atacama entre Bolívia e Peru contra o Chile, as tropas chilenas foram orientadas para o sul, a fim de empreender a ocupação militar da área ao sul do rio Bío-Bío, conhecida por Araucanía. Com a perseguição dos índios no lado chileno, houve fuga para o lado oriental dos Andes, aumentando a incidência de índios em busca de refúgio, dessa vez, na Argentina.<sup>643</sup> Com a chegada das tropas argentinas no lago de Nahuel Huapi em 1881, foi possível empreender outras operações a partir do ano seguinte, tendo em vista impedir o trânsito indígena pelos passos da cordilheira, partindo de fortes construídos nas proximidades desse lago. Não houve trégua aos “índios amigos”. Tanto os *manzaneros* do vale do Neuquén, quanto os tehuelches, foram perseguidos em suas moradas, “expulsos” para o outro lado da cordilheira ou mortos quando optavam pela resistência.

O reforço militar nas regiões próximas aos passos andinos ocorreu com a “*Campaña de los Andes de la Patagonia*”, realizada entre 1882 e 1883. O general Villegas foi novamente encarregado das operações realizadas no “triângulo” neuquino, contando com a vantagem de um melhor conhecimento sobre a região. Em sua expedição anterior, o não conhecimento desses espaços pelas tropas tornou seu movimento previsível para os índios. Naquela ocasião, as rotas escolhidas para os caminhos das três brigadas, não permitiram a comunicação entre elas e facilitaram muitas das vitórias indígenas. Tendo em vista a situação agregada pelo movimento das tropas na Araucanía chilena, Villegas optou por efetuar mudanças estratégicas em seu plano de ocupação do “triângulo”:

Me convencí (...) de la necesidad de variar en género de guerra. Ya no sería conveniente operar con las columnas pesadas y sí colocar estas en puntos estratégicos y de allí, por medio de fuertes o pequeñas partidas, inundar todo el territorio que se iba a batir, guerra que se debía llevar con toda actividad y rapidez, **no suspendiéndola hasta concluir con los moradores de aquellos territorios, sometiéndolos a las leyes de**

---

<sup>643</sup> BANDIERI, p. 143.

**la Nación**, haciéndolos emigrar allen de las cordilleras o **destruyéndolos**.<sup>644</sup>

As duas alternativas deixadas para os índios, a submissão ou a destruição, fizeram parte dos mesmos discursos que acompanharam as campanhas de Roca no Pampa nos anos anteriores. A submissão dos índios às leis da nação era a única possibilidade que acompanharia a sobrevivência dessas sociedades. As pretensões geopolíticas argentinas sobre a Patagônia, juntamente com o interesse em resolver a situação com o Chile em decorrência dos litígios das áreas austrais e o impasse da questão de limites, fez com que o governo desconsiderasse totalmente a presença de sociedades autônomas e paralelas à ordem do Estado e assumisse a perseguição dos índios nessa região, como um ato de enfretamento das pretensões chilenas.

Después de esa breve campaña [de 1881], en que las tres brigadas de esta División han recorrido y batido el territorio comprendido entre los ríos Neuquén, Limay, Cordillera de los Andes y el lago Nahuel-Hüapi, desalojando de él á los nómades que lo poblaban, **sometiéndose algunos voluntariamente á la civilización, muriendo los más reacios á ella en los distintos combates**, y por fin, **escapando otros á la República vecina**, es un deber, al mismo tiempo que una conveniencia nacional, **el evitar que estos últimos vuelvan al territorio de la República, a repetir sus depredaciones**.<sup>645</sup>

Permitir a submissão à civilização, impor a violência ou a fuga eram os objetivos, que incluíam também movimentos de tropas para evitar o retorno dos índios vindos da Araucanía pelos Andes. O general Villegas posicionou suas três brigadas em locais diferentes, concentrando suas forças nos caminhos dos Andes em que havia maior trânsito de índios. A primeira brigada de Rufino Ortega atuou na região do forte 4ª Divisão, próximo ao rio Agrio, afluente do rio Neuquén na direção sul, junto a Cordilheira dos Andes. A segunda brigada comandada por Enrique Godoy atuou nas margens do rio Neuquén, partindo desde o forte General Roca até o chamado *Paso de los Indios*, com destino ao rio Quemquemtreu, afluente do rio Collón Curá, que, por sua vez, desemboca no rio Limay. Desde o acampamento em Choele Choel, as tropas da terceira brigada comandada por Nicolás Palácios seguiram o rio Negro até o forte General Roca, continuando pelas margens do rio Limay até o lago Nahuel Huapi, onde se ocuparam de

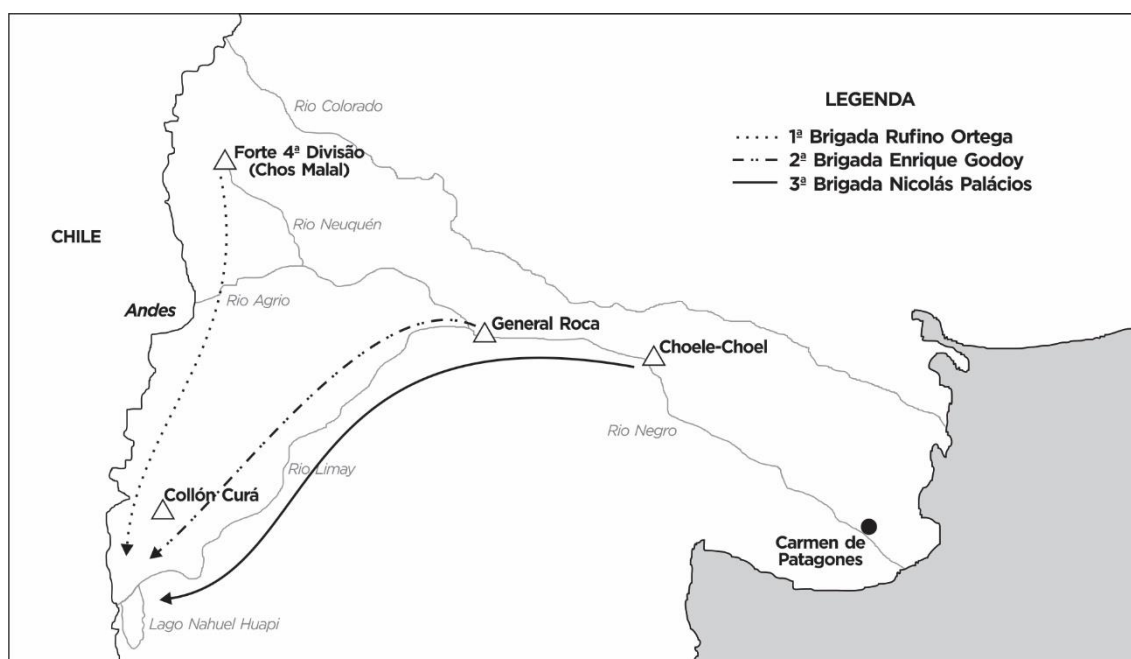
---

<sup>644</sup> Informe do General Villegas (provavelmente para o Ministério de Guerra e Marinha), 5 de maio de 1883. Apud RAONE, p. 383. Grifo nosso.

<sup>645</sup> Circular de Villegas ao chefe da terceira brigada, Tenente Coronel Nicolás Palacios. 22 de março de 1883. Grifos nossos, Apud RAONE, p. 393 e 394.

vigiar os campos que levavam à cidade chilena de Valdivia, nas proximidades da área de operações da segunda brigada.<sup>646</sup> Também foram organizadas divisões visando proteger a retaguarda das novas operações. A terceira divisão tinha como base de operações fortes localizados no Pampa central, primeiramente em Rio IV e depois em Villa Mercedes e a segunda divisão, contava com os fortes 4ª divisão e General Roca, além de uma brigada na ilha de Choele Choel.<sup>647</sup>

### Campanha de 1882 - 1883<sup>648</sup>



Como resultado da campanha anterior de Villegas, boa parte dos índios já haviam sido dispersos das *tolderías* pela fuga ou submissão às tropas. Muitos índios de *lanza* foram incluídos nas forças e exército e outros foram mortos em combate ou pelas condições de aprisionamento.<sup>649</sup> O enfraquecimento do poderio indígena no norte patagônico facilitou a segunda empreitada de Villegas, que sofreu menos pressão dos *malones* e pode organizar as brigadas com base em conhecimentos mais detalhados dos rios e caminhos existentes. A modificação da estratégia também aportou maior dinâmica

<sup>646</sup> Circular de Villegas ao chefe da terceira brigada, Tenente Coronel Nicolás Palacios. 22 de março de 1883. Apud Id, p. 386; DE MARCO, p. 329.

<sup>647</sup> Id.

<sup>648</sup> Mapa feito em referência a: DE MARCO, p. 192.

<sup>649</sup> Circular de Villegas ao chefe. Apud RAONE, p. 393.

na movimentação das tropas, auxiliadas pela instalação de pequenos fortes mais próximos às áreas de atuação das brigadas, com a intenção de dificultar os ataques indígenas.

As “opções” dadas para os índios sobreviventes repetiam as condições impostas na campanha efetuada por Roca. A rendição, o conflito armado e a fuga encerravam as alternativas colocadas aos índios, sendo que a última, estava comprometida. Do outro lado da cordilheira, os militares chilenos impunham as mesmas condições aos habitantes da Araucanía:

Se me asegura que estos [índios, que passaram da Argentina ao Chile pelos Andes] en número de 50 según unos y 100 según otros y de mayor número según algunos, han venido á aislarse en nuestro territorio y como V. debe suponerlo, no puede menos que permitírseles ese asilo a condición de que vivan sujetándose a nuestras leyes y abandonando para siempre su vida nómada así como las depredaciones que han acostumbrado especialmente en esa República. Así lo han practicado, pero a mí no me han bastado sus promesas, por cuya razón impuesto la condición obligatoria de residir al poniente de los fuertes que estableceré. Hoy les mando un correo haciéndoles ver esta resolución advirtiéndoles al mismo tiempo que sea argentino y quiera entregarse a V. no tengo inconveniente para que se lo haga desde luego.<sup>650</sup>

Em ambas as repúblicas, só seriam admitidos índios que estivessem submetidos às leis em vigor, desconsiderando qualquer alternativa que visasse à preservação dos costumes dessas sociedades e de sua existência autônoma. A “civilização” foi imposta pela guerra, deixando aos índios poucas possibilidades além da submissão. O ultimato dado aos índios que haviam se refugiado no Chile, como condição para viverem no lado ocidental da cordilheira, foi a integração na sociedade chilena e em locais designados pelo governo. Os fortes edificados pelo exército chileno impediam a realização do movimento migratório para o país vizinho, ao menos que os índios que se considerassem “argentinos” estivessem dispostos a retornar a esse país para se submeter às forças militares. Essa classificação entre índios “argentinos” ou “chilenos” foi utilizada pelos exércitos dos dois países como forma de sinalizar os índios em fuga, salvo exceções como Valentín Saygüequé, que, sem sucesso, se considerou “argentino” na tentativa de evitar o enfrentamento militar.<sup>651</sup>

As duas operações concomitantes, na Patagônia argentina e na Araucanía chilena, tendiam a encurralar os índios e evitar o trânsito pelos Andes, movimento praticado por

---

<sup>650</sup> Carta do Coronel Urrutia (chefe do exército chileno) ao General Villegas. Apud Id, p. 391.

<sup>651</sup> VEZUB, Julio Esteban. *Valentín Saygüequé y la Gobernación Indígena de las Manzanas. Poder y etnicidad en la Patagonia septentrional (1860-1881)*. Buenos Aires: Prometeo, 2009, p. 263.

diversas gerações de índios devido ao intenso fluxo comercial e imigratório. Apesar do litígio e dos interesses distintos sobre a fixação da fronteira, o combate aos índios era um ideal que unia as duas nações em um objetivo comum. Ambas pretendiam acabar com as fugas dos índios pela cordilheira e ambas impunham a submissão às leis nacionais como condição para que os índios se rendessem a essas repúblicas. A imposição dos limites internacionais na cordilheira corroborava com a situação de “proteção” dos limites de cada país, evitando a entrada de índios “chilenos” ou “argentinos” pelos fortes instalados em ambos os lados dos Andes. Além da situação de perseguição dos índios pelos exércitos argentinos e chilenos, colocavam-se questões subjacentes ao acordo de limites, as quais se encontravam em processo de negociação.

As tropas em ação na Patagônia e na Araucanía tinham como limite de suas operações a fronteira internacional em vias de consolidação. No entanto, como tais limites careciam de precisão no momento de realização das operações, eventuais transposições dos exércitos poderiam repercutir em desequilíbrios diplomáticos. De acordo com a observação do brasileiro Araújo Gondin, a indefinição dos limites resultou em situações de conflitos entre os exércitos, que tomaram as perseguições aos índios como invasões militares, ainda que a fronteira não estivesse precisamente estabelecida:

Já tive ocasião de notar a ogeriza latente que ficou subsistente entre chilenos e argentinos apesar da celebração do Tratado que poz termo a sua longa e por vezes tão acriminosa contenda sobre os limites. No ardor da perseguição, que **as tropas sob o comando do general Villegas fazem às tribos indígenas que se havião refugiado na cordilheira, parece que não tem respeitado o território chileno**, dentro do qual prosseguem na matança e apprehensão d'aqueles selvagens. (...) O **comandante chileno** protestando em nome de seu governo **contra a violação do território nacional e exigindo a restituição dos índios ali tomados**; e o argentino negando-se a satisfazer semelhante exigência (...) embora tivessem ellos sido alcançados alem da raia divisória entre as duas repúblicas, a qual, alias, não se achava ainda bem determinada.<sup>652</sup>

Também foi reportado um atrito entre os dois exércitos, em decorrência da perseguição dos índios que foram entendidas como invasões. Outra carta completou a informação: “todos os órgãos de imprensa, continuarão a guardar silencio completo sobre o conflito ocorrido na cordilheira andina entre um destacamento argentino e outro chileno.”<sup>653</sup> A ocupação militar se relacionava a formação dos limites internacionais,

---

<sup>652</sup> GONDIN, 28/02/1883, grifos nosso.

<sup>653</sup> Id, 7/3/1883.

sendo que essa ocorria paralelamente aos acordos diplomáticos, o que ajuda a explicar os conflitos entre os dois exércitos em áreas que ainda não estavam precisamente delimitadas.

O general chileno Urritia expressou em carta ao comandante Villegas que: “*hacen cuatro días vinieron indios vivientes en Rechuico, territorio chileno, dando aviso que fuerzas argentinas habían llevado un considerable número de animales, algunos cautivos, habiendo además quedado tres o cuatro personas muertas.*”<sup>654</sup> Na continuação da carta, pedia-se a devolução dos animais e dos índios capturados em território chileno, alegando desrespeito às autoridades que os mantinham sob sua jurisdição. Reivindicando a soberania chilena, “*en resguardo a los legítimos derechos de mí Nación*”,<sup>655</sup> o ocorrido indica que, assegurar a posse das áreas quase desconhecidas pelos agentes nacionais, também se enquadrava nas motivações de ambos os Estados. Apesar da igual pretensão de combater a existência soberana das sociedades indígenas, havia uma questão diplomática atrelada ao impedimento de um livre trânsito militar nos Andes, em consequência das discussões sobre a definição da fronteira que passava por processos de arbitragem. De acordo com o registro do diplomata brasileiro, o conflito começou com as tropas chilenas, que atacaram as tropas do general Villegas ao cruzarem os Andes durante uma perseguição de índios:

A agressão partio dos chilenos, com a circunstancia agravante de ter sido ella em defensa dos selvagens ladrões e incendiarios em cuja perseguição se achavão empenhadas as tropas argentinas (...). Mas seja como for, respeito que o negocio não terá desastrosas consecuencias a esta hora as tropas do general Villegas devem estar já marchando em retirada.<sup>656</sup>

Em outro registro, explicou-se que as autoridades chilenas haviam permitido que os índios ocupassem as terras nas proximidades da cordilheira em locais onde as tropas argentinas da segunda brigada haviam realizado “atos de guerra”. A proteção dada pelo governo chileno aos índios era atrelada com a: “*consideración de que esos indios son más chilenos que argentinos desde que pertenecen a la raza araucana.*”<sup>657</sup> Acusação similar foi colocada por Araújo Gondin em relação ao exército chileno: “O coronel Villegas (...)”

---

<sup>654</sup> General Urrita. Villarica, 17 de janeiro de 1883. Apud. RAONE, p. 431.

<sup>655</sup> Id.

<sup>656</sup> GONDIN, 14/4/1883.

<sup>657</sup> Escrito pelo Ministro de Guerra e Marinha, General Victorica, em 1883. Apud RAONE, p. 437.

lança ele ainda a gravíssima acusação se de terem aliado aos selvagens inimigos deste paiz e perseguidos como ladrões e assassinos”.<sup>658</sup>

Em diários de marcha do exército argentino também foi relatado esse mesmo episódio, porém, ressaltando o desconhecimento da região como justificativa para as “invasões” ao lado chileno no momento em que se perseguiram os índios: “*la ignorancia geográfica de aquellos límites, a los cuales la ciencia tiene que dedicar mucho tiempo para dejarlos evidentes y claros en las miles accidentaciones de esos territorios.*”<sup>659</sup> O escasso conhecimento desses espaços e dos limites exatos entre esses países poderiam justificar essas “invasões”. No entanto, dada a situação de litígio e a falta de um consenso entre os representantes diplomáticos desses dois países, as entradas de militares nos territórios vizinhos foram entendidas como atos de guerra, onde não se respeitou os limites internacionais em discussão.

Como tive a honra de anunciar a V. Ex. o general Villegas apressou-se a retirar-se da Cordilheira, dando por terminada a sua expedição contra os índios, a qual não teve, na verdade, grande exito, apesar dos termos ultrahyperbolicos com que o presidente da Republica a celebra no extenso telegrama dirigido ao commandante o coronel Bosch.<sup>660</sup>

O término apressado da expedição de Villegas pode ser entendido como a tentativa de evitar um incidente com o Chile de maiores proporções. Apesar do êxito dessa expedição ter sido questionado por Araújo Gondin, a propaganda positiva feita por Roca servia igualmente para demonstrar a presença militar nessa região. Os números de mortos decorrentes das atividades dessa campanha finalizada em março de 1883 chegaram a mais de 600 índios.<sup>661</sup>

As últimas campanhas militares contra os índios do sul foram realizadas durante a atuação do militar Lorenzo Vintter como governador da Patagônia (1882 a 1884). Iniciadas com a chegada das tropas por via fluvial na cidade de Rawson, atual capital da província de Chubut, essas seguiram para a região de Valcheta (na província atual do Rio Negro), onde foi edificado um forte para auxiliar os militares.<sup>662</sup> Outra frente partiu das instalações militares no lago Nahuel Huapi para complementar as tropas que vieram de Rawson. Comandadas pelo coronel Lino Roa, o objetivo era perseguir os índios que

---

<sup>658</sup> GONDIN, 16/3/1883.

<sup>659</sup> RAONE, p.435.

<sup>660</sup> GONDIN, 14/04/1883.

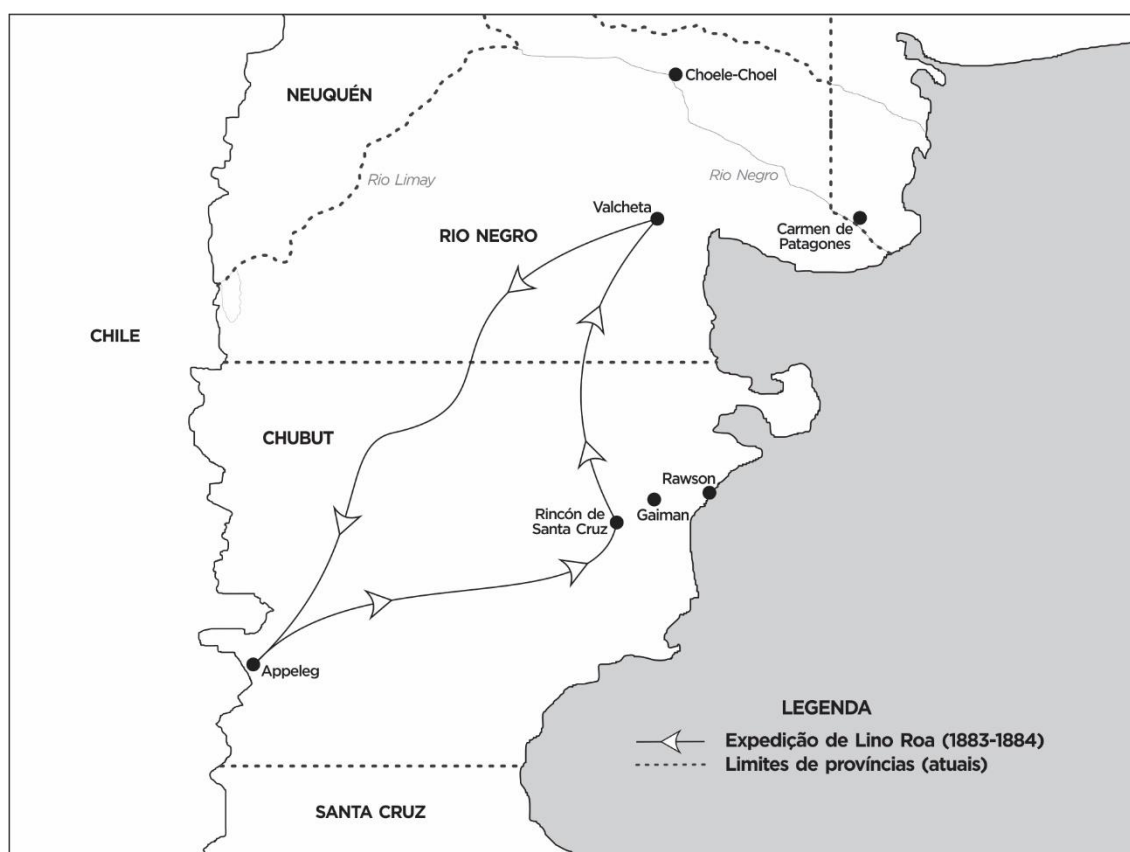
<sup>661</sup> RAONE, p. 444 e 445; DE MARCO, p. 533.

<sup>662</sup> BANDIERI, p. 144.

fugiram após as operações anteriores e procurar os remanescentes, que habitavam a meseta central patagônica.

Os confrontos contra alguns dos últimos caciques que resistiam em Chubut, Incayal e Foyel, ocorreram em 1883 nas proximidades dos Andes em Appeleg, pelas tropas comandadas por Villegas. As atividades oficiais na Patagônia foram finalizadas em 1885, juntamente com a rendição do cacique Saygüequé, que havia fugido durante as campanhas em Neuquén e se refugiado na região dos últimos conflitos. A partir dessa data, a relação com os índios que habitavam o restante da atual província de Santa Cruz e a Terra do Fogo ficaram a cargo dos novos colonizadores desses locais e as ações do Estado foram limitadas e pontuais.<sup>663</sup>

#### Mapa das últimas operações na Patagônia.<sup>664</sup>



<sup>663</sup> Id, p. 145.

<sup>664</sup> Mapa em referência a: BANDIERI, p. 140, 141.



Com a lei de Territórios Nacionais número 1532, que entrou em vigor em 16 de outubro de 1884,<sup>665</sup> a Patagônia foi inserida no sistema administrativo argentino, tal como o Pampa e outras regiões ao norte do país, também apropriadas a partir do enfrentamento com os índios. Seguindo o parâmetro já estabelecido pela lei número 947, as províncias que faziam limite com a linha militar de 1877, continuariam com suas respectivas jurisdições. A medida foi adotada como forma de precaução a possíveis disputas entre as províncias pelos novos territórios.<sup>666</sup> De acordo com essa lei acordada em 1878, todas as áreas adquiridas em decorrência das operações militares pertenceriam ao governo nacional. Com a lei promulgada em 1884, a situação jurídica das áreas adquiridas foram regularizadas. As novas porções de terras agregadas foram dotadas de parâmetros administrativos e jurídicos que concluíram sua inserção na República, muito embora, com características distintas a das demais províncias.

A lei de número 1532 delimitou as jurisdições das chamadas *gobernaciones* ou as divisões administrativas que faziam parte dos Territórios Nacionais<sup>667</sup>. Em referência ao Território Nacional da Patagônia, estavam incluídas as *gobernaciones* de Neuquén, Chubut, Santa Cruz e Terra do Fogo. Outras *gobernaciones* criadas foram La Pampa (referente à área ocupada até o rio Negro) e no norte, Misiones, Formosa e Chaco. Em diferença as demais províncias, os Territórios Nacionais não possuíam representantes no Congresso Nacional e eram politicamente dependentes do governo federal. Possuíam um sistema administrativo simplificado com um governador nomeado pelo poder executivo em acordo com o Senado; um *Juezes de paz*, que poderia ser eleito quando a população da *gobernación* ultrapassasse os mil habitantes; um Conselho Municipal, seguindo as mesmas possibilidades de eleição direta, válida para os *juezes de paz*. Os demais funcionários como secretários, tesoureiros e o *juez letrado* (atuante nas áreas civil, comercial e criminal), eram nomeados pelo poder executivo.

De acordo com a lei de Territórios Nacionais, as *gobernaciones* que alcançassem o número de 60 mil habitantes, seriam convertidas ao status de província. No entanto, tal dispositivo não foi considerado e as áreas classificadas como Territórios Nacionais só se tornaram províncias a partir da década de 1950, a Terra do Fogo, apenas em 1990.<sup>668</sup> A

---

<sup>665</sup> Lei número 1532, 1884. Organización de los Territorios Nacionales. Disponível em: <http://www.legislatura.lapampa.gov.ar/Historia/Normativa/Ley1532.htm> Acesso: 20/12/11

<sup>666</sup> Câmara dos Deputados, Sessão extraordinária. 23 de fevereiro de 1881, Buenos Aires. JAR, leg. 163, sala VII, AGN.

<sup>667</sup> Território ou Territórios Nacionais aparecerão em maiúsculo quando fizer referência à situação imposta pela lei número 1352.

<sup>668</sup> BANDIERI, p 156.

lei de Territórios Nacionais atribuía às áreas apropriadas uma condição “temporária” de dependência administrativa, até que houvesse a possibilidade de sua conversão em província. Tal característica possuía relação com a lei aplicada ao Território de Ohio, nos Estados Unidos, no ano de 1787.<sup>669</sup> De acordo com esse princípio, a integração de novas áreas decorrentes da ampliação das fronteiras e conquista de áreas indígenas seria efetuada pelo governo central até que fosse regulamentado um sistema de organização interna, compatível com o Estado Nacional existente.

Dentro das práticas políticas, que tendiam a ampliar a capacidade de influência federal, as nove *gubernaciones* permaneceriam sobre o controle do Estado, que conduziria sua colonização. No entendimento das práticas políticas que caracterizaram a “geração de 80”, a centralização era vista como necessária, principalmente em regiões carentes de recursos. Por sua vez, a tendência centralizadora encontrou dificuldades para atuar devido às distâncias com as demais províncias, engendrando um sistema administrativo limitado. Era comum que o governo atrasasse os pagamentos e não fornecesse recursos suficientes para o funcionamento apropriado do aparelho administrativo das *gubernaciones*. A restrição da autonomia dos Territórios Nacionais encerrava a organização dessas localidades em uma contradição, dada a ineficaz presença estatal. A reduzida capacidade de articulação dos Territórios Nacionais com o governo central limitava a capacidade de seus poucos agentes em resolver os problemas locais. Em resposta, criavam-se redes de assistência entre a administração local e a população, configurando sistemas paralelos àqueles dispostos pela lei.<sup>670</sup>

Sobre a colonização das *gubernaciones* da Patagônia, esse processo não ocorreu no mesmo sentido das campanhas militares, de norte para sul. A chegada de povoadores brancos ao território ocorreu com dinâmicas próprias, mais atreladas às ofertas de trabalho e às condições de subsistência. As especificidades climáticas e geográficas da região contribuíram com a diversidade de formas de colonização existentes. O primeiro governador da Patagônia, Álvaro Barros (1878 a 1882), enviou um relatório ao Departamento de Interior revelando as dificuldades encontradas no controle e no desenvolvimento da área sob sua jurisdição. No começo do relatório, Barros justificou o motivo pelo qual seu estudo sobre colonização centrou-se apenas nas proximidades do

---

<sup>669</sup> ZUSMAN, Perla. La alteridad de la nación. La formación del Territorio del Noroeste del Río Ohio de los Estados Unidos (1787) y de los Territorios Nacionales en Argentina (1884). *DOCUMENTS D'ANÀLISI GEOGRÀFICA*. 2010, vol. 56/3, Universidad Autònoma de Barcelona, p. 518

Disponível em: <http://ddd.uab.cat/pub/dag/02121573v56n3p503.pdf> Acesso em: 10/04/2016.

<sup>670</sup> BANDIERI, p. 164.

rio Negro: “*siendo imposible toda la comunicación con las poblaciones del Chubut y Santa Cruz al atravez de un desierto estenso, escaso de agua é inesplorado, hube de concretarme al estudio del país en la parte que estaba al alcance de mis medios de accion.*”<sup>671</sup> De acordo com Barros, a política de colonização do território deveria fomentar os centros de agricultura e pecuária já existentes no vale do rio Negro, para depois estender as atividades realizadas para as porções mais austrais dos Territórios Nacionais:

Eso seria la primera parte de la colonización de la Patagonia. Saldria la colonizacion de un punto ya rico en recursos y apoyada en esa base, aseguradas las comunicaciones se estenderia hácia el desierto sometiéndolo al hombre, obligándolo á ser el instrumento de la ocupacion de las tierras mas australes. De estos modos, si llegaría hasta Santa Cruz (...) y los establecimientos presentarian un conjunto compacto sin lo cual es muy difícil la administración, y la seguridad muy precaria.<sup>672</sup>

A proposta de colonização apresentada por Álvaro Barros buscava uma administração homogênea e capaz de desenvolver atividades voltadas à exportação, que seguissem a direção norte-sul efetuada pelas operações militares. Com pouca capacidade de manobra, os “governos” locais seguiriam os pressupostos colocados pelo poder central, atuando dentro do sistema organizacional como “colônias” do Estado, mesmo que fizessem parte desse mesmo território.<sup>673</sup> Estudos de história regional sobre a Patagônia ajudam a evidenciar a complexidade da ocupação desenvolvida no sul argentino.<sup>674</sup> A ineficiência da lei de 1884, que não instruía os agentes nomeados ou eleitos e a dificuldade de acesso do poder central a muitas regiões, foram barreiras ao centralismo político pretendido pelo governo, deixando o desenvolvimento da região por conta dos colonos e agentes locais.<sup>675</sup>

---

<sup>671</sup> Memoria de la Gobernación de la Patagonia. Coronel D. Álvaro Barros. Buenos Aires: Imprenta librería de Mayo, 1881. FAB, leg. 155, sala VII, AGN.

<sup>672</sup> Id.

<sup>673</sup> ZUSMAN, p. 518.

<sup>674</sup> Principalmente os estudos desenvolvidos pela Universidad Nacional del Comahue, em Neuquén.

<sup>675</sup> MORONI, Marisa. La incorporación de los Territorios Nacionales en el proceso de consolidación del Estado Argentino. El caso del Territorio de la Pampa Central. Revista *ANDES* n° 16 - 2005. Facultad de Humanidades. Universidad Nacional de Salta, p. 9.

Disponível em: [http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1668-80902005000100014&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1668-80902005000100014&script=sci_arttext)  
Acesso em: 15/02/2016.

**Governaciones (governacões) e Províncias argentinas na década de 1880.**<sup>676</sup>



A partir da segunda metade do século XIX, foram formados núcleos de povoação em diferentes pontos da região. O crescimento da economia argentina atraía imigrantes em busca de oportunidades laborais em todo o país, inclusive para os Territórios Nacionais da Patagônia. Muitas das terras foram adquiridas por membros das elites

<sup>676</sup> Mapa feito em referência a HORA, p. 201.

bonaerenses a preços muito baixos, fato que contribuiu com a especulação realizada, sendo que muitos enriqueceram com a revenda dessas propriedades.<sup>677</sup>

A escassa presença do Estado contribuía para as condições de vida hostis até as primeiras décadas do século XX, quando ocorreram melhorias nos setores de comunicação, transporte e a conseqüente valorização das terras. Índios e imigrantes chilenos foram personagens representativos na composição das cidades do sul argentino, cuja dinâmica de ocupação diferiu das intenções centralizadoras da elite política.

#### **4.5 Índios e comunidades na Patagônia e no Pampa no século XX**

A situação dos índios no Pampa e na Patagônia nas primeiras décadas do século XX refletiram as adaptações às primeiras formas de acomodação dessas sociedades. Em termos gerais, os índios resistiram à imposição do trabalho assalariado e procuraram alternativas para se manter próximos de suas comunidades de origem. No entanto, a acomodação desses grupos em terrenos de baixa produtividade forçou alguns grupos a buscarem trabalhos temporários em estâncias ou cidades, que permitiam a subsistência das comunidades sem perder totalmente o vínculo com essas.<sup>678</sup>

Primeiramente, muitos grupos de índios foram designados para colônias agrícolas no Pampa, como Emilio Mitre e Puelches. Aos poucos, migrações internas foram ocorrendo, o que incluía não indígenas na busca por locais com maiores possibilidades de subsistência, como áreas mais produtivas e com fontes de recursos hídricos. Somada a isso, estava a dificuldade dos agentes estatais em fiscalizar essas novas ocupações, já que essas áreas ainda eram pouco conhecidas por não indígenas. Muitos índios e seus descendentes também migraram das áreas rurais para as urbanas do Pampa como as cidades de Santa Rosa, Santa Isabel, General Acha e Victorica.<sup>679</sup>

A inserção marginal imposta às sociedades indígenas gerou adaptações em busca da subsistência e a escassa presença estatal nas localidades designadas, permitiram esses processos de adaptação e mobilidade. Além disso, a presença não indígena nas áreas originalmente designadas para os “índios amigos” e as migrações de índios para as cidades em busca de outras formas de subsistência, quando não era possível continuar nas

---

<sup>677</sup> BANDIERI, Susana e BLANCO, Graciela. *Invirtiendo en tierras y ganados: capitales chilenos en la frontera norpatagonica*. In: BANDIERI, Susana (org.). *Cruzando la Cordillera: la frontera argentino-chilena como espacio social*. CEHIR: Neuquén, 2001, p. 381.

<sup>678</sup> TARQUINI, p. 82 e 83.

<sup>679</sup> Id, p. 100 a 103.

terras designadas pela improdutividade desses espaços, mostra uma continuidade da situação de contato e imbricação entre a sociedade indígena e não indígena.

Apesar dos discursos políticos que enfatizavam a dicotomia entre indígenas e *criollos*, o que se viu na prática – antes ou depois das ações militares no “deserto” – foi a situação de miscigenação e convivência entre essas duas sociedades, que habitavam locais onde as ideias ilustradas de Buenos Aires, apesar de terem influenciado o destino dessas populações, não refletiam literalmente a condição social em que se encontravam. Na prática, e mesmo após a Campanha do Deserto que determinou o fim da “fronteira interna”, o Pampa continuou a ser uma “zona de contato” nos termos definidos por Mary Louise Pratt, onde situações de resistência e adaptação existiam de forma concomitante às formas de imposição cultural. Essas sociedades aproveitaram das brechas de liberdade, consequência da fraca presença do Estado nesses espaços, para procurar reestabelecer ou construir novos vínculos sociais e criar novas formas de autonomia.<sup>680</sup> É claro que essa relativa possibilidade de reagrupamento não ocorreu para todos os grupos étnicos, já que muitos foram dispersos logo após as campanhas militares e “invisibilizados” de maneira mais veemente. Muito embora, os grupos de “índios amigos” ou caciques que conseguiram estabelecer acordos com os governos ao se renderem de forma pacífica, reinventaram sua dinâmica de relações sociais, possíveis graças às colônias agrícolas.<sup>681</sup>

Os salesianos continuaram exercendo um importante papel para o Estado dentro do processo de “nacionalização” dos grupos indígenas remanescentes. Dentro do entendimento que tinham de sua “missão civilizadora”, instituições como o batismo e o casamento eram formas de modificar os valores dessas sociedades e aproximá-las da sociedade *criolla*, ao mesmo tempo em que serviam como forma de registro desses habitantes para o Estado.<sup>682</sup>

A partir da década de 1940, o aumento da presença estatal na região tornou mais intenso o processo de mobilidade territorial entre os sobreviventes indígenas, em busca de formas de trabalho assalariado no campo ou nas cidades. A penetração estatal veio sob formas do melhoramento da circulação nesses espaços com a criação de estradas e o cercamento de áreas antes não ocupadas para a produção, mas que passaram para as mãos de particulares, fatores que diminuíram as possibilidades dos indígenas de acessarem

---

<sup>680</sup> BRIONES, Claudia. “Our Struggle has just Begun”: Experiences of belonging and Mapuche Formations of self. In: CADENA, Marisol de la e STARN, Orin. *Indigenous Experiences Today* (ed.) New York: Berg, 2007, p. 101.

<sup>681</sup> TARQUINI, p. 108.

<sup>682</sup> Id, p. 105.

meios de subsistência como água, lenha e pastos para a criação de animais.<sup>683</sup> Empresas de criação de ovelhas de capital estrangeiro e outros empreendimentos foram aos poucos ocupando as localidades do Pampa seco e forçando a mobilidade dos índios remanescentes. Ademais a essas novas ocupações, obras de desvio de rios do oeste do Pampa, região mais seca e onde viviam a maior parte dos índios no pós-Campanha, com a finalidade de melhor abastecer a região de Mendoza, aceleraram um processo de desertificação na região que forçou seus habitantes à migração, no final da década.<sup>684</sup>

A busca pela subsistência motivou os deslocamentos das populações indígenas a partir da década de 1950 para outra cidade como Santa Rosa, atual capital da província de La Pampa, que recebeu grandes fluxos de populações indígenas até a década de 1970.<sup>685</sup> Essas populações foram se organizando em bairros periféricos e mantinham sua subsistência pela combinação de trabalho assalariado com atividades agrícolas e pela caça de pequenos animais. Chamados de “paisanos”, esses descendentes indígenas buscavam formas marginais de sobrevivência, procurando se estabelecer junto a familiares, retomando os antigos laços de reciprocidade.<sup>686</sup> Esses bairros marginais como *El Salitral*, foram condenados a erradicação “modernizadora” na década de 1970 e as habitações rudimentares foram substituídas por moradias urbanas. A caça e as pequenas atividades de agricultura foram substituídas pela urbanização e por doações estatais que impunham vínculos de dependência e desarticulavam essas novas tentativas de reordenamento.<sup>687</sup>

Tendo em vista essa história de desapropriação e imposição de novos paradigmas culturais, podemos inferir que a busca pela subsistência indígena, a partir da adaptação de suas formas econômicas e sociais tradicionais, começou ainda no momento em que eram sociedades autônomas do Pampa. Ao longo do século XIX, o “roubo” do gado foi uma forma de continuar o uso desses animais após o desaparecimento do gado selvagem dos Pampas, que passaram a ser criados pelos *criollos* em fazendas. Os *malones* e a apreensão do gado pelos índios deram continuidade a uma rede de comércio de animais colonial responsável por manter o vínculo entre a sociedade indígena emigrada do Pampa com a sociedade de origem na Araucanía. Ao não mais admitir a possibilidade de

---

<sup>683</sup> Id, p. 117.

<sup>684</sup> Id, p. 118.

<sup>685</sup> Id, p. 130.

<sup>686</sup> Pratt explica que após os processos de criação de identidades para os índios pelos “invasores”, se inicia um processo interno de criação de auto-identificações pelos índios: “Indigeneity for her names and ongoing, nonteleological process of becoming, self-creation and self-determination, the living out of a collective’s being in time and place.” PRATT, Mary Louise. Afterword: Indigeneity Today. In: CADENA e STARN, p. 398 e 399.

<sup>687</sup> TARQUINI, p. 161.

existência autônoma das sociedades indígenas no Estado argentino, que usufruíam de territórios que deveriam ser incorporados aos territórios nacionais, esses indígenas que sobreviveram às guerras de extermínio da década de 1870, foram inseridos de forma marginal na sociedade como “índios argentinos” incapazes de usufruírem plenamente da condição de cidadãos pela “barbárie” que carregaram devido à ausência dos elementos culturais inerentes à sociedade de origem europeia, a única considerada como “civilização”. No entanto, essa condição de “cidadãos argentinos” os igualavam culturalmente ao restante da população não índia, fato que paulatinamente diminuiu os resquícios de diferenciação étnica.

Muitas políticas foram colocadas em prática e possivelmente tiveram influência de outras políticas de homogeneização das populações nativas, a exemplo das ações efetuadas nos Estados Unidos. Os guerreiros e prisioneiros das campanhas militares foram simplesmente mantidos como prisioneiros ou foram dispersos pelo país e utilizados como mão de obra em diversas situações. Os “índios amigos” que já habitavam o interior das fronteiras internas puderam permanecer em colônias agrícolas, muito embora, as condições que lhes foram impostas ao despojo de suas antigas moradias e o traslado para outras regiões com condições piores de sobrevivência, geraram movimentos migratórios com a finalidade de buscar a subsistência pelo trabalho assalariado tanto no campo quanto em cidades ou a modificar as designações de terras previamente realizadas pelo governo como forma de garantir o uso de espaços possíveis de sobrevivência.

O processo de adaptação ocorrido desde os primeiros contatos com os Europeus continuou no século XX com aquelas populações sobreviventes e seus descendentes, onde, em alguns casos, conseguiram manter traços de sua cultura original. A busca pela sobrevivência na sociedade argentina de mercado impôs-lhes novas formas de adaptação e as antes importantes sociedades de caciques, que se impunham pelas armas para dar continuidade às redes comerciais que integravam os espaços pampeanos, patagônicos e araucanos, agora só conseguiam sobreviver às novas lógicas econômicas impostas como invisíveis ao sistema, onde a opção econômica era tentar evitar a condição de miséria que lhes restaram quando acabaram as alternativas.

A “questão de índios” ficou sem sua “solução” pelo Estado nacional e mais uma vez foi respondida pela capacidade de adaptação das próprias sociedades indígenas. Apesar das tentativas do Estado em fazê-las desaparecer para dar lugar à “civilização”, sobrevivem indo de encontro ao “evolucionismo científico” que apregoava a imprevisibilidade de seu desaparecimento. Essas sociedades permanecem mesmo que de



forma “invisível” em seus descendentes, esperando um espaço na historiografia onde possam adquirir novamente o papel de protagonistas que tiveram.

## Conclusão

Quando falamos que a nação na Argentina foi pensada por suas elites intelectuais, queremos dizer que essas elites elaboraram projetos para alterar uma situação que não era considerada adequada para uma nação. Eram projetos de futuro, uma vez que pretendiam estabelecer em longo prazo características que retratariam uma nação que antes de tudo fosse moderna e civilizada. Esses eram dois conceitos com muitos significados. Quando aplicados a um projeto de nação por essas elites, pretendiam transformar o país de culturas múltiplas e miscigenadas em uma nação de identidade homogênea. Por esse projeto, as alternativas para os índios existentes previamente à ocupação espanhola eram a de se integrar à modernidade ou sucumbir. A cultura civilizada não era a das Américas, mas sim a europeia, e as sociedades americanas deveriam tentar parecer com o velho continente para se fazerem modernas. A industrialização modificou intensamente as cidades, acelerando o tempo e encurtando as distâncias, e essas transformações vivenciadas nas cidades deveriam ser expandidas para o restante do país. Os “desertos” existiam onde nem a modernidade nem a civilização se faziam presentes. Acabar com os “desertos”, levando tecnologia como ferrovias para suas estradas e navios a vapor para seus rios, além de população “civilizada” para habitá-los fazia parte da ideia de modernização.

A criação de uma identidade homogênea e adequada à utópica imagem do que a civilização implicava em considerações racialistas, que excluía certos grupos por descrições fenotípicas para a invenção de uma sociedade sem essas distinções. Os índios foram projetados como “outros internos”, como aqueles que não se adequavam ao projeto de nação escolhido. Entre esses “outros internos” estavam os cacicados pampeanos e patagônicos com suas diversas etnias (além dos índios do Chaco, que não foram tratados nessa tese, mas que sofreram processos de exclusão semelhantes). Além dos discursos relacionados à construção de uma sociedade culturalmente “civilizada”, a não adequação desses habitantes dos “desertos” ao projeto de nação das elites argentinas, restavam elementos concretos como o espaço em que ocupavam e as intenções econômicas e geopolíticas associadas a eles pelos *criollos*.

Territorializar era tornar um espaço em território do Estado. E esse espaço era o “deserto” de soberania indígena que, no caso analisado, estava localizado no Pampa e na Patagônia. Para além da “fronteira interna”, estava a “*tierra adentro*” ou o “deserto”, locais habitados por diversos cacicados de forma independente da sociedade *criolla*, mas

que de muitas maneiras se modificaram mutuamente. Da necessidade *criolla* de ocupar os espaços indígenas, os “espaços de fronteira”, que eram “zonas de contato” entre essas duas sociedades, foram ressignificados como barreiras que separavam a “civilização” da “barbárie”. Essa “barreira” adquiriu a ideia de uma “fronteira” que avançava militarmente em direção aos espaços que se pretendiam transformar em território do Estado.

As mudanças nas relações com índios a partir da década de 1860 não significam que anteriormente eles fossem respeitados pela elite *criolla* como entidades culturais, mas sim, que não se podia derrotá-los e, por isso, admitia-se a sua presença soberana. A política de Rosas perante os cacicados, que incluía o “negócio pacífico de índios”, admitia de certa forma a incapacidade de derrotar grandes caciques como Calfulcurá, assim como de promover a expansão de terras almejadas. A consolidação do Estado argentino em décadas posteriores marcou a inflexão das relações com os cacicados, em que não se admitia mais a presença de outra sociedade soberana, dentro do espaço em que se pretendia construir um território. O projeto das elites intelectuais de criar um Estado moderno, oligárquico e civilizado implicava efetuar a ocupação do deserto e lutar contra os “outros internos” para criar uma população que fosse culturalmente homogênea.

A necessidade de ocupar novas áreas e integrá-las ao país possuía, de forma geral, dois fatores concretos. O primeiro, de ordem econômica, se relacionava a promover segurança nas estâncias de criação de animais como bovinos e ovinos, que durante boa parte do século XIX foram os principais produtos de exportação do país, evitando os *malones* indígenas. O *malón*, por outro lado, era a principal forma de pressão exercida pelos caciques para forçar a manutenção dos tratados de paz, que colocavam essas sociedades dentro de um sistema de víveres, indispensáveis para garantir a subsistência. Além disso, havia uma necessidade em aumentar as áreas de pastoreio de gado para as áreas úmidas do Pampa, em um processo que “empurrou” as ovelhas para o Pampa mais árido, associando interesses econômicos a essa ocupação.

O segundo fator tem ordem geopolítica. A Argentina considerava que as áreas indígenas faziam parte da porção herdada da colonização. No entanto, eram áreas também reivindicadas pelo Chile e que estavam passíveis de ocupação territorial por outros países, uma vez que os espaços não dominados por sociedades ocidentais eram considerados como *res nullius*, ou como terras de ninguém, dentro de uma lógica tanto eurocêntrica quanto etnocêntrica. As disputas territoriais envolvidas pelo Chile durante a Guerra do Pacífico (1879 – 1884) e a aproximação da vitória chilena com a tomada de Lima em 1881 geraram uma pressão de ocupação da Patagônia pela Argentina. Da mesma forma,

o governo argentino passou a priorizar a finalização das negociações diplomáticas que se ocupavam em definir a fronteira entre os dois países, a fim de resolver os litígios existentes. Um tratado de limites foi acordado no mesmo ano de 1881, muito embora as negociações referentes à fronteira entre os dois países só tenham terminado no começo do século XX.

Para garantir esses objetivos, o “deserto” ou o espaço que se pretendia ocupar foi personificado como um inimigo da “civilização”. O deserto deixava de ser apenas um lugar e tornava-se um inimigo, que deveria ser combatido dentro do projeto de construção da nação. Entre o “deserto” e a “civilização”, a fronteira era associada apenas a um espaço de violência, dada a necessidade de acabar com o deserto. A intenção de transformar a barbárie em civilização começou a ser concretizada a partir da década de 1860 com a primeira lei que pretendia avançar a “fronteira interna” e fixá-la no rio Negro. Os conflitos internos e externos ocorridos na Argentina durante essa década postergaram ações mais efetivas nessa fronteira para a década seguinte. O fim dos levantes internos como resultado da imposição do Estado centralizado, que surgia como maior poder coercitivo e capaz de atuar militarmente perante levantes de caudilhos e outras forças políticas paralelas, redirecionaram a atividade militar para as “fronteiras internas” do Pampa. As ações militares na “fronteira interna” tornaram-se uma prioridade do Ministério da Guerra a partir de 1870, que mobilizou seus exércitos e suas táticas de guerra para promover a extensão da fronteira. A maior capacidade tecnológica dos exércitos, que utilizavam fuzis de repetição e dispunham de telégrafos e ferrovias, ajudou a transferir a vantagem indígena nos conflitos armados para os *criollos*.

Primeiramente, com Alsina e depois com Roca, o *malón* passou a ser realizado pelos *criollos*. As negociações realizadas com os caciques, por meio de uma política de tratados e rações, foram reduzidas sistematicamente ao longo da década. A violência se tornava a única política *criolla*, resumida em submissão ou extermínio. A intensificação da violência nos “espaços de fronteira” durante a década de 1870 encontrou cacicados dependentes do sistema de rações para sua subsistência, e a diminuição dessa prática levou ao enfraquecimento dessas sociedades. O governo de Buenos Aires também passou a efetuar alianças com os grupos de índios menores, em lugar de negociar apenas com os grandes caciques, fato que contribuiu com a fragmentação das alianças entre os caciques e reduziu seu poder de resistência como conjunto.

A Campanha do Deserto foi o desfecho dessa mudança de posições perante as sociedades do Pampa e teve como resultado direto a eleição de Roca para presidente.

Nessa última etapa das operações no Pampa em 1879, os grupos de índios que ainda resistiam não possuíam a mesma força das décadas anteriores. Muitos foram feitos prisioneiros ou dizimados – em ação legitimada por discursos contrários a presença soberana de sociedades dentro de espaços reivindicados pelo Estado como território nacional. A consolidação do Estado Nacional argentino foi, portanto, o elemento de modificação das políticas perante os índios, dando condições materiais e institucionais para promover tal enfrentamento. A pretensão de construir um Estado “civilizado” ia de encontro à “barbárie”, que era associada aos índios, levando o governo argentino a mover os recursos disponíveis para corresponder às expectativas de futuro.

A conquista do deserto foi o resultado de um processo histórico iniciado com a colonização espanhola, que sofreu modificações ao longo do século XIX e esteve em sintonia com formas de pensamentos que não eram restritas ao contexto argentino. Foi um processo de longa duração, iniciado com os enclaves de fronteira coloniais que já tinham o objetivo de permitir futuras ocupações mais intensivas, que só se consolidaram na década de 1870. A resistência indígena e a estratégia do *malón* retardaram esse processo de territorialização para um momento em que ideias científicas corroboravam com a construção de um projeto de Estado moderno e culturalmente branco – onde os índios seriam admitidos de forma marginal, como “*paisanos*”.

Durante a fase final dessa etapa, pode-se dizer que não houve um único projeto de conquista nem um único destino para os índios: a própria campanha de Alsina foi uma tentativa, vista com receio por muitos contemporâneos, que, de todo modo, enfraqueceu a capacidade de resistência indígena. Isso facilitou para que Roca tomasse medidas mais agressivas e diretas. O que ficou conhecido como a Campanha do Deserto (1878 e 1879), com Roca a frente do Ministério da Guerra, foram ações que se tornaram complementares ao plano de Alsina (1876 e 1877). Ao conquistar o deserto, Roca emergiu como a principal figura política do período, continuando as ações contra os *malones* e a conquista da Patagônia na década de 1880, como presidente da República.

A territorialização dos espaços de soberania indígena também foi acompanhada de discussões sobre o destino dessas populações. Nesse contexto, o militar Miguel Malarin buscou aporte na experiência dos norte-americanos para pensar nesses possíveis destinos. Foi estudada a possibilidade de tornar o índio produtivo economicamente na estrutura sociocultural *criolla* em que seria incorporado. O índio foi despojado de sua terra quando esta ganhou valor econômico e ele mesmo não pode ser ignorado como fator produtivo. A lógica da sociedade indígena não era produzir excedente econômico no

sentido de mercadoria, mas para a sociedade argentina – uma sociedade que não se preocupasse em ser eficiente economicamente, ou seja, gerar excedente para o mercado não era “civilizado”. Por essa perspectiva, ser civilizado era ter um conjunto de características, sendo uma delas exercer um trabalho, no sentido capitalista do termo. Considerando igualmente perspectivas que se apoiavam em teorias “evolucionistas”, acreditava-se que o índio poderia ser submetido a etapas de desenvolvimento produtivo, que o transformariam em agricultores sedentários e não mais em nômades e pastores. Essas ideias buscavam formas de incorporação dos índios ao Estado, de maneira a transformar suas características de barbárie em civilização.

Uma vez finalizadas as operações militares, os índios foram submetidos a diferentes destinos. Desde a execução dos combatentes até a acomodação em casas de famílias ou em outras formas de trabalho forçado. O descaso das autoridades foi a mais evidente política contra os índios. As ideias de inseri-los na sociedade e de civilizá-los, transformando sua cultura, foram, de maneira geral, substituídas pela simples consideração dos índios como “cidadãos argentinos”. O debate parlamentar a seguir reflete a dualidade existente na época de atribuir aos índios a condição de cidadania:

Luego habló el diputado Calvo. Dijo que el poder ejecutivo hablaba de tres mil indios sometidos. Se refirió al trato dado a los indios en los Estados Unidos, y terminó diciendo que para civilizarlos, lo mejor eran las misiones y las escuelas. (...) Después de elucidar si los indios eran ciudadanos o no, el diputado Pérez dijo que el Ministro no había intervenido en la confección del proyecto, y que había que darle tiempo para estudiar el asunto. (...) En la sesión del 24 de agosto de 1885 aparece el Ministro. Y cuando Daquier mencionó a los indios, él interrumpió: ¿Por qué indios? Son argentinos. Luego, el inevitable debate sobre la civilización y barbarie, y sobre quien eran argentinos, y quiénes ciudadanos. El ministro expresó: son ciudadanos teóricos, no prácticos.<sup>688</sup>

Na prática, tratava-se de uma cidadania limitada e com o único propósito de tornar o índio invisível dentro da sociedade. Não eram cidadãos plenos devido a condição de “barbárie” associada a uma característica intrínseca a sua raça. Mas também não eram índios, já que essa condição foi suprimida pela aquisição da identidade “argentina”. Era uma inserção marginal a uma cidadania limitada, que seguia questionando os graus de pertencimento desses índios, após despojá-los de suas terras e privá-los de sua cultura. A

---

<sup>688</sup> Apud Debates no Congresso para a aprovação de uma lei que visava a atribuir títulos de propriedade aos índios. BONATTI, Andrés e VALDEZ, Javier. *Una guerra infame*. La verdadera historia de la Conquista del Desierto. Buenos Aires: Edhasa, 2015, p. 68 e 69.

resistência indígena continuou ao longo do século XIX, conforme visto nos exemplos de Claudia Tarquini sobre as comunidades de periferia do Pampa, que tentavam restabelecer algumas tradições,<sup>689</sup> apesar do protagonismo indígena do século XIX ter sido convertido em tentativas de sobrevivência.

A “pressa” dos homens políticos do século XIX em acelerar o tempo histórico e consolidar um Estado “civilizado”, em que os elementos de modernidade conduziram ao “inevitável” progresso, “concluiu” essa história quando as fronteiras do país foram estabelecidas na década de 1880. O “futuro” esperado pelos intelectuais de 1837 se estabeleceu quando não era mais preciso fornecer justificativas para a “conquista do deserto”, pois essa já havia se cumprido. Os espaços incorporados foram chamados de “territórios nacionais” e não possuíam a autonomia das demais províncias, assim como os “novos” argentinos, que não eram indígenas e não eram cidadãos plenos. Como sintetizou Luis Sagasti, o “grande relato” da história nacional argentina foi concluído quando o projeto de nação se concretizou e o deserto foi conquistado:

Hacia el sur, las ciudades se fundan (...). Su historia es una serie magra de efemérides que rubrican los desvelos de los fundadores, el éxito de un plan trazado allá en los ochenta. Los expulsados del Gran Relato, los extranjeros, hablan otro idioma. *Donde se dice desierto traducen pueblos originarios; conquista se pronuncia exterminio, a veces genocidio.*<sup>690</sup>

As cidades do sul foram criadas como consequência de um plano finalizado na década de 1880, e a conquista de um deserto não passou de um extermínio das sociedades originárias, legitimado e conduzido por discursos de “progresso”.

---

<sup>689</sup> TARQUINI, Claudia Salomón. *Largas noches en la Pampa: itinerarios y resistencias de la población indígena (1878-1976)*. Buenos Aires: Prometeo, 2010, p. 161.

<sup>690</sup> SAGASTI, Luis. *Perdidos en el espacio*. Un ensayo sobre el fin de la historia argentina. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2011, p. 172.

## **Referências Bibliográficas**

### **1. Fontes Primárias Manuscritas**

#### 1.1 Archivo General de la Nación (AGN)

##### a) Fundo Julio Argentino Roca (AGN)

Alocuciones y Proclamas, leg. 153

Artículos y Ensayos sobre temas económicos, políticos y militares. Poesías y máximas. leg. 154

Artículos Ensayos, Poesias y Informes, leg. 176

Correspondencias Recebidas, leg. 1

Correspondencias Recebidas, leg. 2

Correspondencias Recebidas, leg. 3

Correspondencias Recebidas, leg. 5

Correspondencias Recebidas, leg. 7

Correspondencias Recebidas, leg. 8

Correspondencias Recebidas, leg. 11

Correspondencias Recebidas, leg. 12

Correspondencias Enviadas, leg. 115

Correspondencias Enviadas, leg. 116

Correspondencias Enviadas, leg. 144

Correspondencias Enviadas, leg. 145

Documentos económicos. Colonización. Indios. Fronteras, leg. 155

Documentos militares, leg. 134

Expedientes Judiciales y Administrativos, leg. 159

Impresos, leg. 175

Mapas, planos y croquis, leg. 167

Obras públicas. Relaciones Exteriores. Asuntos políticos, leg. 157

Tratados. Leyes. Decretos. Reglamentos, leg. 158

Telegramas entre terceros, leg. 174

##### b) Fundo del Coronel Álvaro Barros (AGN)

Documentación oficial y particular, leg. 155

Documentos varios y impresos, leg. 156



c) Fondo Perito Moreno (AGN)

Conflicto Limítrofe con Chile, leg. 3

Escritos. Dirección General de Tierras y Colonias, leg. 6

#### 1.2 Academia Nacional de la Historia, Buenos Aires

a) Actas de Sesión Cámara de Senadores 1877, 1878, 1879

b) Actas de Sesión Cámara de Diputados 1878, 1879, 1882

#### 1.3 Archivo Histórico de la Cancillería Argentina, Buenos Aires

a) Legación en París AH/0003

b) Legación en Washington AH/0129

c) Fondo Perito Moreno AH/0001, AH/0003/7, AH 0004/1, AH/0008/7

d) Límites con Chile AH/0005/1, AH/0007/1, AH/0007/3

#### 1.4 Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro

a) Legação do Brasil na Argentina

Ofícios 1867

Ofícios 1868

Ofícios 1869

Ofícios 1870 – 1871

Ofícios 1872

Ofícios 1873

Ofícios 1874

Ofícios 1875

Ofícios 1876

Ofícios 1877

Ofícios 1878

Ofícios 1879

Ofícios 1880

Ofícios 1881

Ofícios 1882

Ofícios 1883

Ofícios 1884

Ofícios 1886

Ofícios 1888

- b) Cartas de diversos e particulares 1861-1940
- c) Despachos 1881-1882
- d) Despachos 1883-1885

### 1.5 National Archive II, Maryland, Estados Unidos

- a) Notes from Argentina Legation in U.S. to department of State M47 roll 2
- b) Despatches from U.S. ministers to Argentina M60 roll 20
- c) Despatches from U.S. ministers to Argentina M69 roll 19

## 2. Impressesos

ALBERDI, Juan Bautista. *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina* (1852). Disponible en: <https://www.elcato.org/sites/default/files/bases-libro-electronico.pdf> Acceso: 28/11/2017

HERNÁNDEZ, José. *Martín Fierro*. Buenos Aires: Losada, 2007.

MORENO, Francisco P. *Una excursión al Neuquén, Rio Negro, Chubut y Santa Cruz*. Buenos Aires: Posadas, 1999.

OLASCOAGA, Manuel J. *Estudio Topográfico de la Pampa e Rio Negro*. (1880) Tomo II. Buenos Aires: Comisión Nacional Monumento al Teniente General Roca, 1940

\_\_\_\_\_. *Estudio Topográfico de la Pampa e Rio Negro*. (1880) Tomo I. Buenos Aires: Comisión Nacional Monumento al Teniente General Roca, 1940

SARMIENTO, Domingo F. *Facundo. Ou civilização e barbárie*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

\_\_\_\_\_. *Facundo*. Buenos Aires: Eudeba, 2011.

\_\_\_\_\_. *Conflictos y armonías de las razas en América*. Buenos Aires: Imprenta de D. Tuñez, 1883.

ZEBALLOS, Estanislao. *A conquista de 15 mil leguas: ensayo para la ocupación definitiva de la Patagonia* (1878). Buenos Aires: Ediciones Continente, 2008.

\_\_\_\_\_. *Painé y la dinastía de los zorros* (1889). Buenos Aires: Ediciones Solar, 1955.

### 3. Fontes Secundárias

ACRÉ, José. La Campaña del Desierto. In: *Publicaciones del Museo Roca*: Estudios XI. Museo Roca: Buenos Aires, 1966.

ALVAREZ, Alex. *Native American and the question of genocide*. Maryland: Rowman & Littlefield, 2014.

ALVAREZ, Luciana. La cuestión indígena en Argentina: de la efectividad a los contextos de producción. *Perf. latinoam.* vol.17 no.34 México jul./dic. 2009.

ALVES-LOPES, Fernando. Los Caminos de la Modernidad: Comparando a Europa y Estados Unidos com América Latina. *América Latina Hoy*. Universidad de Salamanca. 57, 2011. Disponível em: <http://revistas.usal.es/index.php/1130-2887/article/download/8123/8147> Acesso em: 10/10/2017

ANDERSON, Benedict. *Imagined communities: reflection on the origin and spread of nationalism*. London: Verso, 2010.

ARGERI, María E. *De guerreros a delincuentes*. La desarticulación de las jefaturas indígenas y el poder judicial, Norpatagonia (1880-1930). Madrid: Consejo Nacional de Investigaciones Científicas, 2005.

AZEVEDO, Cecília. Diálogos Brasil-Estados Unidos. Entrevista com Barbara Weinstein. *Tempo*, vol. 13, núm. 25, Universidade Federal Fluminense, 2008.

BANDIERI, Susana. *Historia de la Patagonia*. 2ª ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2009. \_\_\_\_\_ (org.) *Cruzando la Cordillera: la frontera argentino-chilena como espacio social*. CEHIR: Neuquén, 2001.

\_\_\_\_\_, BLANCO, Graciela, VARELA, Gladys (dir.) *Hecho en Patagonia*. La historia en perspectiva regional. Neuquen: EDUCO, 2005.

BARSKY, Osvaldo e GELMAN, Jorge. *Historia del Agro Argentino*. Desde la conquista hasta fines del siglo XX. Buenos Aires: Mondadori, 2001.

BARBA, Fernando Enrique. Crecimiento ganadero y ocupación de tierras públicas, causas de conflictividad en la frontera bonaerense. *Revista ANDES*, Universidad Nacional de Salta, Argentina, n.º 18, 2007.

BARBOSA, Márcia Fagundes. Nação, um discurso simbólico da modernidade. *Critica Cultural (Critic)*, Palhoça, SC, v. 6, n. 1, jan./jul. 2011.

BARBUJANI, Guido. *A Invenção das raças*. São Paulo: Ed. Contexto, 2007.

BARSKY, Osvaldo e GELMAN, Jorge Daniel. *Historia del Agro Argentino: Desde La conquista hasta fines del siglo XX*. 2ª ed. Buenos Aires: Mondadori, 2005.

BEATTIE, Petter M. *The Tribute of Blood*. Army, honor, race, and nation in Brazil, 1864-1945. Durham: Duke University Press, 2001.

BECHIS, A. Martha. *Piezas de Etnohistoria y de antropología histórica*. Buenos Aires: Sociedad de antropología argentina, 2010.

\_\_\_\_\_. La organización nacional y las tribus pampeanas en Argentina durante el siglo XIX. *Revista Tefros* - vol. 4 n. 2 - ago./dic. 2006.

BETHEL, Leslie (Org.) *História da América Latina – da Independência até 1870*, volume III. São Paulo: Edusp, 2004.

- \_\_\_\_\_. *Historia de America Latina. America del sur 1870-1930. V. 10.* Barcelona: Editorial Critica, 1991.
- BERGMAM, Fabian. *Todo lo solido se desvanece em el aire.* La experiencia de la modernidad. Mexico: Ediciones Siglo XXI, 2011.
- BILLINGTON, Ray Allen. *The Frontier Thesis: Valid interpretation of American History?* New York: Robert e Krieger Publishing, (1903), 1977.
- BLENGINO, Vanni. *La zanja de la Patagonia.* Los nuevos conquistadores: militares, científicos, sacerdotes y escritores. Buenos Aires: FCE, 2005.
- BONATTI, Andrés e VALDEZ, Javier. *Una guerra infame.* La verdadera historia de la Conquista del Desierto. Buenos Aires: Edhasa, 2015.
- BOTANA, Natalio. *El orden conservador.* La política argentina entre 1880 y 1916. Buenos Aires: Hyspamerica, 1985.
- \_\_\_\_\_. e GALLO, Ezequiel. *De la República posible a la República verdadera (1880-1910).* Buenos Aires: Emecé, 2007.
- BURKE, Peter. *História e Teoria Social.* São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- BURR, Robert. *By reason or force. The balancing of power in South America (1830-1905).* University of California Press, 1965.
- BOHOSLAVSKY, Ernesto e ORELLANA, Milton Godoy (edit.) *Construcción estatal, orden oligárquico y respuestas sociales: Argentina y Chile, 1840 – 1930.* Buenos Aires: Prometeo, 2010.
- BOLSANELLO, M. A. Darwinismo social, eugenia e racismo. *Revista Educar*, Curitiba, n. 12, 1996, Editora UFPR.
- CADENA, Marisol de la e STARN, Orin. *Indigenous Experiences Today* (ed.) New York: Berg, 2007.
- CALLOWAY, Colin, G. *First People: A documentary survey of American Indian History.* Bedford/St. Martin's, 2008.
- CARR, Edward Hallet. *Que é História.* São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- CASTILLO, Javier Matienzo. La Encomienda y las reducciones jesuitas de América Meridional. *Temas Americanistas.* Jul. -Dez, n. 21, 2008. Disponível em: <https://institucional.us.es/tamericanistas/uploads/revista/21/5.MATIENZO.pdf> Acesso: 20/05/2018.
- CISNEROS, Andrés e ESCUDÉ, Carlos. *Historia General de las Relaciones Exteriores de la Republica Argentina.* Tomo VI. Parte I. 1ª ed. Buenos Aires: Grupo editor Latinoamericano, 1998.
- CHAUTARD, Sophie. *La Géopolitique.* Codé-sur – Noireau: Sutyrama, 2007.
- CHIARAMONTE, José Carlos. *Raíces históricas del federalismo latinoamericano.* Buenos Aires: Sudamericana, 2016.
- \_\_\_\_\_. Nación y Estado en Iberoamérica. El lenguaje político en tiempos de las independencias. Buenos Aires: Sudamericana, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Ciudades, provincias, Estados: Orígenes de la Nación Argentina: 1880- 1846.* 1ª ed. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007.
- CORVISIER, André. *A Guerra.* Ensaio históricos. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1999.

- COSTA, Julio. *Roca y Tejedor*. Buenos Aires: Mario Lavalle, 1927.
- Congreso nacional sobre la conquista del desierto*. Celebrado en la ciudad de General Roca del 6 al 10 de noviembre de 1979. Tomo I. Buenos Aires: Academia nacional de la historia, 1980.
- DEFRAGES, Philippe Moreau. *Introducción à la géopolitique*. France: Édition du Seul, 2005.
- DE LA FUENTE, Ariel. *Children of Facundo*. Caudillo and Gaucho Insurgency during the Argentine State-Formation Process (La Rioja, 1853-1870).
- DEL RIO, Walter Mario. *Memorias de expropiación (1872-1943)*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2005.
- \_\_\_\_\_. Confinamiento, deportación y bautismos: misiones salesianas y grupos originarios en la costa del Río Negro (1883-1890), *Cuadernos de Antropología Social*, N° 13, UBA, Buenos Aires, 2001.
- \_\_\_\_\_. e LENTON, Diana. ¿Qué, para quiénes u según quiénes? Reparaciones, restituciones y negaciones del genocidio en la política indígena del estado argentino” *III Jornadas de Historia de la Patagonia*. Universidad Nacional del Comahue, Bariloche, 2009.
- DE MARCO, Miguel Ángel. *La Guerra de la Frontera: luchas entre indios y blancos (1536-1917)*. 1ª ed. Buenos Aires: Emecé, 2010.
- DE TITTO, Ricardo J. *El Pensamiento de la Generación del 80*. Buenos Aires: Editorial El Ateneo, 2010.
- DIJK, Teun A. (org.) *Racismo e discurso na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2008
- DOYLE, Don H. e PAMPLONA, Marco. (org.) *Nacionalismo no Novo Mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- DOMENICO, Agasso. *Dom Bosco, uma história para todos os tempos*. Brasília: EDB, 2015.
- DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra*. Nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- \_\_\_\_\_. A Formação dos Estados Nacionais do Cone Sul. In: *A América do Sul e a Integração Regional*. Rio de Janeiro: FUNAG, 2011.
- DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo Império Perecerá: teoria das relações internacionais*. Brasília: Editora Unb, 2000.
- ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- ESCOLAR, Diego. *Los dones étnicos de la nación: identidades huarpe y modos de producción de soberanía en Argentina*. Buenos Aires: Prometeo, 2007.
- ESTRADA, Ezequiel Martínez. *Radiografía de la Pampa*. Buenos Aires: Eudeba, 2011.
- FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. A imigração em massa para a América Latina. São Paulo: EdUSP, 1999.
- FLORIA, Carlos Alberto e BELSUNCE, César A. García. *Historia de los Argentinos*. Buenos Aires: Editorial El Ateneo, 2005.
- FLORIA, Navarro Pedro. El desierto y la cuestión del territorio en el discurso político argentino sobre la frontera Sur. *Revista Complutense de Historia de América*. Madrid: Vol. 28 (2002).

- \_\_\_\_\_. El Salvaje y su tratamiento en el discurso político argentino sobre la frontera sur, 1853-1879. *Revista de Indias*, 2001, vol. LXI, núm. 222.
- FERNANDEZ, Jorge. *Historia de los indios Ranqueles*. Buenos Aires: Instituto Nacional de Antropología y pensamiento latino-americano, 1998.
- FRADIKIN, Raul, Gelman, Jorge. *Juan Manuel de Rosas*. La construcción de un liderazgo político. Buenos Aires: Edhasa, 2016.
- FRADKIN, Raúl e GARAVAGLIA, Juan Carlos. *La Argentina Colonial: El Río de la Plata entre los siglos XVI y XIX*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009
- GARCIA, Fernando. *Identidades, etnicidades y racismo en América Latina*. Quito: Fasclo, 2008.
- GARFIELD, Seth. *Indigenous struggle at the heart of Brazil*. State Policy, frontier expansion, and the Xavantes Indians, 1937-1988. Durham: Duke University Press, 2001.
- GESSO, Ernesto del. *Pampas, araucanos y ranqueles*. Rosario: Ciudad Gotica, 2003.
- GIDDENS, Anthony. *Sociología*. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- GRUZINSKI, Serge. *La Colonización del Imaginario*. Sociedades indígenas y occidentalización en el México español. Siglos XVI-XVIII. Mexico: FCE, 2007.
- \_\_\_\_\_. Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories. *Topoi*. Rio de Janeiro: UFRJ, nº 2, 2006.
- GOYAGANA, Francisco M. *Sarmineto y la Patagonia*. Buenos Aires: Lumiere, 2006.
- GORDILLO, Gastón e HIRSCH, Silvia. *Movilizaciones Indígenas: e identidades en disputa en la argentina*. Buenos Aires: La Crujia, 2010.
- GUERRERO, Andrés. Poblaciones indígenas, ciudadanía y representación. *Nueva Sociedad*, n. 150, jul-ago, 1997. Disponible em: [http://nuso.org/media/articles/downloads/2614\\_1.pdf](http://nuso.org/media/articles/downloads/2614_1.pdf) Acesso: 26/10/2017
- GUMP, James O. *The Dust Rose like Smoke*. The subjugation of the Zulu and the Sioux. Nebraska: Nebraska Press, 1994.
- GUTIÉRREZ, Horácio, NAXARA, Márcia R. C. e LOPES, Maria Aparecida de S. *Fronteiras: paisagens, personagens e identidades*. São Paulo: Olhos d'água, 2003.
- HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- HALPERÍN DONGHI, Tulio. *História da América Latina*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Proyecto y construcción de una Nación: 1846 – 1880*, 1ª ed. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007.
- \_\_\_\_\_. *La formación de la clase terrateniente bonaerense*. 1ª ed. Buenos Aires: Prometeo, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Una Nación para el Desierto*. Buenos Aires: Prometeo, 2005.
- HENNESSY, Alistair. *The Frontier in Latin American History*. Albuquerque: The University of New Mexico Press, 1978.
- HOLT, Thomas C. e WADE, Peter. *Race and Nation in modern Latin America*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2003.

- HORA, Roy. *Historia Económica de la Argentina*. En el siglo XIX. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2010.
- HOSIASSON, Laura Janaina. *Nação e imaginação na guerra do Pacífico*. São Paulo: Edusp, 2011.
- HUX, Meinardo. *Caciques Pampa-Ranqueles*. Buenos Aires: Marymar, 1991.  
 \_\_\_\_\_ . *Caciques Puelches, Pampas y Serranos*. Buenos Aires: Marymar, 1991.
- JONG, Ingrid; OHMSTEDE, Antonio Escobar (coor.) *Las poblaciones indígenas y los Estados en la América Latina decimonónica*. Ciudad de México: El colegio de México, El colegio de Michoacán, Centro de investigaciones y estudios superiores en antropología social, 2016.  
 \_\_\_\_\_ . Entre el malón, el comercio y la diplomacia: dinámicas de la política indígena en las fronteras pampeanas (siglos XVIII y XIX): un balance historiográfico. *Revista Tiempo Histórico*. Santiago – Chile, ano 6, n. ° 11, Jul-Set, 2015.
- JUNQUEIRA, Marry Anne. *Estados Unidos: A consolidação da Nação*. São Paulo: Contexto, 2001.
- KOSELLECK, Reinhart. *The practice of conceptual history. Timing history, spacing concepts*. Stanford: Stanford University, 2002.  
 \_\_\_\_\_ . *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.
- LACOSTE, Pablo. *Argentina, Chile y sus vecinos*. Buenos Aires: Caviar Bleu, 2005.
- LA CAPRA, Dominique. *Writing History, Writing Trauma*. Johns Hopkins University Press: Baltimore, 2014.
- LANATA, José Luis. (comp.) *Prácticas genocidas y violencia estatal*, en Perspectiva transdisciplinar. San Carlos de Bariloche: CLACSO, 2014.
- LAWRENCE, Davidson. *Cultural genocide*. New Jersey: Rutgers University Press, 2012.
- LENTON, Diana. Política indigenista argentina: una construcción inconclusa. *Revista Anuario antropológico*, 2009 I, junho 2010. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro.  
 \_\_\_\_\_ . Acuerdos y tensiones, compromiso y objetividad: el aporte atropológico en torno a un conflicto por territorio mapuche, gobiernos y capitales privados. *IX Congreso Argentino de Antropología Social*, Posadas, Misiones, 2008.
- LEVAGGI, Abelardo. *Diplomacia hispano indígena en las fronteras de America*. Madrid: Centro de estudios políticos y constitucionales, 2002.
- LIVON-GROSMAN, Ernesto. *Geografías imaginarias: el relato de viajes y la construcción del espacio patagónico*. Rosario: Beatriz Viterlo, 2003.
- LOCKHART, James e SCHWARTZ, Stuart B. *A América Latina Colonial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- LYNCH, John. *Massacre in the Pampa, 1872*. Britain and Argentina in the Age of Migration. Oklahoma: University of Oklahoma Press, 1998.
- LUNA, Félix. *Soy Roca*. Buenos Aires: de Bolsillo, 2005.
- MÄDER, Maria Elisa e JÚNIOR, João Feres. FERES JÚNIOR, Civilização. In: João Feres Júnior. (Org.). *Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil*. 2ed. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

- MAIO, Marcos C. e SANTOS, Ricardo V. (org.) *Raça, Ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.
- MAGNOLI, Demétrio. *Uma gota de sangue: história do pensamento racial*. São Paulo: Ed. Contexto, 2009.
- MALAMUD, Carlos. *Historia de América*. Madrid: Alianza Editorial, 2005
- MANDRINI, Raul. *La Argentina aborigen. De los primeros pobladores a 1910*. Buenos Aires: Siglo veintiuno, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Volver al país de los araucanos*. Buenos Aires: Sudamericana, 2005
- MARCO, Miguel Ángel de. *La guerra de la Frontera. Luchas entre indios y blancos 1536-1917*. Buenos Aires: Emecé, 2010.
- MARCONI, Marina de Andrade e PRESOTTO, Zelia Maria Neves. *Antropologia. Uma introdução*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1989.
- MARFANY, Roberto H. Frontera con los indios en el sud y formación de pueblos. In Academia Nacional de la Historia, *Historia de la Nación Argentina*. Vol. IV, 4ª ed. Buenos Aires: El Ateneo Editorial, 2000.
- MASSES, Hugo Enrique. *Estado y cuestión indígena*. Buenos Aires: Prometeo, 2010.
- MEYER, Jorge. Prólogo. In: DE TITTO, Ricardo J. (comp.) *El pensamiento de Domingo Faustino Sarmiento*. Buenos Aires: El Ateneo, 2010.
- MELZER, Arthur M., WEINBERGER, Jerry e ZINMAN, Richard. *History of the Idea of Progress*. Ithaca: Cornell University Press, 1995.
- MÍGUEZ, Eduardo. *Historia económica de la Argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2008.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. Notas sobre formação territorial e políticas ambientais do Brasil. In: *Revista Território*. Rio de Janeiro, ano IV, número 7, jul/dez, 1999.
- MORENO, Isidoro J. Ruiz. *El Misterio de Pavón*. Las operaciones militares y sus consecuencias políticas. Buenos Aires: Claridad, 2005.
- MORONI, Marisa. La incorporación de los Territorios Nacionales en el proceso de consolidación del Estado Argentino. El caso del Territorio de la Pampa Central. *Revista ANDES* nº 16. Facultad de Humanidades. Universidad Nacional de Salta, 2005.
- NACUZZI, Lidia. *Identidades Impuestas*. Tehuelches, aucas y pampas en el norte de la Patagonia. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología, 1998.
- NACUZZI, Lidia e LUCAIOLI, Carina P. *Fronteras: Espacios de Interacción en las tierras bajas del sur de América*. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología, 2010.
- \_\_\_\_\_. e NESIS, Florencia. *Pueblos nómades en un estado colonial*. Chaco, Pampa, Patagonia, siglo XVIII. Buenos Aires: Antropofagia, 2008.
- NÉSPOLO, Eugenia. 2006. La frontera bonaerense en el siglo XVIII un espacio políticamente concertado: fuertes, vecinos, milicias y autoridades civiles-militares. *Mundo Agrario*. Vol. 7. Número 13.
- NORONHA DE SÁ, Maria Elisa. *Civilização e barbárie. A construção da ideia de nação: Brasil e Argentina*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.



- NORTH, Michael (ed), *Kultureller Austausch in der Fruhen Neuzeit*, 2009.
- NICOLETTI, María Andrea. *Indígenas y misioneros en la Patagonia*. Huellas de los salesianos en la cultura y la religiosidad de los pueblos originarios. Buenos Aires: Ediciones continente, 2008.
- OLIVEIRA, João Pacheco (org.) *A viagem da volta. Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999.
- \_\_\_\_\_ (comp.) *Hacia una antropología del indigenismo*. Estudios críticos sobre los procesos de dominación y las perspectivas políticas actuales de los indígenas en Brasil. Rio de Janeiro/Lima: Centro Amazónico de Antropología y Aplicación Práctica, 2006
- OPERE, Fernando. *Historia de la Frontera*. El Cautiverio en la América Hispánica. Buenos Aires: Corregidor, 2012.
- OJEDA, Jorge Pavez (comp.) *Cartas mapuche: Siglo XIX*. Santiago de Chile: CoLibris & Ocho, 2008.
- OSZLAK, Oscar. *La formación Del Estado Argentino*. Orden, progreso y organización nacional. 4ª ed. Buenos Aires: Emecé, 2009.
- PRADO, Maria Lygia C. *América Latina no século XIX*. Tramas, telas e textos. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2014.
- PAMPLONA, Marco A. e MÄDER, Maria Elisa (org.) *Revolução de independências e nacionalismos nas Américas: Região do Prata e Chile*. Vol. I, São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- PASSETTI, Gabriel. *Indígenas e criollos*. Política, guerra e traições nas lutas no sul da Argentina (1852-1885). São Paulo: Alameda, 2012.
- PRATT, Mary Louise. *Imperial Eyes: Travel, Writing and Tranculturation*. 2ª ed. New York: Routledge, 2008.
- QUIJADA, Monica (ed.) *De los cacicazgos a la ciudadanía*. Sistemas de frontera, Rio de la Plata, siglos XVIII-XX. Berlin: Ibero-Amerikanisches Institut, 2011.
- \_\_\_\_\_. Repensando la frontera sur argentina: concepto, contenido, continuidades y discontinuidades de una realidad espacial y étnica (siglos XVIII y XIX). *Revista de Indias*, 2002, vol. LXII, n. ° 224.
- \_\_\_\_\_. Nación y territorio: la dimensión simbólica del espacio en la construcción nacional Argentina siglo XIX. *Revista de Indias*, 2000, vol. LX, n. 219.
- RAMOS, Alcida Rita. *Os direitos dos índios no Brasil*. Na encruzilhada da Cidadania. Seminário Nacional: “A Proteção dos Direitos Humanos nos Planos Nacional e Internacional: Perspectivas Brasileiras”. Instituto Interamericano de Direitos Humanos/Fundação Friedrich Naumann/Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Brasília, 15-17 e julho de 1991.
- RAONE, Mario Juan. *Fortines del Desierto: Mojones de civilización*. Buenos Aires: Lito, 1969.
- RAPOPORT, Mario y colaboradores. *Historia económica, política y social de la Argentina (1880-2000)*. Buenos Aires: Macchi, 2000.
- RATTO, Silvia. *Redes políticas en la frontera bonaerense (1836-1873): crónicas de un final anunciado*. Bernal: Universidad de Quilmes, 2015.

- ROCK, David. *Argentina 1516 -1987: Desde La colonización española hasta Alfonsín*. Buenos Aires: Alianza, 1989.
- RODRIGUES, Julia. *Civilizing Argentina: science, medicine and the modern state*. University of North Carolina Press: 2006.
- RUIZ MORENO, Izidoro J. *Campañas militares argentinas. La política y la guerra: luchas contra indios y sediciosos (1870-1884)*. Tomo V. 1ª ed. Buenos Aires: Claridad, 2009.
- RUSE, Michael. *The Darwinian Paradigm. Essays on its history, philosophy, and religious implications*. London: Routledge, 1989.
- SABATO, Hilda. *Historia de la Argentina. 1852-1890*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2012.
- SACK, R. D. *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SAGASTI, Luis. *Perdidos en el espacio. Un ensayo sobre el fin de la historia argentina*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2011.
- SAID, Jaime. *Patagonia*. 2ª ed. Santiago de Chile: Editorial Patagonia Media, 2011.
- SAUNIER, Pierre-Yves. *Transnational History*. New York: Palgrave-Macmillan, 2013.
- SARASOLA, Carlos Martínez. *Breve Historia de los pueblos indígenas*. Buenos Aires: Editorial del Nuevo Extremo, 2005.
- \_\_\_\_\_. *La Argentina de los Caciques: o el país que no fue*. Buenos Aires: Del Nuevo Extremo, 2014.
- \_\_\_\_\_. *Nuestros Paisanos los Indios*. Buenos Aires: Del Nuevo Extremo, 2013.
- SBARRA, Noel H. *Historia del Alambrado en la Argentina*. 5ª ed. Buenos Aires: Letemendia, 2008.
- SEBRELI, Juan José. *Crítica de las ideas políticas argentinas*. Buenos Aires: Sudamericana, 2003.
- SECRETO, Maria Verônica. *Fronteiras em movimento*. Rio de Janeiro: Editora UFF, 2012.
- SCHIMIDT-WELLE, Friedhelm (ed.). *Ficciones y silencios fundacionales. Literaturas y culturas poscoloniales en América Latina (siglo XIX)*. Vervuert: Iberoamerica, 2003.
- SHUMWAY, Nicolas. *Dez chaves culturais para compreender o federalismo norteamericano*. Locus: revista de história, Juiz de Fora, v.36, n.01, 2013.
- SEIXLACK, Alessandra González de C. *Entre a Araucania Maldita e o Deserto Indômito. Debates oitocentistas sobre a Pacificação da Araucania no Chile e a Conquista do Deserto na Argentina*. (Tese de doutorado) PUC, Rio de Janeiro, 2017.
- STEPAN, Nancy Leys. *The Hour of Eugenics: race, gender and nation in Latin America*. Ithaca: Cornell University Press, 1991.
- STORTINI, Julio, CEVA, Mariela, JÁUREGUI, Aníbal. *Manual de Historia Social Argentina*. Tomo I (1852-1976). Buenos Aires: Prometeo, 2010.
- TARQUINI, Claudia Salomón. *Largas noches en la Pampa: itinerarios y resistencias de la población indígena (1878-1976)*. Buenos Aires: Prometeo, 2010.

- TAGUIEFF, Pierre-André. Le progressisme entre illusion et imposture. In: *Le Meilleur des Mondes*. N. 3. Paris: Dessoel ed., 2007.
- TERNAVASIO, Marcela. *Historia de la Argentina, 1806-1852*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009.
- TRAFZER, Clifford. *Boarding School Blues*. Revisiting American Indian Education experiences. Nebraska: The University of Nebraska Press, 2006.
- TRINCHERO, Hugo, MUÑOZ, Luis Campos e VALVERDE, Sebastián (coor.) *Pueblos indígenas, Estados nacionales y fronteras Tensiones y paradojas de los procesos de transición contemporáneos en América Latina*. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras, 2014
- TELLES, Edward. *Pigmentocracies: ethnicity, race, and color in Latin America*. North Carolina: UNC Press, 2014.
- TERAN, Oscar. *Vida Intelectual en el Buenos Aires fin-de-siglo (1880-1910)*. Derivas de la “cultura científica”. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.
- TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América*. A questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- TORRE, Claudia. *El otro desierto de la Nación argentina*. Antología de la narrativa expedicionaria. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2010.
- VEZUB, Julio Esteban. *Valentín Saygüequé y la Gobernación Indígena de las Manzanas*. Poder y etnicidad en la Patagonia septentrional (1860-1881). Buenos Aires: Prometeo, 2009.
- VIÑAS, David. *Indios Ejército y Fronteras*. 1ª ed. México: Siglo XXI editores
- VILLALOBOS, Sergio. *La vida fronteriza en Chile*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992
- WALTHER, Juan Carlos. *La conquista del desierto*. Eudeba: Buenos Aires, 1970.
- WEINSTEIN, Barbara. *The Color of modernity*. Durham: Duke University Press, 2014.
- WEGNER, Robert. *A Conquista do Oeste*. A fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- ZUSMAN, Perla. La alteridad de la nación. La formación del Territorio del Noroeste del Río Ohio de los Estados Unidos (1787) y de los Territorios Nacionales en Argentina (1884). *Document D'anàlisi Geogràfica*, vol. 56/3, Universidad Autònoma de Barcelona, 2010.